

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS ESTRATÉGICOS  
INTERNACIONAIS**

**GABRIELA FERREIRA CHAGAS REIS**

**O CAMINHO DA CHINA RUMO AO CENTRO POLÍTICO-ECONÔMICO GLOBAL  
E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (2013-2020): uma análise pela perspectiva dos ciclos  
sistêmicos de acumulação**

Porto Alegre

2022

**GABRIELA FERREIRA CHAGAS REIS**

**O CAMINHO DA CHINA RUMO AO CENTRO POLÍTICO-ECONÔMICO GLOBAL  
E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (2013-2020): uma análise pela perspectiva dos ciclos  
sistêmicos de acumulação**

Dissertação apresentada como requisito parcial à  
obtenção do título de Mestre em Estudos Estratégicos  
Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da  
Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup>. Jacqueline A. Haffner

Porto Alegre

2022

#### CIP - Catalogação na Publicação

Reis, Gabriela Ferreira Chagas  
O caminho da china rumo ao centro  
político-econômico global e a transição energética  
(2013-2020): uma análise pela perspectiva dos ciclos  
sistêmicos de acumulação / Gabriela Ferreira Chagas  
Reis. -- 2022.  
193 f.  
Orientadora: Jacqueline Angelica Hernandez Haffner.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do  
Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas,  
Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos  
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. China. 2. Energia. 3. Transição energética. 4.  
Ciclos sistêmicos de acumulação. 5. Tecnologia verde.  
I. Haffner, Jacqueline Angelica Hernandez, orient.  
II. Título.

**GABRIELA FERREIRA CHAGAS REIS**

**O CAMINHO DA CHINA RUMO AO CENTRO POLÍTICO-ECONÔMICO GLOBAL  
E A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA (2013-2020): Uma Análise Pela Perspectiva dos Ciclos  
Sistêmicos de Acumulação**

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestra” e aprovada em sua forma final/com alterações indicadas pela banca.

Porto Alegre, 27 de JUNHO de 2022.

---

Prof.<sup>a</sup>, Dra. Silvia Feraboli  
Coordenadora do PPGEEI - UFRGS

**Banca Examinadora:**

---

Prof.<sup>a</sup> Dra. Jacqueline A. Haffner  
Orientadora  
UFRGS

---

Prof., Dr. Andrés Haines Ferrari  
UFRGS

---

Prof., Dr. Bruno Hendler  
UFSM

---

Prof., Dr. Diego Pautasso  
CMPA

Para a minha família

## AGRADECIMENTOS

O processo de construção dessa dissertação somente foi possível, pois foi um trabalho feito com o apoio e o suporte de muitas pessoas - familiares, amigos, colegas e professores. Cada um com seu papel distinto, mas tão essenciais. Em primeiro lugar, agradeço à Deus por ter me dado a força, a sabedoria e a resiliência necessárias para conseguir vencer este que foi o maior desafio da minha vida acadêmica até então. Juntamente devo agradecer à minha família pelo seu amor e suporte incondicional ao longo dessa jornada iniciada ainda antes do processo seletivo e de todos os obstáculos que o contexto pandêmico trouxe para a finalização desse mestrado. Nós vencemos!

Aos meus pais Luiz Antônio e Miriam, e meu irmão Micael, agradeço a paciência com o meu humor que nem sempre foi dos mais agradáveis durante esse processo, a compreensão pela ausência em muitos momentos para que pudesse me dedicar aos estudos e o apoio emocional, financeiro e no desempenho de outras muitas tarefas que deixei de lado para conseguir tornar o meu sonho em realidade. Ao meu marido Rafael, agradeço pela cumplicidade, apoio e amor incondicional demonstrado ao longo desses mais de dois anos. Por sempre me aconselhar e consolar quando necessário, e principalmente por tornar possível conciliar dois grandes sonhos simultaneamente. Eu te amo!

Dizem que a jornada da pós-graduação pode ser uma das mais solitárias da vida, mas, mesmo com o afastamento físico imposto pelo distanciamento social, essa frase se tornou obsoleta em minha caminhada. Agradeço imensamente à minha orientadora professora Jacqueline Haffner pelo suporte, aprendizado, trocas, confiança e parceria ao longo desses dois anos, em um esforço de construir essa pesquisa. Também aprecio, admiro e tomo como exemplo a seriedade, o comprometimento e a humanização da relação aluna-orientadora. Não poderia deixar de mencionar também o professor Andrés Ferrari, por oportunizar a mim o conhecimento de novas formas de se construir saberes, difundir pensamentos e produzir ciência. Aos colegas e amigos Matheus Bianco, Carlos Renato Ungaretti e Matheus Fröhlich, meu imenso agradecimento por terem tornado essa caminhada mais leve, completa e agradável. A contribuição de vocês supera as colaborações acadêmicas, e tão pouco se compara a amizade construída, vocês foram essenciais.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais (PPGEEI) e à Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) pela possibilidade da formação através da universidade pública, gratuita e de excelência. Tenho certeza que as mentes

e os talentos que aqui são moldados, são de imensa contribuição para a construção de um Brasil mais digno e igualitário. Por fim, agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo apoio financeiro através de bolsa para que eu pudesse concluir esta pesquisa. Muito obrigada!

李绅 《悯农》

(Toiling Farmers, by Li Shen)

锄禾日当午，

汗滴禾下土。

谁知盘中餐，

粒粒皆辛苦。



## RESUMO

A presente dissertação busca compreender de que forma o caminho da China rumo ao centro político-econômico global tem sido impactado pela questão da transição energética no período de 2013-2020, e as políticas públicas que tem sido elaboradas para atingir essa finalidade. O objetivo geral é entender como a transição energética impacta na posição da China dentro do modelo de ciclos sistêmicos de acumulação proposto por Arrighi (1996; 2008). Tendo como hipótese que o sistema internacional possui natureza cíclica que se alterna em diferentes ciclos, devido às evoluções tecnológicas e energéticas, sendo a liderança de cada período obtida por aqueles que detém o controle dessas duas condicionantes – energia e tecnologia. Para isto, busca-se a partir do método histórico-exploratório, fazer uma análise do processo de desenvolvimento, evolução e projeção da questão da energia e da transição energética na China. Em um primeiro momento, dedica-se a entender a natureza do sistema internacional e seu funcionamento através da teoria do sistema-mundo e dos ciclos sistêmicos de acumulação pela visão de Arrighi (1996; 2008), bem como o ressurgimento econômico da China se encaixa nesta perspectiva. A partir disso, procura-se analisar o impacto da energia como recurso de poder para Economia Política Internacional (EPI), e como os Estados se utilizam desse recurso para atingir o seu interesse nacional. Para então, em um segundo momento, descobrir como a energia se relaciona com a ascensão político-econômica da China. Nesta parte, uma análise da evolução tanto da formação do sistema político econômico chinês ao estudar o papel da influência confucionista nesse processo, quanto do desenvolvimento do setor de energia da China desde a fundação da RPC em 1949 até 2012 é realizada. Essa investigação é conduzida através da recuperação de fatos históricos importantes e a condução da análise documental com base em documentos oficiais do governo chinês. Já num terceiro momento, investiga-se qual o posicionamento político-econômico chinês contemporâneo (2013-2020) por meio de uma revisão de literatura de acadêmicos chineses especialistas em economia política e segurança energética da China. Assim como se analisa o caso dos projetos de infraestrutura *Belt and Road Initiative* (BRI), *Made in China 2025* (MIC 2025) e *Global Energy Interconnection* (GEI), e das novas tecnologias energéticas chinesas (UHV *grid*, *smart grid* e veículos de nova energia), que tem operado na última década no âmbito doméstico e internacional, a partir de uma perspectiva voltada para o fomento da sustentabilidade e da informatização rumo à transição energética. O objetivo é compreender em que medida a consolidação desses projetos e novas tecnologias energéticas limpas impactam o posicionamento internacional chinês.

**Palavras-Chave:** China. Energia. Transição Energética. Ciclos Sistêmicos de Acumulação. Tecnologia Verde.

## ABSTRACT

The present dissertation aims to understand how China's path towards the global political-economic core has been influenced by the issue of energy transition in the country's 2013-2020 period, and the public policies that have been developed in this direction to achieve these goals. The general objective is to understand how the energy transition impacts China's position within the model of systemic cycles of accumulation proposed by Arrighi (1996; 2008). Assuming that the international system has a cyclical nature that alternates in different cycles, due to technological and energy developments, and the leadership of each era is obtained by those who have control over these two conditions - energy and technology. For this, it is sought from the historical-exploratory method, to make an analysis of the process of development, evolution and projection of the energy issue and the energy transition in China. At first, it is dedicated to understanding the nature of the international system and its functioning through the world-system theory and the systemic cycles of accumulation through Arrighi's (1996; 2008) perspective, as well as how does the economic resurgence of China fits in this issue. From this, it aims to analyze the impact of energy as a power resource for International Political Economy (IPE), and how States use this resource to achieve their national interest. Then, in a second moment, to discover how energy relates to China's political-economic rise. In this part, an analysis of the evolution of both the formation of the Chinese economic political system by studying the role of Confucian influence in this process, and the development of China's energy sector since the foundation of the PRC in 1949 to 2012 is carried out. This investigation is conducted by retrieving important historical facts and conducting documentary analysis based on official Chinese government documents. In a third moment, the contemporary Chinese political-economic position (2013-2020) is investigated through a literature review of Chinese academic specialists in political economy and energy security in China. As well as the case of the Belt and Road Initiative (BRI), Made in China 2025 (MIC 2025) and Global Energy Interconnection (GEI) infrastructure projects, and the new Chinese energy technologies (UHV grid, smart grid and new energy vehicles), which has operated in the last decade in the domestic and international scope, from a perspective focused on the promotion of sustainability and computerization towards the energy transition. The goal is to understand to what extent the consolidation of these projects and new clean energy technologies impact Chinese international positioning.

**Keywords:** China. Energy. Energy Transition. Systemic Cycles of Accumulation. Green Technology.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1</b> – O “Homem de Ferro”, Wang Jinxi .....	73
<b>Figura 2</b> – Pôster de propaganda do governo chinês sobre <i>Daqing</i> .....	74
<b>Figura 3</b> – Mapa de Projeção dos Principais Subprojetos da Belt and Road Initiative (BRI na sigla em inglês) .....	138
<b>Figura 4</b> – Infográfico da Estratégia para a Indústria Automobilística no Âmbito do <i>Made in China 2025</i> .....	145
<b>Figura 5</b> – Mapa do Plano Estratégico de Implementação e Construção da <i>Global Energy Interconnection</i> (GEI) .....	150

## LISTA DE QUADROS

<b>Quadro 1</b> – Fases do setor de energia da China: política energética, objetivos, indústria e desenvolvimento institucional (1950-2020).....	88
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AIIB - Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura

ASEAN - Associação de Nações do Sudeste Asiático

AUKUS - *Australia, United Kingdom, United States*

BM - Banco Mundial

BP - *British Petroleum*

BREP - *Belt and Road Energy Partnership*

BRI – *Belt and Road Initiative*

BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul

CCICED - *China Council for International Cooperation on Environment and Development*

CO<sub>2</sub> - Dióxido do Carbono

CNOOC - *China National Offshore Oil Corporation*

CNPC - *China National Petroleum Corporation*

CNP - *Comprehensive National Power*

CNPs - Companhias Nacionais de Petróleo

CPC - Comitê Central do Partido Comunista da China

CTG – *China Three Gorges*

CT&I - Ciência, Tecnologia e Informação

CSA - Ciclo Sistêmico de Acumulação

CSG - *China Southern Power Grid Co. Ltd.*

EPI - Economia Política Internacional

EUA - Estados Unidos da América

FMI - Fundo Monetário Internacional

GEI – *Global Energy Interconnection*

GEIDCO – *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization*

GWh - Gigawatt-hora

G20 - Grupo dos 20

IA - Inteligência Artificial

ICE - *Internal Combustion Engine*/Veículos de Motor de Combustão Interna

IEA - *International Energy Agency*

IED - Investimento Estrangeiro Direto

IoT - *Internet of Things*/Internet das Coisas

INOCs - *International National Oil Companies*

IPOs - Ofertas Públicas Iniciais

IRENA - *International Renewable Energy Agency*

KMT - Kuomintang

KLP - *Keeping a Low Profile*

kV - Quilovolt

KW - Quilowatt

kWh - Quilowatt-hora

MIC 2025 – *Made in China 2025*

MOFA - Ministério de Relações Exteriores da China

MOFCOM – Ministério do Comércio

MW - Megawatt

NDRC - Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma

NEVs - *New Energy Vehicles*/Veículos de Nova Energia

OCX - Organização para Cooperação de Xangai

ODS - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OMC - Organização Mundial do Comércio

ONU - Organização das Nações Unidas

OPEP - Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PCCh - Partido Comunista Chinês

P&D - Pesquisa e Desenvolvimento



PIB - Produto Interno Bruto

PNUMA - Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente

PPC - Paridade do Poder de Compra

PV - *Photovoltaic*/Fotovoltaico

PWh - *Photovoltaic watt per hour*/fotovoltaico watt por hora

QUAD - Diálogo Quadrilateral sobre Segurança

RAA - Acordo de Acesso Recíproco entre Austrália e Japão

RCEP - Parceria Econômica Regional Abrangente

RMB - Renminbi (Yuan)

RPC - República Popular da China

SASAC - Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado

SEI - *Strategic Emerging Industries*

SFA - *Striving for Achievement*

SGCC – *State Grid Corporation of China*

Sinopec - *China Petrochemical Corporation*

TI - Tecnologia da Informação

TW - Terrawatt

TWh - Terrawatt-hora

UHV – *Ultra High-Voltage*/Ultra Alta-Tensão

UHV-AC – Ultra Alta-Tensão de Corrente Alternada

UHV-DC – Ultra Alta-Tensão de Corrente Direta

UPIoT - *Ubiquitous Power Internet of Things*/O Poder Onipresente da Internet das Coisas

URSS - União Socialista das Repúblicas Soviéticas

VRE - Eletricidade Renovável Variável

ZEEs – Zonas Econômicas Especiais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	18
<b>2. A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO E DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO DE ARRIGHI E O PAPEL DA ENERGIA NA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL</b> .....	23
2.1 A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO, OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E O RESSURGIMENTO DA CHINA PELA PERSPECTIVA DE ARRIGHI.....	23
<b>2.1.1 A Natureza e as Características do Sistema-Mundo na visão de Arrighi</b>	24
<b>2.1.2 O Ciclo Sistêmico de Acumulação do Ressurgimento da China</b> .....	31
2.2 A ENERGIA, A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL .....	39
<b>2.2.1 Fuser e a evolução da energia nas relações internacionais: uma condicionante para o desenvolvimento</b> .....	39
<b>2.2.2 Yergin e a era do petróleo: como os recursos energéticos estão ligados à luta por poder e dinheiro na governança global</b> .....	45
<b>2.2.3 Oliveira e as Estratégias de Segurança Energética</b> .....	50
<b>3. A QUESTÃO ENERGÉTICA NA CHINA: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL DO DESENVOLVIMENTO E DA EVOLUÇÃO DO SETOR</b>	<b>56</b>
3.1 A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA CONFUCIONISTA E DO PRINCÍPIO DO <i>TIANXIA</i> NA FORMAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO-ECONÔMICO CHINÊS: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA .....	57
3.2 UM BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO ENERGÉTICA NA CHINA (1949-2012): DA AUTOSSUFICIÊNCIA A INTERNACIONALIZAÇÃO .....	67
3.3 A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COMO ALTERNATIVA PARA O DESAFIO ENERGÉTICO DUPLO DA CHINA: O PERÍODO DE 2013 A 2020.....	88
<b>4. O IMPACTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA O RESSURGIMENTO DA CHINA NO CENTRO POLÍTICO-ECONÔMICO GLOBAL (2013-2020): DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO AOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E ENERGIA</b> .....	<b>106</b>
4.1 O CAMINHO DA CHINA RUMO AO CENTRO POLÍTICO-ECONÔMICO GLOBAL (2013-2020): O PENSAMENTO ESTRATÉGICO .....	106

4.2 O PAPEL DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E NOVAS TECNOLOGIAS ENERGÉTICAS VERDES PARA O DESENVOLVIMENTO E O POSICIONAMENTO INTERNACIONAL CHINÊS CONTEMPORÂNEO .....	130
<b>5. CONCLUSÃO .....</b>	<b>165</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>176</b>
<b>ANEXO A -</b> Gastos com Defesa em 2002 dos Estados Unidos, China, Japão, Índia, França, Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha em bilhões de dólares (YAN, 2006) .....	191
<b>ANEXO B –</b> Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 dos Estados Unidos, China, Japão, Índia, França, Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha em trilhões de dólares (YAN, 2006) .....	192
<b>ANEXO C –</b> Estrutura de Poder no Início do Século XXI dos Estados Unidos, China, Japão, Índia, França, Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha em trilhões de dólares (YAN, 2006)	193

## 1. INTRODUÇÃO

A China é hoje a segunda maior economia do mundo e a maior produtora e consumidora de energia global (BANCO MUNDIAL, 2021; BRITISH PETROLEUM, 2021), o que a tornou um importante *player* para as relações internacionais e para o mercado energético mundial. Isso faz com que o caminho percorrido pelo país asiático rumo ao centro político-econômico global tenha se tornado um importante objeto de estudo para a Economia Política Internacional (EPI). De acordo com Arrighi (1996; 2008), isto ocorre devido aos efeitos de crise, reestruturação e reorganização que este processo de desenvolvimento provoca na ordem econômica mundial. Pois implica na emergência de um possível novo “ciclo sistêmico de acumulação” de poder, fenômeno recorrente e inerente à natureza e o funcionamento do sistema-mundo. Para ele, os novos ciclos surgem quando há significativa mudança na base produtiva econômica e movimentação nas dinâmicas de poder entre os principais atores do sistema internacional. Neste contexto, Arrighi (2008) sugere a China como potencial novo centro de dinamismo econômico-político mundial para o século XXI.

De modo similar, a questão energética tem figurado como um tema de interesse para os estudos de relações internacionais contemporâneas. Segundo Oliveira (2012) e Fuser (2013), isto ocorre, pois, a energia é parte indissociável do desenvolvimento na história da humanidade, sobretudo, na atualidade em que é um recurso essencial para a conexão de todas as atividades econômicas. Todavia, ainda que a energia esteja presente no processo de desenvolvimento desde os primórdios das civilizações, é apenas com o avanço tecnológico a partir do século XX, que ela passou a ter um uso social maior. Principalmente, após a utilização da queima do carvão para movimentar as máquinas a vapor, e do uso do petróleo como combustível em automóveis que proporcionaram grandes revoluções na forma em que produzimos bens.

Portanto, diante das informações apresentadas, acredita-se que as revoluções tecnológicas se refletem e/ou impactam o uso de recursos energéticos, criando uma espécie de ciclo interligado. Em outras palavras, o avanço em diferentes tecnologias resulta em novas “eras” energéticas, que têm influência nos ciclos sistêmicos de acumulação de poder, pois são determinados pela capacidade de um Estado em expandir-se material e financeiramente. Exemplos de associação desta influência são: o ciclo hegemônico britânico e a era do carvão, e o ciclo hegemônico americano e a era do petróleo. Épocas de grandes avanços tecnológicos, evidente alternância de poder e grandes mudanças político-econômicas no sistema internacional, seja na distribuição de poder entre as grandes potências, ou, em mudanças

drásticas na operação e base industrial econômica dos respectivos períodos (ZAKARIA, 2008; YERGIN, 2009; KISSINGER, 2016). Portanto, observa-se que os ciclos são dominados por quem possui o acesso às fontes energéticas, a capacidade de processamento dos recursos, o alcance à tecnologia necessária e a capacidade de suprir suas demandas por energia (OLIVEIRA, 2012).

Desta forma, diante dos argumentos apresentados, acredita-se nesta dissertação que a China possa estar pleiteando a liderança de um novo ciclo sistêmico de acumulação. Pois, o fenômeno do ressurgimento econômico e agora também político do país asiático, possui as principais características de reestruturação e reorganização descritas por Arrighi (1996; 2008) em seus estudos sobre a governança econômica global. Isto faz com que o estudo do caminho chinês ao centro político-econômico mundial se torne relevante para compreensão deste novo momento do país (2013- 2020)<sup>1</sup>, e de possíveis novos padrões de inserção e ordenação internacional. Sobretudo, no que tange a novos temas como a tecnologia e a energia, os quais têm influência direta e indireta nas cadeias produtivas globais (ARRIGHI, 1996).

Neste contexto, a questão da transição energética tem surgido como uma alternativa contemporânea, quiçá um imperativo, para a solução do desafio duplo de Pequim: suprir sua alta necessidade energética e reduzir as emissões de carbono. Portanto, sugere-se que o novo momento econômico, tecnológico e energético em que a China se encontra constitui bases para investigar uma provável mudança nestes âmbitos. Sendo estes aspectos analisados nesta dissertação a partir do ressurgimento da China rumo ao centro da governança econômica global e da transição energética. Bem como da busca pela liderança em projetos de infraestrutura energética e novas tecnologias verdes de energia, como redes de transmissão em *ultra alta tensão* (UHV *grid*), *smart grids* (redes inteligentes) e veículos de nova energia (NEVs).

Sendo assim, esta dissertação tem como problema de pesquisa a seguinte questão: de que forma o caminho da China rumo ao centro político-econômico global tem sido impactado pela questão da transição energética no período de 2013-2020? Em consoante, o objetivo geral é entender como a transição energética impacta a posição da China dentro do modelo de ciclos sistêmicos de acumulação proposto por Arrighi (1996; 2008). E tendo como hipótese a ideia de que o sistema internacional possui natureza cíclica que se alterna em diferentes ciclos, devido

---

<sup>1</sup> A ascensão da Quinta Geração de Liderança do país - “chefiada” por Xi Jinping - do Partido Comunista Chinês (PCC) trouxe diversas mudanças na condução e elaboração de políticas da China. Por este motivo pode ser considerado um marco “reformista” do posicionamento político doméstico e internacional de Pequim (ZHA, 2016).

às evoluções tecnológicas e energéticas, sendo a liderança de cada período obtido por aqueles que detém o controle dessas duas condicionantes – energia e tecnologia.

Deste modo, justifica-se a escolha deste tema, pois, diante dos argumentos apresentados, tanto o ressurgimento chinês quanto a questão da transição energética são assuntos relevantes para a Economia Política Internacional contemporânea. Neste sentido, esta dissertação surge como uma reflexão através de um objeto de estudo ainda pouco utilizado dentro da disciplina de relações internacionais, a transição energética, com o intuito de contribuir para atenuar a lacuna existente na produção acadêmica sobre a questão da energia neste campo. Além disso, esta pesquisa proporciona um compilado de informações em um esforço de criar uma linha cronológica sobre o desenvolvimento e a evolução da questão energética na China, e como ela tem se relacionado com a economia política, ao longo dos anos. Trabalhando assim, como material facilitador para consulta da comunidade acadêmica às informações e dados que são difícil acesso, seja pela barreira linguística ou epistemológica cultural.

Deste modo, busca-se realizar através do método histórico-exploratório um apanhado amplo e cronológico do desenvolvimento e da evolução da questão energética na China, a fim de identificar possíveis projeções de como a energia e o processo de transição energética podem impactar o posicionamento internacional chinês na governança político-econômica global. Para isto, a metodologia de pesquisa proposta é híbrida, unindo a revisão bibliográfica e a análise documental, a fim de tentar capturar a essência do pensamento político-econômico chinês do século XXI. Portanto, este estudo está dividido em cinco partes, iniciando por esta introdução que apresenta os aspectos metodológicos e o detalhamento da elaboração desta dissertação, seguido de outros três capítulos e as considerações finais.

Em um primeiro momento, no capítulo 2, serão desenvolvidos dois objetivos específicos. O primeiro objetivo é entender a natureza do sistema internacional e seu funcionamento através da teoria do sistema-mundo e dos ciclos sistêmicos de acumulação pela visão de Arrighi (1996; 2008). Para tanto, ao longo do subcapítulo 2.1, o estudo dedica-se a realizar uma revisão de literatura sobre a perspectiva de Arrighi frente ao fenômeno do ressurgimento econômico chinês, analisando as fases dos ciclos sistêmicos de acumulação e o *modus operandi* delas, o que é feito na seção 2.1.1. Já na seção 2.1.2, procura-se tentar entender como o comportamento e a conjuntura contemporânea de Pequim podem indicar que o país está no epicentro do processo de surgimento do novo ciclo de poder.

Neste subcapítulo, são utilizadas fontes secundárias para análise, como os livros de Arrighi “O Longo Século XX” de 1996, e o “Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos

do Século XXI”, juntamente com artigos acadêmicos sobre a teoria do sistema-mundo. Em seguida, no subcapítulo 2.2, adota-se o segundo objetivo específico, que é analisar o impacto da energia como recurso de poder para Economia Política Internacional (EPI), e como os Estados se utilizam desse recurso para atingir o seu interesse nacional. Para este propósito, o subcapítulo é dividido em três partes. Na seção 2.2.1, fala-se sobre a evolução da questão da energia dentro das relações internacionais e como esta é uma condicionante para o desenvolvimento pleno, através de uma revisão bibliográfica dos escritos de Fuser (2013). A seção 2.2.2, por sua vez, aborda a visão de Yergin (2009; 2014; 2020), sobre como a energia – um recurso de poder - está ligada à luta por poder e dinheiro na governança global, com base nos acontecimentos históricos da era do petróleo. Já na seção 2.2.3, disserta-se sobre o estudo de Oliveira (2012), que entende a energia como um recurso essencial para as estratégias governamentais tanto de desenvolvimento, quanto de projeção global.

No capítulo 3, o objetivo específico é compreender como a energia se relaciona com a ascensão político-econômica da China. A fim de responder essa inquietação, o capítulo está dividido em três partes. No subcapítulo 3.1, procura-se realizar um apanhado geral sobre a influência do confucionismo na formação do sistema político-econômico chinês. Com este propósito, é conduzida uma breve revisão bibliográfica abrangendo os principais acontecimentos históricos desde o Império até a República em 1949, construindo uma imagem ampla da conjuntura desse período para entender como os aspectos milenares da história da China impactam na formulação e condução da política econômica do país até a contemporaneidade. O subcapítulo 3.2, por sua vez, tem a intenção de realizar uma revisão geral do desenvolvimento do setor de energia da China desde a fundação da República Popular da China em 1949 até 2012, categorizando o processo de desenvolvimento e evolução da questão energética em quatro fases. Essa investigação é conduzida a partir da recuperação de fatos históricos importantes através de uma revisão bibliográfica e a condução da análise documental com base em dois documentos oficiais do governo chinês, os livros brancos Condições e Políticas de Energia da China (2007) e a Política Energética da China (2012). Já no subcapítulo 3.3, se infere sobre a quarta e atual fase do setor energético chinês, abrangendo período de 2013 a 2020, através de dois principais aspectos: o cenário energético chinês contemporâneo, e a matriz energética atual do país. A ideia é analisar o surgimento da transição energética como alternativa ao desafio duplo da China: suprir sua alta demanda energética e reduzir as emissões de CO<sub>2</sub>. Para isto, é feita uma análise da situação político-econômica chinesa e dos principais fatores debatidos sobre a segurança energética de Pequim, bem como

é conduzida uma revisão de três documentos oficiais: o relatório anual da British Petroleum “Revisão Estatística de Energia Mundial 2021”, o 13º Plano Quinquenal (2016) e o livro branco Energia na Nova Era da China (2020).

No capítulo 4, o objetivo específico é entender em que medida a consolidação dos projetos de infraestrutura e os investimentos em novas tecnologias de energia verde impactam o posicionamento internacional chinês contemporâneo. Este capítulo está dividido em duas partes, no subcapítulo 4.1 é estudado o caminho da China rumo ao centro político-econômico global entre 2013 e 2020, partindo de uma análise do pensamento estratégico chinês contemporâneo, através de uma revisão bibliográfica dos escritos de acadêmicos chineses renomados sobre economia política e segurança energética da China, como Yan (2006; 2013; 2014; 2019), Zha (2015) e Zhang (2012). Já no subcapítulo 4.2, se discorre sobre o papel dos projetos de investimentos em infraestrutura: *Belt and Road Initiative* (BRI), *Made in China 2025* (MIC 2025) e *Global Energy Interconnection* (GEI). E das novas tecnologias energéticas chinesas: *UHV grid*, *smart grid* e veículos de nova energia. Os quais têm operado na última década no âmbito doméstico e internacional, a partir de uma perspectiva voltada para o fomento da sustentabilidade e da informatização da economia. Para tanto, são analisados sites oficiais dos projetos, documentos do governo chinês como o livro branco Energia na Nova Era da China (2020), e o Plano de Ação para a Redução das Emissões de Dióxido de Carbono Antes de 2030 (2021), e artigos de acadêmicos que analisam as iniciativas. Ademais, ainda são utilizados alguns dados que demonstram os avanços chineses no mercado de energia renovável ao longo do século XXI.

Por fim, seguem-se as considerações finais em que se aponta se há uma relação direta e/ou indireta entre a busca ativa da China pela transição energética e o caminho do país asiático rumo ao centro político-econômico global. E como este movimento de descarbonização, pode fazer parte de uma estratégia nacional para o desenvolvimento do país e a sua projeção global. Além disso, são feitas algumas projeções sobre onde esses projetos, investimentos e tecnologias devem chegar nos próximos anos, e quais os ganhos desses para a consolidação da China como ator central da governança político-econômica global.



## 2. A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO E DOS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO DE ARRIGHI E O PAPEL DA ENERGIA NA ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

Para entender de que forma o caminho da China rumo ao centro político-econômico global tem sido impactado pela questão da transição energética. Em primeiro lugar, é necessário realizar uma análise teórica para compreender a natureza e o *modus operandi* do sistema internacional, e assim interpretar o ressurgimento econômico da China dentro deste contexto. Para então, posteriormente buscar entender o papel da energia como condicionante nas dinâmicas de poder dentro da Economia Política Internacional (EPI).

Neste sentido, o marco teórico escolhido para realizar esta pesquisa é a teoria do sistema-mundo e dos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA), a partir da perspectiva de Arrighi em seus trabalhos sobre o sistema econômico global, o que é discutido no subcapítulo 2.1. Nesta parte a análise é realizada a partir das obras “O Longo Século XX” de 1996, no qual o autor analisa as origens do sistema-mundo capitalista, assim como “Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos para o Século XXI” de 2008, em que o autor investiga o crescimento econômico da China na conjuntura da atual governança econômica global. Nestes estudos, Arrighi investiga modelos de desenvolvimento econômico, e as origens e transformações do sistema econômico global e seus impactos na governança mundial, fazendo uso da teoria do sistema-mundo, a partir de um viés teórico neomarxista das relações internacionais, abarcando uma visão crítica do modelo capitalista e da governança econômica internacional.

Por fim, no subcapítulo 2.2 são utilizados alguns estudos de acadêmicos que refletem sobre a temática da energia nas relações internacionais contemporâneas, sendo estes Fuser (2013), Yergin (2009; 2020) e Oliveira (2012) respectivamente. Eles defendem o papel da energia como sendo de importância central para a interpretação da distribuição de poder no sistema internacional. Sendo assim, estas análises são utilizadas para realizar uma interpretação da energia como condicionante para os fenômenos das dinâmicas de poder do sistema-mundo contemporâneo.

### 2.1 A TEORIA DO SISTEMA-MUNDO, OS CICLOS SISTÊMICOS DE ACUMULAÇÃO E O RESSURGIMENTO DA CHINA PELA PERSPECTIVA DE ARRIGHI

A teoria do sistema-mundo segundo Arrighi (1996), analisa a natureza do sistema internacional e seu *modus operandi* frente a governança econômica global capitalista, a qual o

autor defende ser cíclica. Isto é, a hegemonia passa por períodos de alternância de poder em diferentes momentos econômicos devido a conjuntura de acumulação de capital. Portanto, para fins desta pesquisa dividiu-se essa revisão bibliográfica teórica em duas partes: a natureza e as características do sistema-mundo pela perspectiva de Arrighi na seção 2.1.1, e o ciclo sistêmico de acumulação do ressurgimento da China na 2.1.2. O objetivo é entender de que forma o ressurgimento econômico chinês, pode ser resultado não apenas do acelerado desenvolvimento do país, mas também de um fenômeno cíclico conjuntural.

### 2.1.1 A Natureza e as Características do Sistema-Mundo na visão de Arrighi

Para entender o sistema internacional contemporâneo, é preciso compreender que ele é constituído de dois processos históricos: a criação dos Estados nacionais e a formação do sistema capitalista. Estes processos são os alicerces para a criação do sistema-mundo, tendo dado base para a ordenança global e o entendimento da relação entre o dinheiro e o poder na formação de nosso tempo. Por estes motivos, Lorenzoni (2002, p. 185), acredita que se pode entender que “a noção do capitalismo moderno” deve partir da abordagem interpretativa do capitalismo histórico. Ou seja, é necessário revisitar a história para reconstruir temporalidades estruturais, a fim de entender padrões e tradições de comportamento dos Estados dominantes e emergentes dentro de seus respectivos ciclos sistêmicos de acumulação (CSA).

Neste sentido, Arrighi (1996) tendo como inspiração os estudos de Braudel (1982) e Wallerstein (1974; 1980; 1989) sobre o *Longue Durée*<sup>2</sup> e a natureza do sistema econômico mundial, busca a partir de um esquema interpretativo analisar a evolução histórica do capitalismo mundial (BRUSSI, 2011). Ele entende que o sistema-mundo baseado na existência de Estados-Nação e uma divisão internacional do trabalho capitalista é de natureza hegemônica cíclica. Neste contexto, a primazia mundial alterna entre os principais *players* e o estado de auge e decadência, devido a constante expansão econômica motivada pela acumulação de capital. Em outras palavras, a estrutura econômica capitalista aliada a expansão territorialista

---

<sup>2</sup> O conceito de *Longue Durée*, (“longa duração” em tradução livre para o português), cunhado por Fernand Braudel (1949), trata da concepção de temporalidade plural, que “ênfatisa os pressupostos teóricos e metodológicos subjacentes à prática da história serial como o meio para reconstruir tais ‘temporalidades estruturais’” (TOMICHI, 2011, *tradução nossa*) do sistema internacional. Este conceito foi utilizado como ferramenta prática para a investigação histórica por Braudel, e posteriormente revisitado por Arrighi (1996) em seu livro o “O Longo Século XX”, no qual o autor introduz a ideia de “longos séculos” que geram os ciclos sistêmicos de acumulação. Para mais informações sobre o conceito de *Longue Durée*, acessar o artigo “*The Order of Historical Time: The Longue Durée and Micro-History*”, disponível em: <https://www.scielo.br/j/alm/a/dF7D8LWPFhCjtjmx7NKbtQk/?lang=en&format=pdf>.

da época que foram criadas (século XIX), proporcionou “a formação e a expansão da economia capitalista mundial, refletindo assim uma continuação, através de meios diferentes e mais eficazes das buscas imperiais dos tempos pré-modernos” (LORENZONI, 2002, p. 186)

Desta maneira, o comportamento destes Estados reflete estruturas e processos que perduraram ao longo dos “longos séculos”, não só por tendências e conjunturas econômicas, políticas e/ou sociais, mas como pilares basilares que constituem o modelo deste sistema. Para Arrighi (1996, p. 6), a fórmula geral de Karl Marx para o capital<sup>3</sup> representa um “padrão reiterado do capitalismo histórico como sistema mundial”. Sendo sua principal característica a “alternância de épocas de expansão material (fases DM de acumulação de capital) com fases de renascimento e expansão financeiros (fases MD’)”, e quando somados esses dois períodos se forma o “ciclo sistêmico de acumulação (DMD’)”. Isto é, o sistema-mundo é constituído de um processo cíclico e recorrente em três partes: longos períodos de crise, reestruturação e reorganização. E esse processo cria um modelo de constante mudanças com descontinuidade hegemônica, que devido às condições sistêmicas estruturais e a emergência de um novo poder, apresenta uma nova forma mais eficiente para a acumulação material, sendo então o poder consolidado substituído a partir de uma reorganização da ordem econômica por um novo poder emergente.

Esta constante movimentação cíclica de poder, foi apurada por Arrighi a partir da interpretação histórica dos períodos de dominação de Gênova, Holanda, Grã-Bretanha e Estados Unidos<sup>4</sup>. Que são os principais articuladores de diferentes etapas do desenvolvimento do sistema capitalista, e que ele classificou como “ciclos sistêmicos de acumulação” (CSA) (ARRIGHI, 1996, p. xi). Portanto, ele entende este fenômeno de “longos séculos” como

[...] uma decorrência lógica dessa relação estritamente instrumental do capitalismo com o mundo do comércio e da produção [...]. Ou seja, as expansões financeiras são tomadas como sintomáticas de uma situação em que o investimento da moeda na expansão do comércio e da produção não mais atende, com tanta eficiência quanto às negociações puramente financeiras, ao objetivo de aumentar o fluxo monetário que vai para a camada capitalista (ARRIGHI, 1996, p. 8).

<sup>3</sup> Segundo Arrighi (1996, p. 5), a fórmula do capital DMD’, pode ser entendida como “O capital-dinheiro (D) significa a liquidez, flexibilidade e liberdade de escolha. O capital-mercadoria (M) é o capital investido numa dada combinação de insumo-produto, visando ao lucro; portanto, significa concretude, rigidez e um estreitamento ou fechamento das opções. D’ representa a *ampliação* da liquidez, da flexibilidade e da liberdade de escolha.”

<sup>4</sup> Segundo Arrighi (1996), cada um dos poderes hegemônicos citados passou pela transformação de um Estado com sistema sustentado a partir da troca comercial para um sistema financeiro de acumulação, ou seja, deixando de ter uma economia dependente do comércio de bens para a financeirização através de bancos. Neste sentido, ao invés de apenas “ganhar dinheiro”, os agentes hegemônicos passaram a possuir a capacidade de multiplicá-lo. Para mais informações ver Arrighi (1996, p. 5-10).

Em outras palavras, o ciclo sistêmico de acumulação consiste em um processo de intensificação e expansão na forma qualitativa em que o Estado dominante realiza a acumulação de capital em escala global, e faz parte do processo da evolução do sistema capitalista. Neste processo, o Estado em questão passa a ter uma nova fonte de acumulação material ou forma de extração de excedentes normalmente motivada por avanços tecnológicos na cadeia de produção econômica e pelo acúmulo de poder de determinado ator (BRUSSI, 2011). Desta forma, os ciclos sistêmicos de acumulação operam em duas fases: a expansão material, que consiste na consolidação da hegemonia a partir da liderança e controle do fluxo de mercadorias e da força de trabalho que passa a operar baseada nesta nova evolução tecnológica na esfera produtiva; e a expansão financeira, momento em que a produção já não gera mais lucros de forma satisfatória aos capitalistas, que passam, portanto, a gerar excedente a partir de negociações financeiras (OURIQUES, 2011).

Neste contexto, nota-se que quando a expansão material atinge um limite de capacidade acumulativa, o poder dominante passa a mudar o paradigma do sistema para longe dos investimentos em trocas comerciais e produção, e em direção especulação financeira. No entanto, esse processo é gradual e lento, criando uma das principais características do fenômeno dos CSA que é a sobreposição das fases do ciclo, ou seja, a expansão material e a financeira passam a ocorrer paralela e simultaneamente. A partir do momento em que a fase material inicia o seu declínio, a financeira inicia a sua expansão rumo ao auge, até que esta encontra o período de crise, assim, portanto, completando as três etapas do CSA. Desta maneira, ao atingir a fase de expansão financeira, o Estado dominante é levado a um momento de grande prosperidade e ressurgimento de poder, que entretanto, acaba sendo curto e um prelúdio da etapa de crise hegemônica e apresentação de um novo centro econômico global (SILVER; ARRIGHI, 2019).

A natureza do sistema, portanto, cria um regime de acumulação de capital em escala mundial. O qual é operado por agentes estatais, para a concretização de estratégias e estruturas a fim de que estes atores preponderantes promovam a reestruturação e reorganização na governança econômica global dentro do modelo capitalista. Esta visão é baseada na premissa braudeliana do *Longue Durée* estudada e ampliada por Arrighi para a análise dos períodos séculos XX e posteriormente XXI. Destarte, Arrighi (1996) sugere que Braudel encara tanto o surgimento quanto a expansão do capitalismo como intrinsecamente ligados e dependentes do poder estatal, culminando assim no fenômeno da economia de mercado. É a partir da fusão do Estado com o capital, na Europa, que ocorre a expansão do capitalismo para um novo sistema “universal”, ou seja, o nascimento do sistema-mundo capitalista moderno.

Em relação às principais características dos ciclos sistêmicos de acumulação, Arrighi destaca seu aspecto expansionista, sobretudo, no que diz respeito à tendência de aumento no tamanho, no poder e na complexidade do conjunto governo-empresariado dominante de um longo século para o outro (SILVER; ARRIGHI, 2019). Neste sentido, a cada era de poder, cada Estado obtinha um poderio crescente em recursos e capital, bem como seu poder era exercido sobre um território maior e uma gama mais abrangente de recursos. Portanto, o aumento na escala e no alcance do poder foi o que permitiu que estes Estados pudessem controlar o sistema que regiam e operavam. Deste modo, pode-se concluir que os ciclos sistêmicos de acumulação estão associados a dois fatores: a competição interestatal, e a geração de estruturas políticas e sociais complexas para a manutenção do controle do sistema em que estão inseridas (ARRIGHI, 1996).

A despeito da relativa estabilidade que a ação dos agentes hegemônicos traz (a não degeneração completa do sistema), ao durante as fases do CSA, essas características supracitadas fazem com que o sistema-mundo viva em um estado permanente de conflito. Porque o processo de competição é constante entre os Estados na busca pelo capital e poder, ocasionando ao modelo inconsistência e estabilidade simultaneamente, assim gerando profundas crises e guerras, que acabam por criar longos períodos de transição. Em relação a estes períodos de mudança, esses sempre ocorrem mediante a “longos períodos de luta interestatal” entre o dominante e o futuro dominador. Ao passo que, o desafiante, via de regra, estabelece domínio sobre as fontes mais abundantes de excedentes e adquire a capacidade para organizá-la e regulá-la, estabelecendo assim um novo ciclo de crise, reestruturação e reorganização (ARRIGHI, 1996).

Portanto, a partir do momento em que a expansão do ciclo vigente não mais consegue sustentar-se, o novo poder dominante rompe com as estruturas políticas e econômicas criadas pelo seu antecessor (BRUSSI, 2011). Atualmente, pode-se entender uma movimentação neste sentido com a insatisfação dos poderes emergentes com as estruturas e mecanismos econômicos multilaterais tradicionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM) e a Organização Mundial do Comércio (OMC). Estes poderes julgam que estas organizações são fundadas a partir de premissas que favorecem uma conjuntura dominada pelo ocidente, a qual não reflete o pluralismo econômico do século XXI. A insatisfação dos emergentes pode ser traduzida com a articulação para a criação de uma diversa gama de multilaterais alternativos que têm surgido a partir da virada do milênio, como por exemplo: G20, BRICS, e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB na sigla em inglês).

Então, a cada novo ciclo a nova liderança e seus aliados definem os fundamentos que este período de expansão carregará, ao identificar as falhas em seu antecessor e entender qual o melhor “caminho” para fortalecer e seguir em seu processo de expansão material. Dentro desta perspectiva, a ideia de “internalização de custos” é apresentada como uma das razões para a facilidade nesse processo de expansão. Conforme Silver e Arrighi (2019, p. 61, *tradução nossa*) explicam a seguir:

Na época da expansão material centrada nos genoveses, a República de Gênova era uma cidade-estado. Era pequeno em tamanho, simples em organização, profundamente dividido socialmente, bastante indefeso militarmente e, segundo a maioria dos critérios, um Estado fraco em comparação com todas as grandes potências da época. A riqueza de Génova tornou-a um alvo tentador para a conquista, mas por não ter qualquer poder militar significativo, os genoveses tiveram que depender para sua proteção dos monarcas ibéricos de quem "compraram proteção". A república holandesa, em contraste, era uma organização maior e muito mais complexa do que a república de Gênova. Na época da expansão material centrada na Holanda, era poderosa o suficiente para conquistar a independência da Espanha imperial, criar um império altamente lucrativo de postos avançados comerciais e manter afastados os desafios militares da Inglaterra e da França. Assim, ao contrário dos genoveses, os holandeses não precisavam "comprar" proteção de outros estados; eles "produziram" sua própria proteção. Os holandeses, em outras palavras, "internalizaram" os custos de proteção que os genoveses haviam externalizado [...].

De modo similar, a transição entre os ciclos holandês e britânico proporcionou a oportunidade da internalização de custos de produção, uma vez que, o Reino Unido era um Estado nacional desenvolvido com um império comercial e territorial mundial que possibilitou aos seus grupos dominantes e sua classe capitalista o comando e a apropriação sem precedentes sobre os recursos humanos e naturais do mundo. Isto é, os britânicos não precisavam depender de nenhum poder externo para produzir bens manufaturados, a sua principal ferramenta de lucratividade comercial.

Por fim, no caso da transição de poder entre o Reino Unido e os Estados Unidos, o processo de internalização ocorreu no âmbito dos “custos de transação”, pois o país foi “pioneiro na formação de corporações multinacionais verticalmente integradas”, o que proporcionou a classe capitalista norte-americana a “internalização dos mercados dos quais dependia a auto expansão de seu capital” (ARRIGHI; SILVER, 2019, p. 63, *tradução nossa*). Desta maneira, seguindo esta lógica de internalização de custos, pode-se interpretar que no atual momento, em que a China se apresenta como Estado emergente e possível novo centro político-econômico global, ela estaria internalizando os custos da renovação energética e ambiental - a partir do processo de transição energética – pois, o atual poder consolidado, os EUA, não tem apresentado propostas para “atacar” os problemas da crise energética, climática e

ambiental/ecológica que o planeta tem enfrentado de forma cada vez mais forte no século XXI. Neste sentido, as medidas de redução de emissões de carbono e os investimentos chineses no aumento da produção e consumo de energia renovável, demonstram ao menos uma tentativa da internalização desses custos.

Logo, ao analisar os exemplos que a revisão histórica apresenta, pode-se entender que esse processo de internalização de custos é “decidido” de forma orgânica a partir das demandas que o poder recém estabelecido identificou ao longo do período de crise, mas principalmente pelas suas próprias necessidades, o que atualmente tem sido demonstrado muito mais no campo geoeconômico<sup>5</sup> e no suprimento de demandas por recursos para a sustentação de sua própria expansão. Sendo assim, a cada ciclo novos interesses hegemônicos surgem de acordo com o que o tempo, os atores, e as classes querem e necessitam. Logo, o poder emergente cria novos atores, evidenciando assim a característica renovadora dos ciclos sistêmicos de acumulação.

Desta maneira, Arrighi (1996) argumenta que é necessário ter uma visão ampla ao analisar os ciclos sistêmicos de acumulação, não apenas abarcar uma visão convencional sobre o poder estatal, mas considerar fatores para além das capacidades militares e a autossuficiência como condicionantes para a geração e acumulação de excedentes. Isto é, incluir como parte do processo de análise elementos considerados essenciais para o funcionamento, desenvolvimento e crescimento de um Estado, como por exemplo: energia, alimentos e segurança militar. É importante ressaltar, que estes fatores não necessariamente precisam ser endógenos a determinado Estado para que este estabeleça uma posição de poder na governança global, uma vez que o hegemona, via de regra, pode adquirir tais recursos a partir de sua influência e poder no sistema internacional. Podendo este poder ser exercido por diferentes meios, sejam eles competitivos ou cooperativos, e conquistados por distintas vias, sejam elas militares, econômicas, comerciais, financeiras ou diplomáticas.

Neste tocante, Arrighi (1996) traz alguns argumentos utilizados por Max Weber, Karl Marx e Adam Smith de forma conjecturada quanto a tipologia do poder e o contexto histórico. Por exemplo, estes autores salientam a importância do fator da colonização, que estabeleceu um padrão financeiro e econômico conjuntural favorável ao ocidente em detrimento aos povos não ocidentais, para a análise dos ciclos sistêmicos de acumulação. Para eles, a conjuntura econômica que favoreceu o ocidente - a “superioridade de força” - conseguiu impor um regime

---

<sup>5</sup> Para fins desta dissertação a ideia de geoeconomia segue o conceito apurado por Blackwill e Harris (2016, p. 20, *tradução nossa*) que entende o termo como: “O uso de instrumentos econômicos para promover e defender os interesses nacionais e para produzir resultados geopolíticos benéficos; e os efeitos das ações econômicas de outras nações sobre os objetivos geopolíticos de um país.”

de extração do excedente e acumulação dos benefícios explorando os povos colonizados para então dominar o ciclo. Desta maneira, o poder pode ser impelido de diferentes formas e com diferentes fins, e a possibilidade de utilização de diferentes formas está intimamente ligada à conjuntura sistêmica de determinado período.

Neste sentido, o processo de descolonização impeliu um breve período de diminuição desta defasagem de poder, após a divisão mundial tripartite entre “Primeiro, Segundo e Terceiro Mundo”<sup>6</sup>. Este fenômeno constituiu uma divisão internacional do trabalho em que os mais prósperos necessitavam dos recursos naturais e da mão de obra do “Terceiro Mundo”, e, portanto, geraram um escoamento de recursos em forma de capital e tecnologia. Ainda que estes acontecimentos não tenham concretizado uma reversão do *status quo*, este não retornou ao que outrora era, mas, por outro lado, intensificou as divergências geopolíticas já estabelecidas por este ordenamento desigual (ARRIGHI, 1996).

Ademais, é um consenso estabelecido entre autores da EPI como Wallerstein e Arrighi, que a ordem econômica mundial regida pelos Estados Unidos está em declínio. Todavia, o modelo capitalista não necessariamente está, assim como esta crise na hegemonia estadunidense, não significa que esta nação perderá a sua influência no sistema internacional. Estes acontecimentos, engendraram, assim, teorias de uma possível equalização de poderes num contexto de uma nova ordem econômica internacional a surgir, a qual provavelmente trará uma nova espécie de poder, devido às suas características expansionista e renovadora. Mas qual seria esse tipo de poder?

Nesta conjuntura, os longos períodos de transição se referem a um momento de reorganização significativa tanto na base produtiva quanto na liderança do sistema mundial. O que nos remete aos dois objetos de estudo desta dissertação, o ressurgimento econômico da China, e o papel da energia e da transição energética como condicionantes do estabelecimento de um novo ciclo sistêmico de acumulação. Neste tocante, o final do século XX e o início do século XXI proporcionaram mudanças que apontam para uma mobilidade geográfica do eixo econômico global para a Ásia oriental. Pode-se concluir isto, através de uma análise de padrões seguidos por toda a existência do modelo capitalista, bem como a incapacidade de sustentação do modelo energético fóssil no médio e longo prazo como combustível do desempenho das atividades econômicas contemporâneas.

À vista disso, sugere-se que o novo momento econômico, tecnológico e energético em que a China se encontra, constitua bases para investigar uma provável transição cíclica nesses

---

<sup>6</sup> Estas são as expressões utilizadas por Arrighi (1996) no texto do seu livro.



âmbitos. Isto é, o ressurgimento político-econômico da China no eixo central da governança econômica global, a transição energética em busca da neutralização de carbono e o investimento em diferentes fontes renováveis e limpas, bem como uma transição tecnológica, a partir da busca pela liderança em novas tecnologias energéticas, como redes de transmissão em ultra alta tensão (UHV na sigla em inglês), veículos elétricos (NEVs na sigla em inglês) e painéis fotovoltaicos (PV *panels* na sigla em inglês). Sendo assim, seria o século XXI o momento para um ciclo de poder da China?

### **2.1.2 O Ciclo Sistêmico de Acumulação do Ressurgimento da China**

Após a análise da governança econômica global do século XX, a partir da teoria do sistema-mundo, Arrighi (2008) passa a estudar o caso específico do desenvolvimento da China, e o seu papel para a governança político-econômica das relações internacionais contemporâneas. Principalmente, os fatores conjunturais endógenos como a relação com a natureza e o *modus operandi* do sistema-mundo. Em seu livro “Adam Smith em Pequim: Origens e Fundamentos para o Século XXI” lançado na metade final da década de 2000, o autor eleva a sua análise para interpretar o caminho que a China percorre para chegar ao centro político-econômico global.

Nesta análise, Arrighi (2008) entende que devido à natureza hegemônica cíclica do sistema internacional, a alternância de poder é decorrente não somente da natureza do sistema-mundo, mas também das ações e reações dos agentes nele inseridos. Ou seja, a decadência ou auge de determinado ator é o resultado das interações diretas e indiretas, endógenas e exógenas, domésticas e internacionais dos atores que ocupam posições de poder no sistema. Portanto, a fim de compreender o caso chinês, é necessário entender não somente a natureza e o funcionamento do sistema, mas também o contexto que as demais potências tradicionais e emergentes desempenham neste fenômeno. Neste sentido, o ressurgimento chinês não somente está ligado a decisões de suas escolhas políticas e reformas econômicas internas, mas também a sua relação com os demais Estados e as condições políticas favoráveis à alternância de poder do sistema internacional.

Desta forma, Arrighi (2008, p. 17) traz a ideia de ressurgimento econômico da Ásia Oriental tendo a China como centro, devido às contribuições históricas da região para o desenvolvimento da economia mundial. Para ele, a região esteve na “vanguarda do desenvolvimento por pelo menos dois mil anos”, (até o século XVIII), atravessando

posteriormente um grande período “obscuro” econômica e politicamente. Paralelamente, a Europa passava por um momento de grande desenvolvimento em escala, ao entrar na esteira do desenvolvimento com o advento do sistema econômico capitalista, o que permitiu que a região se tornasse o centro econômico global por cerca de dois séculos.

Deste modo, para Arrighi (2008), o primeiro sinal de que há uma transferência de poder em curso é o renascimento econômico da Ásia Oriental - processo iniciado nas décadas de 1950 e 1960 pelo Japão. Seguido na década de 1970 a 1980 pela Coreia do Sul, Taiwan, Hong Kong, Singapura, Malásia e Tailândia. E, por fim, começando na década de 1990 e se fortalecendo no início dos anos 2000, culminando na expansão econômica da China. Este fenômeno é resultado da “revolta” contra o ocidente que instou condições políticas para a passagem de poder social e econômica para o “não-ocidente”, como reflexo dos movimentos de independência que ocorreram por toda a África e Ásia no início do século XX. Assim como da “migração” do fluxo de investimentos em capital e tecnologia dos grupos capitalistas dominantes para a Ásia, o que proporcionou a modernização econômica da região e ajudou a moldar uma nova ordem internacional contemporânea.

Neste contexto, Arrighi (2008, p. 18) afirma que há um novo ciclo sistêmico de acumulação de poder em curso e que ele está em movimento para a Ásia, com a China como “centro de expansão econômica e comercial mais dinâmico do mundo”. O comportamento econômico, político e social desta fase é caracterizado pelo dinamismo chinês frente à expansão econômica da Ásia oriental. Ao passo que os Estados Unidos - detentores da dominação do atual ciclo - se preparavam para idealizar uma política externa focada em solidificar sua liderança mundial após os acontecimentos de 11 de setembro de 2001, com o projeto de “Novo Século Norte-Americano”, que acabou sendo frustrado, depois da fracassada empreitada militar no Iraque. Estes dois fatores moldam uma conjuntura favorável ao ressurgimento chinês e trazem à tona teorias de uma possível equalização na governança global, quiçá um desafio à ordem econômica global. No entanto, é necessário ponderar sobre como e quando essa transferência de poder se dará e o que isso significará para o sistema internacional.

Em um primeiro momento, pode-se interpretar que o ressurgimento da Ásia oriental, e principalmente o “milagre econômico chinês”<sup>7</sup>, significam ao menos uma espécie de equalização de poder entre a China e as potências “tradicionais” - aqui entendido como o eixo

---

<sup>7</sup> Refere-se ao fenômeno do crescimento chinês em escala entre 1978 e 2012 que manteve uma média de 10% ao ano, o que transformou o país asiático de mais pobre para a segunda maior economia do mundo em pouco mais de três décadas. Para mais informações sobre o “milagre econômico chinês”, ver Visentini (2011, p. 61-65). Este período da economia da China será apresentado em maior detalhe no capítulo 3.

ocidental europeu e estadunidense que tem dominado o sistema econômico pelos últimos dois séculos. O que coloca as interações dos principais *players*, Estados Unidos da América e China, bem como as dinâmicas regionais entre Pequim e seus vizinhos como atores chave para essa transformação neste novo momento do sistema-mundo.

Considerando que os ciclos sistêmicos de acumulação defendidos por Arrighi (1996), se sobrepõem ao longo das fases de declínio do poder consolidado, e a ascensão do poder emergente. Os Estados Unidos, detentores da posição hegemônica desde 1870, tendo essa posição incontestada entre 1945 e o início da década de 1970, possuem um peso relevante nesta análise. A relação sino-estadunidense no século XXI está passando para um estágio de interdependência e cooperação no âmbito econômico - a China sendo o principal credor da dívida externa estadunidense, e os EUA o principal parceiro comercial chinês -, ao passo que aumentam as divergências e desconfianças no âmbito político - cresce a competitividade por influência geopolítica, sobretudo, na Ásia Oriental (ARRIGHI, 2008).

Como fruto desta dinâmica “ioiô”, temos o fenômeno atual conhecido como Guerra Comercial, disputa geoeconômica iniciada a partir de 2018 com a imposição de tarifas alfandegárias aplicadas por Washington à Pequim, na administração Trump. Seguida de diversas medidas de contenção econômica como o banimento de aplicativos chineses, a proibição de empresas de tecnologia chinesas de participarem do estabelecimento da 5G no país, e as sanções diplomáticas aos oficiais do país (MOTTA, 2018). Esta conduta é continuada pela administração Biden com a adoção de uma postura mais ríspida geopoliticamente. Desde então, os governos chinês e estadunidense têm constantemente protagonizado episódios de hostilidade político-econômica mútua, a fim de impor sua influência, e tentar conter os avanços um do outro no que consideram seus entornos estratégicos (aqui refere-se principalmente a grande região do Indo-Pacífico)<sup>8</sup>.

Essa postura estadunidense pode ser evidenciada com as primeiras ações diplomáticas implementadas pelo Presidente dos Estados Unidos Joe Biden que consistem na aproximação e restabelecimento das alianças estratégicas com países chave por toda a Ásia. Tendo iniciado essa estratégia com reuniões oficiais de forma presencial com o Primeiro Ministro do Japão Yoshihide Suga, e seguido do Presidente sul-coreano Moon Jae-in. Em ambas as reuniões uma

---

<sup>8</sup> Segundo o Departamento de Estado dos EUA (2022), a região do Indo-Pacífico engloba todos os países e seus mares adjacentes que estão presentes nos Oceanos Índico e Pacífico respectivamente, criando uma macro região estratégica para Washington. Em consoante, no ano de 2022 o governo dos Estados Unidos formalizou sua estratégia para a conduta norte-americana na região no formato de informativo. Para mais informações sobre esse novo plano de ação estadunidense para a região, acessar o informativo no site: <https://www.state.gov/translations/portuguese/informativo-estrategia-dos-estados-unidos-para-o-indo-pacifico/>.

das principais pautas foi o crescimento chinês, tendo resultado inclusive em declarações conjuntas que tocam em tópicos sensíveis para Pequim, como a questão de Taiwan, as mudanças no sistema eleitoral de Hong Kong, a acusação de supostas violações de direitos humanos em Xinjiang, a origem do coronavírus, e até mesmo a revogação dos limites de capacidade de construção de mísseis balísticos pelos sul-coreanos<sup>9</sup> (CHAGAS, 2021).

Além disso, os Estados Unidos têm focado no fortalecimento do Diálogo Quadrilateral sobre Segurança (Quad) - que é composto por Japão, Índia, Austrália, e claro, os EUA - criado em 2004 e que opera como diálogo para discussões informais sobre a segurança geopolítica da região do Indo-Pacífico. O presidente Joe Biden tem buscado uma aproximação com os países membros para definir a agenda de segurança marítima da região, e outros assuntos atuais como o combate à pandemia de covid-19, o ciberterrorismo, e a mudança climática, assuntos que a nova administração norte-americana tem estabelecido como foco de sua política externa (SHARE AMERICA, 2021). Existem também indícios de um movimento em tentativa de criar um segundo mecanismo do tipo na região da Ásia Central com a participação do Paquistão, Afeganistão e Uzbequistão. Esse agrupamento pode ser chamado de C-Quad ou Quad Continental, com foco em melhorar a conectividade regional e entendido como um diálogo intrinsecamente geoeconômico, mas que vai de encontro com a ideia da nova condução da política externa de aproximação com a Ásia, ao mesmo tempo que cria uma alternativa ao projeto chinês de infraestrutura da *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês)<sup>10</sup> (KORYBKO, 2021).

Desta maneira, é notável o retorno da crescente presença da influência estadunidense na Ásia, o que aponta para uma especulação de que essa movimentação para a região mais dinâmica do mundo, esteja ocorrendo como reflexo ao avanço econômico e político chinês no sistema internacional, e uma tentativa de conter os esforços chineses de crescimento. Ao passo que Washington vem tentando aumentar sua influência no local, Pequim tem respondido ao tentar melhorar sua relação com alguns de seus vizinhos, com destaque para os países membros da Associação de Nações do Sudeste Asiático (ASEAN), a Ásia Central através da Organização para Cooperação de Xangai (OCX) e do megaprojeto da *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês), a península coreana especialmente com Seul, bem como com Nova Delhi, em uma

---

<sup>9</sup> Para mais informações sobre as políticas estadunidenses para a China e a região do Indo-Pacífico veja os boletins “O que dizem lá?” #03, #04, #05, #06 e #07. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/o-que-dizem-la/>

<sup>10</sup> É discutido em maiores detalhes sobre a iniciativa BRI no capítulo 4.

tentativa de amenizar as tensões criadas após o confronto militar ocorrido em junho de 2020 na fronteira contestada entre os dois países<sup>11</sup>.

Destaca-se aqui que a China tem utilizado a estratégia de aproximação de seus vizinhos majoritariamente no âmbito geoeconômico para obter ganhos geopolíticos. Baseada nas ideias de sua nova diretriz de diplomacia econômica conhecida como “Sonho Chinês”<sup>12</sup>, inaugurada na quinta geração de liderança<sup>13</sup> do país em 2013, essa perspectiva busca o multilateralismo, o pragmatismo e os ganhos mútuos como motor para o crescimento econômico conjunto, focando na prosperidade e estabilidade doméstica e regional (ZHA, 2015, p. 86-88). O principal objetivo desta filosofia é melhorar as relações com seus vizinhos, que atualmente não é muito positiva, mas possui potencial para atingir o pragmatismo considerando os ganhos econômicos mútuos que estes podem obter, ao passo que tenta conter a expansão da influência norte-americana na região.

Por estes motivos, um dos primeiros aspectos estabelecidos por Arrighi (2008), sobre a dinâmica bilateral sino-estadunidense, é que a competição ou desafio chinês futuro não é necessariamente de ordem militar (deste modo não replicando de forma exata a lógica de Guerra Fria), mas sim de ordem política e econômica, vide a já citada Guerra Comercial. Parte disso ocorre, pois, a China tem exercido a estratégia citada acima que está baseada no princípio do “desenvolvimento pacífico”<sup>14</sup>, que apesar de contraditoriamente incluir pesados investimentos na área militar, está muito mais focada no crescimento através de mecanismos geoeconômicos. E a outra parte disso, está ligada aos Estados Unidos estarem envolvidos em conflitos militares que despendem de recursos financeiros maciços no Oriente Médio - como por exemplo: a ocupação do Afeganistão e a Guerra na Síria.

Não obstante, o comportamento das grandes potências dominantes e grandes potências emergentes não podem ser predeterminadas, o que torna a análise da ascensão de um determinado Estado bastante complexa, podendo adotar a via teórica ou a via da realidade

---

<sup>11</sup> Em junho de 2020, ocorreu um confronto direto entre as tropas sino-indianas no Vale de Galwan, ocasionando a morte de militares indianos e chineses, após um conflito travado com “pedras” e “pedaços de madeira”. De acordo com Giovanaz (2020), isso aconteceu porque funcionários de inteligência indiana teriam supostamente identificado um aumento incomum de tropas chinesas na Linha de Controle Real (LAC), fronteira contestada entre os dois países. Desde o ocorrido, as relações bilaterais entre os dois Estados têm permanecido abaladas e incertas.

<sup>12</sup> Este conceito será explorado em maior detalhe no capítulo 4 desta dissertação.

<sup>13</sup> Refere-se à geração de liderança do Partido Comunista Chinês (PCCh), que está à frente do país desde 2013. A contagem das gerações ocorre com a fundação da República Popular da China em 1949, sendo um novo período inaugurado quando existe a troca de presidentes, sendo estes: Mao Zedong, Deng Xiaoping, Jiang Zemin, Hu Jintao e Xi Jinping.

<sup>14</sup> Refere-se ao princípio basilar da Estratégia chinesa de manutenção de um sistema internacional multipolar, globalizado e multicultural para garantir o desenvolvimento pacífico (VISENTINI, 2011). Esse conceito é discutido em maior detalhe no capítulo 4.

política, como apresentado a seguir. A primeira revisa os fatos históricos e cria hipóteses sobre eles e como a reprodução de comportamentos em determinadas situações devem ocorrer, no entanto, ela é essencialmente retrospectiva, e quando não produz sentido a um novo fenômeno é revista. A segunda, por sua vez, analisa os acontecimentos políticos presentes, o que pode ser interpretado como uma análise rasa e sem base, pois não utiliza teoria para tentar descrever e explicar fenômenos de forma consistente (ARRIGHI, 2008).

No caso dos Estados Unidos e da China, acredita-se que estes métodos precisam necessariamente ser combinados para produzir algum resultado analítico satisfatório, ou, no mínimo, plausível. Uma vez que a relação entre Washington e Pequim tem rompido com alguns paradigmas pré-estabelecidos, teoricamente, até o período da Guerra Fria, pois não há uma tendência beligerante, pelo menos não no curto e médio prazo. Conforme já mencionado anteriormente, a natureza do conflito entre os dois Estados parece pairar mais fortemente no campo da economia e da política em detrimento do militar. Apesar dos aumentos com orçamento e arsenal militar por parte dos dois lados, é necessário não subestimar “o papel que os mercados e capital desempenharam historicamente como instrumento de poder por direito próprio.” (ARRIGHI, 2008, p. 318).

Neste sentido, Arrighi propõe uma breve revisão histórica da ascensão hegemônica estadunidense, a fim de identificar possíveis tendências e padrões cíclicos ao declínio norte-americano e ascensão chinesa nessa mudança do centro econômico global. Em consoante, ressalta-se que a ascensão dos EUA não ocorreu por meios militares, mas sim por meios econômicos ao consolidar o seu poder com a crescente acumulação de capital e influência política, enquanto a Grã-Bretanha se afundava em dívidas oriundas da luta na Segunda Guerra Mundial. Portanto,

[...] tudo o que tiveram que fazer foi, em primeiro lugar, deixar a Grã-Bretanha e seus contendores se esgotarem em termos militares e financeiros; em segundo lugar, enriquecer com o fornecimento de bens e de crédito ao contendor mais rico; e, em terceiro lugar, intervir na guerra em fase tardia, para ter condições de ditar os termos da paz e facilitar o exercício de seu próprio poder econômico na maior escala geográfica possível (ARRIGHI, 2008, p. 320).

Atualmente a situação é similar em alguns aspectos, a potência dominante - Washington - possui um poderio militar incomparável ao que qualquer outra nação, não podendo ser diretamente contestada por vias de conflito armado. Não obstante, os EUA seguem envolvidos em diversos confrontos militares onerosos financeiramente, sendo o principal deles a Guerra do Afeganistão, a qual o país gastou mais de US\$ 2 trilhões em 20 anos de conflito, e apesar da

retirada de suas tropas terem ocorrido em agosto de 2021, o governo estadunidense segue arcando com custos na região (COELHO, 2021). Nestas circunstâncias, Arrighi (2008, p. 320) sugere que a melhor estratégia para a China seria repetir os passos dos norte-americanos diante da Grã-Bretanha, conforme descrito a seguir:

Não seria do máximo interesse da China, em primeiro lugar, deixar os Estados Unidos se exaurirem em termos militares e financeiros numa guerra interminável ao terror; em segundo lugar, enriquecer com o fornecimento de bens e de crédito a uma superpotência norte-americana cada vez mais incoerente; e, em terceiro lugar, usar a expansão de seu mercado nacional e de sua riqueza para conquistar aliados (inclusive algumas grandes empresas norte-americanas) na criação de uma nova ordem mundial centrada na China, mas não necessariamente militarmente dominada por ela? (ARRIGHI, 2008, p. 320).

Desta forma, Arrighi demonstra que há uma tendência já enunciada pelo início do último ciclo sistêmico de acumulação de capital e, do não confronto militar direto entre o poder dominante e o emergente. Ou seja, há possibilidade de as relações sino-estadunidenses atuais imitarem as relações entre Estados Unidos e Grã-Bretanha no final do século XIX e início do século XX. Segundo Ouriques (2011, p. 151), isto se torna uma possibilidade, tendo em vista que existe uma espécie de “bifurcação” entre o poderio militar e o poder financeiro no atual ciclo sistêmico de acumulação. Em que o âmbito geoeconômico passou a ser tão relevante quanto o militar para a consolidação de poder no ordenamento internacional. Portanto, essa bifurcação é responsável pela atenuação das disparidades entre os dois *players* e facilita um maior equilíbrio de capacidades e forças.

Deste modo, a recentralização econômica da governança global para a Ásia é uma realidade devido a dotação de recursos que a região possui constituindo um “regime de acumulação emergente”. No entanto, não se sabe como, quando e por quais vias essa reorganização se dará, mas há indícios de que isso ocorra, ao menos, predominantemente no campo político-econômico. Os efeitos disso para equalização da distribuição internacional do trabalho são incertos, não há como prever o futuro vislumbrando uma mudança “positiva” ou mais igualitária em uma nova ordem econômica internacional “regida” pela China, pois a natureza do sistema-mundo mantém-se a mesma. Isto é, a relação entre metrópole/centro e satélite/periferia segue gerando o resultado do “desenvolvimento do subdesenvolvimento”, continuando a criar um ambiente de inaccessão ao próprio excedente gerado pelo satélite, que segue sendo incorporado pela metrópole. A dinâmica de apropriação e expropriação do excedente muda no tempo e espaço, mas a estrutura centro-periferia permanece “polarizando” ao invés de “equalizar” (ARRIGHI, 2008, p. 37).

Sendo assim, para gerar uma dinâmica de equalização de poder, uma ordem mundial econômica regida pela China necessitaria romper com alguns padrões considerados intrínsecos ao sistema-mundo nos moldes capitalistas. Esta questão engendra questionamentos em relação a como Pequim pode romper com esse funcionamento da estrutura que a levou ao centro político-econômico global? É necessário implementar uma nova estratégia de interação econômica mundial, a qual atraia maior credibilidade internacional e seja minimamente mais igualitária. Ainda que a China tenha conseguido se beneficiar em algum grau da operação atual do sistema-mundo, para que o país asiático se consolide, é necessário romper com esse paradigma e criar estruturas políticas, econômicas e sociais próprias. Principalmente para que isto crie condições políticas favoráveis e nutram um ambiente externo de maior apoio da comunidade internacional, o que é uma tarefa bastante complexa considerando a conjuntura de crescente sentimento de desconfiança global para com o país asiático.

Para Arrighi (2008, p. 383), esta estratégia melhor se traduz no conceito cunhado por Joshua Cooper Ramo de “Consenso de Pequim”, que consiste em uma nova ordem econômica mundial liderada pela China que cria um “‘caminho para os outros países do mundo não só se desenvolverem’, mas também ‘se encaixarem na ordem internacional, de modo a permitir que sejam verdadeiramente independentes, protejam seu modo de vida e suas opções políticas’.” Em outras palavras, o novo ordenamento econômico precisa ter duas principais características: primeiro, entender que cada lugar precisa ajustar o desenvolvimento de acordo com as suas necessidades, ou seja, sem estabelecer uma “fórmula mágica” universal; e segundo, prezar pelo multilateralismo para estabelecer um ambiente pragmático, o que impreterivelmente leva à uma espécie de equalização com maiores chances para o sul global ao “contrabalançar a subordinação econômica e política” atualmente sustentada.

Desta maneira, é importante analisar a ascensão chinesa através de um olhar que transcenda a teoria convencional e a visão ocidental tradicional focada no componente militar. É necessário compreender que podem existir outros meios eficazes para a disseminação de poder no sistema internacional, não necessariamente este estudo precisa ser feito por um viés competitivo, pode ser compreendido também por um viés cooperativo. O potencial político-econômico da China é inegável, no entanto as condições conjunturais se mostram cada vez mais rígidas, à medida que novos desafios internacionais e domésticos surgem. Por estes motivos, é essencial atentar-se às novas condicionantes e a reformulação das bases de operação econômicas que vêm ocorrendo na China, como é o caso da energia e da transição energética,



relevantes para a Economia Política Internacional, e que são exploradas em maior detalhe no subcapítulo 2.2.

## 2.2 A ENERGIA, A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA E A ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

A energia tem se tornado uma condicionante relevante para a análise das dinâmicas de poder e do ordenamento global, devido a sua centralidade como recurso de conexão entre todas as atividades econômicas desempenhadas na contemporaneidade. Ainda que o impacto da energia para as dinâmicas econômicas globais seja reconhecido atualmente por diversos autores, no campo da Economia Política Internacional, poucos se dedicam a compreender o seu papel no sistema internacional. Portanto, apesar do desafio da escassez de referências, neste subcapítulo pretende-se entender o impacto da energia como recurso de poder para Economia Política Internacional (EPI), e como os Estados se utilizam desse recurso para atingir o seu interesse nacional. Para isto, esta parte está dividida em três seções. Na primeira seção, a 2.2.1, é discutido brevemente sobre a evolução da questão da energia nas relações internacionais, abordando a ligação deste recurso com o desenvolvimento e a evolução tecnológica, bem como algumas das visões teóricas a respeito do papel da energia nas RI, com base no trabalho de Fuser (2013).

Na seção 2.2.2 é abordada a visão de Yergin (2009; 2020) sobre como os recursos energéticos estão ligados à luta por poder e dinheiro na governança global a partir da experiência da era do petróleo, e o que a ascensão da China e o surgimento da ideia da transição energética implicam neste processo. E por fim, na seção 2.2.3 se apresenta a energia como condicionante e recurso de poder nas RI, sendo ela essencial para as estratégias governamentais tanto de desenvolvimento, quanto de projeção global, e os principais conceitos utilizados ao longo desta pesquisa, como transição, segurança e eficiência energética. Além de analisar a ideia de Estratégias de Segurança Energética de Oliveira (2012), a partir da perspectiva da EPI, aplicando-as ao caso chinês.

### **2.2.1 Fuser e a evolução da energia nas relações internacionais: uma condicionante para o desenvolvimento**

A energia é um recurso indissociável do desenvolvimento, desde os primórdios da civilização humana ela se faz presente no cotidiano, auxiliando no desempenho de diversas atividades. Deste modo, pode-se entender a energia como “a capacidade de produzir alguma alteração na realidade”, como por exemplo o calor que esquentava a água (FUSER, 2013, p. 1). Ao longo dos séculos, a evolução humana nos proporcionou a capacidade de processamento e transformação de diferentes recursos naturais disponíveis em distintos ecossistemas, o que nos possibilitou avanços e otimização de diversas tarefas, desde as mais triviais às mais complexas.

Neste sentido, a análise de Fuser (2013) se inicia apresentando que existem variadas interpretações sobre a energia dentro dos mais diversos campos de estudo, desde a física, a química, a engenharia até a economia, a política e as relações internacionais. A abordagem das RI, por sua vez, apesar de não existir uma definição oficial, pode ser interpretada como um consenso a ideia de que a energia é um recurso de poder central para o funcionamento do Estado (FUSER, 2013; OLIVEIRA, 2012; YERGIN, 2009). Esta interpretação consiste no “uso social” da energia, que pode traduzir-se na utilização da energia e recursos energéticos pela civilização humana para desempenhar tarefas do cotidiano, desde as mais rudimentares ainda na pré-história até a atualidade com seu uso mais sofisticado.

O uso social da energia pela civilização, faz parte de um processo evolutivo tecnológico, gestado a partir do domínio dos recursos naturais e estratégicos pelos seres humanos e catalisado pela emergência da sociedade urbano-industrial<sup>15</sup>. Esse avanço criou uma espécie de ciclo, pois a evolução da tecnologia produz novas formas de extração, geração, processamento, distribuição e transmissão de recursos naturais em energia. Em geral, essas formas são descobertas e implementadas, a fim de otimizar o desempenho das atividades econômicas seja em termos de capacidade, velocidade e/ou qualidade do desempenho. Por exemplo, o domínio do fogo pelo homem através da queima da madeira para aquecer-se, preparar comida, e iluminar lugares, ou ainda, a força humana e animal empregada para mover objetos (SMIL, 2010).

Esses são considerados passos integrantes de um processo evolutivo tanto na tecnologia quanto no campo energético, pois possibilitaram avanços na qualidade de vida e no desempenho de atividades produtivas básicas. Este processo inicialmente é de difícil associação, pois do período pré-histórico até a Revolução Industrial, os avanços energéticos foram relativamente lentos. É apenas a partir da introdução do carvão mineral como principal combustível no século

---

<sup>15</sup> A sociedade urbano-industrial é um fenômeno ocorrido a partir da Revolução Industrial no século XIX, que modificou a forma de vida, trabalho, e estudos da grande massa da população, bem como transformou a relação da economia e da sociedade, que passaram a se voltar para a vida em torno da indústria e de grandes centros.

XVIII, que esta conexão entre os processos de desenvolvimento, evolução tecnológica e utilização de uma nova fonte energética fica mais clara (SMIL, 2010).

Neste período, a utilização do carvão como principal fonte energética possibilitou o desenvolvimento da máquina à vapor - que aumentou a produção têxtil -, da locomotiva - que diminuiu o tempo de viagem e conseqüentemente os custos logísticos do carregamento de mercadorias -, e das estradas de ferro - que melhoraram a conectividade de diferentes regiões ao comércio e o fluxo de bens, mercadorias e pessoas. O desenvolvimento dessas tecnologias fez com que a economia mundial, sobretudo, europeia sofresse uma modernização sem precedentes ao otimizar os ganhos desempenhados por essas atividades econômicas, aumentando significativamente o excedente capital (DATHEIM, 2003).

Portanto, o uso do carvão mineral como principal fonte energética foi responsável por um grande avanço econômico, político e social, sendo até hoje a segunda maior fonte energética utilizada na matriz de consumo global (BRITISH PETROLEUM, 2021). Todavia, é a partir da substituição do carvão pelo petróleo como principal fonte energética, com a descoberta de seu uso no motor à combustão ainda no século XX, que essa conexão fica ainda mais explícita, e conseqüentemente impulsiona a maior evolução econômica e social da história moderna.

Neste contexto, este fenômeno está diretamente interligado ao funcionamento do sistema econômico capitalista, como fica evidente a partir do excerto a seguir:

A introdução das energias fósseis coincide, historicamente, com o surgimento das indústrias modernas, organizadas de acordo com o modelo econômico capitalista. Autores como o alemão Elmar Altvater apontam a existência de uma ligação estreita entre o capitalismo e essas fontes de energia, que tornam viável a transformação dos padrões pré-capitalistas de espaço econômico-social predominantes na Europa antes da Revolução Industrial em capitalistas. Isso foi possível, em primeiro lugar, porque, pela primeira vez na História, a disponibilidade local de recursos energéticos de ser a razão principal para a localização das manufaturas e de outros empreendimentos produtivos. Com o carvão – e, mais tarde, o petróleo –, se tornou uma tarefa simples transportar recursos energéticos para qualquer lugar do planeta. O suprimento de energia passou a ser apenas um fator entre outros nas decisões onde a produção irá ocorrer. Hoje em dia, o acesso a fontes locais de energia tem uma influência secundária na localização dos investimentos no espaço global (FUSER, 2013, p. 4-5).

Neste ínterim, a organização do trabalho também foi diretamente afetada pela dinâmica com as fontes fósseis, sobretudo, durante a Revolução Industrial. Pois, estes recursos não possuíam restrição ao seu uso, e estavam disponíveis a qualquer momento em intensidade constante, o que tornou a estruturação da produção maleável de acordo com o interesse da organização em gerar produtividade e lucro. Logo, pode-se interpretar que existe uma ligação entre o uso das fontes fósseis e o sistema econômico capitalista.

Portanto, a resistência na adoção das fontes renováveis, ocorre historicamente pelas restrições naturais que estes recursos trazem em sua exploração. Pois, como fontes de fluxo, as energias renováveis dependem de fatores externos naturais que não podem ser reproduzidos artificialmente para a sua exploração. Como é o caso dos fluxos da chuva para geração de hidroeletricidade, a fotossíntese para os biocombustíveis, a luz do sol para a captação de energia solar ou o vento para mover os moinhos que absorvem a eólica (FUSER, 2013). Deste modo, a indústria entende que os fatores naturais restringem as operações produtivas, porque dependem de condições que não podem ser controladas. Bem como ao acesso às fontes, a capacidade de produção destas e a tecnologia necessária para o seu processamento de forma eficaz. Por estes motivos, ainda que sua geração seja constante, infinita e renovável, o estoque imediatista é mais atrativo para as cadeias de produção capitalistas.

Em vista disso, as possibilidades que o sistema produtivo e a flexibilidade no uso social das fontes energéticas fósseis proporcionam, fizeram com que a sociedade urbano-industrial se tornasse dependente da energia em praticamente todas as atividades desempenhadas no cotidiano. Desta forma, em um sistema-mundo capitalista constituído por Estados-Nação, o acesso às fontes energéticas se tornou uma das principais condicionantes para o desenvolvimento econômico, ocasionando articulações, negociações, consenso e/ou conflitos nas relações internacionais (FUSER, 2013). Tal característica tem impulsionado a busca por soluções alternativas, como a diminuição da dependência de fontes fósseis que necessitam da obtenção de grandes reservas, e possuem distribuição geográfica desigual por aqueles que não foram naturalmente privilegiados com a disponibilidade de hidrocarbonetos em seu solo.

Ademais, um sistema econômico amplamente dependente de fontes fósseis tem demonstrado sinais de esgotamento, tanto no suprimento, quanto em termos de danos socioambientais decorrentes do seu processamento. Esta situação vem moldando o cenário e o mercado energético e forçando-o a buscar alternativas em novas fontes energéticas. Sejam elas limpas, como é o caso dos recursos do gás natural e energia nuclear, ou limpas e renováveis como hidro, solar, eólica e biocombustíveis. A fim de gradualmente diminuir essa assimetria no suprimento e nos efeitos socioambientais negativos decorrentes das emissões de CO<sub>2</sub>. Portanto, a necessidade de abastecimento energético tem sido considerada por diversos Estados como uma questão de segurança nacional.

Diante destes desafios, diferentes perspectivas quanto a interação entre Estado, mercado e cenário energético surgem para explicar a relevância da segurança energética para as relações internacionais. Fuser (2013, p. 8), destaca que a necessidade de garantia de segurança energética

é amplamente interpretada como uma questão securitária pelos Estados, sobretudo, após os efeitos do Choque do Petróleo em 1973. Pois, os recursos energéticos não são meros *commodities* no mercado internacional, mas, sim “recursos estratégicos ligados à segurança nacional”. No entanto, acredita-se nesta dissertação que a segurança energética não deve ser limitada a esta visão que deriva das teorias tradicionais das relações internacionais, pois a energia por si só é uma matéria transversal e multidimensional que toca diversos setores e atores dentro do sistema internacional. Sendo assim, a segurança energética se torna um elemento de concepção socialmente construído e não deve ser predeterminado, podendo ser analisado a partir de diferentes vieses.

Deste modo, para fins desta pesquisa a problemática da segurança energética é analisada pela perspectiva da Economia Política Internacional, que é o âmbito onde os conflitos e desacordos majoritariamente ocorrem, e os seus efeitos decorrentes são mais significativamente sentidos. Principalmente, devido ao fato de que quando a escassez de acesso a determinado recurso ocorre, as rugas são solucionadas e regidas no âmbito da diplomacia e negociações político-econômicas.

Esta visão é corroborada pela perspectiva explicitada a seguir por Paiva, Castro e Lima (2017, p. 8-9) a partir da

[...] lógica da subsistência, na qual a segurança energética é caracterizada como um objetivo de política pública, o que significa lidar com os vários distúrbios no funcionamento natural de algo que possui utilidade, como é o caso da energia (Ciută, 2010, p. 131-132). Concebe-se, assim, que a necessidade de garantir a segurança energética seria impulsionada pelas exigências de diversos setores da atividade humana (governamental, humano, social, ambiental, militar, econômico, etc.) e não apenas ao que diz respeito à guerra por recursos. Em virtude disso, a energia torna-se um bem público e a sua “securitização” passa a ser derivada da sua exposição a riscos, desafios e ameaças, como falhas de mercado, volatilidade dos preços, interrupções na rede de fornecimento, dependência da importação de recursos, dentre outros, cuja resolução não derivará da militarização dessas questões. Essa perspectiva está fundamentada no fato de a energia ser um recurso que todos necessitam e possuem sentidos distintos para diferentes atores, em meio a variados cenários.

Isso significa que diante da escassez ou limitação ao acesso a determinada fonte energética, o Estado fica dependente da busca por este recurso no ambiente externo. Como é o caso da China com a importação de petróleo desde os anos 1990, devido a incapacidade de suas reservas nacionais, como *Daqing* e *Shengli*, suprirem a sua demanda atual. Cabe destacar aqui, que esses são os principais poços de petróleo da China, descobertos ainda nos 1950, e principais responsáveis pelo suprimento da demanda do gigante asiático por esta fonte energética até meados dos anos 1990, os quais serão apresentados detalhadamente no capítulo 3 (WU;

NAKANO, 2016). Diante destes argumentos, pode-se entender que a natureza dos recursos energéticos os coloca automaticamente como matérias-primas estratégicas, tornando os Estados mais vulneráveis a elas nas dinâmicas do comércio internacional.

No que tange às contribuições teóricas sobre os estudos referentes à “posse, controle e acesso aos recursos naturais de energia”, estes ainda são muito tímidos dentro de qualquer linha de pesquisa das relações internacionais. Ainda que haja uma grande necessidade contemporânea em explicar a “relação entre o comportamento dos Estados, os mercados globais de energia e a dimensão energética do desenvolvimento econômico” (FUSER, 2013, p. 10-11). Em vista disso, para Fuser (2013) as abordagens positivistas do realismo e do liberalismo, além de pouco mencionarem a energia e os recursos naturais em seus estudos, possuem pouca contribuição para o debate da segurança, eficiência e transição energética. Isto ocorre, porque, são teorias voltadas para a compreensão das dinâmicas de países ricos e no nível estatal apenas, ou seja, ignoram a importância dos países periféricos que em sua maioria são os principais produtores de matérias-primas energéticas, e, conseqüentemente, excluem grande parte dos atores envolvidos nesta equação.

Em relação às contribuições marxistas para a utilização de recursos energéticos dentro das relações internacionais, pode-se utilizar as noções sobre “os impasses decorrentes da degradação ambiental sob o efeito da expansão econômica capitalista” (FUSER, 2013, p. 21). Aqui entende-se que existe uma “dupla crise”, que é a finitude dos recursos energéticos fósseis juntamente com o desequilíbrio ecológico decorrente da exploração predatória destes recursos para fins de acumulação de capital e crescimento em escala. Ao desconsiderar os limites naturais que a essência destes recursos possui, o sistema capitalista cria uma armadilha em si, pois a escassez e a degradação ambiental colocam em risco a capacidade de continuação na reprodução do capital, logo para resistir, é necessário romper com o atual paradigma do sistema energético fóssil.

De acordo com Klare (2001), a relação do sistema capitalista com esses recursos também proporcionou um ambiente de competição, conflito e disputa por matérias-primas valiosas e essenciais, como os recursos energéticos, situação que tem se intensificado com os sinais de esgotamento que os recursos fósseis têm dado. Dentro desta perspectiva, três principais tendências atuais colaboram para o processo de esgotamento de recursos naturais: (1) a globalização - que proporcionou um escoamento de investimentos em capital e tecnologia para a Ásia gerando um acelerado desenvolvimento e um aumento significativo na demanda energética nestes países, (2) o crescimento populacional - que acresce pressão sobre os recursos

naturais e (3) a urbanização - que aumenta o consumo e a poluição (FUSER, 2013). Essa perspectiva sobre a evolução da energia como recurso de poder nas relações internacionais, corrobora com os fatos trazidos como desafios contemporâneos para o desenvolvimento no sistema internacional do século XXI ao longo do subcapítulo 2.1.

Por fim, considerando que o Estado é o principal ator no cenário energético global, pois é o responsável pelo seu abastecimento, possui a soberania para decidir sobre o uso dos recursos energéticos existentes em seu território, e tem a capacidade de impor políticas de energia segundo os instrumentos que melhor lhe convém, se faz importante entender como essa relação simbiótica entre Estado e energia ocorre na prática. Isto é ilustrado mais claramente na seção 2.2.2, a partir da interpretação de Yergin (2009; 2020) sobre a era do petróleo, e a ideia de como os recursos energéticos estão ligados à luta interestatal por poder e dinheiro na governança global.

### **2.2.2 Yergin e a era do petróleo: como os recursos energéticos estão ligados à luta por poder e dinheiro na governança global**

Conforme já foi mencionado na seção 2.2.1, a energia é parte vital do processo de desenvolvimento da sociedade urbano-industrial, o que é notável principalmente a partir da emergência do petróleo como fonte energética líder no processo de abastecimento<sup>16</sup> das atividades econômicas globais. O caso da “era do petróleo” nos auxilia a compreender o fenômeno da centralidade da energia para o desenvolvimento e conseqüentemente às relações internacionais. Neste sentido, Yergin (2009) inicia sua análise identificando o papel do petróleo como um recurso estratégico ligado à luta estatal por poder e dinheiro na governança econômica global, e como os sinais de esgotamento desta ordem energética mundial, tem engendrado questionamentos sobre como, quando e por quem o processo de transição energética será liderado.

Neste sentido, Yergin (2009) acredita que estamos atualmente vivendo a “era do petróleo”. Esse período iniciou ainda no século XX, com a sua descoberta e processamento para transformação em recurso energético, e perdura até os dias atuais, em que ainda persiste como principal fonte energética da matriz global. Não obstante, sua relevância e capacidade de

---

<sup>16</sup> É importante ressaltar que o petróleo é uma matéria-prima utilizada como fonte de energia em diversos produtos finais como a gasolina, o querosene, o óleo diesel e GLP por exemplo. Além disso, pode ser usado para diversos fins além do abastecimento, alguns destes são: lubrificantes industriais, produtos asfálticos, tintas, plásticos, borrachas, resinas, parafinas, alguns tipos de tecidos, corantes, conservantes, flavorizantes, cosméticos e até mesmo produtos de limpeza (EPE, 2021).

manutenção nesta posição de primazia tem se mostrado insustentável no médio e longo prazo. Especialmente, devido a sua finitude, escassez e efeitos ecológicos adversos, alertas que têm sido dados desde os anos 1970, intensificando-se já no final dos anos 2000 e início dos anos 2010.

No entanto, ao longo deste período de dominação, o petróleo se tornou fundamental na organização social, econômica e política do sistema internacional. Para Yergin (2009, p. 13), ao passo que o petróleo materializou o desenvolvimento dentro do sistema econômico capitalista, mais intensamente os Estados lutavam pelo seu domínio, controle e comercialização, tornando-o uma mercadoria “fundamental para a segurança, a prosperidade e a própria natureza da civilização” contemporânea. O petróleo é hoje responsável pelo andamento de atividades domésticas, como a movimentação de um carro e o abastecimento de um botijão de gás, ou, ainda, de atividades econômico-produtivas, como a produção de plástico que envolve mercadorias, e o querosene, que é utilizado na produção de tintas, até mesmo possui uso militar, como no caso do abastecimento de tanques, navios e aviões de guerra (EPE, 2021).

Neste contexto, o Estado que dominasse a produção, processamento e comercialização do petróleo, sobretudo de suas reservas, acumularia poder o suficiente para se tornar hegemônico. Isto é, historicamente, o Estado que domina a fonte energética mais importante de um ciclo, desde o acesso, a capacidade de gestão, processamento e comercialização, possui o controle do poder político-econômico global, e se torna responsável pelo equilíbrio internacional de poder, como é o caso da “era do petróleo” e a *pax americana*, conforme explicado na sequência.

A primazia dos Estados Unidos e o surgimento do petróleo são acontecimentos paralelos e interligados. Enquanto Washington assumia a posição de maior economia do mundo, consolidando-se como país hegemônico incontestável no final da Segunda Guerra Mundial, e mantendo essa posição até a dissolução da União Soviética em 1991, tendo posteriormente a sua posição de maior potência mundial contestada com a emergência do século XXI e seus novos desafios (ARRIGHI, 1996; 2008). O petróleo se desenvolvia e consolidava-se como maior e mais importante fonte energética, desde o seu uso como querosene para acender lâmpadas, seguido do início do seu refino no século XIX, chegando até a descoberta de poços nos Estados Unidos em 1859, passando pela criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em 1960, até os Estados Unidos se tornarem os maiores produtores de



petróleo do mundo. Portanto, durante o “longo século” de dominação estadunidense, aconteceu também o controle do petróleo, principalmente por parte de Washington (YERGIN, 2009).

De acordo com Yergin (2009, p. 13), essa conexão entre petróleo e o poder acontece devido a três principais temas que são subjacentes à história do petróleo nesta busca estatal por conquistas, poder e dinheiro. O primeiro tema é “a ascensão e o desenvolvimento do capitalismo e dos negócios modernos”, isto ocorre porque a expansão econômica decorrente do advento do petróleo modificou profundamente o modo de vida da sociedade, o mercado energético, e a economia mundial. Já o segundo, se refere a característica peculiar do “petróleo como um produto intimamente imbricado nas estratégias nacionais e no poder e políticas globais”, que pode fortalecer ou enfraquecer a posição estratégica internacional de determinado Estado, a depender do seu nível de segurança e eficiência energética. O terceiro tema, por sua vez, é “como a nossa sociedade se tornou uma ‘Sociedade do Hidrocarboneto’, e nós, [...] o ‘Homem do Hidrocarboneto’”, devido à grande dependência que a civilização urbano-industrial criou do petróleo, implicando em uma grande resistência a qualquer mudança no paradigma energético fóssil, ao passo que a queima destes recursos criou um impacto ecológico negativo.

Deste modo, o petróleo não é um mero combustível, mas sim a espinha dorsal da estrutura econômica, política e social do sistema-mundo capitalista em que estamos inseridos, perpassando desde as questões sociais, econômicas até as militares. “Pois o nosso é um século no qual cada faceta de nossa civilização vem sendo transformada pela moderna e hipnotizante alquimia do petróleo. Foi isso que fez a era do petróleo.” Diante deste fenômeno, “a energia [se tornou] a base da sociedade industrializada”, sendo o recurso que possibilitou o domínio humano do mundo físico que nos cerca (YERGIN, 2009, p. 886).

Tal fato fica evidente com o episódio do Choque do Petróleo em 1973, este foi o primeiro sinal de alerta para o mundo sobre as três temáticas subjacentes à história deste recurso. Quando os Estados pobres, mas detentores de grandes reservas de petróleo, conseguiram barganhar para o cumprimento de seus interesses, com países ricos e demandadores desta matéria-prima, após a interrupção do suprimento deste produto. Fica evidente, o quanto o “ouro negro” se infiltrou no desenvolvimento do capitalismo, e dos negócios modernos, bem como a peculiaridade deste produto, que se tornou parte da estratégia de muitos Estados para o cumprimento de seus objetivos nacionais.

Nos anos seguintes, mais dois choques de petróleo ocorreram, em 1979 e 1991, o que fez com que os países desenvolvidos em parceria com a *International Energy Agency* (IEA), criassem um mecanismo de armazenamento deste bem, como a “Reserva Estratégica de

Petróleo dos Estados Unidos”, para que a interrupção abrupta do suprimento não causasse efeitos tão fortemente negativos aos mercados globais. Em seguida, com a dissolução da União Soviética em 1991, o petróleo russo aumentou a oferta nos mercados energéticos, e a abundância gerou a consequente queda nos valores dos barris, o que fez com que o recurso deixasse de figurar como uma questão tão presente nas dinâmicas das relações internacionais por aproximadamente uma década (YERGIN, 2009, p. 883-884).

Todavia, é nos anos 2000 em que a insustentabilidade do modelo energético fóssil atual surge no debate internacional novamente, isso ocorre devido a três principais acontecimentos: o ataque terrorista aos EUA em 11 de setembro de 2001 - que gerou como resposta a Guerra ao Terror travada no Afeganistão e posteriormente a Guerra do Iraque já em 2003. A globalização entre 1990 e 2009- que resultou em um crescimento econômico, comunicacional e informacional sem precedentes, fazendo com que o PIB mundial triplicasse, e os países emergentes fossem lançados ao centro da economia global, aumentando drasticamente o consumo energético internacional. E ainda o crescimento repentino da demanda por petróleo - que é resultado direto do crescimento econômico dos países emergentes, que passaram a necessitar de mais recursos para abastecer seu desenvolvimento (YERGIN, 2009, p. 890-893).

Estes acontecimentos e as características de um sistema internacional movido a base de fontes fósseis, geraram diversas discussões internacionais sobre a capacidade de sustentação do suprimento energético global. Especialmente, no que tange aos efeitos adversos que a dependência do petróleo trouxe para o desenvolvimento da sociedade urbano-industrial. Paralelamente, acontecia o que Yergin (2009, p. 884-885) classificou como três ondas ambientalistas, que puseram o modelo energético fóssil em revisão. A primeira onda surgiu no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, concentrando-se em reivindicar a qualidade da água e do ar, seu maior foco era a crítica aos EUA. No entanto, com os efeitos negativos para a segurança energética, oriundos do primeiro Choque do Petróleo, parte do movimento ambientalista perdeu força. A segunda onda, por sua vez, concentrava-se em solicitar a diminuição e interrupção da produção de energia nuclear, tendo obtido bastante sucesso em cessar esta produção em muitos países industrializados. Já a terceira onda, considerada a mais forte e organizada, surge no início da década de 1980 se espalhando por todo o mundo desenvolvido como nos EUA e Europa, considerando amplamente os efeitos ecológicos negativos como o desmatamento, a poluição e a mudança climática.

Desta maneira, o mercado energético e os Estados nacionais vem sendo cada vez mais pressionados para revisar a composição da matriz energética global. Isto tem feito com que o

petróleo venha gradativamente diminuindo sua participação do consumo e produção global, e o debate sobre a transição energética passa a ocupar maior espaço nas relações internacionais, sobretudo, nas agendas dos EUA e da China<sup>17</sup>. Essa discussão engendra questionamentos sobre qual fonte energética substituirá o petróleo, e como esse processo de transição deve ocorrer, uma vez que o petróleo não somente é uma fonte de energia, mas também tem estado no centro das dinâmicas de poder globais.

Nesta conjuntura, Yergin (2020, p. 9) acredita que existe um “novo mapa global” sendo moldado pelas dramáticas mudanças geopolíticas e energéticas que o sistema internacional tem passado. Essas implicações econômicas e energéticas supracitadas têm forçado uma mudança no paradigma energético em direção a novas fontes energéticas renováveis, e a neutralização de carbono. Parte deste processo está ligada a perda de força energética dos EUA, e a outra parte está conectada ao ganho de crescimento econômico chinês a partir dos anos 2000. Estes fatos nos trazem a importância da dinâmica entre as duas maiores economias do mundo para a realização desta transição.

Em 2009 a China ultrapassou os Estados Unidos e se tornou a maior consumidora de energia do mundo, sendo responsável por cerca de 24% do consumo global na atualidade (BRITISH PETROLEUM, 2021). Desta maneira, a demanda energética chinesa tem colocado pressão no modelo econômico do país, que vinha orientado para o binômio indústria-exportação, até o início dos anos 2010. Quando surgiu a necessidade de reorientação econômica para serviços-consumo interno, como parte da estratégia de desaceleração econômica para manter o crescimento do país, agora focado na qualidade e não na quantidade. No entanto, mesmo com a implementação da reforma política do “Novo Normal”<sup>18</sup>, a demanda energética chinesa deve permanecer crescendo, mas em um ritmo menor. Isso ocorre porque, a desaceleração implica em mudanças nas atividades econômicas do país, tornando-as menos intensas energeticamente, para atingir um nível de produção seguro e eficiente (YERGIN, 2020, p. 151).

Em vista disso, o paradigma do desenvolvimento ancorado no petróleo, tem se mostrado como uma grande problemática atual, como resultado do “seu papel central, ao seu caráter estratégico, a sua distribuição geográfica, [e] ao padrão recorrente de crise em seu fornecimento

---

<sup>17</sup> Washington e Pequim são os principais atores estatais do mercado energético, são os maiores consumidores e produtores energéticos, principalmente de petróleo e carvão mineral. Desta forma, suas ações ditam o ritmo e o caminho que o cenário energético mundial deve seguir.

<sup>18</sup> Conceito utilizado pelo Presidente Xi Jinping para se referir ao atual ímpeto e estratégia de crescimento chinesa que busca maior qualidade no desenvolvimento econômico e social do país (ZHA, 2016). É discutido em maior detalhe no capítulo 4.

[...]” (YERGIN, 2009, p. 886). É neste quadro que a China tem buscado se desenvolver com maior segurança e eficiência energética, aplicando uma Estratégia de Segurança Energética que tem a levado para o caminho da transição energética. A partir desta conjuntura, torna-se necessário compreender como as Estratégias de Segurança Energética (OLIVEIRA, 2012) traduzem as escolhas de abordagem da questão energética por parte dos Estados-Nação contemporâneos, conforme é discorrido ao longo da seção 2.2.3.

### **2.2.3 Oliveira e as Estratégias de Segurança Energética**

Após a apresentação do conceito de que a energia pode ser entendida de diferentes formas em distintos campos de estudo e contextos de análise, é relevante trazer a perspectiva da Economia Política Internacional. Portanto, nesta seção procura-se entender a partir da tese das Estratégias de Segurança Energética apresentadas por Oliveira (2012), como esta abordagem pode ajudar a traduzir o comportamento dos Estados-nação centrais para essa discussão, como é o caso da China.

Deste modo, Oliveira (2012) apresenta a perspectiva de que a energia é uma condicionante relevante para compreender as relações interestatais, cunhando alguns conceitos sobre o estudo da energia na EPI, assim facilitando a interpretação das escolhas políticas para a condução da estratégia de busca estatal por segurança energética, diante dos argumentos apresentados sobre a natureza, o *modus operandi*, a atual conjuntura político-econômica do sistema-mundo, o ressurgimento econômico da China, e a centralidade da energia para o desenvolvimento dos Estados. Neste sentido, pode-se dizer, que a energia é uma condicionante relevante para compreender as dinâmicas de poder do sistema internacional atual, porque faz parte da estrutura econômica contemporânea, tendo um alcance transversal e multidimensional em diversos âmbitos, sejam eles econômicos, políticos, securitários, sociais ou ambientais.

Desta maneira, a energia pode ser compreendida como um recurso de poder - isto é poder potencial - que tem capacidade de transformação através de mecanismos, em poder concreto, seja de ordem econômico-financeira, político-diplomática, e/ou militar, a fim de influenciar, pressionar, compelir, determinar ou controlar outros Estados, regiões ou organizações. Neste cenário, é uma condicionante que determina a concentração e a distribuição de poder dentro do sistema internacional, sendo composta por variáveis como a extração,

distribuição, transformação e uso final de recursos energéticos, até a política e a estratégia energética formulada e exercida por determinado Estado (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

Nesta conjuntura, a energia se torna um recurso estrutural da cadeia produtiva da economia internacional no século XXI, uma vez que desempenha papel central na habilitação do exercício de todas as atividades econômicas. Em outras palavras, sem energia não há funcionamento de serviços públicos básicos como o transporte, saneamento, iluminação, comunicação, sistemas de saúde, assim como a operação de atividades econômicas como comércio, bancos, indústria, agricultura e até mesmo a segurança. Conseqüentemente, uma sociedade contemporânea sem energia está fadada ao caos, a desordem e o regresso econômico e social.

Portanto, a energia é um recurso indissociável do desenvolvimento e do sistema tecnológico-produtivo, quanto maior a evolução tecnológica, mais domínio sobre a energia se tem, e maior o crescimento econômico, o que gera mais condições para a sociedade conseguir atingir determinado padrão de vida e riqueza. Logo,

As nações mais ricas e desenvolvidas foram justamente aquelas que conseguiram dominar um conjunto inovador de técnicas políticas, econômicas e produtivas, permitindo o controle de tecnologias e sistemas produtivos mais avançados, que permitiram alcançar um elevado grau de acumulação de capital e de qualidade de vida (OLIVEIRA, 2012, p. 28).

Em contrapartida, como consequência deste feito, mais demanda energética é necessária para desempenhar atividades triviais, o que coloca mais pressão em todo o sistema energético global, e passa a gerar maior competição e conflito pelo acesso, gestão, extração, processamento e distribuição dos recursos energéticos. Desta maneira, Estados que conseguiram maior acúmulo de capital e poder, se apropriam do controle de tecnologias, infraestrutura e processos produtivos mais avançados intensificando cada vez mais a disputa por recursos naturais utilizados para sustentar este processo expansivo de crescimento econômico (YERGIN, 2014).

Considerando ainda que a atual matriz energética global é altamente dependente de fontes fósseis como o petróleo e o carvão mineral<sup>19</sup>, e a distribuição geográfica destes hidrocarbonetos é bastante desigual (BRITISH PETROLEUM, 2020). O acúmulo de poder e a influência por determinados Estados, faz-se imprescindível no âmbito do comércio

---

<sup>19</sup> “O petróleo continua a deter a maior parcela da matriz energética (33,1%). O carvão é o segundo maior combustível, mas perdeu participação em 2019 para representar 27,0%, seu nível mais baixo desde 2003. A participação do gás natural e das energias renováveis aumentou para recordes de 24,2% e 5,0%, respectivamente” (BRITISH PETROLEUM, 2020, p. 10, *tradução nossa*).

internacional de recursos energéticos, para garantir que as assimetrias entre acesso, produção e consumo de energia, sejam contrabalançadas através do poder de barganha (YERGIN, 2014). Por consequência, nações mais ricas e desenvolvidas, que necessitam de mais energia, buscam assertivamente garantir seu suprimento energético, que normalmente é proveniente de países com menor poder e influência acumulados.

Neste contexto, os Estados buscam ativamente a segurança energética<sup>20</sup>, que consiste em um objetivo estatal que perpassa diferentes elementos, como a oferta de energia, a economia, a tecnologia, o meio ambiente, a sociedade e a segurança (NUNES, 2013, p. 45). Diante deste quadro, a segurança energética consiste em atingir e manter uma posição confortável energeticamente entre acesso, produção e consumo de energia, sem que esses processos afetem a capacidade de crescimento e desenvolvimento do Estado, e preferencialmente consigam ser suficientes para a constante melhoria das condições de vida de sua população. Também integra os processos de capacidade de extração e processamento dos recursos energéticos, prezando pela integridade e segurança da infraestrutura, logística e defesa de determinado Estado (OLIVEIRA, 2012; NUNES, 2013).

Portanto, os Estados precisam criar políticas efetivas para garantir sua segurança energética. Fenômeno que Oliveira define como Estratégia de Segurança Energética, que consiste no

[...] conjunto de ações políticas, envolvendo desde o planejamento, os processos de tomada de decisão, a implementação das políticas específicas planejadas, até a avaliação dos resultados obtidos na busca pela ampliação da Segurança Energética de um Estado, [...]. Pode-se, ainda, entender a Estratégia Energética, como aquela que é planejada, implementada ou modificada pelo Centro de Decisão Energética com o objetivo de garantir a soberania e a segurança energética de um Estado. É interessante notar que existem diversas formas de se ampliar a Segurança Energética de um país, embora cada Estado prefira concentrar esforços em um conjunto reduzido de estratégias que na maior parte das vezes destacam-se das demais opções, podendo ser considerada a estratégia prioritária de um Estado (OLIVEIRA, 2012, p. 82).

Desta maneira, o autor elencou três categorias de Estratégia de Segurança Energética<sup>21</sup>: autossuficiência - diversificação da matriz energética, descentralização da infraestrutura, e inovação energética -, segurança do fornecimento externo de energia - diversificação de

<sup>20</sup> Não há consenso entre os diferentes autores de RI que estudam energia sobre o que é a segurança energética, devido a ampla gama de interpretações que podem surgir dependendo do viés em que a análise está sendo conduzida, bem como a perspectiva adotada por cada Estado para definir seus interesses energéticos. Entretanto, há unanimidade em alguns pontos, conforme apresentado no texto.

<sup>21</sup> As categorias em questão fazem parte de um somatório de informações obtidas, analisadas e categorizadas a partir de bibliografias especializadas na questão energética - aqui o autor cita autores como Igor Fuser, Daniel Yergin, Michael T. Klare, e Diego Pautasso - dentro das relações internacionais (OLIVEIRA, 2012, p. 82).

fornecedores externos e a militarização do controle de recursos energéticos no exterior -, e integração energética regional - integração de infraestrutura e das cadeias produtivas com outros Estados, regiões ou organizações. É importante ressaltar, que estas estratégias normalmente são exercidas de forma conjunta, mas sempre mantendo a predominância de uma ou duas estratégias. Como por exemplo no caso da China, a partir de 2013 há uma predominância significativa no uso da estratégia de autossuficiência, sendo seguida de uma parcial segunda opção da segurança no fornecimento externo, e em alguns casos a utilização da integração energética regional, o que será discorrido em maiores detalhes no capítulo 4 (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a).

Deste modo, contornar os limites do cenário energético tem surgido como um desafio global no século XXI, principalmente, devido às estratégias de segurança energética conflitantes entre diferentes Estados, além dos efeitos negativos que o sistema energético dependente de fontes fósseis tem implicado ao meio ambiente e à saúde humana, o que torna ainda mais importante o planejamento de políticas públicas nesse sentido, conforme é evidenciado por Oliveira (2012, p. 28-29) no trecho a seguir:

Destaca-se que quando se busca planejar e formular políticas públicas voltadas para o setor energético, especialmente visando a garantia da estabilidade e segurança do fornecimento de energia, com o máximo de eficiência possível no conjunto de um sistema energético, não basta considerar apenas a matriz de geração de energia, ou a matriz energética de cada setor consumidor de energia separadamente, mas é preciso analisar o sistema energético como um todo, o conjunto de infraestruturas e tecnologias envolvidas nos aparatos de geração, distribuição e consumo final de energia. Isso é especialmente relevante quando se considera as políticas voltadas para a expansão ou reorganização da infraestrutura energética e logística de um país ou região, pois tem fortes implicações para a eficiência energética global do sistema energético, e, portanto, para a competitividade de um país ou bloco de países.

Por conseguinte, é necessário analisar o quadro energético completo que o país e o mundo se encontram em termos de reservas, acesso, processamento, transmissão e distribuição, bem como a infraestrutura e a capacidade tecnológica disponíveis para garantir segurança e eficiência, e diminuir os riscos que uma economia de alta intensidade energética pode trazer. Possuir a segurança da capacidade de controlar “tecnologias e técnicas produtivas” necessárias para o desempenho das “atividades [nucleares] do sistema econômico” são essenciais para a autonomia no processo de tomada de decisão em “determinada etapa do desenvolvimento do capitalismo” (OLIVEIRA, 2012, p. 29).

Dentro desta perspectiva, Oliveira (2012, p. 30) inspirado pelo pensamento de Celso Furtado, traz a ideia de que assim como na economia, a energia precisa ser um recurso que está

dentro da capacidade decisória do Estado nacional, que ele chama de Centro de Decisão Energético. Ou seja, é impreterível que haja o controle nacional da tecnologia e do conhecimento necessário para o desempenho das atividades energéticas para “reduzir as fragilidades resultantes da dependência externa”. Um claro exemplo disso é o caso da China que é atualmente a maior consumidora e produtora de energia primária no mundo, mas ainda assim sua produção não é suficiente para suprir sua demanda. Especialmente, considerando que suas reservas dispõem majoritariamente de carvão mineral, ao passo que o país asiático busca a neutralização de carbono e a reversão dos efeitos ecológicos negativos em seu território. Neste sentido, a China se encontra em um cenário energético que impõe desafios que devem ser respondidos com políticas socioeconômicas e energéticas equilibradas, para garantir a segurança e a eficiência energética (ZHA, 2015).

O que nos leva a outro importante conceito utilizado ao longo desta dissertação, a eficiência energética. Essa consiste na representação equilibrada da relação entre energia/produção ou energia primária/consumo final, ou seja, o resultado da estrutura da operação produtiva econômica e energética operando em intensidade equilibrada em termos de consumo energético. Para isto, é fundamental a adoção de medidas de conservação de energia, melhorias estruturais da matriz de consumo, investimentos pesados no “conjunto da economia de um país (relação PIB/intensidade energética) ou em tecnologias específicas de aumento de eficiência na geração, transmissão ou consumo de energia” (OLIVEIRA, 2012, p. 91; WU; NAKANO, 2016).

Como resultado da necessidade de atingir e manter a segurança e a eficiência energética, a transição energética tem se apresentado como um imperativo contemporâneo ao desafio energético global, e principalmente o chinês. A transição energética, por sua vez, pode ser compreendida como um fenômeno estrutural através do conjunto de mudanças na maneira em que se converte, produz, transmite, armazena e consome a energia. Tais modificações podem ocorrer em detrimento de avanços tecnológicos e produtivos, disponibilidade e acesso a fontes energéticas, transformação da matriz energética e mudanças e demandas econômicas, políticas e/ou estratégicas, as quais culminam na alteração do modelo energético de um Estado, região ou organização (OLIVEIRA, 2012).

Cabe destacar, que o processo de transição energética precisa ser efetivado de forma coordenada, alinhada e transversal, tocando diversos setores – economia, política, segurança, social, ambiental, industrial e etc - para ser efetivo e de fato trazer as transformações necessárias para o paradigma energético e econômico. Caso contrário, as medidas de eficiência e segurança



energéticas implementadas passam a operar apenas como ferramentas de expansão energética e não transição. Ou seja, essas medidas apenas fariam com que o aumento na produção de energia renovável e limpa possibilitasse a China de continuar tendo o consumo energético elevado mantendo as emissões de carbono, porém sem de fato trazer otimização e descarbonização para o sistema energético do país, apenas postergando um processo mais profundo de mudanças necessárias.

Outrossim, segundo Yergin (2020, p. 339), a transição energética não é um assunto novo, mas sim um fenômeno que ocorre de tempos em tempos quando a estrutura do cenário energético já não pode mais permanecer a mesma, um exemplo disso é a mudança do paradigma energético ocorrida na troca entre o ciclo do carvão para o petróleo. Neste sentido, transições passadas foram motivadas primeiramente pela tecnologia, economia, conveniência e facilidade. A atual mudança, por sua vez, adiciona a esses elementos uma carga de fatores político, estratégico, ambientalista e ativista mais fortes, considerando a participação de alguns atores que outrora não fariam parte deste debate, mas que no século XXI tem pressionado em favor a essa mudança, como grupos ativistas e a indústria de energia limpa. Esse processo tem implicado em uma significação política e econômica para a energia, tornando ela um recurso e uma condicionante para a acumulação e distribuição de poder no sistema internacional na busca por dinheiro, desenvolvimento segurança e hegemonia no nosso tempo.

Concomitantemente, a evolução da questão energética para o governo chinês, as reformas econômicas domésticas da China, e a posição central do país para o mercado e o cenário energético global, fizeram com que Pequim compreendesse a transição energética, não apenas como uma alternativa, mas como um imperativo para o novo momento político-econômico que a China se encontra no século XXI. Nesta conjuntura, torna-se imprescindível a realização de uma breve revisão histórica do desenvolvimento e da evolução da questão energética na China, e como isso tem impactado o posicionamento internacional chinês. O que é apresentado em detalhes no próximo capítulo desta dissertação.

### **3. A QUESTÃO ENERGÉTICA NA CHINA: UMA BREVE REVISÃO HISTÓRICA E DOCUMENTAL DO DESENVOLVIMENTO E DA EVOLUÇÃO DO SETOR**

Existem, ao menos, 4000 anos de história chinesa documentada que antecedem o período de fundação da República Popular da China (1949). Todavia, a questão energética não figurou nas políticas públicas para o desenvolvimento do setor energético por boa parte deste período, pois esta não era considerada uma indústria estratégica para o país. Desta forma, anteriormente a 1949 o uso social da energia não passava pela organização de uma indústria institucionalizada com empreendimentos de mineração centralizados ou documentos oficiais de política. Foi somente após a vitória do Partido Comunista Chinês na Revolução Chinesa, em 1949, que uma reforma político-econômica nacional tomou forma e o setor energético passou a ser moldado para constituir parte da estratégia do interesse nacional. No entanto, a característica milenar desta civilização carrega traços tradicionais e culturais que impactam o pensamento político, econômico e social atual e conseqüentemente moldam os interesses nacionais contemporâneos, do qual o energético faz parte. Por este motivo, acredita-se que a melhor maneira de compreender a relação chinesa com a energia é através de uma breve recuperação histórica e documental, destacando os principais acontecimentos ocorridos na história da China desde o Império até a República Popular.

Portanto, este capítulo está dividido em três partes. No subcapítulo 3.1 é realizada uma breve discussão sobre a influência da filosofia confucionista e do conceito de *tianxia* no pensamento chinês e para a condução da política econômica do país. Resgatam-se elementos basilares da cosmovisão e da práxis moral-ética (WANG, 2014) que se perpetuaram ao longo da história da civilização chinesa desde o período imperial, passando pela república nacionalista, e pela fundação da República Popular da China (1949). O objetivo deste subcapítulo é entender como estes aspectos “civilizacionais” ecoam na formulação das políticas públicas do país até a atualidade.

Já no subcapítulo 3.2, recupera-se historicamente a formalização da questão energética na China, iniciando com a descoberta dos poços de petróleo do país (1950 e 1960). Analisa-se a institucionalização da indústria energética com empresas estatais, as reformas econômicas de Deng Xiaoping nos anos 1970 e 1980, bem como o aumento significativo da demanda, a consolidação do mercado e a internacionalização das estatais ao longo dos anos 1990 e 2000. O objetivo deste subcapítulo é sintetizar as diferentes fases do setor energético chinês, para

compreender a relação da energia com a formulação e condução da política econômica tanto no âmbito doméstico quanto internacional ao longo destas décadas.

E por fim, no subcapítulo 3.3, é realizada a análise do cenário energético chinês entre 2013 e 2020, tanto no campo político quanto nos dados de reservas, produção, consumo e geração, destacando a composição da matriz energética atual do país, e os principais desafios, metas e interesses chineses no campo da energia. Esta revisão é feita a partir do pensamento do especialista em segurança energética Zha Daojiong (2016), dos dados energéticos chineses apontados no relatório anual de revisão estatística energética da British Petroleum (2021), e da análise de dois documentos oficiais de política energética do país: o 13º Plano Quinquenal (2016) e o livro branco Energia na Nova Era da China (2020). O objetivo deste subcapítulo é explicitar como e por quais motivos a transição energética surge como alternativa para vencer o desafio energético duplo que o país asiático enfrenta - alta demanda de energia e a necessidade mitigar efeitos socioambientais negativos das emissões de dióxido de carbono -, e como isso tem impactado o posicionamento chinês frente a governança político-econômica global.

### 3.1 A INFLUÊNCIA DA FILOSOFIA CONFUCIONISTA E DO PRINCÍPIO DO *TIANXIA* NA FORMAÇÃO DO SISTEMA POLÍTICO-ECONÔMICO CHINÊS: DO IMPÉRIO À REPÚBLICA

A China é uma civilização milenar, a qual a história de relativa continuidade pode ser observada em seus mais de 4.000 anos de existência. Ao longo destes anos, sua civilização constituiu bases para a formação estatal e política de grande parte dos países e povos da Ásia, como o Japão, a Coreia e o Vietnã, o que a tornou em uma espécie de matriz civilizacional<sup>22</sup>. Esta característica civilizatória surpreendentemente consegue o êxito de carregar traços de longa data que permeiam a sociedade chinesa até os dias de hoje, como é o caso da “ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade, na estabilidade e na continuidade” (VISENTINI, 2011, p. 15).

Desta maneira, o pensamento e a condução político-econômica do país, bem como de seus setores estratégicos, carregam características oriundas de sua herança milenar, que constituem as bases organizacionais para a articulação na relação governo-sociedade. Esta visão

---

<sup>22</sup> Por matriz civilizacional, é entendida a ideia de “berço” de valores e da noção de Estado centralizado, bem como de raízes culturais, ou seja, devido à forte capacidade de organização da sociedade chinesa imperial em uma civilização política centralizada, sua forma de organização social foi “exportada” para outros países da região que dividiam costumes e culturas similares à sua (MARCHIONATTI, 2012).

é corroborada por Zhang (2012) com o termo “Estado civilizacional” (no original 文明型国家 Wénmíng xíng guójia)<sup>23</sup>, ao qual o autor atribui ser o motivo para o crescimento e desenvolvimento chinês contemporâneo. Para ele,

[...] a principal razão para a ascensão da China é sua adesão ao próprio caminho de desenvolvimento [...] o país, por um lado, aprendeu muito com outras nações e, por outro, aproveitou-se de seus pontos fortes, indo além do modelo ocidental [...] representa, afinal, a ascensão de um estado civilizacional que fundiu a civilização contínua mais longa do mundo com um enorme estado moderno (ZHANG, 2012, p. 47, *tradução nossa*).

Portanto, Zhang (2012) entende que são as características políticas, sociais e econômicas históricas aliadas ao aprendizado de suas experiências passadas (domésticas e externas), que criaram condições para a modernização do Estado chinês contemporâneo. À vista disso, é imprescindível realizar uma breve revisão histórica dos principais aspectos culturais, sociais e políticos<sup>24</sup> que tiveram impacto direto ou indireto nas políticas econômicas e consequentemente energéticas do gigante asiático, a fim de entender como estas características podem estar impactando o ressurgimento chinês no centro político-econômico global de hoje.

O Império Chinês passou por diversas mudanças em seu sistema político e econômico, sendo caracterizado pela emergência de uma sociedade de classes com a criação das dinastias<sup>25</sup> que se estabeleceram ao longo do Rio Amarelo. Mesmo com constantes desentendimentos, esses povos vieram a formar uma espécie de unidade política que futuramente se tornaria um Estado centralizado que mantém forte continuidade histórica (VISENTINI, 2012). Este período foi caracterizado por dar início a civilização chinesa, que, apesar do Império não ser um Estado-Nação no senso westfaliano, existiam dentro desta sociedade vilarejos que formavam pequenos Estados com unidade política. Estes Estados partilhavam da mesma cultura e raízes, mas principalmente possuíam a mesma ideia de reinado, o princípio do *tianxia* (天下), conceito que ficou conhecido em português como Mandato dos Céus.

<sup>23</sup> Segundo Zhang (2012), um Estado Civilizacional consiste em uma civilização antiga que possui forte tradição histórica e cultural. Estes aspectos impactam a formulação e condução política do país desde a sua formação da nação até a contemporaneidade como um Estado moderno.

<sup>24</sup> Cabe destacar aqui uma observação. Alguns destes aspectos tradicionais podem ser de difícil interpretação pela epistemologia e ontologia ocidental, principalmente, devido às traduções (tanto do inglês quanto do mandarim) que podem não transmitir a mensagem originalmente intencionada. Isso acontece, pois, em um geral, esses conceitos tradicionais são passados através de mensagens figurativas ou até mesmo mais poéticas, originais de texto muito antigos.

<sup>25</sup> Uma dinastia é uma sequência de governantes, podendo estes serem reis ou imperadores, sendo todos descendentes de uma mesma família.

Segundo Costa Lima (2018, p. 13), o *tianxia* é um “conceito cultural chinês antigo que denota o mundo geográfico em sua totalidade ou reino metafísico dos mortais e foi associado mais tarde com a soberania política”. Nos tempos imperiais, este princípio foi responsável por indicar “as terras, o espaço e a área, divinamente nomeados ao imperador por princípios de ordem universal e bem definidos”. Desta maneira, o reinado do imperador era legitimado pela aprovação divina; já na atualidade, este princípio sumariza a base para a visão de mundo e interpretação da política por parte dos chineses, assim como a sua relação com seus governantes. Em outras palavras, o *tianxia* é um princípio norteador da cosmovisão chinesa, ele carrega características únicas à identidade deste povo em diferentes épocas. Transformou-se em “um conjunto universal de valores para uma comunidade moral-política” com o passar do tempo, e tornou-se “um conceito chave para a interpretação da práxis moral-ética, da identidade cultural e legitimidade política na China” (WANG, 2014, p. 61-62, *tradução nossa*).

Ao longo do período imperial, a China contou com onze principais dinastias<sup>26</sup>. As três primeiras são parte do período anterior à unificação do Império, enquanto as demais oito são parte do período que iniciou o processo de unificação e centralização do território e do poder na civilização chinesa<sup>27</sup> (COLUMBIA UNIVERSITY, 2022a). Apesar de tantos mandatos diferentes, era um consenso o desejo pela unificação do território e desta população com características compartilhadas, tendo como objetivo atingir a estabilidade, a paz e a prosperidade comum, baseados no princípio do *tianxia*.

No entanto, a unificação do Império sempre foi um grande desafio, a rivalidade entre as dinastias era comum e recorrente, sendo mais ou menos presente a depender do sucesso da dinastia reinante, o que tornou o período uma constante disputa pelo poder. Isto aconteceu, especialmente devido à uma peculiaridade filosófica do *tianxia*: “este sistema necessita ter legitimidade ética e deve refletir a vontade geral do povo” (COSTA LIMA, 2018, p. 30). Isto quer dizer que apesar do sistema de sucessão dinástica, a permanência de um imperador em seu cargo somente era possível se o monarca demonstrasse aptidão como governante em cumprir com suas obrigações dentro da moral ética confucionista. Caso contrário seus vassallos não mais apoiavam-no, porque entendiam que não havia mais a aprovação divina para a permanência do imperador no trono, e então uma revolta ocorreria. Substituindo-o por outro representante mais

---

<sup>26</sup> Xia (2100 a.C. a 1600 a.C.), Shang (1600 a.C a 1046 a.C.), Zhou (1045 a 256 a.C.), Qin (221 a 206 a.C.), Han (206 a 220 a.C.), Sui (581 a 618 d.C.), Tang (618 a 907 d.C.), Song (960 a 1279 d.C.), Yuan (1271 a 1368 d. C.), Ming (1368 a 1644 d.C.) e Qing (1644 a 1911 d.C.)

<sup>27</sup> Para maiores informações da linha do tempo histórica da China, acessar a página *Asia for Educators* do *Weatherhead East Asian Institute* da *Columbia University*, disponível aqui: [http://afe.easia.columbia.edu/timelines/china\\_timeline.htm](http://afe.easia.columbia.edu/timelines/china_timeline.htm).

adequado, o que é ratificado pela queda de dinastias em diversas ocasiões na era imperial. Na contemporaneidade, essa visão de mundo fica evidente na ênfase do Partido em seu discurso de governar para o povo, como uma tentativa em manter a aprovação de sua sociedade.

Por consequência dessa constante competição, é apenas com os Hans (206 a.C a 220 d.C), que o Império Chinês se desenvolve como máquina estatal centralizada. Nesta fase adota-se o confucionismo<sup>28</sup> como doutrina do Estado, implementando-a como um conjunto de normas sociais que passariam a reger a concepção de moralidade da sociedade chinesa, (em certo grau) até hoje. De acordo com Han (2013), o valor central desta filosofia reside na benevolência, na humanidade, e na intenção de alcançar a auto transcendência em todas as áreas da vida, por isso carrega uma preocupação multidimensional. Para isto, a pedra angular do confucionismo como sistema está no respeito à hierarquia, tendo a família como base social e o Estado como uma continuidade desta, ou seja, as relações devem ser conduzidas a partir da ideia de que “o governante está para o governado como o pai está para o filho”, pois a família é a base, e o governo é a sua extensão por natureza (MARCHIONATTI, 2012, p. 26).

Neste sentido, é importante destacar que a difusão do confucionismo se fez presente no local da religiosidade na China, penetrando na sociedade de forma profunda, e até mesmo absorvendo religiões estrangeiras que em algum momento histórico chegaram ao país, como é o caso do budismo e islamismo. Similarmente, as culturas de estrangeiros que “invadiram” ou passaram a conviver com os chineses tiveram suas expressões “sinizadas”<sup>29</sup>. A filosofia confuciana é também responsável por criar um senso de que a “noção de indivíduo” está “amplamente subordinada à noção de coletivo” (VISENTINI, 2011, p. 16), da mesma forma que ensina a moralidade como o método de governança social, ou seja, a sociedade deve ser organizada e liderada através da meritocracia aplicada pela moralidade do humanismo ético (HAN, 2013).

Como consequência disso, a doutrina confucionista passou a ser utilizada como a base ética norteadora para a sociedade chinesa e para a formação de líderes chineses, tornando a

---

<sup>28</sup> A filosofia confucionista foi criada por Confúcio (孔子 Kongzi), um estudioso chinês que viveu entre 551-478 a.C. e estabeleceu um conjunto de normas e costumes sociais baseado em seus estudos da literatura tradicional chinesa, os quais ele acreditava que poderiam remediar os problemas da sociedade, ao elencar pontos de atenção para melhora humana multidimensional. Dentro desta perspectiva, Confúcio elenca cinco pilares para o seu sistema de comportamento e governo, são estes: virtudes essenciais (amor ao próximo, ser justo, ter um comportamento condizente com os valores morais, cultivar a sabedoria e manter a consciência das vontades dos céus); família (fonte da virtude); mundano (foco no mundo em que estamos vivendo); tradição (reintroduzir o que de mais positivo foi feito no passado); e por fim, o ritual (manter ritos de passagem e a cordialidade para construir uma relação de conexão na sociedade) (MARASCIULO, 2020).

<sup>29</sup> Este termo é utilizado pelos autores Marchionatti (2012) e Visentini (2011) para referir-se ao ato de tornar-se chinês ou incorporar-se à cultura local.

tradição em uma determinante para as práticas de gestão política na China desde o império até a contemporaneidade (HAN, 2013). Por estes motivos, a implementação do confucionismo como sistema proporcionou ao país asiático a criação de um Estado com características e capacidades administrativas bastante avançadas, focado no fortalecimento político e econômico em detrimento da militarização estatal (MARCHIONATTI, 2012). Deste modo, a administração pública calcada no pacifismo é um aspecto latente nas origens da civilização chinesa, que desde então estabeleceu o consenso social e governamental, cujos objetivos são a estabilidade, a paz e a prosperidade de seu povo.<sup>30</sup>

Em termos econômicos, a China se desenvolveu como uma das mais importantes civilizações do mundo ao longo do período imperial. Grande parte deveu-se aos grandes avanços tecnológicos que o Império obteve durante a liderança das dinastias Han (206 a.C a 220 d.C) e Song (960 a 1279 d.C). Foi durante a dinastia Han que a China imperial estabeleceu o primeiro contato com o mundo ocidental através da Rota da Seda, passou a produzir sal e ferro, iniciou a fundição de moedas, a definição de pesos e medidas de forma padronizada, a execução do censo populacional e a aplicação de sistemas de irrigação. Os avanços proporcionados por esta dinastia são tão significativos que o idioma oficial da China contemporânea se chama *hanyu* (汉语), o que significa “língua dos Hans”, e cerca de 92% da população chinesa atual é descendente deles (MARCHIONATTI, 2012, p. 33).

O reinado da dinastia Song, por sua vez, é considerado o período de maior prosperidade da história da China em relação ao restante do mundo. Enquanto a Europa passava por momentos de instabilidade<sup>31</sup>, o “Império do Meio” atingia o seu apogeu cultural, político e econômico, e nutria significativa dedicação à filosofia, cultura, tecnologia e produção. Além disso, o comércio internacional fortaleceu-se, enriquecendo a nação chinesa, o que fomentou a introdução do uso do papel moeda, do livro impresso (que estimulou a educação e reforçou burocratização) e até mesmo a consolidação de tecnologias navais como a bússola (COLUMBIA UNIVERSITY, 2022b).

Este contexto de apogeu, também acabou por consolidar a divisão de classes sociais na China imperial, tendo quatro principais “categorias”: os eruditos que contemplava os oficiais e governantes (mandarins), os agricultores, os artesões e os comerciantes (FAIRBANK e

---

<sup>30</sup> Destaca-se que estes são objetivos evocados por líderes chineses até a contemporaneidade, como já mencionado no capítulo 2 com a diplomacia econômica chinesa implementada pela quinta geração de liderança do país que está baseada no princípio do “Sonho Chinês”.

<sup>31</sup> Os séculos X-XV na Europa foram marcados por momentos de instabilidade oriundos de pragas, fome, guerras, invasões e revoltas, o que ocasionou mortes e mudanças no regime político, iniciando a transição de feudalismo para capitalismo.

GOLDMAN, 2006). A classe social composta pelos indivíduos com graduação e funcionários públicos, conhecida como “mandarins”, eram cidadãos selecionados por “mérito” através de exames imperiais, com propósitos para assumir as funções burocráticas do funcionamento do Estado. Conseqüentemente, desempenhavam uma das principais funções na sociedade, pois assumiram a liderança das comunidades preenchendo “o espaço entre o estado burocrático e sociedade rural, que crescia de modo descontrolado” (MARCHIONATTI, 2012, p. 36).

No entanto, o sistema de burocracia estatal com a realização de exames imperiais para a seleção de oficiais, acabou por criar uma “armadilha” de inchaço da máquina estatal, desenvolvendo uma cultura de manutenção de *status* social, a partir da tradição familiar da preparação de seus filhos para se tornarem graduados e oficiais do governo, nutrindo uma relação “parasitária” entre a elite e o Estado. Tamanho foi o crescimento da classe, que o governo passou a comprometer grande parte de seu orçamento com o pagamento dos mandarins, tendo as despesas crescido ao ponto de afetarem até mesmo o orçamento militar. Este aspecto de inchaço da elite, aliado à prosperidade econômica e política do país, acabou por criar no governo e na sociedade a crença de superioridade frente às demais civilizações (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006).

Ademais, havia um excesso de confiança no sistema administrativo, a classe burocrata acreditava fielmente que sua suposta superioridade intelectual era o suficiente para manter um império forte, o que conseqüentemente levou a negligência da defesa territorial. À vista disso, o Estado chinês mergulhou em uma grande crise que levou ao empobrecimento e enfraquecimento da defesa militar do país, passando por períodos de estagnação, e conseqüentemente ocasionando a queda da dinastia Song para a invasão estrangeira dos mongóis liderados por Gengis Khan (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006).

Esta tendência ao apego com o pacifismo e a não militarização, é explicada por Zhang (2012) como uma característica cultural, que nasce da junção dos aspectos tradicionais já elencados - o *tianxia*, o confucionismo e a criação de um Estado marcado pela divisão de classes segregadas pela intelectualidade. Para ele, mesmo na contemporaneidade, em que alguns países ocidentais cultivam uma ideia de “ameaça chinesa”, dificilmente o país asiático deve se inclinar ao confronto, pois a tendência ao pacifismo está em sua natureza civilizacional. Logo, é mais provável que Pequim “busque a coexistência pacífica, o aprendizado mútuo e os resultados ganha-ganha com outros países e sistemas políticos” (ZHANG, 2012, p. 48, *tradução nossa*). Em outras palavras, a estratégia chinesa essencialmente reside na diplomacia e negociação,



evitando o confronto direto ao máximo, pois em seu âmago considera o conflito armado uma atitude bárbara, pouco digna ou intelectual.

Deste modo, “o fortalecimento do sistema burocrático imperial baseado nos ideais confucionistas cria um sistema paradoxal”. Ainda que permita a “estabilidade e a unidade política” para um Estado de dimensões continentais como a China, esse sistema também acaba por constituir uma administração inflexível que mantinha velhos métodos de produção e hábitos sociais, o que gerou estagnação econômica, atraso político e vulnerabilidade militar para a sociedade chinesa imperial. Como resultado desta dinâmica paradoxal, a nação chinesa passou por duas invasões estrangeiras, sendo a primeira pelos mongóis da dinastia Yuan (1271-1368 d.C), e a segunda pelos manchus da dinastia Qing (1644-1911 d.C) (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006).

No entanto, as raízes confucionistas são tão profundas, que posteriormente as dinastias Yuan e Qing acabaram por se “incorporar” ao *modus operandi* chinês, perdendo suas características estrangeiras e integrando-se cultural e politicamente à sociedade local, criando uma relação de coexistência e não necessariamente colonização. Isto aconteceu, porque nem mongóis e nem manchus conseguiam livrar-se das “ataduras” do sistema tradicional chinês. Desta maneira, para exercer a soberania plena era necessário que os estrangeiros se integrassem em um nível ideológico, adotando os princípios que misturam a “administração civil, militarismo e respeito à hierarquia” em um culto ao pacifismo (MARCHIONATTI, 2012, p. 41).

Portanto, nenhuma dinastia conseguiu transcender essa perspectiva, o que levou a China imperial ao colapso. Muito disso se deu pela falta de poder real que o imperador detinha sobre o seu reinado, pois não possuía meios reais e tangíveis de controle sob seus vassallos, o que criou uma alta dependência da educação moral e ideológica como meios de “coerção”, de subordinação e de controle do Estado. Neste contexto, a emergência do sistema de Estado-nação westfaliano e do regime capitalista que se espalharam por toda a Europa a partir do século XVII, tornaram praticamente impossível que a China Imperial, pacifista e burocrática se mantivesse forte contra investidas externas em seu território, especialmente devido à falta de real centralização e concentração de poder político e militar por parte do Império. Nesta conjuntura, a queda do sistema dinástico chinês acabou se tornando apenas uma questão de tempo.

Deste modo, os Estados ocidentais, se tornaram direta e indiretamente, desafios para a manutenção do Estado imperial tradicional chinês, como se mostrou evidente com a perda da Primeira e Segunda Guerra do Ópio, (1840 e 1860, respectivamente) para os britânicos e

franceses, assim como a Guerra Sino-japonesa em 1895 (ZHANG, 2012). O século XIX foi altamente marcado pelas primeiras experiências de isolamento e posterior colonização que a China vivenciou. O país foi praticamente cercado por poderes estrangeiros, em um momento em que o Reino Unido expandiu seu império para a Índia, conquistando a Malásia e fortalecendo suas colônias na Oceania (Austrália e Nova Zelândia). Em seguida, a França conquista a Indochina e diversas ilhas do Pacífico, os holandeses tomam a Indonésia, e os EUA colonizam as Filipinas (1898). Paralelamente ocorria na Coreia e ao norte da China a expansão da influência russa, seguida do domínio japonês da China continental, da península coreana e da ilha de Taiwan, bem como a invasão dos portos de *Tsingtao* pelos alemães (VISENTINI, 2011).

Estes acontecimentos acabaram por levar a China ao isolamento e estagnação, o que gerou a revolta popular de algumas classes que clamavam por uma modernização no regime político. Por fim, ocorre o declínio do regime imperial, com a dinastia Qing em 1911, derrotada pela revolução nacionalista que demandava uma mudança radical no sistema de governo do país (FAIRBANK e GOLDMAN, 2006). A queda do sistema imperial acontece principalmente devido a inaptidão do modelo de governo em adaptar-se à nova realidade do sistema internacional. As pressões populares e a intenção de modernização foram o estopim para a quebra de um regime rígido de quatro mil anos, que insistia em um modelo incapaz de sobreviver sem uma forte adaptação aos novos desafios que o século XX apresentava.

Entretanto, cabe um parêntese para ressaltar que apesar da rigidez do modelo estatal ancorado na filosofia do confucionismo ter empurrado a ruptura com o sistema de governo imperial, muitos aspectos culturais, sociais e políticos confucionistas sobreviveram e influenciam no comportamento e na visão de mundo dos chineses. Tais aspectos dão base para a filosofia política e formulação, condução e execução da governança do Estado chinês até a atualidade. Segundo Han (2013), isto acontece porque o confucionismo se tornou intrínseco à cultura e aos valores da sociedade chinesa, impactando profundamente os líderes chineses. Para ele, o confucionismo é ainda responsável pela solidificação dos ideais da educação formal e a aprendizagem, ancoradas no conhecimento pleno, que são entendidos pelo autor, como os dois alicerces da estratégia político-econômica da China e que possibilitaram que o país atingisse suas atuais realizações econômicas. Em outras palavras, Han (2013) acredita que para os chineses, o confucionismo é o “combustível” que alimenta o anseio do povo chinês em trabalhar para atingir os objetivos coletivos, que proporcionam o bem-estar social compartilhado, facilitando a atuação do governo central.

Neste sentido, a revolução nacionalista de 1911 liderada pelo Partido Nacionalista, também conhecido como Kuomintang (KMT), trouxe consigo a tentativa da democratização do gigante asiático, a ruptura com práticas gerenciais burocráticas pouco efetivas, e a necessidade de modernização política e econômica para que o Estado chinês conseguisse sobreviver a um momento securitário turbulento. Todavia, a fragmentação de poder doméstica entre os senhores de guerra, as próprias divergências internas do Kuomintang (KMT) e a disputa pela liderança do país com o Partido Comunista Chinês (PCCh), não permitiram condições para o início de um período de reformas políticas e econômicas efetivas para que a sua democratização lograsse sucesso (VISENTINI, 2011). Por este motivo, a democratização da China não surtiu efeitos positivos, e o país passou por anos de instabilidade administrativa em que a população se tornava cada vez mais insatisfeita, e o poder menos centralizado.

Além das rupturas e instabilidades internas, na década de 1930 o país asiático ainda teve que lidar com novas invasões japonesas na Manchúria e no Jehol, que aos poucos se estenderam pelo país e instauraram uma extensão de seu reinado em solo chinês, o que ficou conhecido como *Manchukuo*. Paralelamente, o KMT era instigado pela Liga das Nações a continuar concentrando seus esforços na guerra civil contra os comunistas, a ofensiva de Chiang Kai-Shek leva Mao Zedong e o PCCh a realizar a Longa Marcha<sup>32</sup> já em 1934, a fim de escapar dos ataques nacionalistas. No entanto, ao se deparar com a força das tropas imperialistas do Japão, nacionalistas e comunistas se uniram para enfrentar o “mal maior”, e juntos derrotaram as tropas invasoras em 1945, apesar da inferioridade militar. Com os japoneses fora do jogo, novamente os campos políticos passaram a se enfrentar em uma guerra civil que durou até 1949 quando a então capital chinesa da época Nanjing foi tomada, e os nacionalistas de Chiang Kai-Shek fogem para a ilha de Taiwan (VISENTINI, 2011).

Desta maneira, a fragmentação política do período entre 1911 e 1949 afundou o país em uma fase de turbulência e instabilidade política ainda maior que a anterior. A incapacidade dos nacionalistas em cumprir com suas promessas de um sistema democrático e de bem-estar

---

<sup>32</sup> A Longa Marcha, ou Grande Marcha, é o evento histórico da retirada das tropas do Partido Comunista Chinês para fugir de uma possível aniquilação por parte do Kuomintang em 1934. O Exército Vermelho dos Operários e Camponeses da China, liderados por Mao Zedong e Zhou Enlai conduziu um efetivo de cerca de 100 mil homens, por pouco mais de 10 mil km ao longo do período de um ano, para o extremo norte da China, na região de Shaanxi. Ao longo da marcha, Mao e seus companheiros pregavam para os camponeses locais sobre o comunismo, e recrutavam mais apoiadores, já que a revolução vinha perdendo força, e inclusive já não contava mais com o suporte soviético. Contudo, as condições da marcha eram tão severas que perderam cerca de 80% de seu efetivo, chegando em Shaanxi com apenas 20 mil homens. Ao chegar em seu destino, Mao e seus companheiros restabeleceram-se e conseguiram organizar um governo na região, que em 15 anos venceria a Revolução Chinesa e se tornaria a República Popular da China (KOKOTOWSKI, 2020). Para mais informações, ler o artigo completo do jornal DW Brasil, disponível aqui: <https://www.dw.com/pt-br/1934-grande-marcha-por-mao-na-china/a-974718>.

fez com que a população chinesa, descontente com o regime predecessor, também não confiasse nas promessas do Kuomintang de Chiang Kai-Shek. Era necessário buscar o sentimento popular de união política e o fortalecimento das defesas para terminar com as ameaças e as invasões, e assim iniciar o processo de reconstrução da recém formada república (MARCHIONATTI, 2012).

Em vista disso, a impopularidade do KMT foi um dos principais catalisadores para a instauração do regime socialista no país. Deste modo, a República Popular da China (RPC) é fundada em 1º de outubro de 1949, com a vitória do Partido Comunista Chinês (PCCh) na Revolução Chinesa. O país passou a ser governado por Mao Zedong, que instaurou o regime socialista com intuito de unificar a nação e reformar o sistema político e econômico, a partir da criação de uma economia pautada na agricultura e em um sistema de comunas. Portanto, foi necessário primeiro, que o país asiático conseguisse estabelecer um governo interno que unificasse a China, não somente em termos territoriais, mas também em um sentimento político, para que a sociedade pudesse aceitar as reformas políticas, econômicas e até mesmo sociais que vieram a ser efetivadas.

Nesta conjuntura de pós-revolução, os anos 1950 foram de isolamento para a República Popular da China. Em um cenário de divisão ideológica da Guerra Fria, grande parte da comunidade internacional seguia reconhecendo o governo nacionalista do Kuomintang, que estava exilado em Taiwan, como a “verdadeira” China. A RPC, por sua vez, mantinha apenas o apoio da União Soviética para a reconstrução econômica e proteção militar, pois o país seguia cercado de “inimigos”. Não obstante, ao final da década de 1950 e início dos anos 1960 as relações sino-soviéticas sofreram uma ruptura, devido a discordância da postura da URSS em propor a coexistência pacífica com os EUA, o que na visão dos comunistas chineses era inadmissível, pois abriria brecha para a instauração de uma relação de subordinação com os estadunidenses, algo que o PCCh vinha lutando contra desde a sua fundação (VISENTINI, 2011).

Desta maneira, este período de isolamento e reconstrução empurrou a China à procura pela autossuficiência. O país começou a trabalhar com os pouquíssimos recursos e insumos básicos disponíveis em seu próprio território, já que seu governo se encontrava afastado do restante da comunidade internacional. Os efeitos devastadores das quase quatro décadas de guerra demandavam grandes esforços para a reconstrução e o suprimento das demandas econômicas do país. Havia uma escassez generalizada, mas acreditava-se que com um grande esforço coletivo essas barreiras seriam superadas, e a modernização econômica seria possível.

É neste contexto que a questão energética se apresenta como um motor imperativo para a reconstrução de um país arrasado e subdesenvolvido.

### 3.2 UM BREVE HISTÓRICO DA QUESTÃO ENERGÉTICA NA CHINA (1949-2012): DA AUTOSSUFICIÊNCIA A INTERNACIONALIZAÇÃO

De modo similar ao subcapítulo 3.1, esta seção busca fazer uma recuperação histórica dos principais acontecimentos políticos, econômicos e principalmente energéticos da China de 1949 até 2012. Essa revisão perpassa pela descoberta de petróleo em solo chinês, as reformas governamentais de Deng Xiaoping, a criação das empresas estatais de energia e as mudanças no cenário internacional. O objetivo é identificar as diferentes etapas pelas quais o setor energético do país passou e a conjuntura político-econômica de cada momento para compreender o papel da energia na política econômica chinesa ao longo dos anos.

A República Popular da China (RPC) é fundada em 1949 em uma conjuntura de pobreza, desunião política, isolamento internacional e subdesenvolvimento generalizado. É neste contexto de reconstrução e busca por desenvolvimento que surgem as primeiras menções explícitas à institucionalização do setor energético no país. Afinal, para que a China viesse a se modernizar, era necessário desenvolver sua indústria, e para isso era imprescindível o uso de energia. Portanto, a indústria energética chinesa surge como um motor para auxiliar no crescimento do país, e passa a ser fomentada a partir da descoberta e exploração de campos de petróleo em solo chinês entre os anos 1950 e 1960.

Entende-se, desta forma, que em razão da conjuntura de subdesenvolvimento generalizado, a busca por recursos energéticos tem sido um componente importante das relações internacionais do país. Desde a fundação da RPC havia escassez de recursos energéticos e poucas reservas (de petróleo, carvão e/ou gás natural) haviam sido encontradas tornando o país vulnerável energeticamente. Para evitar a dependência externa, tornou-se parte da estratégia do governo da época o investimento e o incentivo à exploração energética na busca pelo descobrimento de novas reservas. Neste contexto, a autossuficiência e segurança energética se tornaram prioridade política para o Partido Comunista Chinês (PCCh), pois acreditava-se que a autonomia era o caminho que os auxiliaria a atingir o crescimento econômico.

No entanto, Zha (2010, p. 2, *tradução nossa*) explica que esta lógica está equivocada, pois autossuficiência e segurança energética não são sinônimos. Logo, um país tem segurança

energética significativa quando sua “gestão da oferta e demanda de energia atende ao propósito de desenvolver sua economia e sociedade”, mas isso não foi o que aconteceu naquele momento. De acordo com Jabbour (2004), na fundação da RPC a produção de petróleo chinesa era ínfima, a maior parte do petróleo utilizado no país era proveniente de exportações da União Soviética. Isto acontecia, porque a Guerra Fria havia gerado uma divisão entre o bloco capitalista e o socialista, tornando a URSS a única alternativa para uma China, isolada e embargada pelos EUA e seus aliados. Paralelamente, a busca e exploração por novas jazidas também acontecia com auxílio destes parceiros, principalmente em termos de tecnologia, recursos financeiros e humanos, criando uma conjuntura de dependência da RPC em relação aos comunistas russos (YERGIN, 2014).

Foi então que, ao final dos anos 1950 e início dos anos 1960, se iniciou uma série de descobertas de campos de petróleo em solo chinês. Em 1955 foi descoberto *Karamay* (克拉玛依 Kèlāmǎyī), que fica localizado na província de *Xinjiang*, e *Daqing* (大庆 Dàqìng) em 1959, que está na província de *Heilongjiang*, sendo considerado até hoje como o campo de petróleo mais longevo do país asiático. De modo similar, a descoberta da bacia de *Shengli* (胜利 Shènglì) em 1961, localizada na província de *Shandong*, proporcionou ao país um aumento significativo em sua produção de óleo cru. Isto trouxe esperança ao governo chinês em investir no crescimento da indústria energética para que o setor se tornasse o motor para o desenvolvimento nacional (JABBOUR, 2004).

Desta forma, observa-se que desde o estabelecimento da indústria energética chinesa, seu propósito servia ao interesse nacional da modernização econômica, a estabilidade política e o bem-estar populacional. Por isto, seus feitos e conquistas eram altamente politizados, ou seja, a descoberta de um novo campo ou aumento na capacidade de drenagem de petróleo em alguma jazida eram conquistas muito maiores do que apenas um crescimento no número de barris, consistindo também em uma vitória política. Sendo assim, a exploração dos campos de petróleo chineses se tornou propaganda para motivar seus cidadãos e incutir a ideia de que o “ouro negro” era a solução para o desenvolvimento e o progresso do país, como fica evidente com o caso do campo de *Daqing* (JABBOUR, 2004; YERGIN, 2014).

*Daqing*, que significa “Grande Celebração”, se tornou a esperança do governo em colocar o povo chinês no caminho do desenvolvimento. O processo foi árduo, havia dificuldade na exploração do solo, na separação de óleo e água e nas condições climáticas e tecnológicas da região. Sobretudo, devido ao contexto de deterioração das relações sino-soviéticas, que levou os russos a abandonarem o lado chinês nesta empreitada. Sem tecnologia, pessoal treinado e

com a diminuição das exportações de petróleo por parte dos soviéticos, a única alternativa para a RPC era fazer jorrar petróleo de seus campos. Desta forma, a China de Mao Zedong concentrou-se em buscar incessantemente a autossuficiência, o que se tornou o “princípio norteador” do desenvolvimento da indústria petrolífera no país de 1950 até o final dos anos 1960. O sucesso na exploração de *Daqing* se tornou um símbolo da propaganda maoísta, os feitos de seus trabalhadores e equipes se tornaram exemplos nacionais de patriotismo e da luta chinesa para atingir a autossuficiência e desenvolvimento nos anos 1960 (YERGIN, 2014, p. 158).

O exemplo mais claro disso é o caso do perfurador de *Daqing*, Wang Jinxi. Segundo Yergin (2014, p. 158), o perfurador se sentia inconformado com os indícios de escassez energética no país, isto fez com que ele tomasse como sua missão de vida pessoal “fazer jorrar petróleo” do solo de *Daqing*. De acordo com a história, a equipe de Wang era exemplo em perfuração, sempre produzindo acima da média, mesmo após alguns acidentes de trabalho, que deixaram o seu líder com uma séria lesão, ele insistia em trabalhar orientando sua equipe. Em certa ocasião, para impedir uma explosão que destruiria uma das plataformas de perfuração, Wang teve a ideia de utilizar cimento para tapar o buraco e minimizar os danos. Porém, “como não havia máquina para misturar o cimento, o próprio Wang entrou em ação e misturou o cimento com as pernas, impedindo a explosão e ferindo-se ainda mais” (YERGIN, 2014, p. 158). Isto pode ser observado na imagem a seguir.

**Figura 1** - O “Homem de Ferro”, Wang Jinxi



Fonte: Yergin (2014, p. 581)

Após este feito, ele ficou conhecido como o “Homem de Ferro”, e se tornou a “personificação do espírito de Daqing”, tornando os trabalhadores de *Daqing* em exemplos nacionais. Wang e seus operários foram recebidos como heróis pelo premier Zhou Enlai em Pequim, e Mao declarou que a indústria chinesa deveria “aprender com o campo petrolífero de *Daqing*” (YERGIN, 2014, p. 158). Pôsteres com imagens e dizeres sobre o espírito de *Daqing* foram distribuídos como motivacionais para os trabalhadores chineses no país inteiro. Um exemplo é a propaganda da figura 2 que tem o dizer “estude o espírito revolucionário de *Daqing*, segure bem alto a grande bandeira vermelha do Pensamento de Mao Zedong, para lutar pela realização do terceiro Plano Quinquenal!” (CHINA, 1966), conforme a seguir.



**Figura 2** - Pôster de propaganda do governo chinês sobre *Daqing*



Fonte: Design: Zhang Ruji (张汝济) Fei Shengfu (费声福) Lin Jie (林潜)/Reprodução: Chinese Posters.

A propaganda demonstra a conexão que as políticas públicas faziam entre a mineração de petróleo e o desenvolvimento econômico e social do país na era de Mao Zedong. Seu principal intuito era despertar esse sentimento positivo em relação à exploração petrolífera na população. Como resultado destas campanhas, durante as décadas de 1950, 1960 e até ainda em meados de 1970, a crença de que o crescimento econômico autossuficiente, a todo e qualquer custo, proporcionaria o desenvolvimento a Pequim, era praticamente onipresente.

Segundo Zhang (2011), para o governo maoísta o objetivo da autossuficiência na condução da política energética chinesa era a chave para evitar a vulnerabilidade externa. Para eles, a indústria de petróleo deveria depender apenas de seus próprios recursos em todos os aspectos, seja humano, físico e/ou natural, logo, o governo passou a perseguir ativamente a independência de recursos estrangeiros. Nesta conjuntura, apesar das adversidades ao longo do processo de exploração, as descobertas de *Karamay*, *Daqing* e *Shenli* proporcionaram à China o patamar de autossuficiência energética desejado em meados dos anos 1960, ao produzir cerca de 11 milhões de toneladas de óleo cru, colocando fim a aproximadamente um século de alta

dependência energética externa (ZHA, 2010). Já ao final dos anos 1960 e início dos anos 1970, com as descobertas dos campos de *Dagang* e *Liaohoe*, e o recorde de produção (39,4 milhões de toneladas) de óleo cru. A China adentra o mercado de exportação deste *commodity* com vendas para o Japão, e inicia a exploração de petróleo em plataformas *offshore*: é o início da consolidação do setor energético chinês (JABBOUR, 2004).

No entanto, o contexto internacional até meados da década de 1970, (rompimento das relações sino-soviéticas e embargo econômico à Pequim liderado pelos EUA), não era favorável para a segurança energética chinesa. Neste quadro, mesmo que o petróleo extraído fosse o suficiente para atender a demanda nacional, e inclusive se pudesse comercializar o excedente, o cenário energético chinês seguia de insegurança e vulnerabilidade. Pois, o isolamento internacional impedia a utilização ampla destes recursos energéticos para objetivos de desenvolvimento, ou seja, a China tinha suficiência, mas não segurança (ZHA, 2010). O dilema chinês evidencia que a segurança energética não está relacionada apenas à suficiência, é necessário um cenário internacional igualmente favorável para que o país possa realizar trocas, comercializar amplamente o seu excedente e utilizar esses ganhos para financiar o crescimento econômico em outras áreas.

Desta forma, o isolamento internacional era um “espinho na carne” do governo chinês. Em primeiro lugar, porque limitava a capacidade de desenvolvimento do país - o crescimento econômico não seria possível através apenas da autossuficiência. Em segundo lugar, porque as relações internacionais da China eram bastante limitadas na época, o que dificultava a comercialização do petróleo ou a compra de tecnologia para modernizar a economia do país. Em terceiro, porque isso impedia a aprovação do governo comunista pela maioria da população, dificultando a longínqua e desejada estabilidade política e econômica para o seu povo. Desta maneira, a incansável busca pela autossuficiência como chave para a segurança energética já se mostrava como uma alternativa falha, mas o governo chinês não via outras saídas para este dilema, então focou em investir para melhorar a sua indústria domesticamente.<sup>33</sup>

Simultânea e ironicamente, ao passo que a China vê a sua economia à beira de um colapso após alguns Planos Quinquenais que não obtiveram o sucesso desejado, e reformas que causaram efeitos devastadores para a população chinesa, como foi o caso do Grande Salto

---

<sup>33</sup> Cabe destacar aqui, que parte do isolamento do país ocorreu devido a inflexibilidade de Mao Zedong (e outras autoridades de alto escalão do PCCh), em entender que a autossuficiência não seria possível em um cenário de escassez generalizada de recursos e insumos básicos, seria necessária a eventual abertura do país para sustentar a população, e em aceitar a mudança de pensamento soviético que estava buscando a coexistência pacífica com os EUA.

Adiante (1958-1960)<sup>34</sup> e da Revolução Cultural (1966-1976)<sup>35</sup>, (que deixaram milhões de mortos pela fome e a violência), o contexto internacional passa a melhorar para a RPC (ZHA, 2010; YERGIN, 2014). A reaproximação sino-estadunidense, que se iniciou em 1971 e consolidou-se ao longo da década, facilitou o acesso ao mundo industrializado, abrindo novas possibilidades para além da autossuficiência e para atingir as tão sonhadas modernizações econômica e segurança energética.

O processo gradual de reintegração da RPC ao sistema internacional, ocorrido como consequência do reconhecimento e adesão da China continental à ONU em 1971 e da aproximação sino-estadunidense, evidenciaram a necessidade de uma reforma realmente efetiva e que trouxesse a abertura do país. No entanto, a ala mais radical do Partido não concebia como correta tal ideia, e insistia em tentativas de reformas econômicas falhas e na condenação dos que pensassem diferente. Esses planos devastadores somente tiveram um fim em 1976, com a morte de Mao Zedong e a emergência de novas lideranças no PCCh que instauraram mudanças efetivas para a economia chinesa (MARCHIONATTI, 2012).<sup>36</sup>

---

<sup>34</sup> O Grande Salto Adiante, ou, o Grande Salto para Frente, foi um plano político-econômico chinês implementado em 1958 com intuito de desenvolver a indústria e a agricultura chinesa, após o fracasso do Primeiro Plano Quinquenal que pretendia aumentar a produtividade no campo. O plano foi implementado a partir da coletivização das terras, a nacionalização das empresas estrangeiras e o controle estatal da economia. O país foi dividido em comunas com cerca de 5 mil famílias cada, que tinham metas de produção, em menos de um ano “50 milhões de camponeses chineses integraram-se a 26 mil comunas nas quais não havia qualquer tipo de propriedade privada” (NABUCO, 2009, p. 2). Neste período, os camponeses também eram enviados para áreas remotas em busca de jazidas de urânio e petróleo em prol do progresso coletivo da nação. Ao final do plano fracassado estima-se que 20 milhões de pessoas morreram de desnutrição e violência, devido a incapacidade de atingimento das rigorosas e irreais metas agrárias. Para mais informações sobre o Grande Salto Adiante, ler o artigo “O Grande Salto Adiante e a Questão da Transição Chinesa”, disponível em: <https://bit.ly/3jEa6q8>.

<sup>35</sup> A Revolução Cultural (em mandarim: 文化大革命 e em pinyin: wénhuà dàgémìng), também formalmente conhecida como a Grande Revolução Cultural Proletária, foi um movimento sociopolítico criado pelo governo chinês entre 1966 e 1976 e lançado pelo líder supremo do Partido Comunista Chinês (PPCh), Mao Zedong. A revolução tinha o intuito de fortalecer o sentimento e preservar os ideais comunistas primeiramente estabelecidos na revolução de 1949, e eliminar todos os restantes elementos capitalistas e tradicionais da sociedade chinesa, substituindo a filosofia do país - ainda com resquícios do confucionismo - pelo maofismo. O movimento era ainda uma tentativa do retorno de Mao à posição central do PCCh, após o estrondoso fracasso do Grande Salto Adiante, que havia arrasado a economia, trazido uma grande fome ao país, e o retirado do cargo de presidente. A participação da juventude, em sua maioria secundarista, foi radical e formou o que ficou conhecido como a Guarda Vermelha, resultando na perseguição e violência contra professores, intelectuais, artistas e até mesmo membros do partido, além de pregar a devoção completa aos ensinamentos do livro “Pensamentos de Mao Zedong”. Ao longo de 10 anos, a Revolução Cultural deixou aproximadamente 20 milhões de mortos, e foi posteriormente formalmente reconhecida como o “retrocesso mais severo” desde a fundação da RPC pelo PPCh (TANNUS, 2018; SILVA, 2021; HISTORY, 2009).

<sup>36</sup> Após o estrondoso efeito negativo do Grande Salto Adiante, entre 1960 e 1965, Mao Zedong se retira do cargo de presidência do país, permanecendo apenas com o cargo de líder do Partido, enquanto assumiram o cargo de administração do Estado Liu Shanqi, Deng Xiaoping e Zhou Enlai, companheiros de Mao durante a Guerra Civil, porém menos radicais em relação ao planejamento econômico. Em 1966, Mao retornou ao seu posto de líder supremo e iniciou a Revolução Cultural, a qual tecnicamente foi finalizada em 1969, mas manteve-se o clima de repressão até 1976, trazendo efeitos devastadores para o país por 10 anos. Neste contexto, Mao reconstrói suas alianças com outras pessoas, por considerar os antigos companheiros “traidores”, é então que surge o “Bando dos Quatro” - liderado pela esposa de Mao, Jing Qing, e constituído de Zhang Chunqiao, Wang Hongwen e Yao

A modificação mais significativa surge com Deng Xiaoping em 1978, que iniciou diversas mudanças no país. A ideia dele consistia em concentrar esforços em setores específicos da economia, e a realização da abertura gradual do país em zonas especiais para, passo a passo, iniciar a modernização e industrialização da economia chinesa (VISENTINI, 2011). Deng entendeu que a autonomia não era mais uma opção devido aos efeitos devastadores que a insistência nesse caminho proporcionou. Ele entendia que a China necessitava de acesso à tecnologia e capital para modernizar-se e retomar o crescimento, o que necessariamente precisava ser importado, o que custaria, no entanto, um preço que Pequim não possuía condições de pagar. A saída foi, então, o “crescimento propiciado por exportações de petróleo”, isto é, o país asiático passou a impulsionar a compra de tecnologia e fluxo de capital estrangeiro através da venda de petróleo para países chave, como foi o caso de alguns vizinhos asiáticos (YERGIN, 2014, p. 160).

As reformas de Deng integraram a China à economia global, e abriram portas para a entrada de multinacionais em setores selecionados, trazendo um fluxo de capitais e tecnologia para o país. Organizou-se também a transferência tecnológica através da criação de *joint ventures*, fazendo com que o gigante asiático passasse a deter o *know-how* necessário para posteriormente criar suas próprias empresas estatais. A indústria petrolífera era parte fundamental deste processo de abertura, ao proporcionar a oportunidade para o governo diminuir as assimetrias tecnológicas e consolidar sua indústria, a partir dos ganhos de suas exportações. Conseqüentemente, o mercado energético também passou a adquirir equipamentos que melhoraram e desenvolveram suas habilidades técnicas (YERGIN, 2014).

As políticas de Portas Abertas, com as zonas econômicas especiais, e as Quatro Modernizações pavimentaram o caminho para a industrialização chinesa, modernizando o país ao patamar de uma economia socialista de mercado - termo utilizado por Deng para definir a economia chinesa. Neste quadro, os recursos energéticos (petróleo e carvão) se tornaram os principais bens de exportação da China, e eram vendidos em troca de plantas industriais e tecnologia, principalmente, para o Japão que passava por um *boom* econômico e tecnológico. Concomitantemente, o Primeiro e Segundo Choque do Petróleo abriram espaço para que a

---

Wenyuan - que passam a gradualmente aumentar sua influência sob o Partido, “coordenando a administração do País e estendendo a Revolução Cultural até 1976” (MARCHIONATTI, 2012, p. 70). Todavia, com a morte de Mao Zedong, em setembro de 1976, o Bando dos Quatro é levado a julgamento e condenado à morte, e os antigos companheiros de revolução de Mao, outrora expurgados, retomam suas posições de liderança no país. Aos poucos, Deng Xiaoping passa a administrar a reconstrução do país para mitigar os efeitos negativos dos últimos 10 anos, tornando-se o líder supremo da China em 1978, quando inicia uma série de reformas para realizar a abertura gradual da China.

China passasse a prover petróleo bruto para países como Tailândia e Filipinas, que desejavam diminuir sua dependência do Oriente Médio. Logo, os recursos energéticos tornaram-se valiosos bens estratégicos, que além de proporcionar uma imagem de responsabilidade ao suprir a demanda energética de seus vizinhos, iniciou o cultivo de um ambiente regional favorável e ganhou divisas muito necessárias para a importação de equipamentos e tecnologia (ZHA, 2010).

Tal situação fez com que a China passasse a atrair investimento estrangeiro direto (IED), que aliado ao “excesso de mão-de-obra rural foi absorvido por empresas de manufatura intensivas em mão de obra nas áreas costeiras” (ZHANG, 2011, p. 6, *tradução nossa*). Até este momento de abertura econômica, a política energética da China integrava a política econômica geral do país, entretanto, com o crescimento da importância da energia e da necessidade de suprir sua enorme demanda energética para cumprir as audaciosas metas econômicas, o governo central entendeu que o setor precisava também ser reformulado. A partir desta nova conjuntura, nos anos 1980, a China criou suas primeiras empresas estatais energéticas, a *China National Offshore Oil Corporation* (CNOOC) em 1982, a *China Petrochemical Corporation* (Sinopec) em 1983, e a *China National Petroleum Corporation* (CNPC) em 1988 (WU; NAKANO, 2016).

Paralelamente, o setor carbonífero também passou a ter relativa importância no planejamento econômico e energético do país, devido à descoberta de grandes reservas de carvão mineral em solo chinês. O estabelecimento do setor em questão fica mais manifesta com a criação da estatal *China National Coal Import and Export Corporation*, constituída em 1982, que viria a se tornar a *China National Coal Group Co Ltd*, também conhecida como apenas *China Coal Group* (CHINA COAL, 2022), assim como a *Shenhua Group Corporation Limited*, inaugurada em 1995, e a *China Guodian Corporation* em 2002, tendo essas duas últimas sido fundidas e gerado a *China Energy Investment Corporation* em 2017 (SHEN HUA, 2022).

No entanto, em contraste com o setor petrolífero, o carbonífero passou a figurar como um dos principais motores de geração de energia para o mercado interno, assim como para a produção de aço para construção civil. Considerando que a China é até os dias atuais a maior produtora e consumidora de carvão mineral do mundo, e possui a quarta maior reserva de carvão global (BRITISH PETROLEUM, 2021), o mercado carbonífero despontou como um setor de exportação de expertise e tecnologia de exploração chinesa para outros países, tornando possível também realizar a internacionalização de suas empresas neste âmbito (CHINA COAL, 2022). Esse passo também foi proporcionado pela abertura econômica gradual do país, e

auxiliou nas trocas de recursos energéticos pelo fluxo de capital e tecnologia industrial gradualmente ao longo das décadas de 1980, 1990 e 2000<sup>37</sup>.

As três companhias de petróleo chinesas - CNOOC, Sinopec e CNPC – tinham distintas tarefas, cada uma está incumbida de uma fase diferente do processamento do petróleo, desde a extração até sua comercialização ao consumidor final, tendo também passado por reformas e reestruturações ao longo dos anos para melhor cumprir os objetivos nacionais (YERGIN, 2014). Neste sentido, ao mesmo tempo em que uma leve descentralização do planejamento energético ocorria com as três Companhias Nacionais de Petróleo (CNPs), o sucesso das reformas de Deng resultou em um ritmo de crescimento sem precedentes, o que passou a pressionar a capacidade da indústria petrolífera chinesa. A demanda energética cresceu junto com a modernização industrial e a cada número acumulado no PIB chinês, maior se tornava a sua necessidade energética. Em contrapartida, a produção doméstica de petróleo estava em crescimento mais lento e ao início dos anos 1990 já não acompanhava a sua demanda exponencial, logo em 1993, a China tornou-se um importador líquido de derivados de petróleo e, em 1996, tornou-se um importador líquido de petróleo bruto (ZHA, 2010).

A autossuficiência se tornou coisa do passado, e a realidade que se apresentou foi a crescente necessidade de integrar trocas comerciais internacionais do mercado de energia, e com isso uma nova grande reforma no setor se iniciou. De acordo com Wu e Nakano (2016, p. 11, *tradução nossa*),

A grande reorganização da indústria petrolífera chinesa que moldou a estrutura atual ocorreu em 1998. Essa reorganização envolveu transferências de propriedade de empresas entre a CNPC e a Sinopec, e o restabelecimento desses dois gigantes que sobrevivem até hoje. Desde a reorganização de 1998, as duas empresas integradas, CNPC e Sinopec, consolidaram ainda mais seus ativos, enquanto a CNOOC expandiu suas atividades petroquímicas *downstream* e o negócio de GNL. Durante o período de 1999–2001, todas as três CNPs também formaram sociedades por ações de pleno direito e lançaram ofertas públicas iniciais (IPOs).

Entretanto, apesar da entrada nas CNPs no mercado de ações por pleno direito, é importante destacar que todas estas empresas de energia citadas são majoritariamente propriedade do governo chinês. Elas são supervisionadas pela Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais do Conselho de Estado (SASAC na sigla em inglês),

---

<sup>37</sup> Porém, devido às suas menores contribuições para a internacionalização do setor energético da China, não serão abordadas em maior detalhe.

departamento responsável pelo controle das empresas estatais do governo chinês e subordinado diretamente ao Conselho do Estado da China. Logo, ainda que essas empresas atualmente tenham sido listadas em ofertas públicas iniciais (IPOs na sigla em inglês), são consideradas grandes motores promotores do interesse nacional chinês (WU; NAKANO, 2016; SASAC, 2022).

Para este novo momento do setor energético chinês, a abertura parcial da estrutura societária das CNPs da China foi a solução adotada. Este processo tornou as empresas mais modernas e avançadas em tecnologias, e conseqüentemente mais competitivas. É a partir de então que surge a estratégia de abertura de novos mercados, inicialmente modesta em sua internacionalização, como por exemplo a compra por parte da CNPC, de um campo petrolífero praticamente abandonado no Peru em meados dos anos 1990. Devido a expertise acumulada pelos chineses ao trabalhar em “intensas técnicas de recuperação aperfeiçoadas para extrair mais petróleo de campos chineses mais antigos e complexos”, a empresa conseguiu aumentar a produção peruana em de 600 para 7.000 barris por dia (YERGIN, 2014, p.162).

Ainda que significativo este exemplo não chamou tanta atenção do mercado internacional: era necessário consolidar o nome, a qualidade e a expertise da indústria energética chinesa para ganhar a confiança do mercado. Para isto, a internacionalização das CNPs precisava integrar uma estratégia governamental bem delineada para conquistar espaço internacional, ter acesso à matéria-prima para “possuir, desenvolver, controlar ou investir em fontes estrangeiras de petróleo e gás natural” (YERGIN, 2014, p. 162), e criar alternativas de suprimento para a crescente demanda doméstica chinesa, bem como para expandir sua presença no mercado externo.

Nesta conjuntura, Zha (2006) afirma que a partir dos anos 2000 a China passou encarar a questão energética como uma demanda política: esta era importante para evitar um colapso econômico, devido à alta demanda energética, e também para evitar a vulnerabilidade da dependência de suprimento energético externo, necessário para sustentar o ritmo de crescimento do país. Por estes motivos, Pequim compreende que a partir deste momento a segurança energética se tornou uma “ameaça” geoeconômica. Isto é, um desafio que pode ser conduzido através de estratégias de mercado e políticas públicas eficazes, ao invés de um problema securitário/militar ou diplomático<sup>38</sup>, sendo assim, segue a via da interdependência econômica como uma saída estratégica para este dilema.

---

<sup>38</sup> Tradicionalmente, a segurança energética é encarada como um desafio securitário e militar, pode ser resolvido por vias diplomáticas para evitar a escala para conflitos armados, entretanto, Zha (2006) oferece uma perspectiva

No entanto, um dos desafios do caminho da interdependência econômica, é que o país necessariamente deve manter seus fornecedores e vizinhos favoráveis aos seus interesses energéticos. Observa-se que a dependência de fontes energéticas estrangeiras força a China a moldar seu posicionamento internacional, de modo a garantir que a interdependência econômica facilite a sua segurança. Ao passo que faz com que Pequim também precise expandir sua presença econômica e diplomática para onde haja oferta energética. Isso significa buscar ter acesso a diferentes fornecedores - para evitar a insegurança de mudanças no cenário internacional que possam cortar o fluxo das trocas comerciais energéticas -, bem como diversificar as fontes energéticas utilizadas para a sustentação da base econômica do país - quanto maior a quantidade de fontes utilizadas no abastecimento do país, menor é a sua vulnerabilidade em relação ao mercado energético global.

Outrossim, Zha (2006) alerta que a centralização da política de governança energética chinesa era imprescindível para que o país conseguisse manter e alcançar seus objetivos energéticos. Especialmente para realizar a incorporação, a diversificação e a transição para fontes renováveis que poderiam ser produzidas internamente, o que garantiria uma maior segurança no suprimento da demanda do país asiático. Portanto, para ele, três estratégias são essenciais para conduzir o desafio energético chinês à segurança por vias geoeconômicas: atingir maior eficiência energética de forma responsável e sustentável, diversificar fornecedores internacionais, e expandir sua matriz energética de forma inteligente. É a partir destes pressupostos que surge a necessidade do planejamento estratégico, político e econômico da questão da energia no país. Logo, a elaboração de uma política econômica energética, e de uma estratégia de internacionalização das empresas estatais de energia se tornou o caminho mais natural, e com isso a política *Going Global* (走出去战略 *Zǒu chūqù zhànlüè*), juntamente com os primeiros livros brancos sobre energia do país, que surgem como alternativa.

Anunciada e promovida no início dos anos 2000, a política *Going Global*, que significa “estratégia de saída”, consistiu num plano de ação de internacionalização de empresas chinesas em setores estratégicos através da internacionalização das estatais da China. A estratégia foi proposta com o objetivo de aumentar o dinamismo da economia e fomentar a expansão de empresas chinesas no mercado internacional, a partir de quatro motivadores: *resource seeking*, *market seeking*, *efficiency seeking* e *strategic assets*<sup>39</sup>. Estes quatro motivadores correspondem

---

geoeconômica da situação, ao utilizar uma abordagem não convencional para analisar o papel da energia na economia política internacional.

<sup>39</sup> Estes termos significam em tradução livre: busca por recursos, busca por mercados, busca por eficiência e bens/ativos estratégicos, respectivamente.



respectivamente a ideia de (1) melhoria da segurança dos recursos do país, (2) promoção de exportações nacionais de bens, serviços e capital, (3) aprimoramento de habilidades tecnológicas do país e de suas empresas como um todo e (4) a fomentação da competitividade global das empresas chinesas e sua presença em mercados internacionais (BARBOSA, 2020).

Para operacionalizar esta estratégia, garantir que os motivadores supracitados e os objetivos nacionais fossem contemplados, e houvesse maior facilidade na aceitação do lado receptor, esta inserção internacional foi feita por meio de uma ação conjunta entre as estatais de energia (tanto petrolíferas quanto no ramo de geração, transmissão e distribuição de eletricidade), e os bancos chineses de política (*China Development Bank* e *Exim Bank of China*). Desta maneira, Pequim realizou este processo tentando equilibrar objetivos econômicos, políticos e securitários de forma integrada e interligada, o que evidenciou um padrão de operacionalização estratégica de suas políticas de desenvolvimento (BARBOSA, 2020).

Como parte desta estratégia, a participação das CNPs chinesas no mercado externo foi impulsionada pela internacionalização de suas empresas através de ofertas públicas iniciais (IPOs na sigla em inglês), criando uma nova categoria de empresas, as INOCs na sigla em inglês ou *International National Oil Companies*, que significa empresas estatais internacionais de petróleo.

Desta forma,

A pauta de negócios é definida pelo governo (que ainda é o acionista majoritário) e pelo partido, ambos os quais mantêm a supervisão de tudo. Os dois devem cumprir objetivos nacionais em termos de energia, desenvolvimento econômico e política externa. Os CEOs das principais empresas também detêm cargos de vice-ministros no governo — e às vezes também ocupam posições de destaque no partido. Ao mesmo tempo, as empresas são movidas por fortes objetivos comerciais, competitivos, semelhantes aos de outras companhias internacionais de petróleo (IOCs, do inglês *international oil companies*) e, cada vez mais, suas identidades comerciais as definem (YERGIN, 2014, p. 164-165)

Ou seja, as companhias nacionais de petróleo se tornaram grandes ativos na busca pelo desenvolvimento, segurança e eficiência energética por parte da China. As CNPs passaram a fazer parte de uma estratégia energética, econômica, política e até mesmo social coordenada para que o país atingisse seus interesses nacionais.

Deste modo, apesar da tardia internacionalização a estratégia de inserção internacional das estatais da China funcionou. As CNPs se tornaram participantes de destaque no mercado energético mundial, estando presentes em diversos países em desenvolvimento como Brasil,

Rússia, Cazaquistão, Turcomenistão, Venezuela, Peru, Tailândia e Sudão (JABBOUR, 2004).<sup>40</sup> O sucesso da internacionalização também aconteceu pela utilização do método “empréstimo por petróleo” e “empréstimo por gás”, em que as CNPs chinesas ofereceram pacotes de empréstimo para a construção de infraestrutura permanente (ferrovias, portos e auto estradas). Estes empréstimos foram financiados pelo governo chinês através dos bancos de desenvolvimento do país, enquanto realizavam suas operações petrolíferas para garantir o suprimento de recursos energéticos no longo prazo. Este sistema tornou a presença chinesa mais atraente aos receptores dos seus investimentos e rapidamente aumentou sua presença global, tendo fechado acordos desse tipo com pelo menos nove países: Angola, Bolívia, Brasil, Equador, Gana, Cazaquistão, Rússia, Turcomenistão e Venezuela (YERGIN, 2014; IEA, 2011).

Concomitantemente à implementação da política *Going Global*, foram elaborados os primeiros livros brancos acerca da questão energética chinesa. Estes documentos oficiais ecoaram a estratégia e revelaram as intenções, metas e objetivos de médio e longo prazo do país no campo da energia. Neste contexto de busca pela internacionalização, as políticas governamentais passaram a criar estratégias claras sobre a necessidade de melhora tecnológica para atingir a eficiência energética de forma mais sustentável, a ampliação de parceiros comerciais internacionais, e a diversificação de fontes para a sua matriz energética, sendo boa parte destas estratégias realizada através de investimento estrangeiro direto (EIA, 2020).

Neste sentido, os documentos mais relevantes para a estratégia energética da China que estão disponíveis ao domínio público (e traduzidos para o inglês) até 2012 são: Condições e Políticas de Energia da China (2007) e Política Energética da China (2012). Esses documentos são ferramentas do governo chinês responsáveis pela representação geral das condições energéticas nacionais - produção, consumo, demanda, estatísticas e previsões - e pela publicação de políticas a serem implementadas neste âmbito, os quais versam em linhas gerais sobre as estratégias chinesas para atingir os seus objetivos energéticos.

Ao iniciar uma breve análise, é possível apontar que ambos os documentos destacam a importância da energia como recurso vital para o desenvolvimento, crescimento e a eliminação da pobreza do Estado, bem como a sua centralidade na movimentação do mercado global (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2007; CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2012). Neste primeiro momento, pode-se entender que Pequim está ciente tanto de

---

<sup>40</sup> Cabe destacar aqui, que ainda que as empresas petrolíferas estatais produzam petróleo nesses países para a China, a maior parte desta produção no exterior é revertida em vendas aos mercados internacionais (YERGIN, 2014).

suas necessidades internas crescentes, quanto de sua posição no mercado internacional de energia, pautando suas políticas energéticas na busca por eficiência e segurança energética.

Nos textos, também é mencionada a intenção do governo em catalisar o processo de desenvolvimento para tornar-se uma indústria de mercado energético moderno dentro e fora da China, ao passo que considera a conservação de recursos e a proteção ambiental pilares basilares de suas políticas básicas de estado, a fim de construir uma sociedade “conservadora de recursos” e “amiga do meio ambiente” no curso de sua industrialização e modernização” (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2007, p. 3, *tradução nossa*). Nestes documentos, a China também explicita a sua intenção em buscar atingir a eficiência e a segurança através da diversificação e do investimento em inovação, colocando a sustentabilidade como objetivo de direcionamento da indústria de energia do país.

Os termos utilizados nos textos dos documentos oficiais parecem evidenciar a intenção do governo chinês em frisar seu posicionamento como “responsável”, ao destacar que almeja construir um Estado com capacidade de desenvolvimento sustentável e inovador e que contribua para a prosperidade mundial. Estes objetivos devem ser guiados pela premissa “Perspectivas Científicas Sobre o Desenvolvimento”<sup>41</sup>, conceito cunhado pelo ex-presidente da China, Hu Jintao (2003-2013), que propõe colocar a sociedade em primeiro lugar e deseja um desenvolvimento abrangente, coordenado e verde (CHINA, 2007).

Outrossim, ambos os documentos fazem menção sobre o IED como ferramenta para a cooperação mútua em um esquema de “ganha-ganha”, para não apenas gerar a expansão do escopo de mercado, mas também para garantir vantagens complementares através da importação e da exportação no comércio internacional de energia, e da construção de infraestrutura no exterior. Os textos sugerem ainda que o governo chinês busca priorizar o investimento em fontes renováveis de energia e a diminuição de dependência do petróleo (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2007). Há também menção direta sobre o IED, conforme no trecho a seguir:

A China apoia o investimento estrangeiro direto por empresas nacionais qualificadas para se engajar em operação transnacional, e encoraja essas empresas a participarem da cooperação internacional de energia para a construção de infraestrutura de energia no exterior, e continuamente expandir a cooperação em tecnologia e serviços de

---

<sup>41</sup> Refere-se a um princípio de desenvolvimento em que a China deveria “mudar de uma excessiva dependência de uma força de trabalho barata, fundos e recursos naturais para trabalhadores bem treinados e melhorar a ciência e tecnologia, um modo de desenvolvimento que valoriza não apenas quantidade e velocidade, mas também alta qualidade e economia de energia”, a fim de manter um desenvolvimento harmonioso entre a economia e a sociedade. Este princípio teórico é parte das teorias do Socialismo com Características Chinesas, cunhado pelo ex-presidente da China Hu Jintao em 2003, e apresentado ao PCCh durante a 4ª Sessão Plenária do 16º Comitê Central do Partido Comunista da China (CPC CHINA, 2020, *tradução nossa*).

engenharia de energia de acordo com a prática internacional e as regras da economia de mercado. [...] Para realizar um desenvolvimento regular e ordenado da economia mundial, é necessário promover a globalização econômica para se desenvolver em uma direção que caracterize equilíbrio, benefício universal e ganha-ganha, e é necessário que a comunidade internacional promova um novo conceito de segurança energética caracterizada por benefício mútuo e cooperação, desenvolvimento diversificado e garantia coordenada (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2007, p. 41-42, *tradução nossa*)

Portanto, foi explicitada, no texto, a intenção de investir em fontes energéticas alternativas, na diversificação de parceiros estratégicos e na importância do benefício mútuo e vantagens complementares do IED no exterior para a China, o que corrobora com a ideia de busca por eficiência, segurança e diversificação.

Ademais, o documento Condições e Políticas de Energia da China (2007), expõe um discurso que ressalta a cooperação, a segurança energética mundial e o desenvolvimento sustentável, a partir da intensificação das trocas mutuamente benéficas na exploração e utilização de energia. É também mencionada no texto, a intenção de focar principalmente em investimentos que priorizam o diálogo, a globalização, a diversificação do fornecimento de energia estável e sustentável internacionalmente, e a garantia que as demandas de energia de cada país sejam bem atendidas (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2007).

Neste tocante, o documento Política Energética da China (2012, p. 13, *tradução nossa*), elaborado após a China atingir o patamar de segunda maior economia e maior consumidora energética do mundo, diz que “o desenvolvimento da China não pode ser alcançado sem cooperação com o resto do mundo, e a prosperidade do mundo também precisa da China”. Em outras palavras, o documento explicita que para a China a questão energética deveria ser encarada pela via da interdependência, e para isto seria necessário que Pequim assumisse um papel ativo e construtivo na cooperação energética global, pois tanto a segurança energética global depende da demanda chinesa e vice-versa. Esta intenção pode ser observada na tendência dos IEDs chineses realizados a partir da segunda metade dos anos 2000 e início dos anos 2010, conforme já mencionado, as estatais chinesas do ramo energético cresceram sua participação no mercado mundial em diversos aspectos, desde projetos de infraestrutura até a provisão de serviços de energia.

Nesta conjuntura, as assimetrias entre demanda e oferta energética na China se tornavam desafios cada vez maiores. No cenário internacional dois fatores marcaram o contexto de suprimento energético do país nos anos 2000: a Guerra no Iraque em 2003, e a crise de abastecimento energético chinês em 2004. O primeiro fator gerou um nervosismo generalizado

em relação à segurança energética global, pois havia incertezas sobre o quanto o conflito poderia afetar o abastecimento de petróleo mundialmente. No caso da China em especial, isso se embrenhava a um subproblema, o Dilema de Malaca, que se refere a dependência de Pequim da passagem pelo estreito de Malaca - canal que liga o oceano Índico ao Mar do Sul da China - por onde passam cerca de 75% das importações de petróleo chinesas (YERGIN, 2014). Este gargalo coloca o país asiático em uma posição de extrema vulnerabilidade em relação aos desejos de quem obtém o controle de navegação da região.

A ocorrência do segundo fator reforçou o temor do primeiro, um “salto inesperado na demanda chinesa e na demanda mundial por petróleo e a consequente elevação acelerada dos preços”, reforçou o cenário de crise energética que já vinha assombrando o governo chinês desde 2002. Porém, antes essa era uma questão relacionada apenas ao suprimento carvão e à geração de eletricidade, mas agora também atingia o setor do petróleo (YERGIN, 2014, p. 167). Tal cenário acabou por gerar uma crise energética generalizada com quedas de energia e apagões, além de um regime de economia de energia que realizava rodízios e reduções no período de operação da indústria. Para evitar o prolongamento desta situação emergencial, o país substituiu as outras fontes energéticas faltantes por petróleo, ocasionando um aumento de aproximadamente 16% em sua demanda, exigindo um rápido crescimento nas importações. Esta situação forçou as petrolíferas chinesas a elevar a produção interna e também o seu acesso a estoques estrangeiros (YERGIN, 2014).

Cabe destacar aqui também, que é histórica a dificuldade que o governo chinês possui em estruturar a “governança” do setor de energia do país. Ao longo dos anos, diversas reformas no setor foram realizadas, com isso aconteceu a criação e a extinção de muitos órgãos, secretarias, ministérios e divisões para regular, operar e controlar o setor de energia no país, conforme é sumarizado no quadro 1 que está na página 92. No entanto, até a atualidade existem dificuldades em operacionalizar essa indústria, e consequentemente em criar políticas energéticas eficientes que tragam resultados para atender tanto as necessidades internas de abastecimento, quanto os objetivos estratégicos do país internacionalmente. Isto acontece porque seu sistema político continua com os efeitos da excessiva centralização e burocratização que a filosofia confucionista impetrou na governabilidade do país. Como resultado, criou-se uma dinâmica em que muitas vezes a indústria individual - lê-se aqui as empresas estatais - obtinham maior poder em fazer valer seus próprios objetivos, do que as metas elaboradas pelas instituições nacionais (constantemente instituídas, reformuladas e reformadas) ao longo de pelo menos duas décadas (SPEED, 2010).

Esta característica é corroborada pela ausência de documentos oficiais e políticas públicas para o setor antes da segunda metade dos anos 2000, ocasionando diversas instabilidades tanto para o crescimento da indústria energética quanto no abastecimento do país. A mentalidade com que o governo chinês encara a questão energética, apenas passa a mudar quando a demanda e a insegurança, se tornaram dois fatores de peso para o crescimento econômico do país em um contexto de objetivos mais amplos - a ascensão chinesa e a promoção do bem-estar geral da população. Portanto, a formulação das políticas, dos documentos e dos investimentos chineses em relação à questão energética tem sido fortemente afetado tanto pela política econômica nacional - aqui destaca-se as necessidades e os objetivos do país - quanto a internacional - e aqui ressalta-se a relativa insegurança que Pequim possui ao depender de suprimento energético externo. Além disso, também influi na conjuntura a hostilidade e ceticismo ocidental frente ao crescimento chinês, moldando o pensamento, a indústria e o desenvolvimento institucional do setor energético do país.

Neste sentido, ao longo deste subcapítulo a breve revisão histórica e documental proporcionou bases para identificar que existe uma relação peculiar entre governo, indústria e política no caso da questão energética chinesa. Portanto, para facilitar a análise desse período é proposta a criação de um quadro sumarizando em quatro fases os principais acontecimentos e características do setor, traçando um paralelo entre a política energética, os objetivos de política do país, as suas indústrias foco de investimentos, e as principais mudanças no desenvolvimento das instituições de energia do país.

**Quadro 1** - Fases do setor de energia da China: política energética, objetivos, indústria e desenvolvimento institucional (1950-2020)

<b>Fase</b>	<b>Política Energética</b>	<b>Objetivos</b>	<b>Indústria em Foco</b>	<b>Desenvolvimento Institucional</b>
Fase 1: 1950 - 1992	Autossuficiência e Produtividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Planejamento central</li> <li>- Gerar energia para desenvolver o país economicamente</li> <li>- Evitar a insegurança através da autonomia</li> </ul>	-Petróleo e carvão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Ministério de Combustíveis e Energia (até 1955)</li> <li>-Divisão entre Ministério da Indústria de Carvão, do Petróleo e de Energia Elétrica (até 1970)</li> <li>-Ministério de Combustíveis e Indústria Química; de Recursos Hídricos e Elétricos, e início da atuação de governos locais (até 1975)</li> <li>-Abolição dos ministérios do carvão, petróleo, hidroeletricidade e eletricidade, e nuclear, todos substituídos por Companhias Estatais (1988)</li> </ul>
Fase 2: 1993- 1999	Eficiência, Segurança e Competitividade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Mudar para a lógica de Mercado</li> <li>- Promoção de Eficiência Energética</li> <li>- Entrada de capital e tecnologia estrangeira através de <i>joint ventures</i></li> <li>- Melhora tecnológica e modernização da indústria para atingir maior competitividade no mercado</li> <li>-Solidificação das estatais de energia</li> <li>- Exportar excedente para financiar a modernização</li> </ul>	-Petróleo, Carvão, Hidro, Eletricidade e Nuclear	<ul style="list-style-type: none"> <li>-Criação da Comissão Estatal Energética</li> <li>-Diluição de ministérios e a criação do Ministério da Energia</li> <li>- Implementação de Centros de Conservação Energéticos</li> <li>-Dissolução do Ministério da Energia e Restabelecimento dos antigos ministérios do Carvão e da Eletricidade</li> <li>- Criação da Comissão Econômica e Comercial do Estado (SETC);</li> <li>- Expansão de ministérios e corporações energéticas;</li> </ul>
Fase 3: 2000- 2012	Internacionalização e Expansão	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Inserir as estatais chinesas, a partir de IED e <i>joint ventures</i>, no mundo em desenvolvimento</li> <li>- Ganho de mercado e expertise</li> <li>- Diversificar o acesso a novos</li> </ul>	- Petróleo e Eletricidade (Hidro, Eólica e Fotovoltaica/solar)	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Implementação de agências governamentais e diversas subdivisões para ampliar o controle estatal sob as diferentes fases de operação do setor de energia</li> <li>- Principais agências: SDPC, SETC e Ministério da Ciência e Tecnologia (MOST) até 2003</li> </ul>

		mercados e recursos estratégicos - Frear o aumento do consumo energético do país - Iniciar a conservação de energia domesticamente		- Criação da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC)
Fase 4: 2013-presente	Transição Energética e Liderança de Mercado de Novas Tecnologias de Energia	- Redução da emissão de carbono -Sustentabilidade ecológica - Liderança de mercado em tecnologias e fontes verdes - Ganho de mercados -Fortalecimento de relações bilaterais e multilaterais no mundo em desenvolvimento	- Renováveis e Limpas	- Atuação concreta da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC)

Fonte: Quadro elaborado pela autora com base nos quadros 1, 2, 3 e 4 de Zhao (2001, p. 2, 4, 8 e 10-11), quadro 1 de Zhang (2011, p. 6) e escritos de Voïta (2018, p. 14-20)



De acordo com o explicitado no quadro 1, é possível entender as fases do setor energético chinês da seguinte forma: (1) autossuficiência - com foco na eficiência e competitividade (1950-1992), (2) segurança e eficiência - voltada a lógica de mercado com a solidificação das mega empresas estatais, e busca pela sua melhora tecnológica (1993-1999), (3) internacionalização e expansão - com objetivo de atingir a intensidade energética adequada para as atividades produtivas do país e atentar-se a mudança climática (2000-2012), e por fim, (4) transição - movendo-se em direção a redução da emissão de carbono, o uso de energia limpa, e o domínio do mercado com busca pela liderança em novas tecnologias de energia e na geração energética verde, sobretudo, para fortalecer a cooperação com países em desenvolvimento (VOÏTA, 2018, p. 14-20; ZHAO, 2001, p. 2, 4, 8 e 10-11; ZHANG, 2011, p. 6; SPEED, 2010, p. 38-41).

Deste modo, acredita-se que a peculiar forma como o setor de energia se desenvolveu na China, carregando uma interrelação íntima entre pensamento filosófico, condução político-econômica e mercado energético, criou bases para uma dinâmica singular, que tem historicamente influenciado direta e indiretamente as relações geoconômicas e o posicionamento internacional do país. Portanto, torna-se imprescindível analisar estes três aspectos para compreender como esta relação também ocorre no período atual, e como isso tem afetado a ascensão da China ao centro político-econômico global no século XXI. Neste sentido, o período atual do setor de energia da China é caracterizado principalmente pela movimentação rumo a transição energética para a resolução do dilema duplo de Pequim: suprir sua alta demanda para manter o ritmo de crescimento político e econômico do país, ao passo que tenta diminuir e minimizar a sua intensidade energética, atingir a neutralidade de emissão de carbono, e a diversificação de fontes energéticas e parceiros, o que será apresentado no próximo subcapítulo.

### 3.3 A TRANSIÇÃO ENERGÉTICA COMO ALTERNATIVA PARA O DESAFIO ENERGÉTICO DUPLO DA CHINA: O PERÍODO DE 2013 A 2020

Em 2013, a China do século XXI era visual e quantitativamente diferente dos anos anteriores à abertura. Pequim se tornou a segunda maior economia do mundo, ficou popularmente conhecida como a “fábrica do mundo”, e passou a contar com uma classe média-alta cada vez maior. Nunca antes um país tinha crescido tanto tão rápido, milhares de pessoas saíram da pobreza extrema e passaram a integrar um mundo de desenvolvimento e oportunidades, atingindo um crescimento médio do PIB de 9,5% ao ano nos últimos 35 anos, modificando a renda *per capita* drasticamente de US\$ 250 em 1980 para US\$ 9040 em 2014 (COSTA LIMA, 2018).

No entanto, esse fenômeno sem precedentes trouxe um custo ambiental igualmente proporcional. À medida que se buscava o crescimento, mais combustível era necessário para manter o funcionamento de fábricas, gerar o aquecimento de residências e o abastecimento de um crescente número de automóveis; logo, mais carvão e petróleo eram queimados, gerando desequilíbrios ambientais graves, como a poluição do ar e das águas, e uma maior quantidade de dióxido de carbono liberada na atmosfera (YERGIN, 2014). Em consonância com os desequilíbrios mencionados, dados da British Petroleum (2021) apontam que no ano de 2020, a China foi responsável pela emissão de aproximadamente 9900 milhões de toneladas de dióxido de carbono, o que representa cerca de 30,7% do CO<sub>2</sub> emitido no planeta naquele ano<sup>42</sup>.

Estes desequilíbrios não são apenas uma tendência chinesa, mas sim global: os custos ambientais gerados pelos desequilíbrios do desenvolvimento mundial, sobretudo de países desenvolvidos, passaram a ser questionados com maior frequência e veemência na última década. Logo, muitos grupos passaram a pressionar governos para propor transformações para combater o efeito colateral da exploração predatória dos recursos naturais e a mudança climática. Como resultado dessas cobranças, a comunidade internacional passou a dar mais atenção ao assunto, tornando a mudança climática um dos maiores pontos de atenção para as relações internacionais do século XXI, e tendo como

---

<sup>42</sup> As informações completas, com as estatísticas sobre emissão de carbono, estão disponíveis no relatório da *British Petroleum*, “Revisão Estatística da Energia Mundial 2021” na página 15, que pode ser encontrado no endereço: <https://on.bp.com/3GRTsf6>.

uma das principais medidas de solução o Acordo de Paris sobre o Clima (2015)<sup>43</sup>. É nesta conjuntura que Pequim se enquadra como um dos países catalisadores deste processo de transição energética para uma economia tanto nacional quanto internacional mais ecologicamente sustentável.

Neste contexto de insustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento, Cintra e Pinto (2017, p. 382) apontam que um processo de transição interna se iniciou na China, pois “as políticas macroeconômica, industrial, de ciência e tecnologia, externa e de segurança”, cabendo aqui também a energética, são “direcionadas pelo Estado para a construção de uma estabilidade política, a melhoria das condições de vida do povo [...] e a reconquista de uma posição internacional autônoma”. Portanto, se o regime de crescimento econômico acabou por criar diversas contradições e desequilíbrios, há uma tendência das autoridades governamentais em reformar e transformar conjuntamente as estruturas socioeconômicas e institucionais. Para eles, esta tendência em reformar o que não está gerando frutos acontece porque, historicamente, as autoridades chinesas “se retroalimentam de seus próprios êxitos e contradições, transmutando-se ao longo do percurso” de seu mandato, a fim de conseguir manter a legitimidade de sua autoridade, e sustentar o apoio popular (CINTRA e PINTO, 2017, p. 383-384).

Outro fator que também contribui para a busca da transição interna pelos *policy makers* chineses, é que o crescimento econômico proporcionou a possibilidade de um “salto qualitativo” no desenvolvimento do gigante asiático (LEITE, 2018, p. 260). Em outras palavras, o crescimento econômico quantitativo proporcionou as bases necessárias para que o país conseguisse iniciar um processo de melhoria geral da qualidade de vida e do desenvolvimento (qualitativo), como por exemplo: a introdução de políticas para incentivar a melhor distribuição de renda, modificações nos modos de produção e manufatura, a absorção de novas tecnologias e o investimento em inovação (LEITE, 2018).

Por estes motivos, observa-se que uma transição interna gradual, experimental, pragmática e com visão de ganhos no longo prazo entrou em curso no país. O objetivo é

---

<sup>43</sup> O Acordo de Paris (2015) é o tratado resultado da discussão de 195 países na Conferência das Nações Unidas sobre as Mudanças Climáticas (COP21), em Paris. O objetivo do acordo é deter o aumento da temperatura do planeta abaixo dos 2°C em comparação à temperatura pré-industrial, e prestar auxílio econômico aos países mais vulneráveis ao aquecimento global. Além disso, o acordo entrou em vigor em 2016, e passou a substituir o Protocolo de Kyoto em 2020 (CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, 2019).

atenuar os desequilíbrios econômicos, sociais e ambientais causados pelo modelo previamente adotado, o que conseqüentemente facilita a legitimação e aprovação do governo central pelo povo (CINTRA e PINTO, 2017). Sendo assim, entende-se que o governo chinês passa a construir uma nova estratégia de desenvolvimento, que seja harmônica entre crescimento e desenvolvimento, a partir da articulação de políticas públicas voltadas a nutrir um Estado de bem-estar sustentável. Avalia, assim, seus acertos e erros, e também experimenta medidas positivas adotadas por outros países, sem, no entanto, perder as particularidades que o Estado civilizacional chinês<sup>44</sup> possui, especialmente os princípios da ética confucionista (COSTA LIMA, 2018).

Destaca-se aqui a capacidade de permanência do confucionismo como preceito latente na governança e formulação de políticas do país. Ainda que o regime de governo do Estado tenha mudado, esta é uma característica que tem sido constante. De acordo com Cintra e Pinto (2017), isto pode ser explicado devido a particularidade do Estado chinês, que desde o Império até a República Popular, mantém a unificação da autoridade política, outrora personificada na figura do imperador e agora representada no Partido. Tal permanência da centralidade em uma única figura de autoridade, permitiu a existência de um alinhamento de interesses entre os *policy makers*, e um consenso popular, sobre o que é o “bem estar público comum” no país, que neste caso o governo afirma ser a estabilidade política, garantia de renda real e melhores condições de vida para a população.<sup>45</sup> Logo, dentro desta lógica de gestão, se há problemas em atingir o “bem estar público comum”, mudanças precisam ser implementadas para alcançar o objetivo maior do Estado e a legitimação desta autoridade política perante seu povo (CINTRA e PINTO, 2017).

Desta forma, elementos centrais à formulação e condução de uma política econômica estável passam a figurar como parte da estratégia de transformação do modelo

---

<sup>44</sup> É importante ressaltar que a noção de Estado Civilizacional, a filosofia confucionista, o conceito de *tianxia* ou “Mandato dos Céus”, e algumas outras particularidades do sistema político-econômico chinês, evidenciam peculiaridades sociais de uma civilização milenar, que são essenciais para realizar uma análise sobre o pensamento político e econômico do país. Como Costa Lima (2018, p. 13) disse: “Refletir sobre uma sociedade como a chinesa, com mais de 5000 anos de história, é sempre um desafio. Por mais que se queira ter um conhecimento abrangente [...] sendo orientado por uma ontologia e epistemologia ocidentais, pode-se cometer uma compreensão distorcida do país e de sua gente.” Desta maneira, para realizar uma reflexão mais abrangente, alguns conceitos, visões e peculiaridades culturais vêm sendo abordados ao longo desta pesquisa. Além disso, alguns outros aspectos singulares do pensamento chinês serão discutidos em maior detalhe no próximo capítulo, a partir da utilização de escritos de renomados autores chineses.

<sup>45</sup> O discurso chinês impresso em suas políticas e declarações oficiais carrega um tom positivo e utópico para o olhar epistemológico e ontológico ocidental. Normalmente demonstra uma característica cultural forte, que tende a evidenciar o bem coletivo acima do individual. Entende-se que essa é uma característica herdada do confucionismo, que encara todos os aspectos da vida como parte da busca pela transcendência.

econômico do país. Neste sentido, a questão energética tem se apresentado como central desde 2013, quando a quinta geração de liderança do PCCh, encabeçada por Xi Jinping, iniciou esse processo de transição interna política, econômica e social. Este processo representa uma nova fase de desenvolvimento para a China, buscando a partir de um plano coordenado atingir a estabilidade entre crescimento e desenvolvimento sustentável de sua economia, a denominada oficialmente como, “Nova Era” de desenvolvimento econômico e social (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016).

Nesta conjuntura, Leite (2018, p. 261) acredita que este atual momento do desenvolvimento chinês deve ser analisado para além do crescimento econômico, faz-se necessário também compreender fatores qualitativos como os indicadores sociais e o esforço do planejamento socioeconômico. Para assim entender “como fatores de ordem interna como princípio e base da dinâmica do desenvolvimento”, podem transbordar de políticas do âmbito doméstico para também o cumprimento de uma agenda internacional. É neste contexto que se torna relevante o estudo do impacto da questão energética atual para a ascensão chinesa rumo ao centro político-econômico global.

No que tange a “Nova Era” da China na energia, especificamente, é necessário observar dois aspectos: o cenário energético chinês, dando maior atenção ao desafio duplo de capacidade de suprimento e a necessidade de diminuição na emissão de carbono; e a matriz energética do país, realizando um parâmetro da quantidade de reservas, consumo e geração de energia em 2020<sup>46</sup>. Para isto, é importante fazer entender a situação político-econômica chinesa e os principais fatores debatidos sobre a segurança energética chinesa na atualidade. Assim como, a análise documental dos dados do relatório anual “Revisão Estatística da Energia Mundial 2021” elaborado pela *British Petroleum*, e de dois documentos oficiais de política do governo chinês, o 13º Plano Quinquenal (2016-2020), e o livro branco Energia na Nova Era da China (2020), que explicitam os desafios energéticos de Pequim e enunciam as estratégias governamentais para superá-los.

---

<sup>46</sup> A escolha da delimitação temporal se deu por três principais motivos: o primeiro é porque esse é o ano que encerrou o 13º Plano Quinquenal, logo é um marco que pode trazer maior precisão no contraste de dados anteriores e posteriores a implementação do planejamento; o segundo motivo é o fato de que esse foi o ano mais atual que os dados energéticos concretos e finais foram anunciados em relatórios oficiais tanto do governo chinês quanto das agências internacionais que fazem esse regulamento; e o terceiro motivo, se dá porque após o ano de 2020 a maioria dos dados sofre com alguma quebra de padrão ou tendência devido aos efeitos colaterais trazidos pela pandemia de covid-19, o que dificultaria e tornaria a análise menos precisa.

Em relação ao cenário energético chinês, Zha (2016) explica que a energia para a China no século XXI está além de um fator da segurança e da geopolítica, estando intimamente ligada às escolhas de políticas econômicas. Para o autor, isso acontece porque Pequim precisa lidar com dois fatores igualmente importantes em relação à energia: a necessidade de suprimento da alta demanda energética, e a busca por alternativas para diminuir o impacto negativo das emissões de CO<sub>2</sub> na saúde humana e no meio ambiente. Diante desta conjuntura, é uma realidade para os *policy makers* chineses que a formulação tanto da política energética quanto da econômica precisam necessariamente manter um equilíbrio entre interesses políticos e econômicos domésticos e internacionais em sua elaboração e condução para lograr sucesso.

Para obter este almejado equilíbrio, há uma tendência enunciada no discurso chinês em seus documentos oficiais, que também pode ser observada em suas áreas prioritárias de investimentos, e no esforço de algumas políticas públicas, em incentivar a diminuição de intensidade energética nas atividades econômicas (VOÏTA, 2018). Deste modo, a transição interna mencionada por Cintra e Pinto (2017) inicia na formulação de políticas de desenvolvimento que mudam a base econômica do país. Neste caso, nota-se a intenção de migrar de uma economia baseada no binômio indústria-exportação, para a oferta de serviços e consumo doméstico, com a implementação do sistema de “dupla circulação”<sup>47</sup>. Outrossim, a migração de modelo econômico é especialmente importante em termos de energia, devido à pressão que o sistema previamente adotado exerce no setor energético.

Para Zha (2016), como consequência dos desequilíbrios causados pelo modelo de desenvolvimento anteriormente adotado, o atual cenário energético chinês pode ser caracterizado pela alta demanda, escassez de recursos e pouca diversidade na matriz energética, resultando em três fatores de atenção para atingir a eficiência, segurança e a modernização energética do país: o acesso à energia; o transporte de recursos energéticos; e o desenvolvimento de energia renovável e limpa. Deste modo, para melhorar o acesso

---

<sup>47</sup> De acordo com Chagas e Ungaretti (2021), o sistema de circulação dual é “entendido basicamente como uma estratégia do governo chinês em reorientar o desenvolvimento econômico, realizando uma estratégia de circulação econômica dupla: doméstica e internacional, isto é, a implementação de um modelo em que há o ‘rebalanceamento da matriz econômica’ da China”, em que o país passa a reconfigurar a riqueza produzida internamente e a relação de Pequim com o que é feito externamente. Para mais informações sobre sistema de circulação dupla ou estratégia de circulação dual, ler o texto “Economia de Circulação Dual chinesa: elementos para a sua interpretação” (NOGUEIRA, 2020), disponível em: <https://bit.ly/3oSa40h>.

à energia e o transporte dos recursos energéticos, é necessário fomentar políticas públicas. Para, em primeiro lugar, buscar fontes de abastecimento energético seguras e que consigam alimentar o desenvolvimento econômico a custos financeiros proporcionais às mudanças em sua renda nacional e per capita agregada. Em segundo lugar, é necessário a expansão da presença no comércio internacional de energia, sobretudo, na busca por cooperação e colaboração ativa para o desenvolvimento de novas tecnologias de energia, sendo este um componente pragmático fundamental na busca chinesa por segurança energética e desenvolvimento econômico geral. Por fim, estes aspectos são essenciais para reduzir o desafio duplo que a escassez de recursos e a alta demanda energética da China proporciona.

Essas características do cenário energético podem ser percebidas mais claramente após uma revisão da situação da matriz energética do país. De acordo com a British Petroleum (2021, p. 16, 23, 34, 38, 46, 49) a China possui 1,5% das reservas de petróleo do mundo, que equivale a 26 mil milhões de barris, enquanto consumiu aproximadamente 16,1% (14225 mil barris por dia) do total global em 2020. As reservas de gás natural da China são 4,5% (8.4 trilhões de metros cúbicos), e o seu consumo foi de 8,6% (330.6 bilhões de metros cúbicos) do total mundial no mesmo ano. Já os estoques de carvão mineral da China somam 13,3% (aproximadamente 143 milhões de toneladas) do total do mundo, ao passo que seu consumo foi de 54,3% (82.27 exajoules) ao longo de 2020.<sup>48</sup>

Paralelamente, a geração de energia renovável da China foi: 27,4% (863.1 terawatt-hora) do total global, sendo dentro disto: 261.1 terawatt-hora de solar, 466.5 terawatt-hora de eólica e 135.5 terawatt-hora classificadas como outras renováveis. Já o seu consumo de renováveis somaram 24,6% do total mundial em 2020. Em relação à hidroeletricidade, a China consumiu 30,8% (11.74 exajoules) do total mundial, enquanto o consumo de energia nuclear totalizou 13,6% (3.25 exajoules) (BRITISH PETROLEUM, 2021, p. 52-57, *tradução nossa*). Logo, neste cenário de assimetria entre reservas, produção/geração e consumo, a diversificação tanto de parceiros quanto de fontes energéticas tem se mostrado cada vez mais, não apenas uma alternativa, mas

---

<sup>48</sup> Os dados são provenientes do relatório anual da British Petroleum “Revisão Estatística da Energia Mundial 2021”, disponível em: <https://on.bp.com/3qGtu9C>. O relatório é produzido anualmente, sendo a sua última versão publicada em 2021, fechando a 70ª edição, e possuindo os dados compilados mais recentes dentre as fontes confiáveis disponíveis (os dados são referentes ao ano de 2020).

também um imperativo para a garantia da segurança e eficiência energética e sobrevivência do crescimento do país.

Desta maneira, em resposta ao crescente desafio energético chinês, o comércio (como componente pragmático da busca chinesa por segurança energética e desenvolvimento, através de investimentos e projetos de geração de infraestrutura e transferência tecnológica), e juntamente com a cooperação e colaboração ativa com outros países (a partir de massivos investimentos e subsídios governamentais para o desenvolvimento de novas tecnologias de energia renovável), tem figurado como alternativas viáveis, o que pode ser observado nos documentos oficiais do 13º Plano Quinquenal (2016) e da Energia na Nova Era da China (2020).

O 13º Plano Quinquenal<sup>49</sup>, conta com objetivos, metas e estratégias a serem implementadas pelo governo chinês para o desenvolvimento econômico e social do país pelo quinquênio de 2016 à 2020, sendo este o primeiro produzido pela quinta geração de liderança do Partido Comunista Chinês (PCCh) (CHAGAS e UNGARETTI, 2021; CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016; WU; KANAKO, 2016). Portanto, a análise deste documento ajuda a compreender como esse novo período da economia chinesa pretende utilizar as políticas energéticas para fazer cumprir seus objetivos nacionais e internacionais.

Através de uma rápida pesquisa, pode-se verificar que o termo “energia” é citado pelo menos 152 vezes ao longo do texto do 13º Plano Quinquenal, para fins de comparação o mesmo termo é citado apenas 82 e 108 vezes nos 11º Plano Quinquenal (2006-2010) e 12º Plano Quinquenal (2011-2015) respectivamente<sup>50</sup>. Deste modo, no 13º

---

<sup>49</sup> Segundo Chagas e Ungaretti (2021, p. 1), “Os Planos Quinquenais são um modelo de política da China para o desenvolvimento econômico e social de médio prazo, sendo uma ‘herança’ do sistema de elaboração de objetivos e metas de planificação econômica da antiga União Soviética. São, portanto, planos de governo elaborados pelo Estado chinês que proporcionam diretrizes, estratégias e políticas de desenvolvimento nacional para o país durante o período de cinco anos. Neste documento, são traçadas as principais metas sociais, econômicas e também de setores considerados chave pelo governo central, como os setores energético e tecnológico. Além disso, os Planos Quinquenais traduzem as diretrizes, estratégias e políticas de desenvolvimento em forma de metas e objetivos de acordo com a temática, sendo organizados em diferentes capítulos e podendo ser apresentados em termos quantitativos e/ou qualitativos”. Para mais informações sobre o que são os planos quinquenais, ler o artigo completo disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/o-14o-plano-quinquenal-2021-2025-da-china-em-perspectiva-domestica-e-internacional-economia-inovacao-e-meio-ambiente/>.

<sup>50</sup> O 11º Plano Quinquenal (2006-2010) e o 12º Plano Quinquenal (2011-2015) completos estão disponíveis em sua versão traduzida para o inglês pelo governo chinês nos endereços: <https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/11th%20Five-Year%20Plan%20%282006-2010%29%20for%20National%20Economic%20and%20Social%20Development%20%28EN%29.pdf> e [https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/12th%20Five-Year%20Plan%20%282011-](https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/12th%20Five-Year%20Plan%20%282011-2015%29.pdf)



Plano Quinquenal (2016-2020) a energia tem se tornado cada vez mais um assunto multisetorial no planejamento econômico e social do país, como pode ser observado na sua presença em capítulos que versam sobre economia, indústria, tecnologia, ecologia e o setor energético em si.

No capítulo 3 do 13º Plano Quinquenal o item “Objetivos Principais”, é elencado em termos gerais o maior objetivo relacionado à energia, o documento diz ter a meta de “alcançar uma melhoria geral na qualidade do ambiente e dos ecossistemas”, na qual promete que:

Nossos modos de produção e modos de vida se tornarão mais ecológicos e de baixo carbono. Vamos extrair e usar energia e recursos com muito mais eficiência. O consumo agregado de energia e água, a quantidade total de terra usada para construção e as emissões agregadas de carbono serão efetivamente controladas, e as emissões agregadas dos principais poluentes serão significativamente reduzidas. Vamos basicamente concluir o zoneamento funcional e a construção de barreiras de proteção para a eco segurança (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016, p. 17, *tradução nossa*).

Já no capítulo 6 da mesma obra o item “Garantir que a inovação em ciência e tecnologia assuma um papel de liderança”, a energia aparece como campo estratégico e de fronteira, a receber infraestrutura para inovação e investimentos. Em seguida, no capítulo 22 “Transformar a China em uma usina de manufatura”, o texto coloca como objetivo fazer a atualização de indústrias tradicionais a partir de políticas de suporte em eficiência energética e proteção do meio-ambiente. Ainda em relação à modernização no uso de energia, o capítulo 23 “Desenvolver indústrias emergentes estratégicas”, cita tecnologias inovadoras de energia limpa, como “veículos de nova energia, biotecnologia, tecnologia verde e de baixo carbono”, ressaltando-os como prioritários para o suporte do desenvolvimento do país (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016, p. 65, *tradução nossa*).

Neste sentido, é separado um espaço com metas específicas para o setor de armazenamento e distribuição de energia. São citadas a promoção da aplicação industrial de tecnologias-chave, como a utilização de energia fotovoltaica, eólica, de biomassa, de hidrogênio e de células de combustível, para melhorar a eficiência e a potência do armazenamento e da distribuição, assim como avançar no uso e implementação de redes

inteligentes e novos tipos de dispositivos para armazenamento de energia (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016).

Ainda no capítulo 23, há uma seção dedicada aos objetivos para o setor de “veículos de nova energia”<sup>51</sup>, na qual é colocado como propósito a promoção geral deste tipo de meio de locomoção, desde carros de passeio, passando por serviços de táxi e até o transporte público urbano. Em relação à otimização e modernização desta tecnologia, o documento tem como meta melhorar tecnologicamente o desenvolvimento tanto de veículos totalmente movidos a eletricidade quanto híbridos em aspectos como “densidade de energia da bateria e adaptabilidade à temperatura da bateria” (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016, p. 68, *tradução nossa*). Também é mencionada a intenção de desenvolver uma rede de instalações e serviços de carregamento compatíveis entre si e com padrões unificados para facilitar e incentivar o uso desses veículos, bem como ampliar os esforços de recuperação e descarte de baterias usadas. E por fim, a seção estabelece como meta que os números totais acumulados de produção e venda de veículos de nova energia atinjam a marca de cinco milhões ao final do quinquênio.

Nesta mesma linha de pensamento, no capítulo 29 “Desenvolver melhores sistemas de transporte abrangentes e modernos”, há uma seção dedicada a serviços de transporte de baixo carbono, inteligentes e seguros, que enfatiza a transição para o desenvolvimento de transportes que sejam energeticamente eficientes e adequados para o meio ambiente, destacando a importância dessa mudança de forma ampla (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016). Desta maneira, pode-se concluir que o mercado de veículos de nova energia, ou, veículos elétricos é um nicho prioritário no ramo do desenvolvimento de novas tecnologias verdes.

O capítulo 30 “Construindo um Sistema de Energia Moderno”, por sua vez, é o capítulo que de fato foca em objetivos e metas puramente energéticas. Está dividido em três seções, mas são relevantes para esta análise apenas a seção 1 “a matriz energética” e a seção 3 “sistemas energéticos inteligentes”. A introdução enuncia os maiores propósitos a serem buscados no quinquênio, conforme o trecho a seguir:

Faremos um forte esforço para avançar na revolução energética, dando impulso a uma transformação na forma como a energia é produzida e usada, melhorando a matriz de fornecimento de energia e elevando a eficiência da

---

<sup>51</sup> São entendidos como veículos de nova energia, carros de passeio e veículos de transporte público coletivo, que operam a partir de energia elétrica ou de forma híbrida - eletricidade e combustão.

utilização de energia. Construiremos um sistema de energia moderno, limpo, de baixo carbono, seguro e eficiente, e salvaguardaremos a segurança energética do país (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016, p. 84, *tradução nossa*)

Em relação a seção 1 “a matriz energética”, o texto coloca como meta fomentar e priorizar fontes de energia limpa, que proporcionem a conservação ecológica, dentre elas há destaque maior para o incentivo à hidroeletricidade<sup>52</sup>. Neste sentido, como a China possui grandes bacias hidrográficas com potencial para geração de energia, acredita-se que devido a essa facilidade o país busque investir no ramo de geração, transmissão e distribuição via hidrelétricas para abastecer a eletricidade de fábricas e residências. Também são mencionados os incentivos para o desenvolvimento de energia eólica, fotovoltaica e energia solar térmica. Para estas modalidades há grande potencial de exploração tanto pela vasta costa marítima chinesa, quanto pela existência de grandes espaços para a instalação de painéis fotovoltaicos nas regiões do interior ao oeste do país. Além disso, são mencionadas outras formas de geração de energia que possuem menor peso na matriz energética chinesa como um todo, e outras não tão convencionais como: energia nuclear, de biomassa, geotermal e maremotriz<sup>53</sup> (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016).

No que tange às fontes fósseis, as principais metas são a redução de emissão de carbono, e para isso é especificada a diminuição do uso de carvão a partir da restrição do desenvolvimento de recursos de carvão na região leste, limitando nas regiões central e nordeste e otimizando na oeste. Há também a menção de medidas para avançar na exploração e transformação “mais ecológica” dos grandes centros de produção de carvão, e incentivos para a aplicação de novas tecnologias na geração de energia a base de carvão. O petróleo por sua vez, é citado muito brevemente e sem metas claras para a redução de

---

<sup>52</sup> É sabido que a hidroeletricidade, apesar de ser uma fonte de energia limpa, possui diversos impasses quanto a conservação de ecossistemas, uma vez que para a sua implementação é necessária a modificação do curso de bacias, desaparecimento de espécies de peixes, inundação de outras áreas, destruição de vegetação natural e até mesmo a alteração do microclima dos entornos das barragens que podem afetar o ciclo de chuvas, dentre outros efeitos socioambientais negativos (MORENO, 2015). Logo, acredita-se baseada nas leituras realizadas ao longo desta pesquisa, que a transição energética da China busca fontes de energia limpa, e prioriza melhorar a preservação do meio ambiente e dos efeitos ecológicos negativos em relação a produção e emissão de carbono apenas, isso pode ser corroborado ao analisar as principais metas energéticas e ecológicas apresentadas nos documentos oficiais que se referem apenas a diminuição da emissão de carbono.

<sup>53</sup> Refere-se a energia captada pelo movimento das ondas do mar.

seu uso, com exceção da promessa de fomentar o desenvolvimento de “novos óleos limpos como os biocombustíveis”, enquanto o gás natural é apenas mencionado como objeto a ser explorado mais intensamente (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016, p. 85, *tradução nossa*).

Na terceira seção do capítulo intitulada “sistemas energéticos inteligentes”, são enunciados os esforços do governo para criar sistemas energéticos inteligentes a fim de gerar energia de forma mais eficiente, sustentável e adaptável. Promete acelerar o desenvolvimento de redes elétricas inteligentes e a integração significativa de novas tecnologias entre o setor de energia e outros. Em suma, são anunciados oito projetos de desenvolvimento de energia, são eles: (1) sistemas de energia inteligente de alta eficiência, (2) utilização limpa e eficiente de carvão,<sup>54</sup> (3) energia renovável, (4) energia nuclear, (5) óleo e gás não convencionais, (6) rotas de transmissão de energia, (7) instalações de armazenamento de energia e principais tecnologias e (8) equipamentos de energia. Cada um desses projetos possui medidas gerais de implementação mencionadas no corpo do documento. Todavia, todas as metas são amplas e qualitativas, sem maiores especificações ou explicações de como devem ser atingidas, como é característico dos planos quinquenais (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016, p. 86-88, *tradução nossa*).

Por fim, em consoante com o que foi apurado durante toda a análise do texto do 13º Plano Quinquenal, ressalta-se que as metas dos projetos de energia renovável concentram-se majoritariamente em ampliar a exploração de energia eólica, fotovoltaica, solar termal e hidro. Além disso, as metas estão concentradas em medidas de eficiência, conservação e melhora na transmissão energética, sobretudo, a partir da implementação e integração de tecnologias inteligentes nos processos de geração. Desta maneira, o plano quinquenal anuncia uma tendência da busca pela transição energética, principalmente, para minimizar a emissão de carbono através da diminuição no uso do carvão e migração para fontes que não emitem CO<sub>2</sub>. Nota-se, também, que há uma intenção em fomentar,

---

<sup>54</sup> Esse projeto será conduzido a partir das seguintes medidas: “Implementar o plano de ação de modernização para conservação de energia e reduções de emissões na geração de energia à base de carvão: Realizar atualizações em todo o país de unidades de energia a carvão para obter emissões ultra baixas e eficiência energética; garantir que o consumo médio de carvão por quilowatt-hora seja mantido abaixo de 310 gramas nas usinas existentes e abaixo de 300 gramas nas novas usinas. Incentivar o uso de unidades termelétricas de contrapressão para aquecimento e desenvolver sistemas combinados de aquecimento, resfriamento e energia com várias fontes; aumentar a proporção de carvão utilizado para geração de energia” (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a, p. 86, *tradução nossa*).

subsidiar e solidificar os setores de energia eólica, solar, fotovoltaica e hidro para garantir liderança neste mercado em crescimento. Outrossim, a consolidação destas tecnologias auxilia de duas formas o desafio energético duplo da China: proporcionam formas e caminhos alternativos de abastecimento da demanda energética do país, e reduzem os impactos socioambientais negativos.

O livro branco *Energia na Nova Era da China (2020)*, por sua vez, foi lançado em dezembro de 2020, para prover um panorama geral das conquistas do país em seu desenvolvimento de energia e principais políticas e medidas para reforma energética. Portanto, já vislumbrando uma conjuntura pós-implementação do 13º Plano Quinquenal, e um cenário internacional cada vez mais voltado para solucionar o desafio da mudança climática, do desenvolvimento sustentável e da segurança energética. Em suma, por estes motivos, a China como um dos principais *players* energéticos do mundo, impreterivelmente precisa alinhar suas estratégias com a tendência político-econômica global.

Para isto, o documento está dividido em um preâmbulo, sete seções, sendo estas: (1) desenvolvendo energia de alta qualidade na Nova Era; (2) realizações históricas no desenvolvimento energético; (3) um esforço geral para reformar o consumo de energia; (4) construindo um sistema de fornecimento de energia limpo e diversificado; (5) aproveitando o papel da inovação como o principal impulsionador do desenvolvimento; (6) reforma mais profunda do sistema energético em todas as áreas; (7) fortalecimento da cooperação internacional em energia em todo o Conselho<sup>55</sup>, e a conclusão. No entanto, são relevantes para análise do objetivo deste capítulo o preâmbulo e as duas primeiras seções, as demais seções serão analisadas apenas no capítulo 4.

Em seu preâmbulo, o livro branco realiza uma espécie de resumo panorâmico do cenário energético da China ao final de 2020, ressaltando conquistas, assumindo compromissos, e evidenciando o rumo que suas políticas energéticas estão seguindo. O documento inicia salientando que o país estabeleceu um sistema relativamente completo da indústria de energia, atribuindo esta conquista à “autoconfiança e trabalho duro”. Alega ainda que o país possui uma “capacidade de adaptação rápida” de forma compreensiva, coordenada e sustentável frente ao desafio de sua crescente demanda. O texto segue destacando que a China é hoje a maior produtora e consumidora de energia

---

<sup>55</sup> Os títulos das seções foram traduzidos da versão original em inglês do documento.

do mundo, e por este motivo a “sua transição para a utilização eficiente de energia” tem sido “a mais rápida do globo”<sup>56</sup>, fato que é lembrado ao longo do texto oficial (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a, p. 1, *tradução nossa*).

Conforme já mencionado, a emergência da quinta geração de liderança chinesa com Xi Jinping, trouxe consigo o nascimento de uma “Nova Era” para o país. Dentro deste quadro, o documento elucida um novo estágio de desenvolvimento energético no país, que pode ser resumido conforme trecho a seguir:

Em 2014, o presidente Xi Jinping apresentou uma nova estratégia de segurança energética com quatro reformas e uma cooperação, apontando a direção para o crescimento da qualidade da indústria de energia com características chinesas na nova era. A China mantém a visão de desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado com foco na alta qualidade e reestruturação do lado da oferta. Tem trabalhado em todas as frentes para reformar a forma como a energia é consumida, construir um sistema de abastecimento de energia limpo e diversificado, implementar uma estratégia energética orientada para a inovação, promover a reforma do sistema energético e reforçar a cooperação energética internacional. A China entrou em um estágio de desenvolvimento de energia de alta qualidade (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a, p. 2, *tradução nossa*).

Na seção 1 “desenvolvendo energia de alta qualidade na Nova Era”, se discorre sobre a estratégia das “Quatro Reformas e Uma Cooperação”<sup>57</sup>, que consiste no plano de ação de segurança energética da China atual. O plano em questão, se concretizará a partir de quatro transformações em diferentes âmbitos do setor energético e o fomento da cooperação para troca de *know-how* e transferência tecnológica com outros países. Deste maneira, são parte desta estratégia as seguintes reformas e cooperação: (1) implementação de medidas de otimização de consumo que evitem desperdício de energia, (2) criação de uma estrutura de fornecimento de energia diversificada, (3) realização da atualização

---

<sup>56</sup> A intenção em manter essa agilidade no processo de transição energética em curso na China pode ser corroborada pela parceria com a Agência Internacional de Energia (IEA na sigla em inglês) anunciada em 2021, para cooperar na criação de estratégias e caminhos de longo prazo para atingir a neutralidade de carbono. De acordo com a agência, a China tem acelerado este processo nos últimos anos, e possui capacidade de cumprir com seu objetivo de atingir a neutralidade de carbono até 2060 (IEA, 2021). Esta parceria será analisada em maior detalhe no capítulo 4. O relatório completo, resultado desta parceria, está disponível aqui: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/9448bd6e-670e-4cfd-953c-32e822a80f77/AnenergysectorroadmaptocarbonneutralityinChina.pdf>.

<sup>57</sup> O nome da estratégia foi traduzido pela autora, a partir do documento publicado em inglês em site oficial, algumas terminologias utilizadas em documentos oficiais chineses podem soar “erradas” quando traduzidas para o português, pois são traduções diretas do mandarim para o inglês, muitas vezes não passando a mensagem desejada inicialmente.

tecnológica para modernizar a indústria, (4) promoção do aprimoramento do sistema de energia para acelerar o crescimento do setor energético, e (5) efetivação da cooperação abrangente com outros países para atingir a segurança energética em um ambiente aberto (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a). Logo, pode-se observar que as medidas descritas são de conservação, diversificação, atualização/modernização, eficiência e cooperação, ratificando e ampliando os objetivos anteriormente traçados no 13º Plano Quinquenal em direção à transição.

Neste contexto de reformulação de estratégia condizente com o novo cenário energético nacional e internacional, o país passou coordenadamente a implementar uma transição em seu setor de energia para transformar-se em direção ao desenvolvimento verde e de baixo carbono. Em consoante com essas medidas, o governo chinês declarou a adoção de dois importantes compromissos durante a 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas em setembro de 2020: a meta de atingir o pico de emissões de dióxido de carbono antes de 2030 e o objetivo de alcançar a neutralidade de carbono antes de 2060. Segundo a IEA (2021), a declaração em comprometer-se em atingir a neutralidade de carbono por parte da China é especialmente relevante, devido ao impacto de suas emissões para a crise climática global.

Dentro desta perspectiva, o livro branco anuncia dois projetos de infraestrutura e investimentos que Pequim busca promover para fomentar a energia verde e sustentável a *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês) e os esforços para “melhorar a conectividade da infraestrutura de energia” através do projeto *Global Energy Interconnection* (GEI na sigla em inglês)<sup>58</sup> (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a, p. 4, *tradução nossa*). Sendo assim, o governo chinês parece estar acumulando esforços internos de forma coordenada a implementar planos de ação que promovam seu interesse nacional - aqui ressalta-se que este interesse é multisetorial (econômico, político, social e energético) contemplando a principal meta do país de promover o “bem estar social” - ao passo que também atinjam objetivos internacionais - o desenvolvimento sustentável com baixa emissão de carbono e a oportunidade de ganhar de mercados globais.

---

<sup>58</sup> Referem-se aos dois principais projetos de infraestrutura internacionais encabeçados pelo governo chinês, serão discutidos em maior profundidade ao longo do capítulo 4.

Ainda na seção 1, são citadas as cinco “filosofias orientadoras” que os *policy makers* chineses supostamente adotaram para a condução da estratégia chinesa atual, são estas: (1) colocar as pessoas em primeiro lugar, (2) promover uma energia limpa e de baixo carbono, (3) garantir o status central da inovação, (4) buscar o desenvolvimento por meio de reformas, e (5) construir uma comunidade global de futuro compartilhado. Isto significa que o governo tem implantado o discurso de planejamento de suas políticas com orientação “para o povo, pelo povo e responsável perante o povo”, ecoando a intenção de demonstrar uma visão de “coexistência harmoniosa” entre homem e meio-ambiente (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a, p. 4-5, *tradução nossa*). Para isto, suas reformas no desenvolvimento de energia devem ser implementadas num âmbito de mercado, a partir da promoção de reformas pró-mercado tanto no âmbito público quanto privado, do incentivo à inovação em tecnologias de forma independente e a defesa da cooperação em criar uma governança energética global sustentável.

Em seguida, na seção 2 “realizações históricas no desenvolvimento energético”, são citadas as principais conquistas em direção ao desenvolvimento de energia sustentável que a nova orientação das políticas energéticas do país possibilitou. São citadas: a relativa estabilidade na quantidade de produção de carvão (3.41-3.97 bilhões de toneladas) e petróleo (190-210 milhões de toneladas) desde 2012; o aumento na produção de gás natural de 110.6 bilhões de metros cúbicos em 2012 para 176.2 bilhões de metros cúbicos em 2019; o crescimento da capacidade de fornecimento de energia elétrica em 75% e o aumento de 50% na sua produção desde 2012 até 2019; e a rápida e cumulativa expansão das capacidades instaladas de geração em energia renovável (hidro, eólica e solar fotovoltaica) que atingiram o patamar de maiores do mundo.

Com base nestes dados, o documento comemora que a exploração de energia renovável na China atingiu o primeiro lugar no mundo, e enfatiza que desde 2019 o país é responsável por 30% do total da capacidade instalada de geração de energia utilizando fontes renováveis globalmente, assim como desde 2010 a China injetou US\$ 818 bilhões em geração de novas energias, somando 30% do total mundial investido no mesmo período (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a). Cabe destacar aqui, que a IEA (2021) ressalta que apesar dos avanços chineses no desenvolvimento de novas tecnologias de energia de baixo carbono, do aumento da participação de energia limpa em sua matriz energética e o crescimento de seus projetos internacionais para o fomento de geração de



energia limpa, é essencial a adoção de medidas rígidas, concretas e efetivas para a diminuição também nos números da queima de combustíveis fósseis, sobretudo, indica o documento, para o uso de geração de energia elétrica, tanto domesticamente quanto em projetos e plantas implementados internacionalmente, para de fato atingir a neutralidade de carbono.

Simultaneamente aos resultados positivos atingidos entre 2012 e 2019, o texto do livro branco destaca as conquistas de otimização de consumo e de conservação energética a partir da exploração de novas tecnologias, como: a fabricação de equipamentos para a produção de energia eólica e fotovoltaica, e os veículos de nova energia (NEVs na sigla em inglês). O estabelecimento da indústria de manufatura de equipamentos para a geração de energia eólica e fotovoltaica que foi criada no país, é reconhecida como líder global em escala e tecnologia, tendo sido responsável por 67% da produção de silício<sup>59</sup>, e 41% da produção de conjuntos completos de energia eólica mundialmente. Já o número de circulação de veículos de nova energia (NEVs na sigla em inglês) atingiu 3,8 milhões em 2019, sendo 1,2 milhão colocados na rua apenas naquele ano, o que representa mais da metade global em circulação (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a).

Em seguida, o livro branco enfatiza a importância da inovação tecnológica para a contínua atualização do setor de energia do país, classificando as novas tecnologias de energia como “motor básico da transformação” do mercado energético (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a, p. 8, *tradução nossa*), conforme exemplificado no trecho a seguir:

Existem [na China] cadeias industriais completas para a fabricação de equipamentos de energia limpa para energia hidrelétrica, nuclear, eólica e solar. A China desenvolveu e fabricou com sucesso os maiores geradores hidrelétricos de unidade única do mundo, com capacidade de 1 milhão de kW; é capaz de fabricar uma gama completa de turbinas eólicas com capacidade máxima de unidade única de 10 mw; e continua a estabelecer novos recordes mundiais na eficiência de conversão de células solares fotovoltaicas. A China construiu várias usinas nucleares usando tecnologias avançadas de terceira geração e fez avanços significativos em várias tecnologias de energia nuclear, como geração de energia nuclear de nova geração e pequenos reatores modulares (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a, p. 8, *tradução nossa*).

---

<sup>59</sup> Componente essencial para a produção de placas fotovoltaicas utilizadas para a captação de energia solar.

Como pode ser observado, o foco em modernização tecnológica na produção de energia renovável tem sido uma das principais medidas adotadas pelo governo chinês para transformar o setor de energia em um motor de crescimento econômico limpo, verde e sustentável. O que é corroborado pelos projetos e investimentos que estão sendo desenvolvidos tanto domesticamente quanto internacionalmente pela China, e serão discutidos no próximo capítulo.

Deste modo, pode-se concluir que a China está preocupada em transformar o setor de energia nacional e internacional, sobretudo, através do seu desenvolvimento de novas tecnologias de energia limpa, que auxiliam no cumprimento de dois objetivos centrais da transição energética. O primeiro, proporcionar o “bem-estar” social, econômico e político à sua população, que garante a legitimação popular do Partido. O segundo, a oportunidade econômica de solidificar a sua indústria e atingir a liderança internacional neste crescente mercado, somando ganhos políticos e sociais, mas principalmente econômicos interna e internacionalmente.

A liderança chinesa neste âmbito de produção de tecnologias verdes tem sido reconhecida, segundo Landslaw e Tsafos (2020), Pequim está ganhando a “corrida de energia limpa” ao proporcionar ao mercado energético mundial a tecnologia necessária para a transição para “economias verdes”. Dentre essas tecnologias verdes, destacam-se: turbinas eólicas – das quais a China produz mais de um terço de todas as fabricações mundiais -, painéis fotovoltaicos - os quais cerca de 70% do que é gerado no planeta são produzidos por empresas chinesas -, e por fim, os veículos elétricos - que o país detém aproximadamente três quartos da manufatura de baterias de lítio e possui um controle ainda maior do restante da cadeia de suprimentos de montagem desta tecnologia (LANDSLAW e TSAFOS, 2020). Por consequência, o país asiático tem aberto espaço no mercado e aos poucos se tornado o maior fornecedor mundial de novas tecnologias de energia, que são necessárias para proporcionar a transição energética mundial.

Portanto, entende-se que a visão chinesa acerca da questão energética vem transformando-se ao longo das décadas, passando a energia a se tornar um fator chave para as relações políticas, econômicas e sociais do país. Desta maneira, a transição energética se tornou não apenas uma alternativa para o desafio energético duplo chinês, mas um imperativo e uma oportunidade, por três principais razões: a forma peculiar da formulação e condução da político-econômica que impacta na forma em que o país se

relaciona com o setor, pelos crescentes desafios nacionais e internacionais que o abastecimento energético e a mudança climática impõe, e pela capacidade chinesa de liderança deste processo de transição, seja esta capacidade em proporcionar a tecnologia, infraestrutura e investimento/conhecimento que o país possui, ou, pela busca chinesa por ganhos econômicos através da conquista desse mercado.

#### **4. O IMPACTO DA TRANSIÇÃO ENERGÉTICA PARA O RESSURGIMENTO DA CHINA NO CENTRO POLÍTICO-ECONÔMICO GLOBAL (2013-2020): DO PENSAMENTO ESTRATÉGICO AOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA, TECNOLOGIA E ENERGIA**

Para entender em que medida a consolidação de novas tecnologias energéticas impactam o posicionamento internacional chinês contemporâneo, dois fatores precisam ser analisados: o pensamento político-econômico chinês da atualidade, e quais são os principais projetos e investimentos do país em relação a novas tecnologias energéticas sustentáveis. Desta forma, este capítulo está dividido em duas partes. Em primeiro lugar é necessário identificar quais premissas regem o pensamento chinês na formulação de sua política externa atual, o que será feito a partir dos escritos de autores chineses ao longo do subcapítulo 4.1. Em segundo lugar, no subcapítulo 4.2, serão apresentados os projetos chineses de investimento em infraestrutura e novas tecnologias energéticas, em especial a *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês), o plano *Made in China 2025* (MIC 2025 na sigla em inglês), e o projeto *Global Energy Interconnection* (GEI na sigla em inglês). O objetivo é entender como estes dois aspectos se relacionam e têm impactado o ressurgimento chinês no centro político-econômico global.

##### **4.1 O CAMINHO DA CHINA RUMO AO CENTRO POLÍTICO-ECONÔMICO GLOBAL (2013-2020): O PENSAMENTO ESTRATÉGICO**

Ao longo desta dissertação, observou-se que o pensamento político-econômico chinês possui peculiaridades em sua cosmovisão que se originam de sua história milenar. Paralelamente, também se verificou que o país asiático entrou em uma nova era de desenvolvimento econômico e social em meados da segunda década do século XXI. Neste sentido, propõe-se fazer uso da ontologia e epistemologia chinesa para realizar uma análise mais adequada do posicionamento de Pequim, bem como trazer à pesquisa uma maior gama de interpretação e pensamento crítico. Para isto, faz-se imprescindível uma revisão de trabalhos de autores como Yan Xuetong (2006; 2013; 2014; 2019), Zha Daojiong (2015; 2016), e Zhang Weiwei (2012; 2015), dentre outros renomados acadêmicos que versam sobre política, economia, segurança, energia e relações internacionais contemporânea da China contemporânea. O objetivo desta revisão é

compreender em que medida o pensamento chinês tem impactado na formulação de estratégias voltadas para a transição energética, e conseqüentemente no caminho da China rumo ao centro político-econômico global atual.

Para isto, primeiro é necessário compreender o que a China entende como Grande Estratégia nesta nova era de desenvolvimento econômico e social, ou seja, qual o interesse nacional chinês e como a nação asiática tem implementado medidas de política doméstica e externa para atingi-lo. Neste sentido, Feaver (2009) e Carriço (2013) entendem que a ideia de Grande Estratégia refere-se a interpretação geral de um Estado de seus objetivos de segurança, e a determinação dos métodos mais adequados para atingi-los. Podendo estes meios serem assegurados a partir de ferramentas políticas, militares, diplomáticas e/ou econômicas, que são transformadas em políticas públicas a fim de promover o seu interesse nacional.

Dentro desta perspectiva, historicamente a política externa chinesa tem como pilar basilar os “Cinco Princípios da Coexistência Pacífica”: respeito mútuo à soberania e a integridade nacional, não-agressão, não intervenção nos assuntos internos, igualdade e benefícios recíprocos, e coexistência pacífica. Estes princípios foram cunhados por Zhou Enlai durante a Conferência de Bandung em 1955, resgatando premissas confucianas, e constituindo juntamente com os demais países não-alinhados diretrizes idealizadas para uma espécie de “padrão” de conduta para as relações internacionais (XI, 2014). Desde então, a China tem adotado estas premissas como base para a construção de suas estratégias de política externa, apenas adaptando as ferramentas e os meios para atingir seus objetivos de acordo com os novos desafios e as circunstâncias que se apresentam.

Portanto, tendo em vista o que tem sido exposto ao longo desta dissertação, pode-se interpretar que a estratégia geral da China contemporânea consiste em desenvolver-se qualitativamente de forma equilibrada e sustentável em termos econômicos, políticos, sociais, securitários e estratégicos no longo prazo, com o intuito de sobreviver e garantir a sustentação do seu crescimento. De acordo com o 13º Plano Quinquenal (2016), isto significa implementar planos estratégicos e políticas que possam atingir uma compreensão precisa das profundas mudanças que têm surgido na última década nos ambientes e nas circunstâncias domésticas e internacionais enfrentadas pela China em seus esforços de desenvolvimento.

Logo, o pensamento político chinês tem se orientado à estratégia de rápida adaptação às novas circunstâncias internas e externas. No âmbito doméstico, isto consiste na implementação de políticas para “o novo normal no desenvolvimento econômico” (o conceito de novo normal é explicado em maiores detalhes na página 132). Já no internacional, refere-se à promoção “de forma abrangente do desenvolvimento inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado”. De modo a garantir o desenvolvimento pacífico, e a construção de “uma sociedade moderadamente próspera em todos os aspectos” (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2016, p. 6, *tradução nossa*). Por estes motivos, alguns autores chineses acreditam que a chave para entender a reorientação do interesse nacional, o pensamento e o posicionamento chinês internacional, está em compreender o cenário doméstico e internacional da política econômica contemporânea de Pequim.

Neste sentido, a análise de Yan Xuetong (2006; 2013; 2014; 2019), sobre o posicionamento internacional da China parte de uma visão realista<sup>60</sup> adaptada para uma possível ordem internacional não ocidental, que possui o Leste Asiático como centro, e abarca conceitos políticos chineses. Para entender este fenômeno de transição, Yan (2006) acredita que as condições políticas externas (as capacidades estatais e as relações estratégicas entre Estados dominantes e emergentes) e internas (a formulação da política externa e o papel da liderança política em exercê-la) precisam ser estudadas. A fim de identificar possíveis razões e motivações para esta mudança, ele elabora um esquema de análise que considera como essas variáveis têm sido parte fundamental da geração de um ambiente doméstico e internacional favorável ao desenvolvimento da China.

Portanto, em relação às condições políticas externas, Yan (2006, p. 12, *tradução nossa*) conduz um estudo sobre as capacidades estatais chinesas em relação aos Estados Unidos, Japão, Índia, França, Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha. Em três quadros<sup>61</sup> (que

---

<sup>60</sup> A teoria realista aplicada às Relações Internacionais, possui variadas vertentes e múltiplos ângulos de análise. Entretanto, para os clássicos pensadores dessa corrente, o Sistema Internacional e as suas relações estão pautadas em alguns princípios básicos, tendo cinco fatores determinantes que formam as premissas comuns ao pensamento realista, são estes: a centralidade do Estado, a sobrevivência, o poder, o medo e a anarquia internacional (NOGUEIRA; MESSARI, 2005, p.23). Desta maneira, Yan parte destas premissas sobre o ordenamento global e o funcionamento do sistema, juntamente com alguns princípios políticos tradicionais chineses para analisar o fenômeno da ascensão da China no século XXI.

<sup>61</sup> Os quadros com a análise podem ser vistos no artigo “*The Rise of China and Its Power Status*” de Yan Xuetong (2006, p. 19-21), acesse aqui: <https://www.pucsp.br/geap/textodocalendario/The%20Rise%20of%20China%20and%20its%20power%20status.pdf>.

estão disponíveis no anexo A, B e C), o autor aliou a interpretação empírica (de fatos políticos históricos e contemporâneos) e quantitativa (a partir da análise de dados do “poder abrangente estatal”<sup>62</sup>). Para isto, ele as dividiu em três categorias: militares (gastos em defesa nacional, capacidade estratégica nuclear e escala do exército), econômicas (PIB, PPC e câmbio) e políticas (membro ou não do Conselho de Segurança da ONU, e a capacidade de mobilidade política<sup>63</sup> doméstica e internacional). Deste modo, o autor proporciona uma interpretação comparativa de como as disparidades, a natureza e a extensão do poder das capacidades chinesas, a depender do conceito apontado em cada indicador como “forte” ou “fraco”, afetam o seu “status de poder” (*ranking* de poderio global) em proporção aos demais Estados<sup>64</sup>.

Não obstante, a partir desta análise de Yan (2006) se entende que o poder abrangente estatal chinês está em um patamar, por ora similar ou até mesmo inferior em algumas categorias, em relação a determinadas potências estudadas. Porém, o que diferencia o caso de Pequim dos demais países analisados, são o constante crescimento econômico e o foco na diversidade entre as capacidades estatais chinesas. Desde o início do século XXI, o ritmo de crescimento econômico elevado da China, proporcionou ao país maior mobilidade política e presença em diferentes fóruns internacionais. Simultaneamente, o país asiático passou a aumentar consideravelmente seus investimentos em defesa, que segundo o PCCh estavam aquém da sua nova posição econômica e política. Portanto, observa-se uma tendência governamental em tentar equiparar forças materiais e capacidades em diferentes âmbitos em detrimento de apenas

---

<sup>62</sup> De acordo com Bajwa (2008, p. 151, *tradução nossa*), o “poder abrangente estatal” ou no termo oficial em inglês, *Comprehensive National Power* (综合国力; pinyin: zōnghé guóli), “se baseia no pensamento político contemporâneo da República Popular da China e se refere ao poder geral de um estado-nação.” Esse conceito refere-se à capacidade abrangente de um país para perseguir seus objetivos estratégicos tomando as ações necessárias para isto atingi-los no âmbito internacional. Em outras palavras, significa o grau de capacidade que determinada nação possui para mobilizar e utilizar os seus recursos estratégicos em prol de seus interesses nacionais.

<sup>63</sup> A mobilidade política é entendida pelo autor como a capacidade de um Estado em moldar e influenciar as políticas do sistema internacional a seu favor, bem como manter a estabilidade e autoridade da figura política domesticamente. Para mais informações, ler “*The Rise of China and It’s Power Status*” de Yan Xuetong (2006, p. 25-26), disponível em: <https://bit.ly/3Hj49Zd>.

<sup>64</sup> O autor enfatiza que para manter o valor analítico pragmático do estudo, “diferenças absolutas” não devem ser utilizadas como resultado no processo de análise. Ele também ressalta que o status de poder de um Estado depende de como o seu poder nacional é comparado com o de outras nações, assim como a relação proporcional entre os elementos analisados, portanto a depender do indicador e das condições comparadas, diferentes “*rankings*” podem ser gerados.

manter o crescimento quantitativo (YAN, 2006; CARRIÇO, 2013; COSTA LIMA, 2018; TEIXEIRA JÚNIOR, 2019).

De acordo com Carriço (2013), este equilíbrio entre forças econômicas, políticas e militares acontece, pois, a interpretação chinesa de Grande Estratégia engloba não somente a relação de forças, mas também os fatores que a modelam. A estratégia chinesa faz uso de uma lógica integrada de análise que contempla fatores econômicos, políticos e sociais, ou seja, diferentes ferramentas são entendidas como possíveis meios para atingir os objetivos nacionais. Esta integração ocorre principalmente devido às premissas que constroem a estratégia chinesa atual: “desenvolvimento pacífico”, “sonho chinês” e o “rejuvenescimento da nação”<sup>65</sup> (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2019).

Segundo o Conselho de Estado da China (2011), o “desenvolvimento pacífico” em um contexto amplo é um conceito político, cunhado no governo Hu Jintao (2003-2013). Ele reafirma o compromisso de Pequim em crescer e se desenvolver de forma pacífica, buscando a paz e a prosperidade comum de acordo com a tendência da globalização econômica. O conceito evidencia uma tentativa da China de posicionar-se como líder político global responsável e comprometido com o *soft power*, mas principalmente como uma nação que está voltada a utilizar de sua recente preponderância como chave para solução de seus desafios internos.<sup>66</sup> Já o “sonho chinês” e o “rejuvenescimento” da nação, por sua vez, são termos utilizados pelo presidente Xi Jinping para conceituar o projeto político nacional chinês que entrou em curso a partir de 2013. Em suma, consiste no objetivo de renovar e modernizar o país política e economicamente, com intuito de atingir a prosperidade moderada em todos os aspectos. A ideia é recuperar a prosperidade que a China um dia já teve em seu passado imperial, incluindo a reunificação de territórios contestados como Taiwan e outras ilhas estratégicas no Mar do Sul da China (CONGRESSO NACIONAL DO POVO, 2012).

---

<sup>65</sup> No original em inglês esses termos são: *Peaceful Development*, *Chinese Dream* e *National Rejuvenation*

<sup>66</sup> É importante ressaltar que a premissa do desenvolvimento pacífico recebe críticas e ceticismo, especialmente, ocidental desde a sua implementação, mas principalmente após 2013. De acordo com Ferchen (2013, p. 1, *tradução nossa*), existem dois principais problemas com a adoção do conceito de desenvolvimento pacífico como política externa chinesa, o primeiro é que o conceito parte de “uma compreensão idealista, de fato utópica das relações econômicas e políticas internacionais” que se baseia em uma “proposição econômica liberal clássica”, em que o comércio sustenta a interdependência e a paz. Já o segundo problema, ele julga ser a crença de que as atividades econômicas de empresas chinesas no exterior são necessariamente sinônimos dos interesses nacionais gerais da China. Ademais, existem também as desconfianças ocidentais de poderes dominantes que não acreditam que o país não tenha interesse em utilizar seu crescente poder para fins hegemônicos.



Dentro desta perspectiva de equilíbrio de forças, Yan (2006) conclui que quando realizada uma análise das capacidades estatais em todas as categorias elencadas em seus quadros, o poder nacional abrangente da China é o que tem uma estrutura mais multifacetada em relação aos demais países analisados. Em razão disto, acredita-se que o foco chinês em equilibrar as capacidades, acontece porque ao atingir o desenvolvimento econômico, o poder e a influência política e militar de determinado Estado passam a expandir-se organicamente, e se torna inevitável adquirir maior responsabilidade no sistema internacional. Desta maneira, ao passo que um poder em ascensão consegue aumentar seu poderio, o Estado dominante perde parte de seu poder e influência, sobretudo, no entorno estratégico do emergente, causando um tensionamento.

Além disso, como consequência desta dinâmica cria-se a necessidade da busca por equilíbrio e estabilidade no crescimento do poder abrangente estatal, para evitar a escalada para conflitos diretos e garantir a constância da ascensão do emergente (YAN, 2006). É nesta conjuntura que surge a importância das relações estratégicas para nutrir condições externas favoráveis à ascensão do poder emergente. Para Yan (2013), o entorno estratégico do novo centro da governança global necessariamente precisa apresentar duas características: ser a região mais dinâmica do mundo, ou seja, ter os Estados com maior força material (econômica e militar) e cultural, ao ponto de influenciar e inspirar outras nações; e ser o lugar onde há maior intensidade de conflitos internacionais, sendo estes principalmente representados por uma disputa pelo poder dos países centrais nesta área.

Dentro desta perspectiva, o Leste Asiático possui as duas características elencadas; há um crescente dinamismo econômico-político na região com emergentes como China, Japão, Coreia do Sul, Índia e até mesmo os países da ASEAN, proporcionado pelo crescimento econômico e os efeitos de rearranjos<sup>67</sup> da ordem mundial que a Crise de 2008 proporcionou. Estes países representam grande parcela das principais economias do mundo, e estão atingindo cada vez mais um papel de destaque em fóruns

---

<sup>67</sup> A partir da Crise de 2008, houve um considerável declínio no poder econômico de alguns países desenvolvidos, enquanto países considerados emergentes econômicos tiveram um relativo crescimento. Nesta conjuntura, os questionamentos quanto à ordem internacional estabelecida no contexto de pós-segunda guerra mundial passaram a ser ainda mais fortemente questionados. Os emergentes propuseram rearranjos para criar uma governança global mais equilibrada e que refletisse a atual ordem global, já que consideram que os mecanismos tradicionais não conseguem contemplar as necessidades da comunidade internacional contemporânea. Portanto, novos mecanismos, organizações e arranjos multilaterais foram criados em uma tentativa de reordenar a governança global, como BRICS, G20 e o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura (AIIB na sigla em inglês) (YAN, 2013).

econômicos internacionais, especialmente após a sua junção e criação de novos mecanismos multilaterais como o BRICS, o G20 e até mesmo o RCEP, o que tem intensificado as trocas comerciais, as cadeias de suprimento e o intercâmbio de pessoas.

De acordo com Zha (2015), parte desta intensificação das trocas regionais também ocorre como resultado da nova diplomacia econômica guiada pelo princípio do “sonho chinês”, que tem como pilares a estabilidade e a criação de riqueza voltada para a qualidade e não a quantidade. Em suma, a nova diplomacia econômica busca em alguma extensão promover melhoria contínua na prosperidade da nação e de seus aliados, sobretudo, integrando à China aos países da região da Ásia-Pacífico, a partir de iniciativas que fomentem a interdependência. Deste modo, a diplomacia econômica do “sonho chinês” é também uma tentativa de mudança de paradigma, para que emergentes e países em desenvolvimento possam atuar na governança global. Não sob os mecanismos tradicionais<sup>68</sup> existentes, que não atendem a realidade econômica plural mundial, mas sim através de novos arranjos alternativos, que venham a moldar as expectativas externas e garantir maior autonomia nas escolhas destas nações no âmbito da economia internacional.

Neste sentido, a China tem buscado preencher suas necessidades de cooperação e liberalização econômica através de acordos de livre comércio, uma vez que esse processo tem sido lento e muitas vezes até mesmo estagnado no âmbito da OMC (ZHA, 2015). Atualmente a China possui 16 acordos em vigência, 8 em negociação, bem como mais 8 sob consideração, além de mais de 100 acordos de investimento bilateral. Cabe destacar que a maioria dos acordos em questão são com países da região da Ásia-Pacífico como ASEAN, Singapura, Austrália, Nova Zelândia, e o acordo da Parceria Econômica Regional Abrangente (RCEP na sigla em inglês) (MINISTÉRIO DO COMÉRCIO DA CHINA, 2021)<sup>69</sup>.

No que tange a criação e condução dos mecanismos alternativos, o caso da criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB na sigla em inglês) é um exemplo dessa tendência de rearranjo. Segundo Zha (2015), a criação do AIIB tem cinco principais motivadores: interesse geoeconômico e geoestratégico aliado a insatisfação

---

<sup>68</sup> Aqui entendidos como organismos multilaterais criados a partir do pós-Segunda Guerra Mundial em que sua maioria favorecem a preponderância e os interesses de poderes tradicionais como EUA e potências europeias.

<sup>69</sup> Para mais informações detalhadas veja a página *China FTA Network* do Ministério do Comércio da China. Disponível em: [http://fta.mofcom.gov.cn/english/fta\\_qianshu.shtml](http://fta.mofcom.gov.cn/english/fta_qianshu.shtml)

com mecanismos de comércio e investimento tradicionais, escolha para investimento de reservas estrangeiras em um local mais “seguro” e promissor que o tesouro dos EUA, a internacionalização do Yuan (RMB)<sup>70</sup>, garantir contratos para empresas chinesas e aumentar as oportunidades de emprego, e por fim, melhorar as práticas de suas corporações que têm colecionado expertise em geração de infraestrutura em diversos países nos últimos anos. A ideia deste tipo de projeto é integrar a China e seus vizinhos e projetar a nação asiática como uma liderança regional e internacional.

Outro exemplo desse dinamismo econômico regional, é a aproximação sino-russa para a cooperação energética, como efeito decorrente das sanções comerciais ocidentais contra a Rússia no pós-crise da Crimeia em 2014. A China se tornou uma alternativa comercial viável para a Rússia, apesar dos constrangimentos e desconfianças políticas mútuas, Xi e Putin, passaram a fechar acordos para criar infraestrutura com gasodutos e oleodutos para o escoamento de gás e petróleo russo para os chineses, como o *Power of Siberia*<sup>71</sup>. A aproximação então criou uma alternativa ao mercado energético ocidental para os russos e um novo parceiro para suprir a demanda de energia da China, fortalecendo a relação bilateral (CHAGAS e BIANCO, 2021).

No entanto, observa-se também uma escalada de divergências estratégicas regionais da China com alguns vizinhos, como é o caso com Índia (disputa geopolítica transfronteiriça), Japão (rivalidade comercial e por influência regional) e Austrália (Guerra Comercial). Isto fica evidente com o aumento das tensões regionais a partir das medidas de defesa tomadas por estes países ao longo do ano de 2021. Algumas destas movimentações para aumentar as capacidades de segurança e defesa militar na região do Indo-Pacífico, em consoante com a estratégia estadunidense<sup>72</sup>, são: o Quad, a AUKUS e o recentemente fechado Acordo de Acesso Recíproco (RAA na sigla em inglês) entre

---

<sup>70</sup> Moeda oficial da China.

<sup>71</sup> O gasoduto *Power of Siberia* é o resultado do “Acordo Gazprom-China National Petroleum Corporation (CNPC), [que] consolidou-se como o maior contrato da história da Gazprom, instituindo-se vigência de 30 anos e totalizando um valor de US\$ 400 bilhões, além de prever o fornecimento de 38 bilhões de metros cúbicos anuais de gás para a China” (CHAGAS e BIANCO, 2021, p. 73).

<sup>72</sup> Após o início do mandato do Presidente Joe Biden nos EUA, Washington tem se concentrado em restabelecer relações com países chave no Indo-Pacífico, o seu foco está em criar alianças para diminuir a influência chinesa na região, ao criar a sensação de uma espécie de “cerco”. Em outras palavras, Washington tem buscado gerar a sensação de insegurança em alguns aspectos importantes para a China - questão de Taiwan e do Mar do Sul da China - em seu entorno estratégico no intuito de minar as chances do país asiático em cooperar com seus vizinhos e consequentemente apresentar ameaça a posição estadunidense.

Japão e Austrália.<sup>73</sup> Essas ações dos EUA em conjunto com os vizinhos da China, foram recebidas por alguns especialistas e comentaristas políticos chineses como ações que possuem como alvo conter o avanço chinês para evitar a perda de influência estadunidense na região. Sobretudo, pois estes países não possuem tradição militar, principalmente no caso japonês, em que esta procura em aumentar suas capacidades de defesa vai contra a sua constituição pacifista (CHAGAS REIS, 2022).

Já o lado ocidental entende que a expansão de poder e influência chinesa tem se mostrado como uma ameaça aos seus países, destacam-se aqui os avanços unilaterais chineses em regiões disputadas do Mar do Sul da China para fins de exploração energética com a instalação de plataformas petrolíferas *offshore*, a suposta “Milícia Marítima das Forças Armadas do Povo” que apareceu em território filipino com centenas de pequenos barcos de pesca em 2021 e também o aumento na presença das forças aéreas chinesa na região do Estreito de Taiwan (SPUTNIK BRASIL, 2021; CNN BRASIL, 2021; BBC BRASIL, 2021). Nações como o Japão, a Austrália e até mesmo os EUA alegam que a presença chinesa e a crescente assertividade em seus posicionamentos colocam em risco o *status quo* regional, e conseqüentemente a paz e a estabilidade internacional.

Nesta conjuntura, é evidenciado como a construção e manutenção de relações estratégicas cooperativas com os vizinhos da China é um desafio para Pequim. Isto ocorre, devido a alguns fatores, mas pode-se compreender como o principal motivo a histórica disputa geopolítica pela preponderância regional, sobretudo, entre China e Japão, e a constante presença dos Estados Unidos no Pacífico. Atualmente essas rugas residem majoritariamente no campo geoeconômico, principalmente, após a China ter superado o PIB japonês em 2010 e ocupado o lugar de segunda maior economia do mundo. Logo, como consequência dessa competição por liderança regional, permanecem os entraves para a cooperação até a atualidade.

No entanto, apesar das divergências sob a liderança continental, o dinamismo econômico tem permanecido presente, devido às vantagens comparativas, o que tem

---

<sup>73</sup> O acordo RAA estabelece uma estrutura formal nipo-australiano para trocas e cooperação em defesa e segurança. Para mais informações sobre o acordo, ler o artigo “A reação da China frente às “políticas de dissinização” de Taiwan e o caso da “frenética militarização australiana” de Gabriela Ferreira Chagas Reis, disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/wp-content/uploads/2022/01/O-que-Dizem-la-18-Olimpiadas-de-Inverno-O-tiro-pela-culatra-dos-EUA-a-reacao-da-China-em-relacao-a-Taiwan-e-Australia-Xi-no-Forum-Economico-Mundial-e-pragmatismo-frente-aos-desafios-russos.pdf>.

empurrado os países da região a escolher a via do pragmatismo. Desta forma, apesar das divergências geopolíticas, as potências asiáticas entendem que podem continuar cooperando geoeconomicamente, pois assim nutrem um ambiente favorável ao crescimento e desenvolvimento conjunto, concentrando condições frutíferas para investimentos, fluxo de capital e competição estratégica, e resultando no aumento do dinamismo econômico e das oportunidades de investimento (YAN, 2013).

No que tange às relações sino-estadunidenses, acredita-se que Washington é uma variável inalienável da análise da transferência de poder do eixo central econômico-político global. Porque, apesar de existir uma reestruturação e reorganização da governança mundial em curso, o declínio de poder<sup>74</sup> de Washington é relativo e não absoluto, ou seja, seu poder absoluto ainda está aumentando, enquanto suas vantagens relativas ante a China estão diminuindo, à medida que Pequim, e outras nações emergentes, se desenvolvem em um ritmo cada vez mais rápido. Em razão disto, Yan (2013) afirma que o rearranjo da ordem internacional não significa necessariamente que os EUA perderão sua posição de superpotência, mas sim que a ascensão da China a colocaria em um patamar de capacidade de barganha, fazendo com que os EUA não sejam um único pólo de poder.

Portanto, Yan (2013, p. 221, *tradução nossa*) sugere que a variável chave nesta equação é “o crescimento relativo [da China] e o declínio da força entre a Europa e o Leste Asiático”, que fazem o papel de potências intermediárias. Em outras palavras, com o declínio de poder de outros atores preponderantes e desafiantes a ordem internacional, novos atores, que construíram suas capacidades estatais nos últimos anos, passaram a figurar como possíveis desafiantes do *status quo*. Nesta conjuntura, a ascensão chinesa é um resultado também da interação interestatal de diferentes atores, sejam os Estados Unidos, “sendo desafiado” ou “equalizado”, sejam os seus vizinhos asiáticos, Japão, Índia e Austrália cooperando ou contrabalançando o crescimento chinês.

Em suma, as condições políticas externas - as capacidades estatais e as relações estratégicas - trazidas por Yan (2006; 2013) têm sido favoráveis ao desenvolvimento econômico-político chinês nos últimos anos, seja no auxílio em proporcionar maior

---

<sup>74</sup> Para fins desta dissertação, por declínio de poder/força se entende a diminuição das diferenças relativas das capacidades estatais ou poder abrangente estatal (citadas anteriormente) entre os EUA e outros poderes emergentes. Em outras palavras, refere-se à atenuação das disparidades militares, econômicas e políticas entre Estados.

equilíbrio de capacidades, e, portanto, atenuando a assimetria de poder abrangente estatal chinês frente aos EUA. Ou ainda, seja como resultado de uma série de escolhas, ações e interações entre os demais Estados emergentes já mencionados, que tem resultado em uma região dinâmica, com crescente fluxo de capital e investimentos. Estas condições externas favoráveis resultam em perda relativa de poder militar e financeiro por parte do Estado dominante, criando um cenário externo favorável à ascensão chinesa como centro de um possível novo ciclo sistêmico de acumulação.

Todavia, não basta apenas ter um cenário externo positivo e a capacidade de moldá-lo em seu favor, também é necessário nutrir condições políticas internas favoráveis para ter o apoio popular ao interesse nacional e a legitimação da autoridade política. Isto acontece porque, o ambiente político doméstico e internacional são simultaneamente o reflexo das ações empregadas um ao outro. Portanto, em relação às condições políticas internas, Yan (2014; 2019) elenca dois fatores importantes para o “rejuvenescimento” da nação chinesa: a política externa formulada e conduzida por um Estado, e o papel da sua liderança política em exercê-la.

Desta maneira, Yan (2014) enfatiza a importância da nova doutrina de política externa chinesa, *Striving for Achievement* (SFA na sigla em inglês)<sup>75</sup>, em evidenciar a transformação na visão chinesa em seu papel global. Por muitos anos, a doutrina da política externa chinesa foi *Keeping a Low Profile* (KLP na sigla em inglês)<sup>76</sup>, cunhada por Deng Xiaoping, consistia em buscar obter ganhos econômicos sem um grande comprometimento ou assumindo responsabilidades internacionais, por julgar que esta seria a melhor forma para conseguir atingir o seu desenvolvimento. No entanto, à medida que o país asiático passou a crescer aceleradamente, a manutenção desse posicionamento foi se tornando cada vez mais difícil e impraticável, afinal já não era mais uma postura adequada ao tamanho e a força da China dentro da governança global (WEI, 2020).

Observa-se que o crescimento econômico chinês deu um novo papel ao país na governança global, e com isso novas responsabilidades surgiram, resultando diretamente em uma necessidade de redirecionamento da política externa e do seu posicionamento internacional. A doutrina SFA, foi implementada em 2014 com a chegada de Xi Jinping ao poder, tendo sido o termo cunhado em seu discurso na “Conferência de Trabalho de

---

<sup>75</sup> Em tradução livre significa esforçando-se/lutando para conquistar.

<sup>76</sup> Em tradução livre significa manter-se discreto/baixo perfil.

Diplomacia Periférica” do PCCh que ocorreu em outubro de 2013. Consistindo em um posicionamento internacional mais assertivo, mais responsável e de maior preponderância dentro do sistema global por parte de Pequim (CCICED, 2013).<sup>77</sup> Durante o discurso na conferência, Xi enfatizou que Pequim “tem se esforçado para criar um ambiente regional saudável para seu próprio desenvolvimento e busca o crescimento comum com os países vizinhos.” Em consoante, o presidente chinês ainda destacou que a elaboração e a realização da diplomacia precisam estar alinhadas ao tempo e espaço. Logo, “é preciso entender a tendência da época, elaborar estratégias e planejar com cuidado”, pois diferentes cenários necessitam de distintas respostas (PEOPLE’S DAILY, 2013, p. 1, *tradução nossa*).

Historicamente a doutrina da política externa chinesa tem sido moldada pela necessidade de contemplar problemas domésticos. Por este motivo, os principais pontos norteadores da formulação e condução da política externa foram a estabilidade política doméstica (legitimidade do partido único), e o desenvolvimento do país (através do crescimento econômico contínuo). Deste modo, a principal mudança que a nova estratégia carrega é a migração de uma orientação puramente econômica para uma política. O que pode ser observado como resultado da construção de uma economia forte, um reflexo de uma nova autopercepção do novo lugar da China na governança global e do entendimento de que a política externa pode ser uma ferramenta efetiva em “melhor corresponder [a este] status de potência emergente” (WEI, 2020, p. 3, *tradução nossa*).

Os reflexos deste redirecionamento para a orientação política podem ser identificados nos objetivos apresentados durante o 18º Congresso Nacional do Partido Comunista da China em novembro de 2012 para sumarizar a agenda política do governo Xi. Os “objetivos dos dois centenários” (两个一百年 liǎngge yìbǎinián) são: atingir uma sociedade moderadamente próspera até o aniversário centenário do PCCh em 2021<sup>78</sup>; e se tornar um país socialista rico e forte até o centenário da República Popular da China

---

<sup>77</sup> Cabe destacar aqui, que a conferência de relações exteriores para países vizinhos, foi a reunião de mais alto nível sobre decisões de política externa realizada desde a fundação da RPC, tendo todos os membros do Comitê Permanente do PCCh estado presentes. Os principais pontos do discurso de Xi Jinping podem ser acessados aqui: [http://www.cciced.net/cciceden/NEWSCENTER/LatestEnvironmentalandDevelopmentNews/201310/t20131030\\_82626.html](http://www.cciced.net/cciceden/NEWSCENTER/LatestEnvironmentalandDevelopmentNews/201310/t20131030_82626.html) e/ou aqui <http://en.people.cn/90883/8437410.html>.

<sup>78</sup> Este objetivo foi atingido e comemorado pelo governo chinês em julho de 2021, conforme pode ser visto no site do Conselho de Estado da China aqui: [http://english.www.gov.cn/news/topnews/202107/01/content\\_WS60ddd47ec6d0df57f98dc472.html](http://english.www.gov.cn/news/topnews/202107/01/content_WS60ddd47ec6d0df57f98dc472.html) (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2021a).

em 2049<sup>79</sup>. Esta agenda foi idealizada como forma de enfrentar os principais desafios domésticos da atualidade na China: a necessidade de modernização do sistema de governança nacional, a eliminação da pobreza extrema e a redistribuição de renda (CONGRESSO NACIONAL DO POVO, 2012).

Essa reorientação também pode ser identificada nas metas estabelecidas para o trabalho diplomático da China em relação aos países vizinhos para servir a implementação do rejuvenescimento nacional, que incluem:

consolidar uma vizinhança amigável, proteger a soberania nacional, segurança e desenvolvimento, melhorar as relações políticas com países vizinhos para fortalecer a interdependência econômica, para aprofundar a cooperação em segurança e para estabelecer relações culturais estreitas (YAN, 2014, p. 166, *tradução nossa*).

Portanto, observa-se que estes objetivos possuem um caráter mais político do que econômico, mesmo no caso dos propósitos econômicos, o intuito está ligado mais ao cumprimento de interesses e preocupações políticas do que econômicas em si. Segundo Yan (2014, p. 166, *tradução nossa*) isso acontece, pois, a “nova era” de desenvolvimento da China requer “fazer nações amigas” para construir credibilidade moral internacional e legitimar seu novo lugar na governança global, e não somente “ganhar dinheiro” como anteriormente. Para isto é necessário prover algum ganho para outras nações (especialmente os seus vizinhos) podendo ser através de proteção securitária ou benefícios econômicos.

Nesta conjuntura, nota-se que o país asiático passou a buscar ativamente a cooperação em áreas estratégicas para atingir o rejuvenescimento, aumentando o número de investimentos e projetos, principalmente no mundo em desenvolvimento. Pode-se destacar aqui três projetos neste sentido: *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês), *Made in China 2025* (MIC 2025 na sigla em inglês) e *Global Energy Interconnection* (GEI na sigla em inglês)<sup>80</sup>. Todos estes projetos foram criados já na gestão da quinta geração de liderança da China, após a mudança na doutrina da política externa, e tem

---

<sup>79</sup> O texto completo sobre o objetivo dos dois centenários está disponível no site da *National People's Congress of The People's Republic of China*, que pode ser acessado aqui: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/c23934/202006/32191c5bbdb04cbab6df01e5077d1c60.shtml>.

<sup>80</sup> Para fins de maior alcance e uniformidade, foi escolhido utilizar os nomes dos projetos no original da tradução oficial do governo chinês para o inglês. É discutido em maior detalhe sobre os projetos citados durante o subcapítulo 4.2.



como caráter central ganhos em infraestrutura, logística, energia e tecnologia, ao passo que solidificam o aspecto cooperativo, criando condições mais favoráveis para parcerias.

Todavia, ainda que tradicionalmente fazer alianças estratégicas tem sido uma política amplamente exercida por grandes potências, o ocidente tem visto com desconfiança o novo posicionamento internacional chinês (YAN, 2014). Segundo Wei (2020), o ceticismo ocidental cresceu principalmente a partir de 2017, momento em que foi estabelecida a ideia de uma “Nova Era” no desenvolvimento da China, e conseqüentemente novas táticas diplomáticas passaram a figurar nas relações de Pequim com o mundo. A partir deste momento, o principal objetivo das relações diplomáticas chinesas se tornou “construir um novo tipo de relações internacionais”, através de uma abordagem que valoriza “relações de Estado para Estado com respeito mútuo, equidade, justiça e cooperação ganha-ganha” (WEI, 2020, p. 9, *tradução nossa*).

Para cumprir com essa nova abordagem e garantir o “respeito” a sua posição, as autoridades diplomáticas chinesas passaram a “responder” assertivamente ações, falas e medidas que acreditam desrespeitar o país asiático com intuito de conduzir a diplomacia em seus próprios termos. Um exemplo disso, são os acontecimentos que ocorreram no âmbito da Guerra Comercial sino-estadunidense, como o caso do fechamento do consulado norte-americano na cidade de *Chengdu* em julho de 2020, a ordem foi uma retaliação de Pequim a determinação dos Estados Unidos para o encerramento da missão diplomática chinesa em Houston no Texas, alguns dias antes (G1, 2020).<sup>81</sup>

Entretanto, foi em 2020, a partir da crise sanitária causada pela disseminação da covid-19 mundialmente (doença que foi primeiramente identificada na China), que uma nova tática diplomática foi iniciada. A “Diplomacia do Lobo Guerreiro”<sup>82</sup>, consiste em manter uma postura assertiva e na resposta aos “ataques” verbais, que os oficiais chineses

---

<sup>81</sup> De acordo com Martin (2021), ações que outrora seriam impensáveis para os diplomatas chineses passaram a ser tomadas, desde a saída repentina de uma reunião por não concordar com o rumo supostamente ideológico que o encontra tomara até retaliações comerciais mais firmes, como nos casos das conseqüentes Guerras Comerciais contra os EUA e a Austrália.

<sup>82</sup> O termo é uma referência ao filme chinês de ação *Wolf Warrior II*, em que a frase “quem ofender a nação chinesa será punido, não importa o quão longe está”, foi proferida. De acordo com Salvador (2020), “*Wolf Warrior II*, [é] a sequência de 2017 do patriótico filme de 2015. O filme mais visto de sempre na China conta a história de um soldado chinês (interpretado por Wu Jing, que é também o realizador), numa zona de guerra em África, que salva centenas de pessoas de uma chacina conduzida por mercenários ocidentais - o vilão Big Daddy é um norte-americano, interpretado por Frank Grillo.”

entendem como negativos, sobretudo, através das plataformas tanto de mídias tradicionais quanto de redes sociais, em especial, o Twitter (ZHENG, 2020).

Neste contexto, Martin (2021) acredita que os ataques virtuais fizeram com que a China identificasse nas redes sociais ocidentais uma oportunidade de alcançar a audiência estrangeira com a sua própria narrativa sobre seu país e governo. Como consequência, em 2020 foram identificadas cerca de 115 contas de oficiais do governo da China, embaixadas e mídias jornalísticas estatais no Twitter. Estas contas têm intensificado suas atividades e “subido” o tom crítico, em um esforço para ampliar o conhecimento do público externo das medidas de controle da pandemia empregadas no país, bem como a apresentação aos estrangeiros de sua ajuda e apoio internacional a diversos países no combate ao vírus (SALVADOR, 2020).

Paralelamente, outra tática diplomática chinesa implementada neste período é a “diplomacia das máscaras”. Neste sentido, a China utilizou de sua rápida recuperação econômica e conhecimento adquirido no combate à pandemia, para enviar auxílio no enfrentamento da crise sanitária a outras nações. O país asiático enviou profissionais da saúde, máscaras, equipamentos médicos e medicamentos, principalmente para países do mundo em desenvolvimento, como uma tentativa de mitigar os efeitos negativos da covid-19, ao passo que também ajuda a criar uma imagem positiva e benevolente de seu país (OLIVEIRA e FERNANDES, 2020).

De modo similar, com a transmissão interna já controlada e a aprovação para o uso de imunizantes produzidos nacionalmente, a China passou a distribuir parte significativa de suas vacinas para países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos com o discurso de contribuir para atenuar a desigualdade no acesso aos imunizantes mundo afora. Tal ação contrastou com as atitudes dos EUA, e de outros países desenvolvidos como Israel e algumas nações europeias, que garantiram primeiro um alto número de doses vacinais para imunizar a maior parte de sua população, assim também diminuindo a oferta de vacinas de empresas como a Pfizer, Moderna e AstraZeneca, para outros países. A tática chinesa ficou conhecida como a “diplomacia da vacina”, e fortaleceu ainda mais o discurso benevolente, ao passo que também expandiu a influência global e participação no mercado de saúde internacional da nação asiática (SERVILHA, FERREIRA e LELLI, 2021). Pode-se concluir então que estas táticas diplomáticas de prestação de recursos e ajuda têm sido formas de também explorar o *soft power* como

estratégia de construção da credibilidade internacional, ou seja, novamente implementando medidas econômicas para garantir ganhos políticos (OLIVEIRA e FERNANDES, 2020).

Entretanto, as táticas diplomáticas supracitadas foram criticadas pelo ocidente, porque tanto os veículos de mídias quanto os oficiais de governo destes países, afirmam que esta seria uma estratégia chinesa para lucrar e ganhar espaço no mercado da saúde internacional ao explorar a pandemia para avançar seus interesses (OLIVEIRA e FERNANDES, 2020). Segundo Lin, Funaiole, Hart e Price (2021), os métodos utilizados por Pequim para expandir sua influência durante a pandemia não são baseados em necessidade ou reciprocidade, mas sim em cálculos políticos estratégicos, que vislumbram o desejo de fortalecer os relacionamentos interestatais existentes e também criar novos.

Para eles, o fornecimento de ajuda médica e vacinas chinesas normalmente vem com restrições de contrapartida. Observa-se que sempre que possível a China solicitou que houvesse demonstrações públicas de agradecimento, como cerimônias de entrega dos suprimentos com a presença de oficiais do governo receptor e diplomatas chineses. Por fim, o principal argumento para o ceticismo ocidental se dá ao fato de que a grande maioria destes produtos foram vendidos e não doados (impressão propagandeada na cobertura midiática chinesa). Além disso, corroborando com a tese ocidental, quando os suprimentos foram doados, as negociações ocorreram de forma bilateral direta e não através do fundo *Covax Facility*<sup>83</sup>, por exemplo (LIN, FUNAIOLE, HART e PRICE, 2021).

Nesta conjuntura pouco receptiva às ações diplomáticas chinesas, Yan (2014) entende que para nutrir um ambiente favorável ao desenvolvimento e rejuvenescimento, Pequim necessariamente precisa focar em criar políticas que sejam convidativas, e façam sentido ao momento político-econômico que o país e seus vizinhos estão vivendo. Para então, conseguir atingir o patamar de credibilidade internacional e assim moldar o ambiente externo de forma favorável ao seu objetivo nacional, ao invés de somente adaptar-se às transformações externas e os interesses de outros Estados preponderantes. Portanto, manter relações estratégicas e pragmáticas através de táticas diplomáticas, seja

---

<sup>83</sup> Segunda a Anvisa (2021), “O *Covax Facility* é uma aliança internacional conduzida pela OMS, entre outras organizações, com o objetivo de acelerar o desenvolvimento e a produção de vacinas contra Covid-19 e garantir o acesso igualitário à imunização em todo o mundo.”

de forma assertiva para impor seu discurso quando necessário (Diplomacia do Lobo Guerreiro), ou, seja de maneira cooperativa para criar alianças e legitimar sua posição de liderança proeminente (Diplomacia das Máscaras/Vacinas), têm logrado maior credibilidade para que a China exerça a liderança regional e o contrabalanço estratégico ao poder dominante, os Estados Unidos.

Deste modo, observa-se uma dualidade na política externa chinesa atual. Pois, é assertiva, principalmente com os poderes ocidentais (EUA e Europa), mas também preza pela interdependência regional, esforçando-se para propor ganhos mútuos na cooperação com seus vizinhos. Para atingir este equilíbrio a política externa chinesa precisa desenvolver suas capacidades de modo harmonioso, ao mesmo tempo que considera manter uma equidistância pragmática entre Estados Unidos e a relação com seu entorno regional. Neste sentido, no âmbito econômico e político, é necessário destacar-se na liderança asiática oferecendo vantagens comparativas através de projetos e investimentos para manter seus vizinhos interessados em seu desenvolvimento. Enquanto no âmbito estratégico e securitário, aumenta suas capacidades militares de defesa, demonstrando força e assertividade aos que veem o crescimento chinês como uma ameaça, como é o caso de Washington e demais poderes ocidentais, para manter relações estratégicas, cordiais e de “igual para igual”. Além disso, essa característica de dualidade também pode ser vista na questão da transição energética, nota-se que em geral a China tem optado por cooperar com países em desenvolvimento em seus empreendimentos energéticos internacionais, enquanto diversos países desenvolvidos tecem duras críticas aos seus projetos, normalmente condenando a contrapartida das concessões para o uso da infraestrutura construída, como já tem sido comum com os subprojetos da *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês).

Tal malabarismo estratégico na política externa chinesa, tem sido fomentado por políticas públicas alinhadas pelo PCCh, demandando também uma boa liderança política para as executar com sucesso. É neste contexto que Yan Xuetong apresenta o papel dos *policy makers* como imprescindível. Segundo Yan (2019), o papel da liderança (aqui entendido como *policy makers* e não somente o líder supremo), é fator chave para a formulação não somente da política externa, mas também de princípios políticos, ideologias oficiais, e instituições políticas, determinando a relevância das condicionantes formuladoras da agenda e política norteadora dos objetivos de cada país. Este papel é

ainda mais relevante no contexto de transição de poder global, pois pode ser uma explicação para que um estado em ascensão seja capaz de superar o Estado dominante apesar de ter uma menor capacidade material.

Desta maneira, a liderança política é um fator dinâmico na tomada de decisão, um componente chave da capacidade política exercida por um grupo em transformar estratégias em políticas concretas, e a execução de diferentes tipos de influência sobre as “percepções estratégicas” acerca de como atingir o interesse nacional, desenhar limites e aplicar restrições estatais (doméstica e internacionalmente) (YAN, 2019, p. 26, *tradução nossa*). Isto acontece, porque, diferentes lideranças traçam distintas estratégias através de variadas condicionantes, sejam elas materiais ou não, ou seja, a liderança tem a capacidade de moldar a direção, os meios e as ferramentas utilizadas por uma nação para atingir seus objetivos. Observa-se esse fenômeno do impacto da liderança política com a ascensão da quinta geração de liderança da China, que trouxe mudanças estruturais na doutrina da política externa, na política econômica e no setor energético do país.

Desta forma, a liderança política tem dois papéis distintos: o doméstico - legitimado pela lei, tradição ou religião que possui caráter hierárquico; e o internacional - “conquistado” através da capacidade material ou o apoio de outros Estados, pois é de caráter anárquico. Neste sentido, a liderança política necessita implementar diferentes planos e diretrizes, interna e externamente, para atingir distintos objetivos. Entretanto, ambas as estratégias e planos precisam estar alinhadas e cumprir o seu papel de auxiliar o cumprimento do interesse nacional (YAN, 2019).

Portanto, o critério [...] para categorizar a liderança estatal [doméstica] de grandes potências, do ponto de vista da política externa, é o senso de responsabilidade nacional do órgão dirigente e a capacidade de cumprir seu dever, enquanto o critério para classificar a liderança interestatal é a responsabilidade do Estado líder - capacidade de manter a ordem interestatal e a credibilidade estratégica em um determinado país (YAN, 2019, p. 29, *tradução nossa*).

Por estes motivos, os tipos de liderança estatal (doméstico) podem ser categorizados em: inativo (baseada na filosofia do taoísmo muito relacionada ao princípio de *laissez-faire*), conservador (ancorada no determinismo econômico, isto é manter ganhos econômicos e o *status quo*, visão compartilhada pelo marxismo e o liberalismo), proativo (apoiada no determinismo político, ou seja, uma liderança reformista), e

agressivo (respaldada no darwinismo social, busca aumentar seu poder por meios militares e na eficácia da violência) (YAN, 2019).

Ademais, estas categorias são definidas a partir de duas variáveis independentes: a atitude da liderança perante o *status quo* do sistema internacional, e a sua capacidade de responsabilidade sobre resultado de suas políticas executadas. Em suma, os tipos de liderança estatal podem ser definidos de acordo com o quadro das ações tomadas por um corpo representativo mediante estas variáveis apresentadas. Pode-se concluir que as lideranças conservadoras e inativas não possuem interesse em expandir o seu poder político internacionalmente, enquanto as lideranças proativas e agressivas o buscam ativamente. No que tange a diferença entre lideranças responsáveis e irresponsáveis, esta reside no fato de que conservadoras e proativas têm maior propensão em reconhecer os erros e tentar corrigi-los, enquanto as inativas e as agressivas fazem o contrário, ainda que isto possa resultar em desastres.

Já no caso da liderança política internacional, Yan (2019) alega que devido à natureza anárquica do sistema, esta autoridade pode ser exercida por dois meios: cooperação ou coerção. Dentro desta perspectiva, os tipos de liderança podem ser classificados entre: autoridade humana (adota políticas de acordo com códigos morais internacionais), hegemonia (que pratica o princípio de padrões duplos), anemocracia (se comporta de forma irresponsável) e tirania (age de acordo com o princípio da *realpolitik*). Estas categorizações de liderança internacional, por sua vez, podem ser definidas de acordo com as preferências estratégicas de atuação de determinado Estado, como por exemplo: evitar conflitos, impor impactos econômicos, ampliar o apoio internacional e/ou expansão militar.

É importante ressaltar que os tipos de liderança tanto estatal (doméstica) quanto internacional são escolhidos de acordo com a conjuntura, variando de acordo com a evolução do cenário internacional, do interesse nacional e da intenção de galgar posição de status nacional e internacionalmente (YAN, 2019). Em outras palavras, entende-se que um Estado emergente pode valer-se de diferentes estratégias e distintos tipos de liderança a depender das condições políticas internas e externas que se apresentam, podendo estas estratégias serem modificadas ou combinadas ao longo dos anos de acordo com as circunstâncias e os objetivos do país. Dois exemplos dessa mudança de tipo de liderança são: a implementação da estratégia de desenvolvimento econômico do “Novo Normal” a

partir de 2016, e a migração do modelo de desenvolvimento chinês contemporâneo para o sistema de “dupla circulação” após a crise econômica e sanitária em 2020. Nestes casos, a liderança chinesa passou a adotar uma estratégia proativa e agressiva no âmbito estatal, e de autoridade humana e hegemônica no internacional, conforme pode ser interpretado nos exemplos a seguir.

De acordo com Zha (2015, p. 89, *tradução nossa*) a política econômica do Novo Normal consiste em novo ímpeto de desenvolvimento voltado para uma diferente realidade econômica que passou a se apresentar para Pequim em meados da década de 2010.<sup>84</sup> A estratégia busca transformar as metas de crescimento de um ritmo alto para um de médio a alto, ao passo que a estrutura econômica está sendo constantemente melhorada e atualizada, modificando o principal motor econômico para a indústria terciária e a demanda de consumo em detrimento dos investimentos. Em suma, há uma reorientação na estratégia de desenvolvimento nacional, que passa de um modelo que priorizava a escala e ritmo para um que enfatiza a qualidade e a eficiência, deixando para trás fatores de produção como a constante melhora e aumento da capacidade industrial, e recursos e mão de obra de baixo custo, para utilizar a inovação como principal força econômica (QIUSHI, 2016).

Neste contexto, existem dois motivadores para a desaceleração econômica chinesa: fatores externos e cíclicos e/ou institucionais domésticos. Para Tian (2019), ambos os aspectos podem ser relacionados ao fenômeno econômico, mas ele considera os fatores institucionais mais relevantes por duas razões. Em primeiro lugar, o autor argumenta que há um atraso na implementação de uma transição da força motriz econômica do país asiático, mas que este é um processo inevitável para atingir o pleno desenvolvimento. Entende-se que o processo de desenvolvimento de uma nação é composto por três estágios, são estes: (1) economia orientada por fatores de produção (nações que competem na divisão internacional do trabalho baseadas em suas dotações,

---

<sup>84</sup> A partir de 2011 surgiram alguns sinais de um declínio no rápido e contínuo crescimento econômico chinês que persistiu ao longo de quase quatro décadas. Em 2016 o ritmo de crescimento chinês passa a desacelerar consideravelmente, atingindo apenas 6,7% em contraste a média de 10% ao ano entre 1979-2010, sendo essa a percentagem mais baixa da taxa de crescimento do PIB do país desde as reformas de abertura econômica de Deng Xiaoping. Ainda que haja muita especulação quanto a essa quebra de ritmo, é sabido que a manutenção de taxas de crescimento não pode ocorrer para sempre, e muito menos são necessárias para manter o desenvolvimento econômico (TIAN, 2019). Deste modo, observa-se que apesar de inicialmente a diminuição do crescimento parecer ruim, entende-se que desacelerar faz parte de um processo natural dos ciclos econômicos.

seja mão de obra pouco qualificada e barata, seja pela abundância de recursos naturais), (2) economia orientada pela eficiência (países que têm se tornado cada vez mais competitivos, com processos de produção mais eficientes e maior qualidade do produto), e (3) economia orientada pela inovação (Estados desenvolvidos que apresentam negócios mais intensos voltados para o conhecimento e o setor de serviços que passa a expandir-se).

Em segundo lugar, ele afirma que o atraso na implementação de um sistema econômico moderno inclusivo, é motivado pela falta de ação – aqui entendido como a característica de agir com uma estratégia de baixo perfil - da liderança política chinesa das últimas décadas, tendo a quinta geração de liderança política (2013-presente) rompido com esse paradigma. Portanto, Tian (2019) alega que a reforma institucional defasada é a principal causa subjacente para a desaceleração contínua e rápida do crescimento do país. Dentro desta perspectiva, pode-se entender que a desaceleração é parte natural do processo de desenvolvimento de qualquer nação, tornando-se um fenômeno cíclico e conjuntural. No entanto, a decorrência deste processo está relacionada às escolhas econômicas da liderança política em agir a respeito disso, ou, apenas manter o *status quo*. Desta maneira, Tian (2019, p. 3, *tradução nossa*) defende que a implantação do Novo Normal se tornou um imperativo estratégico para a China conseguir efetivar a transição econômica de um poder emergente para um desenvolvido, ou seja, de uma economia orientada por fatores para uma voltada à inovação. Ao passo que os *policy makers* “combinam contramedidas políticas de curto prazo com reformas de governança de médio e longo prazo” para garantir a estabilidade socioeconômica.

Cabe ressaltar que essa migração para a estratégia do Novo Normal, somente é possível devido ao crescimento chinês acumulado, que proporcionou o aumento na renda familiar média nacionalmente, a diminuição das disparidades urbano-rurais, e consequentemente o maior alcance populacional dos frutos do avanço econômico do país. Neste sentido, Zha (2015) afirma que a nova política econômica chinesa se volta para garantir sustentabilidade e estabilidade à economia do país, contrabalançando crescimento econômico e sustentação a partir da calibração entre riscos e oportunidades, para também assegurar boas condições socioeconômicas para a sua população. Em suma, pode-se entender este momento como o fenômeno de uma passagem de potência emergente em ascensão para uma consolidada, pois as porcentagens de crescimento caem



quando um país se aproxima da “fronteira tecnológica mundial” (ZHA, 2015, p. 90, *tradução nossa*), aumenta o valor agregado de seus bens produzidos e consolida uma renda per capita maior.

Outrossim, acredita-se que a nova estratégia de base para a política econômica não consiste simplesmente em desacelerar em taxas ou ritmo de crescimento, mas sim em uma mudança na mentalidade da liderança política e da governança econômica do país. Passando do objetivo de crescimento a todo custo para o propósito do desenvolvimento com qualidade e sustentação. Neste sentido, entende-se que esta mudança faz parte deste novo momento político-econômico de Pequim, tanto doméstica quanto internacionalmente, tornando-se essencial implementar políticas eficientes para a solidificação de sua posição geoeconômica e geoestratégica globalmente. Portanto, a nova estratégia de política econômica doméstica, faz parte da intenção de proativamente reorientar o ambiente interno, mas principalmente o externo em favor do seu desenvolvimento (ZHA, 2015).

No que tange ao sistema de “dupla circulação” econômica, por sua vez, Justin Yifu Lin (2021) descreve a abordagem chinesa como um novo paradigma de desenvolvimento centrado na circulação doméstica, que ao mesmo tempo promove a internacional e vice-versa. Lin (2021), acredita que esta mudança reflete a compreensão de uma nova tendência do desenvolvimento da China, se as exportações estão sendo afetadas devido a conjuntura internacional de crise econômica causada pela pandemia, sua produção precisa ser absorvida domesticamente para que o desenvolvimento do país não seja afetado. No entanto, o autor argumenta que esta tendência não é exclusiva ao contexto pandêmico, ou, aos efeitos negativos causados pelas rusgas das Guerras Comerciais (sino-estadunidense e/ou sino-australiana). Desde 2006 Pequim tem experienciado uma queda na participação das exportações no PIB, se neste ano elas consistiram em 35,4% do PIB, essa porcentagem caiu para 17,4% em 2019. Ou seja, mesmo antes da crise sanitária e econômica 82,6% da produção doméstica da China já estava sendo absorvida internamente, o que pode ser interpretado como um reflexo deste novo estágio econômico que Pequim está vivendo.

Para Lin (2021), pela perspectiva das leis econômicas esta tendência pode ser explicada por dois motivos: uma economia grande naturalmente significa maior capacidade econômica de absorção, circulação e consumo doméstico de produção; assim

como uma participação maior do setor terciário quer dizer uma parcela menor de exportações em seu PIB, pois quanto mais alta a renda per capita maior a proporção do setor de serviços que não pode ser comercializada. De acordo com o autor, o novo sistema faz sentido com este estágio de desenvolvimento que Pequim se encontra, porque a partir de 2019 o setor terciário tem participação em aproximadamente 50% do PIB chinês. Logo, observa-se que a implementação do sistema de dupla circulação é como uma declaração da liderança política chinesa de uma nova autopercepção político-econômica geral. Evidencia uma concepção de que o país está passando por um novo estágio do seu desenvolvimento, e vocaliza a sua predisposição em seguir essa tendência.

Todavia, Lin (2021) ressalta que a nova política não necessariamente sugere abandonar o uso pleno dos mercados internacionais, mas pelo contrário, propõe utilizar das exportações e investimentos exteriores para impulsionar os lucros do país. De modo que as indústrias chinesas se desenvolvam e o nível da renda nacional aumente, para que o fluxo de capital e de tecnologia no país asiático se torne mais intenso e os seus investimentos cresçam. Em consoante, Javed, Bo, Tao e Dong (2021) enfatizam que o objetivo da dupla circulação é promover o rebalanceamento da estrutura econômica chinesa ao criar um grande sistema econômico autossuficiente no longo prazo. Isto é, uma estrutura que impulse o mercado doméstico, porém sem fechar-se em si mesmo ou diminuir sua interação com o comércio internacional. Eles adicionam ainda que a estratégia possivelmente deve ter sucesso, porque apesar dos desafios que podem ser encontrados, as condições socioeconômicas e a população em geral são favoráveis à esta abordagem.

Desta maneira, para Javed, Bo, Tao e Dong (2021) a migração para este sistema é uma resposta chinesa para uma tendência que os indicadores socioeconômicos chineses têm apresentado ao longo dos últimos anos. Estes indicadores têm sido fundamentalmente afetados, criando uma dinâmica de desafios, riscos e/ou oportunidades para o país. São estes: (1) o crescimento do consumo e da poupança privada, (2) diminuição da pobreza e aumento da renda, (3) o declínio da participação das exportações e do comércio no PIB, (4) a queda no retorno dos investimentos, (5) o aumento da relação dívida/PIB, (6) a desaceleração do crescimento econômico, (7) os impactos negativos sobre a segurança alimentar e a sustentabilidade, (8) a segurança energética e (9) o desequilíbrio demográfico.

Portanto, como consequência das mudanças socioeconômicas citadas, o objetivo econômico nacional se tornou construir uma nação resiliente contra incertezas, riscos e condições externas apresentadas, de modo que também logra ganhos econômicos e sociais domésticos, a fim de se manter forte mediante situações que possam se apresentar. Neste contexto, o sistema de dupla circulação se apresentou como uma política para fortalecer a economia chinesa em um momento conjuntural doméstico e internacional bastante turbulento<sup>85</sup>. Estes desafios fizeram com que o país asiático precisasse tomar ação para enfrentar estas diversas frentes ao mesmo tempo. Os indicadores utilizados por Javed, Bo, Tao e Dong (2021), também salientam que essa reforma já era necessária desde meados da década de 2000, mas pela falta de ação da liderança política em agir sobre questões-chaves como as capacidades estatais, as relações estratégicas e as políticas externa, econômica e social, a China foi empurrada a uma reorientação político-econômica geral mais intensa nos últimos anos.

Desta maneira, a partir desses exemplos de novas políticas implementadas pela nova geração de liderança política da China, entende-se que o atual estágio de desenvolvimento do país asiático requer um posicionamento internacional que conjecture: questões tradicionais, o contexto e, proativamente busque oportunidades econômicas para moldar as condições externas e internas de forma alinhada, coordenada e proporcional para atingir o interesse nacional. Em consonância com essas perspectivas apresentadas ao longo deste subcapítulo, entende-se que o modelo de desenvolvimento adotado pelo Estado chinês, é uma das chaves para entender o seu crescimento econômico e agora também político. Pois, o modelo de desenvolvimento, segue transformando-se de acordo com a competição global, atentando-se às mudanças no sistema internacional, e adaptando o interesse nacional de acordo com o cenário, mas sem perder a essência dos fortes elementos históricos, culturais, e tradicionais que norteiam a unidade nacional.

Neste sentido, os dados econômicos, políticos, sociais e energéticos apresentados no capítulo 3 expressam um avanço sem precedentes nos aspectos antes citados, o que

---

<sup>85</sup> Ao longo dos últimos anos a China tem passado por alguns desafios econômicos, políticos e sociais conturbados, que tem pressionado a liderança do país para tomar medidas e tentar atingir uma estabilidade geral para o país. Alguns exemplos desses desafios são: a Guerra Comercial com os EUA que resultou em diversas situações complicadas como barreiras comerciais, sanções econômicas e políticas e até mesmo conflitos tecnológicos como as questões da 5G, Huawei e do Tiktok; a disseminação da covid-19, que ocorreu primeiro na China causando efeitos negativos sanitários e econômicos; e problemas sociais domésticos causados pelos desequilíbrios entre economia e fatores socioambientais, como a poluição, a alta demanda doméstica e a crise demográfica do país (JAVED, BO, TAO e DONG, 2021).

engendra teorias sobre como o modelo chinês de modernização pode gerar novos padrões de desenvolvimento e crescimento para o sistema internacional ao passo que desafia a atual ordem mundial. Cabe destacar, que o processo de modernização da China tem foco majoritariamente geoeconômico, o que se reflete em seus projetos e investimentos. Vem observando-se ao longo desta dissertação que a China buscou desenvolver-se garantindo infraestrutura, transporte e tecnologia de qualidade e inovadora para seu país, adquirindo a expertise e tecnologia necessária para também o fazer, posteriormente, internacionalmente.

Isto é corroborado com o aumento do interesse chinês em diversos megaprojetos como a *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês), o *Made in China 2025* (MIC 2025 na sigla em inglês) e *Global Energy Interconnection* (GEI na sigla em inglês)<sup>86</sup>. Projetos e investimentos responsáveis pelas principais novas tecnologias de energia sustentáveis que a China vem se dedicando em desenvolver. Estes processos, que ocorreram principalmente a partir de 2013, têm grande impacto na ordenação global contemporânea, pois proporcionam em muitos aspectos a diminuição das disparidades das capacidades estatais chinesas em relação a outras grandes potências. Por fim, acredita-se que estes projetos com foco em inovação tecnológica e sustentabilidade também auxiliam a China em atingir seu interesse nacional no plano doméstico e internacional, portanto são apresentados em maior detalhe no próximo subcapítulo.

#### 4.2 O PAPEL DOS PROJETOS DE INFRAESTRUTURA E NOVAS TECNOLOGIAS ENERGÉTICAS VERDES PARA O DESENVOLVIMENTO E O POSICIONAMENTO INTERNACIONAL CHINÊS CONTEMPORÂNEO

De acordo com Perez (2002), há uma conexão entre revoluções tecnológicas e grandes ondas de desenvolvimento econômico, político e social. Em geral, a autora defende que essas mudanças ocorrem de forma cíclica, a aproximadamente cada meio século, como resultado de um *boom* de inovações tecnológicas. Quando uma “nova economia” surge, ela é enraizada onde a antiga estava faltando com soluções efetivas.

---

<sup>86</sup> Para fins desta pesquisa, optou-se por manter os nomes dos projetos no original do inglês para facilitar a compreensão e entendimento de qual projeto está se referindo, uma vez que, as três iniciativas não possuem uma tradução oficial do governo chinês para o português.

Atua como um agente de contrabalanço e possibilitador de novas alternativas disruptivas para modernizar toda estrutura produtiva global no quadro técnico-econômico, bem como transforma a divisão internacional do trabalho. Portanto, uma revolução tecnológica pode ser definida como:

[...] um conjunto poderoso e altamente visível de tecnologias, produtos e indústrias novas e dinâmicas, capazes de provocar uma reviravolta em todo o tecido da economia e de impulsionar uma onda de desenvolvimento a longo prazo. É uma constelação de inovações técnicas fortemente inter-relacionadas, geralmente incluindo um importante insumo abrangente de baixo custo, comumente uma fonte de energia, às vezes um material crucial, além de novos produtos e processos significativos e uma nova infraestrutura. Este último normalmente muda a fronteira em velocidade e confiabilidade de transporte e comunicações, ao mesmo tempo em que reduz drasticamente seu custo (PEREZ, 2002, p. 8, *tradução nossa*)

Desta maneira, entende-se que a principal característica das revoluções tecnológicas é que elas são acompanhadas de um conjunto de princípios de melhores práticas, na forma de um paradigma técnico-econômico, que rompe com hábitos organizacionais existentes em tecnologia, economia, gestão e instituições sociais. Podendo esses princípios serem aplicados de diferentes formas a depender de fatores, eventos e circunstâncias únicas que se apresentam em cada momento ou caso específico. Alguns exemplos históricos de revoluções tecnológicas tiveram gatilhos como: a cultura, a política, surgimento de personalidades importantes, eclosão de guerras, descobertas de ouro e outras riquezas, advento de catástrofes naturais e outras questões afins (PEREZ, 2002).

Em vista disso, observa-se que o contexto econômico, político e social global vem apresentando alguns desses “gatilhos” com a emergência do século XXI, especialmente no que tange à inovação, inteligência e sustentabilidade. No caso chinês, a conjuntura (doméstica e internacional) apresenta fatores, eventos e circunstâncias favoráveis para romper com o atual paradigma econômico e energético, conforme tem sido apresentado ao longo desta dissertação. Portanto, acredita-se que a tendência chinesa em investir em projetos de infraestrutura e novas tecnologias de energia é um reflexo desse contexto. Esta conjuntura associa-se a uma geração de liderança proativa, que possui uma nova interpretação do lugar e das responsabilidades que a nova posição da China implica na governança global, conforme foi argumentado ao longo do subcapítulo 4.1.

Por estes motivos, ao longo do subcapítulo 4.2 procura-se entender como os projetos chineses de investimento em infraestrutura e tecnologia energética para o desenvolvimento: *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês), *Made in China 2025* (MIC 2025 na sigla em inglês) e *Global Energy Interconnection* (GEI na sigla em inglês), podem ilustrar essa relação estreita entre a implementação de um novo paradigma técnico-econômico, (através da geração de novas tecnologias de energia), e a sua capacidade de influenciar o posicionamento e desenvolvimento do país asiático. Deste modo, busca-se apresentar o impacto da efetivação da transição energética para o ressurgimento da China no centro político-econômico global. Uma vez que, Pequim tem enfrentado desde o início dos anos 2000 o desafio duplo da crescente demanda energética e da alta emissão de CO<sub>2</sub>. Neste sentido, entende-se que essas iniciativas governamentais, fazem parte de um esforço geral coordenado para vencer o desafio duplo, mudar para um modelo de desenvolvimento sustentável no longo prazo e ainda obter ganhos de mercado, conforme é melhor explicado durante esse subcapítulo.

Segundo o Ministério de Relações Exteriores da China (2022), a *Belt and Road Initiative*<sup>87</sup> (doravante BRI), no original 一帶一路 Yīdài yīlù, consiste em um programa transcontinental de política e investimento em infraestrutura de longo prazo. Foi apresentado pelo governo chinês em 2013, e oficializado em 2015, com o intuito de fomentar o desenvolvimento de infraestrutura e a aceleração da integração econômica das nações participantes, utilizando a histórica Rota da Seda<sup>88</sup> como inspiração. Têm participação na emissão desse plano a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC na sigla em inglês)<sup>89</sup>, o Ministério de Relações Exteriores (MOFA na

---

<sup>87</sup> A *Belt and Road Initiative* é também conhecida pelos seguintes nomes: *The Silk Road Economic Belt and the 21st Century Maritime Silk Road*, que é nome citado nos documentos de oficialização da iniciativa; *One Belt One Road* (OBOR), que foi o primeiro título do projeto quando apresentado em discurso oficial em 2013, e posteriormente caiu em desuso pelo governo chinês; *New Silk Road* ou em português Nova Rota da Seda, em referência ao trajeto comercial histórico; ou ainda como Iniciativa do Cinturão e da Rota, como tradução literal “*Belt and Road Initiative*” para o português, nome oficial adotado pelo governo chinês em seus canais de comunicação. Neste trabalho, optou-se pelo uso do nome original e mais “comercial” em inglês para facilitar a compreensão do leitor e alcance desta dissertação.

<sup>88</sup> A histórica Rota da Seda refere-se ao trajeto comercial histórico desenvolvido para conectar a Ásia, África e a Europa durante o século XIX. Ficou conhecida como a maior rede comercial do mundo antigo, dividindo-se entre rotas do sul e do norte, passando por diversos centros comerciais como o Egito Antigo, a Mesopotâmia, a China, a Pérsia, a Índia e Roma. De acordo com Somma (2018, p. 1), o histórico trajeto “liga a costa do mar Mediterrâneo, na atual Síria, a Xian, na China, atravessando 7 mil quilômetros entre os territórios dos atuais Iraque, Irã, Turcomenistão, Uzbequistão, Afeganistão e Paquistão.”

<sup>89</sup> Do original em inglês National Development and Reform Commission.

sigla em inglês)<sup>90</sup>, o Ministério do Comércio (MOFCOM na sigla em inglês)<sup>91</sup> e o Conselho de Estado da República Popular da China.<sup>92</sup> Seus principais objetivos são: (1) promover a conectividade dos continentes asiático, europeu e africano e seus mares adjacentes; (2) estabelecer e fortalecer parcerias entre os países ao longo do cinturão terrestre (*belt*) e da rota marítima (*road*); (3) criar conectividade multidimensional e multicamadas a partir de uma vasta rede de conexão (terrestre, marítima, digital e humana); assim como (4) realizar o desenvolvimento diversificado, independente, equilibrado e sustentável nesses países (BRI PORTAL, 2022).<sup>93</sup>

Neste sentido, a iniciativa começou com a intenção de contemplar os países do histórico trajeto da Rota da Seda (Ásia, Europa e África), mas não se limita somente a estes. O projeto está aberto para todas as nações, organizações e/ou mecanismos multilaterais que tenham o desejo de efetivar sua participação, e a China tem constantemente atuado para promover a adoção do máximo de membros possível. Desde seu anúncio em 2013, a iniciativa cresceu bastante dos iniciais 65 países, atualmente são membros da BRI: 145 nações, dentre estas 44 são da África, 42 da Ásia, 29 da Europa, 20 da América Latina e o Caribe, e 10 da Oceania. Sendo a última nação a oficializar sua participação no projeto, a Argentina, o que confirma o desejo de expansão da iniciativa para além do trajeto histórico e a vontade de fortalecer a cooperação com a América Latina e o Caribe (PAIXÃO, 2022).<sup>94</sup>

Neste sentido, a conexão intercontinental em terra (*belt*) deve ocorrer a partir da construção conjunta de uma ponte terrestre eurásiana, e no desenvolvimento de corredores econômicos entre China-Mongólia-Rússia, China-Ásia Central-Ásia Ocidental e China-Península da Indochina. A ideia consiste em aproveitar as rotas de transporte internacional existentes, perpassando cidades centrais da BRI, assim como utilizando os principais parques industriais econômicos como *hubs* de cooperação. Já na rota marítima, a iniciativa concentra esforços na construção conjunta de rotas de transporte seguras e eficientes, para conectar os principais portos ao longo da *road*. Fazem

---

<sup>90</sup> Do original em inglês Ministry of Commerce of the People's Republic of China.

<sup>91</sup> Do original em inglês Ministry of Foreign Affairs of the People's Republic of China.

<sup>92</sup> Do original em inglês State Council of The People's Republic of China.

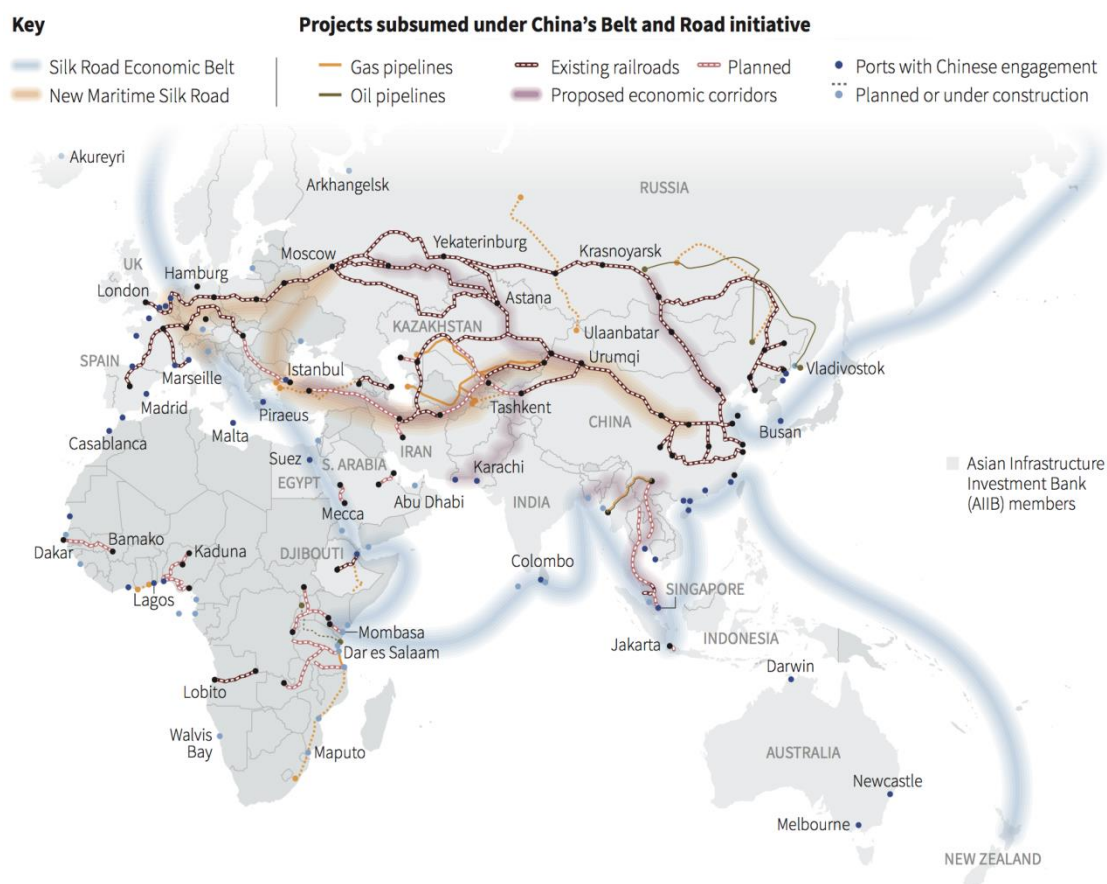
<sup>93</sup> Para mais informações sobre o projeto *Belt and Road Initiative* (BRI), acessar o portal oficial do governo sobre o projeto, disponível em inglês aqui: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/ztindex.htm>.

<sup>94</sup> Estes dados são referentes às adesões ao projeto até fevereiro de 2022, período de elaboração desta dissertação.

parte desse percurso o Corredor Econômico China-Paquistão e o Bangladesh-China-Índia-Mianmar. Ademais, os projetos dentro da iniciativa são majoritariamente focados no desenvolvimento de infraestrutura para os setores chave de transporte, energia, mineração, tecnologia da informação (TI) e comunicações, apesar de também incluírem Zonas Econômicas Especiais (ZEEs), turismo e desenvolvimento urbano (BRI PORTAL, 2022).



**Figura 3** - Mapa de Projeção dos Principais Subprojetos da *Belt and Road Initiative* (BRI na sigla em inglês)



Fonte: Fórum Econômico Mundial (2018).

Os subprojetos da iniciativa que foram citados podem ser melhor visualizados na figura 3. A linha grossa em azul demarca o Cinturão Econômico da Rota da Seda (*belt*), a linha grossa em laranja apresenta a conexão que deve ser realizada para Nova Rota Marítima da Seda (*road*), e a linha grossa em laranja representa os corredores econômicos propostos. Também se destacam na imagem as linhas finas em laranja que representam os gasodutos que devem integrar o fluxo de gás natural da Ásia Central para a China, e as linhas finas em verde escuro que se referem aos oleodutos que estão sendo construídos para escoar petróleo de regiões de difícil acesso para a China.<sup>95</sup>

<sup>95</sup> É importante observar que o governo chinês não apresenta mapas do planejamento da *Belt and Road Initiative* (BRI) de forma clara e atualizada, normalmente as figuras que apresentam essas informações são produzidas por órgãos internacionais que realizam a representação gráfica a partir de um compilado das informações anunciadas sobre os subprojetos da iniciativa.

Outrossim, um aspecto de destaque da iniciativa é a intenção em implementá-la de forma sustentável; para tanto, uma das características apresentadas como pilar para a sua efetivação é o conceito de *Green Silk Road* (Rota da Seda Verde). De acordo com o BRI Portal (2022, p. 1, *tradução nossa*), este pilar da iniciativa consiste em um plano para “aprofundar a cooperação em proteção ambiental, implementar a ideia de desenvolvimento verde e intensificar a preservação ecológica”. Em suma, a ideia é construir o projeto de modo que avance em direção a Agenda 2030 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável<sup>96</sup> e as metas do Acordo de Paris (2015). Para isto, a iniciativa deve conduzir seus subprojetos a partir da *BRI International Green Development Coalition* (2019)<sup>97</sup>, responsável por realizar diálogos, pesquisas, intercâmbios e planejamentos que fomentem o desenvolvimento verde dentro da iniciativa com o auxílio de seus 150 parceiros chineses e outros 43 estrangeiros (ZHOU, 2022).

Dentro desta perspectiva, foram lançados nos últimos cinco anos: *The Green Investment Principles*<sup>98</sup> em 2018, que reuniu 39 instituições financeiras internacionais para criar um sistema de políticas, regras e condutas verdes para o desenvolvimento do megaprojeto, e a *Initiative for Belt and Road Partnership on Green Development at the Asia and Pacific High-level Conference*<sup>99</sup> em 2021, com intuito de ampliar o diálogo iniciado pela coalizão. Também foram emitidos os documentos: *Belt and Road Ecological and Environmental Cooperation Plan*<sup>100</sup> e *Guidance on Promoting Green Belt and Road*<sup>101</sup>. Os documentos detalham as principais tarefas e roteiros para a construção da *Green Silk Road*, abrangendo aspectos como diálogo de políticas, suporte de informações, alinhamento de padrões e intercâmbios tecnológicos. Além disso, o Ministério do Comércio e o Ministério de Ecologia e do Meio Ambiente da China,

---

<sup>96</sup> Refere-se ao projeto da ONU adotado em 2015, com o intuito de fazer um apelo universal à ação para acabar com a pobreza, proteger o planeta e garantir a paz e a prosperidade global até 2030. O projeto é implementado através de 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que procuram agir de forma integrada, ou seja, as ações perante um impactam o outro, buscando assim equilibrar a sustentabilidade social, econômica e ambiental (UNDP, 2022). Para mais informações, acessar o site da UNDP, disponível aqui: <https://www.undp.org/>.

<sup>97</sup> Em tradução livre “Coalizão Internacional para o Desenvolvimento Verde da Iniciativa do Cinturão e da Rota”.

<sup>98</sup> Os Princípios Verdes de Investimento em tradução livre.

<sup>99</sup> Em tradução livre “Iniciativa para Parceria sobre o Desenvolvimento Verde na Conferência de Alto Nível da Ásia e do Pacífico do Cinturão e Rota”.

<sup>100</sup> Em tradução livre “Plano de Cooperação Ecológica e Ambiental do Cinturão e Rota”.

<sup>101</sup> Em tradução livre “Orientações sobre a Promoção do Cinturão e Rota Verde”.

também emitiram o documento *Green Development Guidelines for Overseas Investment and Cooperation*<sup>102</sup>. Esses documentos, estabelecem dez prioridades para investimento e cooperação no exterior no âmbito da BRI, dentre elas destacam-se: redução de riscos ambientais, regras e padrões verdes internacionais, construção de infraestrutura verde e promoção de produção e operações sustentáveis (ZHOU, 2022).

Por estes motivos, a ideia de *Green Silk Road*, pode ser entendida como uma estratégia de extensão da recente mudança de mentalidade chinesa em desenvolver-se com qualidade e sustentabilidade para o âmbito transnacional. Esta tendência pode ser vista em seus investimentos domésticos, com o conceito de promover o desenvolvimento a partir da transformação do consumo e produção de energia de baixo carbono, passando a atingir novos empreendimentos chineses no exterior, e até chegar ao planejamento da BRI como um todo. Alguns exemplos da implementação da premissa do desenvolvimento verde no âmbito da BRI são: a construção da usina fotovoltaica de 50 MW feita pela China em Garissa no Quênia, que auxiliou a inibir os apagões na região desértica, e aumentou o fluxo comercial regional à medida que o fornecimento de energia foi estabilizado. Na Tailândia, foi implementado um projeto fotovoltaico flutuante integrado com assistência chinesa no reservatório de Sirindhorn, melhorando a produção e lançando Bangkok em direção à produção de energia verde. Já no Brasil, o investimento chinês veio na co-construção de linhas de transmissão de energia elétrica com a tecnologia chinesa de Ultra-Alta Tensão (UHV na sigla em inglês), que possibilitou a melhora na distribuição de energia carregando o que é gerado de norte a sul do país com mais eficiência e menos perdas (XINHUA NET, 2021).

Em suma, observa-se uma tendência geral em tornar a BRI em uma iniciativa verde e sustentável, em concordância com as movimentações globais e chinesas, sobretudo, no consumo e produção energética de baixo carbono e de maior eficiência. Dentre as principais áreas de fomento do desenvolvimento sustentável da BRI estão: o incentivo à internacionalização das empresas chinesas no ramo de energia solar e eólica, a cooperação tecnológica nas áreas de energia renovável e nuclear, e na expansão da implementação de redes inteligentes e de UHV. Também há promoção do uso de veículos de nova energia, planos de transporte inteligentes a serem construídos ao longo de toda a

---

<sup>102</sup> Em tradução livre “Diretrizes de Desenvolvimento Verde para Investimento e Cooperação no Exterior”.

BRI e no desenvolvimento de modais logísticos verdes, como é o caso da construção das linhas de trens de carga entre China-Europa (XINHUA NET, 2022).

Neste sentido, novas tecnologias de energia verde têm figurado como um dos principais destaques desta revolução tecnológica em curso, assim como a China tem se apresentado como uma das nações pioneiras dessa transição política, econômica e energética. Segundo Ladislaw e Tsafos (2020), o sistema energético global está se transformando rapidamente, ao longo da última década avanços no uso de novas tecnologias para geração de energia como solar fotovoltaica e eólica, e no desenvolvimento de tecnologias como veículos de nova energia têm aumentado significativamente, majoritariamente graças a agenda de desenvolvimento sustentável. Isto é positivo para Pequim, porque ao longo da última década, políticas de incentivo e subsídios para a maioria dessas tecnologias e componentes responsáveis pela constituição dessas ferramentas - turbinas eólicas, painéis fotovoltaicos (PV) e lítio para baterias - foram implementadas na China. Logo, atualmente a maioria dessas tecnologias são fabricadas, desenvolvidas e vendidas por Pequim, sobretudo, as três maiores tecnologias verdes que tem fomentado o processo de transição energética e revolução tecnológica mundial, especialmente após a crise econômica decorrente da pandemia de covid-19.

Em consoante com esta tendência chinesa, a co-presidente da *Silk Road International Association* e ex-presidente das Filipinas Gloria Macapagal Arroyo afirma que

O Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA) reforça que investir em uma recuperação de pandemia verde faz sentido econômico. [Eles estimam que] Os gastos com energia renovável podem gerar 2,5 vezes mais empregos do que os combustíveis fósseis. O ar mais limpo pode reduzir a carga de doenças causadas pela poluição do ar, que custa a alguns países até 7% de seu PIB. [Ademais,] Investir US\$ 1 na restauração de ecossistemas pode gerar US\$ 9 ao devolver serviços ecossistêmicos e meios de subsistência (ARROYO, 2021, p. 1, *tradução nossa*).

Em vista disso, nota-se uma intensificação por parte da China em seus projetos e políticas em direção à sustentabilidade e à informatização. Um exemplo disso é o anúncio do plano *Made in China 2025* (MIC 2025 na sigla em inglês)<sup>103</sup> em 2015, que busca lançar Pequim na vanguarda do desenvolvimento tecnológico ao modernizar sua capacidade industrial como um todo. A estratégia consiste em um plano de dez anos para fomentar a

---

<sup>103</sup> Para mais informações sobre o plano MIC 2025, acessar o site do governo chinês sobre o assunto, disponível aqui: <https://english.www.gov.cn/2016special/madeinchina2025/>.

fabricação inteligente<sup>104</sup>, eficiente, verde e de qualidade em dez setores estratégicos. São estes: novas tecnologias de informação, ferramentas de controle numérico, equipamentos aeroespaciais, navios de alta tecnologia, equipamentos ferroviários, economia de energia, novos materiais, dispositivos médicos, máquinas agrícolas e equipamentos de energia. O intuito é colocar a China em uma posição de potência global em indústrias de alta tecnologia emergentes, como robótica, aviação e veículos de nova energia (elétricos, híbridos ou movidos à biogás), nos próximos anos (ISDP, 2018).

O plano também tem como objetivo mitigar a dependência chinesa de tecnologias estrangeiras essenciais, ao passo que proporciona ao país asiático quatro principais vantagens: ganho de mercado, novos empreendimentos, cumprimento da estratégia nacional e aumento no número de talentos. Deste modo, há ênfase no processo de manufatura doméstica em áreas que há o desejo governamental em aumentar a produção, não somente em componentes, mas principalmente no produto final, a fim de melhorar a capacidade industrial em bens de alto valor agregado. Portanto, o foco está voltado para a qualidade e o investimento para a inovação, inteligência e sustentabilidade (ISDP, 2018).

De acordo com Arbix, Miranda, Toledo e Zancul (2018, p. 145), o MIC 2025 tem sua inspiração no plano governamental alemão “Indústria 4.0”, lançado em 2013. O plano almeja a consolidação da liderança tecnológica alemã na indústria de engenharia mecânica, através de “um sistema educacional em constante sinergia com o mundo das empresas e um ambiente regulatório amigável à inovação”. Assim como, também se origina na iniciativa governamental chinesa *Strategic Emerging Industries (SEI)*<sup>105</sup> de 2006. A SEI é centrada em melhorar tecnologias avançadas para aumentar sua competitividade em indústrias emergentes estratégicas, como o setor de energia renovável e alternativa. Pois, já naquela época esses setores tinham a previsão de crescimento na participação na economia chinesa de 8% em 2015 e 15% em 2020.<sup>106</sup> Mesmo com a criação do *Made in China 2025*, a SEI continua sendo desenvolvida de forma paralela pelo governo chinês, entretanto, a iniciativa segue focada majoritariamente na regulamentação de investimentos estrangeiros em indústrias estratégicas, como fusões e

---

<sup>104</sup> Para fins desta dissertação, por inteligente (*smart*) entende-se o processo de informatização das tecnologias.

<sup>105</sup> Significa Indústrias Emergentes Estratégicas em tradução livre.

<sup>106</sup> Essas previsões se cumpriram, conforme pode ser apurado nos dados disponíveis no relatório *BP Energy Statistical Review 2021*.

aquisições, *joint ventures*, acesso à propriedade intelectual estrangeira e acordos entre entidades estrangeiras e estatais.

Neste sentido, o MIC 2025 possui duas principais diferenças das iniciativas que a inspiraram. A primeira é que, ao contrário da Alemanha, a China demonstrou grande preocupação em realizar um planejamento de longo prazo com metas específicas para cada nível de atuação, seja do governo central, provincial ou da iniciativa privada. Além de aliar P&D, CT&I<sup>107</sup> e financiamento estatal focado nas tendências econômicas internacionais. Já em relação à SEI, a principal diferença é o escopo, a MIC 2025 não apenas se limita às inovações tecnológicas, mas sim em modernizar, otimizar e avançar o processo de produção, fabricação e manufatura como um todo. Ainda que esteja centrado em indústrias emergentes com potencial de rápido crescimento nos próximos anos (ARBIX, MIRANDA, TOLEDO e ZANCUL, 2018).

Alguns resultados dessa política já podem ser vistos quando os setores de TI, comunicação, transporte, energia renovável verde e supercomputadores são analisados. As principais empresas chinesas nessas áreas como *Huawei, Xiaomi, ZTE, China South Locomotive, Rolling Stock, Trina Solar, Yingli Green Energy, Goldwind, United Power, Ming Yang e TaihuLight* destacam-se entre as maiores do mundo na contemporaneidade. Também surgiram grandes conglomerados em segmentos não tradicionais que dominaram o mercado, como o *Baidu* - um buscador *online* que investe em Inteligência Artificial e veículos autônomos - a *Tencent*, que criou o *WeChat* (maior aplicativo de trocas de mensagens *online* da China), o *Alibaba* gigante do *e-commerce* (grupo que inclui websites como *Taobao* e *Ali Express*) e o *Didi* que presta serviços de táxi por aplicativo (ARBIX, MIRANDA, TOLEDO e ZANCUL, 2018).

Desta maneira, pode-se entender que a principal chave para o sucesso da implementação do MIC 2025 é o impulsionamento governamental em direção ao aprofundamento da relação Estado e setor privado, criando uma espécie de simbiose. Em que o planejamento estatal cuida do financiamento oriundo de seus bancos públicos, a manufatura de insumos básicos com preços irrisórios e o estímulo da demanda inicia com a absorção governamental, a fim de facilitar a introdução de medidas de inovação, de qualidade, de inteligência e de sustentabilidade. Por este motivo, observa-se a criação de

---

<sup>107</sup> As siglas referem-se aos termos: Pesquisa e Desenvolvimento, e Ciência, Tecnologia e Inovação respectivamente.

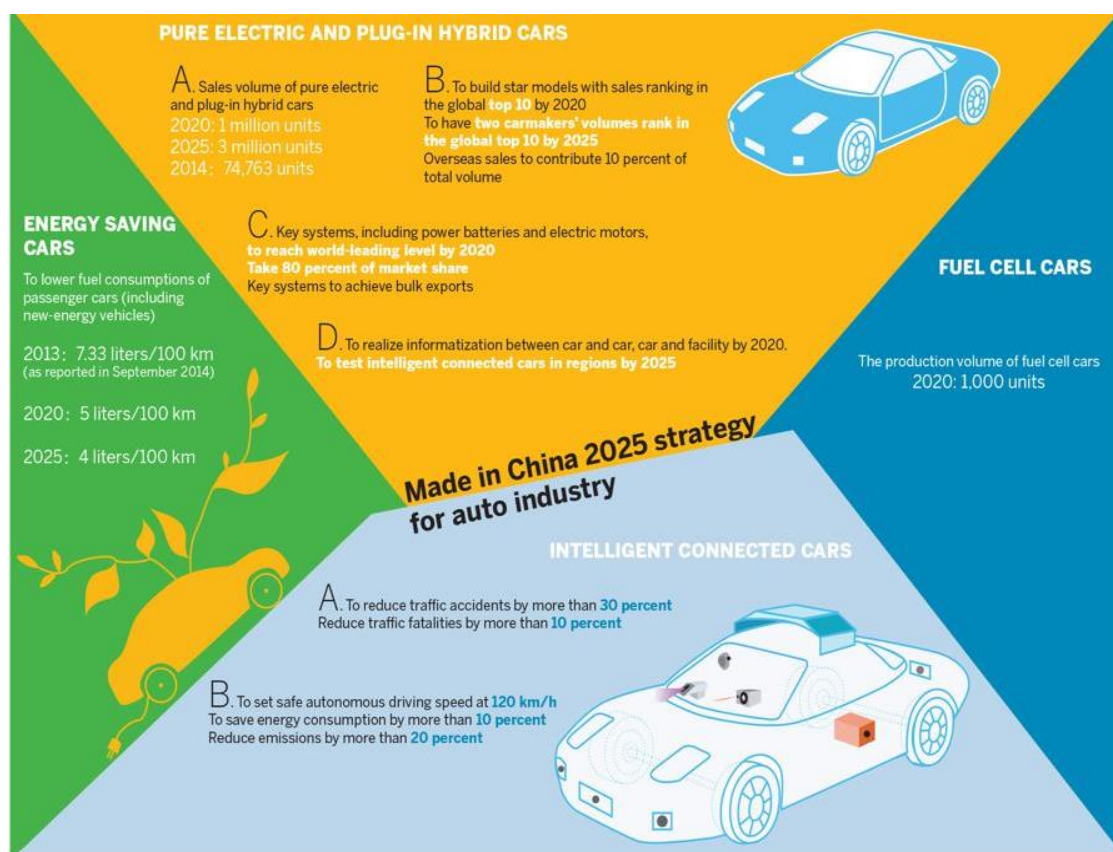
uma sinergia entre a política econômica e externa, ambas vêm trabalhando mais ativamente nos últimos anos, conjuntamente com empresas estatais chave, para atingir o interesse nacional chinês. Em especial em três setores de alta tecnologia: transporte de alta velocidade, equipamentos de energia e de telecomunicações (através da promoção de infraestrutura) (PAUTASSO, 2019).

Neste sentido, no âmbito da iniciativa *Made in China 2025*, o governo introduziu metas de eficiência e sustentabilidade para suas indústrias de manufaturas, como por exemplo a obrigatoriedade de:

um aumento de 0,95% para 1,68% [no investimento] em pesquisa e desenvolvimento como porcentagem das vendas, um aumento de 7,5% na produtividade do trabalho até 2020 e um declínio de 35% no consumo de energia e água por unidade de valor agregado até 2025 (ISDP, 2018, p. 5, *tradução nossa*).

No que tange especificamente a indústria verde, os indicadores chave elencados pelo MIC 2025 são: diminuição do consumo energético em 34%, das emissões de CO<sub>2</sub> em 40% e do uso de água em 41%, assim como no aumento do índice de aproveitamento de resíduos sólidos industriais em 79% até 2025. Também foi estipulado que é necessário dominar o mercado doméstico e produzir exportações competitivas em setores chave, como por exemplo, em veículos de nova energia e equipamentos de energia renovável, de modo que se tenha 70% dos principais componentes e materiais fabricados em solo chinês até 2025, a fim de atingir o desenvolvimento pleno (ISDP, 2018). Por fim, observa-se que a inovação, a inteligência e a sustentabilidade atuam de forma conjunta e interligada como parte das estratégias e políticas estatais. Assim se tornando peças fundamentais de um esforço geral do país asiático em cumprir com seus objetivos de desenvolvimento, conforme exemplo explicitado no infográfico que apresenta a estratégia do MIC 2025 para a indústria automotiva na figura a seguir.

**Figura 4** - Infográfico da Estratégia para a Indústria Automobilística no Âmbito do *Made in China 2025*



Fonte: Ministério da Indústria e Tecnologia da Informação da China (2015).

De acordo com o infográfico da figura 4, o governo chinês pretende fazer essa conexão entre inteligência, inovação e sustentabilidade no âmbito MIC 2025. Para isto, foram elencados dentro da indústria automotiva quatro focos de fomento: a fabricação e a venda de carros elétricos puros e híbridos *plug-in*, a produção em massa de veículos de célula de combustível, o desenvolvimento de automóveis inteligentes conectados, e, por fim, a criação de carros de baixo consumo energético. O objetivo é incentivar de forma conjunta o desenvolvimento da indústria em direção de uma economia mais ecologicamente sustentável, a partir do incentivo coordenado de P&D, CT&I, subsídios para empresas públicas e privadas, e a implementação de políticas públicas econômicas, industriais, energéticas, tecnológicas e externa (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CHINA, 2015).

Neste sentido, de acordo com Pautasso (2019, p. 191), “é possível compreender o *Made in China 2025* como sinalização do aprofundamento da sinergia entre desenvolvimento nacional e potencialização da inserção global da China.” Para tanto, mudanças regulatórias, políticas e econômicas foram estabelecidas em nível nacional e



provincial. Pois, ainda que não haja uma fórmula exata para o crescimento, historicamente existem parâmetros, fatores, circunstâncias, conjunturas e capacidades que são inalienáveis ao desenvolvimento pleno. Dentre estes, pode-se destacar amplamente a utilização de políticas industriais, comerciais e tecnológicas (inicialmente nacionais e posteriormente internacionais), que são essenciais à mobilização do aparelho estatal em direção ao crescimento. Ressalta-se que em todos os casos de países desenvolvidos, foram adotadas políticas e estratégias próprias voltadas para o seu tempo e contexto, ao invés da implementação da “fórmula” neoliberal vendida por poderes consolidados (PAUTASSO, 2019). Portanto, pode-se entender que a China tem oferecido a transição tecnológica, sobretudo, voltada para o setor energético, como alternativa para a nova configuração global, a partir da introdução de novas tecnologias de energia inteligentes e interconectadas.

Em consoante com esta tendência, o governo chinês também estabeleceu a organização *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* (GEIDCO na sigla em inglês)<sup>108</sup>, em março de 2016. O propósito da organização é fomentar o desenvolvimento energético sustentável, a partir do estabelecimento de um sistema global de conexão energética para atender a demanda de energia mundial com alternativas limpas e verdes. Assim como, implementar as iniciativas de “Energia Sustentável para Todos” da ONU<sup>109</sup>, reduzir a emissão de carbono e mitigar os efeitos da mudança climática. Para isto, o projeto de *Global Energy Interconnection* (GEI na sigla em inglês) foi criado e estabelecido como premissa a ser parte fundamental do plano de ação de todos os projetos e investimentos da China. De acordo com a GEIDCO (2022, p. 3, tradução nossa),

O GEI é um sistema de energia moderno, predominantemente de energia limpa e centrado na eletricidade, globalmente interconectado, construído em conjunto e mutuamente benéfico para todos. É uma importante plataforma para o desenvolvimento, transmissão e consumo em larga escala de recursos de energia limpa em todo o mundo. Em essência, GEI é [a união das novas tecnologias de energia] “Redes Inteligentes (*smart grid*) + Redes de Ultra-Alta Tensão (*UHV Grid*) + Energia Limpa”.

<sup>108</sup> Em tradução livre significa “Organização Para o Desenvolvimento e a Cooperação em Interconexão Global de Energia”. Para mais informações sobre a organização GEIDCO, acessar o site oficial disponível aqui: <https://en.geidco.org.cn/overview/brochure/>.

<sup>109</sup> Refere-se aos ODS sobre energia da Agenda de 2030 da ONU. Para mais informações, acessar o artigo “*Sustainable Energy For All: Energy powers opportunity. It transforms lives, economies, & our planet*” da ONU, disponível em: <https://www.un.org/millenniumgoals/pdf/SEFA.pdf>.

Deste modo, a premissa em questão faz parte do esforço chinês em iniciar um projeto transnacional diretamente voltado para a geração de infraestrutura energética mundial interconectada, inteligente e sustentável.

Atualmente, a GEIDCO conta com a sua sede em Pequim, e outros sete escritórios regionais, sendo estes no Chile (América do Sul), EUA (América do Norte), Bélgica (Europa), Rússia (Europa Oriental-Ásia Central), Egito (Ásia Ocidental-Norte da África), Etiópia (África) e Tailândia (Sudeste Asiático - Sul da Ásia). Seu Conselho Central possui 21 membros, sendo estes indivíduos, organizações, empresas e/ou universidades, dentre estas destacam-se como participantes: *Eletrobras*, *PJSC Rosseti*, *Siemens*, *KEPCO*, *Accenture*, *Morgan Stanley Asia Limited*, *University of Birmingham* e *Shandong University*. Também compõem a estrutura da organização uma Comissão Consultiva e um Comitê Técnico (acadêmico), que são compostos por departamentos governamentais, organizações internacionais, universidades, instituições de pesquisa e empresas públicas e privadas. Tendo a participação de especialistas em áreas como energia, meio ambiente, mudanças climáticas, finanças, tecnologia da informação, transporte e mídia, oriundos de mais de dez países, incluindo: China, EUA, Alemanha e Rússia (GEIDCO, 2022).

A Comissão e o Comitê possuem três funções: (1) liderar, criar e impulsionar o desenvolvimento do GEI ao promover seu conceito e suas realizações; (2) construir uma plataforma internacional para consulta conjunta, co-desenvolvimento, compartilhamento, cooperação e intercâmbios de modo facilitado e centralizado; e (3) fornecer consultoria e suporte em questões relevantes para o crescimento do projeto, assim como participar de pesquisas interdisciplinares sobre o progresso das principais tecnologias, equipamentos e padrões no âmbito do GEI (GEIDCO, 2022). Essas funções são desempenhadas a partir de quatro aspectos centrais do projeto: domínio de energia limpa, eletricidade como centro, interconexão, e co-construção e compartilhamento.

Neste sentido, a iniciativa busca promover o desenvolvimento e a utilização eficientes de vários recursos de energia limpa centralizados e distribuídos já existentes para alcançar e maximizar a transmissão de saída em larga escala. Isto é, fazer uso da estrutura tecnológica para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica já existente, integrá-la através de novas tecnologias de energia como as *smart grids* e as *UHV grids* (que serão apresentadas em maior detalhe em seguida), para alcançar o

desenvolvimento em larga escala, transmissão de longa distância e implantação de ampla área de energia limpa mundialmente (HUANG e WANG, 2020).

Para isto, a GEIDCO criou um “roteiro” do plano de ação para a construção da infraestrutura de interconexão baseado no lema “duas substituições, um aumento e uma restauração”<sup>110</sup>. Significam respectivamente: (1) substituir energia fóssil por alternativas limpas e mudar para o consumo de energia elétrica limpa vinda de lugares distantes; (2) aumentar o nível de eletrificação e conseqüentemente melhorar a eficiência energética e a sua proporção na matriz de energia global; (3) restaurar o combustível fóssil ao seu atributo básico apenas como matéria-prima industrial, não mais como base de consumo energético, para criar valor ainda maior no desenvolvimento socioeconômico (LI e JIANG, 2018).

Neste sentido, para efetivar a construção do GEI, o plano geral é aderir a um caminho de desenvolvimento verde, de baixo carbono e sustentável com as “duas substituições” como orientação. Em relação à construção da infraestrutura, adota-se a estratégia de acelerar a construção de redes transnacionais e intercontinentais baseadas em tecnologias de ponta como UHV e rede inteligente, para assim formar canais de energia globais. Estes canais devem ser construídos a partir de uma vasta rede de energia criando uma espécie de rede no formato “9 horizontais e 9 verticais”<sup>111</sup>. Formando uma espinha dorsal de transmissão de energia elétrica, que juntos devem atingir um total de mais de 18.000 km, cobrindo 80% da população e 90% do volume econômico total em mais de 100 países. Resultando em uma rede de interconexão ampla e abrangente, que deve atingir todos os pontos do globo, desde os mais remotos aos mais urbanos (GEIDCO, 2022).

Conforme pode ser visto na figura 5 na página a seguir, as linhas verdes representam os canais horizontais e verticais que se conectam. Já os símbolos verdes representam as hidrelétricas, os azuis os parques eólicos e os laranjas as fazendas de

---

<sup>110</sup> Tradução livre do original “*Two replacements, one increase and one restore*”, conforme nos arquivos oficiais da GEIDCO, disponíveis aqui: <https://en.geidco.org.cn/overview/brochure/>.

<sup>111</sup> Sendo as linhas horizontais: Intercontinental de Energia do Ártico, Horizontal Norte Ásia-Europa, Horizontal Sul Ásia-Europa, Horizontal Norte Ásia-África, Horizontal Sul Ásia-África, Horizontal Norte América do Norte, Horizontal Sul América do Norte, Horizontal Norte América do Sul, Horizontal Sul América do Sul. Já as linhas verticais, por sua vez, são: Vertical Europa-África Oeste, Vertical Europa-África Central, Vertical Europa-África Leste, Vertical Ásia Oeste, Vertical Ásia Central, Vertical da Ásia Leste (Canal da Ásia-Pacífico), Vertical América Oeste, Vertical América Central, Vertical América Leste.

captação solar fotovoltaica, enquanto os pontos vermelhos referem-se aos centros de carga que servirão de reservatórios centrais da energia gerada.

**Figura 5** - Mapa do Plano Estratégico de Implementação e Construção da *Global Energy Interconnection (GEI)*



Fonte: GEIDCO, 2022, disponível em: <https://en.geidco.org.cn/overview/brochure/>.

A figura 5 também ilustra o plano de ação para a implementação do GEI, a qual será realizada em três fases de interconexão: doméstica até 2035, intracontinental até 2050 e intercontinental até 2070. Na primeira etapa (2035), deve ser realizada a base da interconexão da rede doméstica no desenvolvimento de energia limpa em cada país, iniciando a construção da infraestrutura para internacionalizar as redes de transmissão por Ásia, Europa e África, formando cinco canais horizontais e outros cinco verticais com fluxo de energia de até 280 milhões de KW no total. A segunda fase (2050), por sua vez, iniciará a abrangência e interconexão intracontinental, sendo construídos os canais África-Eurásia e América para atingir sete linhas horizontais e sete verticais, totalizando a produção de 720 KW totais de energia elétrica intercontinental e transregional. Por fim, na terceira e última parte (2070), será construído o canal de transmissão de energia do Ártico, o que finaliza a interconexão global energética, totalizando nove linhas horizontais e nove verticais, que juntas se tornam como “artérias de energia” que conectam energeticamente cinco continentes, atingindo um fluxo de energia elétrica intercontinental e inter-regional de 1,25 TW no total (GEIDCO, 2022).

Em vista disso, espera-se como resultado preliminar no projeto, que já em 2050 o consumo de energia limpa tenha atingido 50% do total mundial, sendo a maior parte da geração de eletricidade oriunda de energia solar fotovoltaica, eólica e hidro conforme evidenciado na figura 5. Isto acontece porque, o GEI busca maximizar a geração energética através das dotações naturais de cada região do globo. Ou seja, instalando fazendas solares na linha acima do Equador e outras regiões “ensolaradas”, parques eólicos no Norte e regiões “frias” com bastante vento e hidroelétricas em locais com bacias hidrográficas abundantes para evitar os desafios e maximizar as condições favoráveis da captação de energia renovável (KOTZ, 2018). Além disso, Huang e Wang (2020) adicionam que a interconexão e a integração energética são partes vitais do processo de transição energética, para “driblar” os desafios naturais do caminho da descarbonização, pois uma das características dos recursos energéticos renováveis são a intermitência e a distribuição desigual. Portanto, grandes centros de sistemas de energia possibilitam a integração, a transmissão e redistribuição de maiores quantidades de energia renovável.

Em concordância, Breyer, Bogdanov, Aghahosseini, Gulagi e Fasihi (2020), também argumentam que as principais vantagens da utilização de energia renovável para geração de eletricidade, que eles chamam de “eletricidade renovável variável” (VRE na sigla em inglês), são a alta capacidade de escalabilidade e o enorme potencial em termos de recursos. Em outras palavras, investir na transição para a geração de eletricidade à base de energia solar e eólica tem

sentido, pois o aumento na escala depende apenas da construção e da implementação de tecnologia e infraestrutura adequadas. Uma vez que suas fontes são renováveis e abundantes, podendo ser escalonadas para cumprir com a exponencial demanda mundial por energia. Além disso, os autores ainda destacam que tanto a energia solar quanto a eólica possuem um custo relativamente baixo, principalmente em relação à exploração das fontes fósseis.

Deste modo, para realizar a implementação da interconexão energética global de forma ampla, observa-se que boa parte dos projetos do GEI serão viabilizados através da BRI<sup>112</sup>. Assim como um número significativo de tecnologias verdes, inteligentes e energéticas desenvolvidas no âmbito do MIC 2025, serão utilizadas na realização da BRI e do GEI. Segundo Pautasso (2019, p. 185), isto acontece porque “[...] o desenvolvimento resulta da combinação de processos globais com políticas nacionais, adequadas às oportunidades conjunturais”. Portanto, entende-se que existe uma interconexão entre os principais projetos governamentais da China contemporânea e a estratégia política, evidenciando um alinhamento das políticas nacionais para o desenvolvimento do país, com os investimentos de projeção externa, naturalmente impactando o posicionamento político-econômico chinês internacional.

Em suma, observa-se que todos os projetos mencionados se interseccionam no que tange às novas tecnologias de energia fomentadas por estes ou ainda utilizadas para viabilizá-los, são estas: *smart grid*, *UHV grid*, painéis fotovoltaicos (*PV panels*), turbinas eólicas e veículos de nova energia (NEVs). Neste sentido, acredita-se que é importante revisitar o livro branco Energia na Nova Era da China (2020) e o Plano de Ação para Pico de Emissões de Dióxido de Carbono Antes de 2030 (2021), para entender um pouco mais sobre a relação entre as políticas energéticas governamentais, as novas tecnologias verdes e o interesse governamental nesse setor, além de compreender como o governo chinês tem utilizando-as para fortalecer a sua projeção global.

No livro branco Energia na Nova Era da China (2020), capítulo 4 “Processo de Construção de um Sistema de Fornecimento de Energia Limpo e Diversificado”, são citadas quatro medidas para efetivação desse sistema. Sendo estas, (1) Priorização de Energia Não-Fóssil, (2) Promoção do Desenvolvimento e Utilização de Energia Fóssil de Forma Limpa e Eficiente, (3) Melhoria do Sistema de Armazenamento, Transporte e de Pico de Energia e (4)

---

<sup>112</sup> Durante a Conferência dos Ministérios de Energia da BRI, em outubro de 2018, o governo chinês pediu por um estreitamento especial na cooperação em energia no âmbito da BRI. Como resultado, em abril de 2019 foi estabelecida a *Belt and Road Energy Partnership* (BREP), com o intuito de promover intercâmbios de políticas, comunicação e cooperação entre membros, sobretudo, em projetos bilaterais e multilaterais em tecnologia energética (LIU, 2019). Já em 2022, a BREP estabeleceu um grupo de trabalho de conectividade (energia) em que a GEIDCO foi eleita presidente, para promover o GEI no âmbito da BRI ativamente (NEWS GEIDCO, 2022).

Apoio ao Desenvolvimento Energético em Áreas Rurais e Pobres. Dentre estas medidas, destaca-se o objetivo de (1) Priorização de Energia Não-fóssil. Nesta seção do capítulo, são salientados os incentivos e investimentos para o desenvolvimento de energia solar fotovoltaica e eólica como principais setores catalisadores do processo de descarbonização da economia chinesa<sup>113</sup> rumo às metas de 2030 e 2060. É mencionado o uso de novas tecnologias de energia neste âmbito para ganhar eficiência e minimizar os efeitos socioambientais negativos causados pela utilização de fontes energéticas fósseis. Sendo este processo promovido a partir de subsídios, investimentos, fomento em P&D, implementação de políticas energéticas e projetos de infraestrutura energética transnacionais e inter regionais, conforme vem sendo evidenciado ao longo deste subcapítulo.

No que tange especificamente à energia solar fotovoltaica, no capítulo 4 item (1) Priorização de Energia Não-Fóssil do livro branco, discorre-se sobre como o governo chinês buscou nos últimos anos impulsionar o progresso tecnológico no setor. Neste sentido, destacam-se as medidas para reduzir custos, expandir o mercado e melhorar o sistema de energia solar como um todo, tanto de forma centralizada quanto descentralizada, bem como o encorajamento da competição no mercado. Como resultado desses incentivos, a indústria de energia solar fotovoltaica chinesa se tornou internacionalmente competitiva e líder de mercado em aproximadamente uma década (2011-2020). Sobretudo, em tecnologias como *PV panels* (painéis/módulos fotovoltaicos), baterias de lítio, semicondutores, *UHV grids* (redes de ultra-alta tensão) e *smart grids* (redes inteligentes) (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a).

Em vista do potencial da geração de energia via PV, em 2011 o país asiático iniciou uma política de incentivo *feed-in*<sup>114</sup> para fomentar o desenvolvimento da indústria nacionalmente. Como resultado, a China ultrapassou as capacidades instaladas dos EUA em 2013 e da Alemanha em 2015, atingindo a posição de liderança não apenas em capacidade instalada, mas também na fabricação de módulos fotovoltaicos e outras importantes tecnologias para o desenvolvimento deste setor (LU, CHEN, NIELSEN *et al*, 2021). A política de incentivo também proporcionou ao setor de energia solar fotovoltaica a queda nos preços de sua

---

<sup>113</sup>Algumas outras fontes de energia também são mencionadas, como é o caso da energia hidrelétrica, todavia, como esse é um tipo de geração de energia elétrica mais amplamente explorado mundialmente, assim como possui suas próprias contradições em relação aos efeitos socioambientais negativos, esta tem se mostrado presente nos projetos do governo chinês, mas com um menor grau de impacto e incentivo. Em suma, nota-se que há uma maior tendência governamental em incentivar a migração para a geração de eletricidade via energia solar fotovoltaica e eólica, portanto, esta pesquisa está mais focada nessas duas fontes.

<sup>114</sup> De acordo com Kenton (2021, p1, *tradução nossa*), “uma tarifa *feed-in* é uma ferramenta política destinada a promover o investimento em fontes de energia renováveis. Isso geralmente significa prometer aos produtores de energia em pequena escala – como energia solar ou eólica – um preço acima do mercado pelo que entregam à rede.”



produção, significativo aumento da eficiência nessa tecnologia e o florescimento de inovação no processo. Para isto, linhas de créditos foram criadas para permitir que as empresas chinesas pudessem continuar e aumentar seus investimentos agressivos no setor de forma estratégica (HART, 2020).

Componentes essenciais para a fabricação dos módulos de PV como silício, íons para baterias de lítio e semicondutores passaram a ser produzidos domesticamente, a fim de solidificar a indústria de energia fotovoltaica no país. Consequentemente, na atualidade, as empresas chinesas dominam todas as etapas da cadeia de suprimentos da geração de energia fotovoltaica, desde a produção de polisilício até os módulos dos painéis. Sendo o país asiático responsável pela origem de metade da oferta global de polisilício, e de aproximadamente 70% dos módulos fotovoltaicos instalados no mundo (LAM, BRANSTETTER e AZEVEDO, 2018).

Neste contexto, Lu, Chen, Nielsen *et al* (2021, p. 1, *tradução nossa*) afirmam que a geração de eletricidade via energia solar fotovoltaica (PV) é parte crucial da transição energética chinesa em seu esforço rumo à descarbonização. Por este ângulo, estimaram a viabilidade da liderança dessa fonte energética em termos de custos, técnica e compatibilidade entre rede-espaço-tempo, partindo do pressuposto da contínua queda nos custos como tem se mostrado a tendência na última década. Eles preveem que entre 2020 e 2060, haverá um crescimento no potencial técnico chinês na geração de energia fotovoltaica de 99,2 PWh<sup>115</sup> em 2020 para 146,1 PWh em 2060, assim como a energia poderá diminuir de 4,9 para 0,4 centavos/kWh durante este mesmo período. Os autores ainda estimam que “78,6% (79,7 PWh) do potencial técnico da China alcançará a paridade de preço da energia a carvão em 2021, com a paridade de preço alcançada em todo o país até 2023.” Tornando a energia solar fotovoltaica crucialmente competitiva e vital para o processo de transição verde, tanto em termos de capacidade de produção e técnica quanto em abundância de recursos.

De modo similar aos incentivos no âmbito da geração de energia solar, ainda no item (1) “Priorizar Energia Não-Fóssil do documento Energia na Nova Era da China” (2020), é discorrido sobre o desenvolvimento de energia eólica. Como principais medidas para a promoção do crescimento do setor de energia eólica, são mencionadas a construção de bases em grande escala, planejamento e coordenação geral de estratégia, e a utilização eficiente de forma centralizada e descentralizada do setor, tanto *onshore* (terrestre) quanto *offshore* (em alto mar) em prol das políticas de desenvolvimento do país. Também é dissertado sobre o incentivo governamental para o crescimento da indústria, ao fomentar a concorrência e o escalonamento.

---

<sup>115</sup> Refere-se à *photovoltaic watt per hour*, ou em tradução livre, fotovoltaico watt por hora.

O objetivo é promover o aumento da porcentagem da energia eólica na matriz energética do país, atingir preços competitivos, impulsionar a inovação industrial e melhorar a competitividade internacional e os serviços industriais (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a).

Em vista disso, a indústria de energia eólica chinesa consolidou-se no mercado interno, se tornando o país com maior capacidade instalada de captação eólica do mundo (DAVIDSON, KAHRL e KARPLUS, 2017). Para fins de referência, de acordo com a Xinhua News Português (2022), em março de 2022 a China atingiu a marca de 2,39 bilhões de kWh em capacidade eólica instalada em solo chinês. No entanto, é importante ressaltar que existem impasses no processo de integração eólica do país, grandes quantidades dessa geração energética se perdem durante o processo de transmissão e distribuição. Segundo Davidson, Kahrl e Karplus (2017), as taxas de redução<sup>116</sup> chegaram a dois dígitos durante pelo menos cinco anos, tendo atingido 40% em algumas regiões no ano de 2015. Também existe um atraso na conexão da rede aos parques eólicos, o que reduz o alcance da energia gerada pelas instalações, assim como diminui a intensidade do que é transmitido devido à falta de conexão adequada. Neste sentido, o desenvolvimento e aprimoramento de novas tecnologias de energia em transmissão e distribuição, como as *UHV grids* e *smart grids*, auxiliam na minimização das perdas entre os processos de geração, transmissão, distribuição e despacho de energia elétrica através da captação eólica.

De acordo com a IEA (2011), para minimizar estes desafios apresentados até final da década de 2010, e otimizar e modernizar o setor de energia eólica chinês, um roteiro bem delineado seria necessário. Para isto, seriam imprescindíveis uma melhoria geral nas políticas governamentais para o setor, acelerar a expansão no uso de energia gerada pelo vento, aumentar a integração das redes de transmissão e distribuição, assim como ampliar o consumo de energia eólica no país em geral. A partir disto, o governo chinês passou a incentivar o desenvolvimento do setor em dois âmbitos: *onshore* - fazendo uso das bases terrestres em regiões frias e ventosas como a costa e o norte do país, que são naturalmente propícias para instalação de parques eólicos. E *offshore* - fazendo uso de plataformas de aerogeradores em alto mar, podendo as torres captadoras serem instaladas diretamente no leito marinho ou em cascos flutuantes, especialmente em regiões como o Estreito de Taiwan, o mar de *Fujian* ou ao sul das províncias

---

<sup>116</sup> Refere-se ao derramamento forçado de eletricidade eólica disponível pelo operador de rede, normalmente por motivos econômicos ou de instabilidade da rede. Em outras palavras, é uma forma de “descarregamento” forçado do excesso de eletricidade gerada pelos parques eólicos, devido a incapacidade de absorção da geração pelas redes de transmissão.

de *Zhejiang*, *Guangdong* e *Guangxi*. A segunda opção é particularmente relevante, pois aumenta significativamente a capacidade de captação de vento, pois não existem barreiras que limitem a absorção deste recurso.

Dentro desta lógica, em estudos de projeção a IEA (2011) concluiu que até 2020 a energia eólica *onshore* dominaria o mercado nacional, e a *offshore* entraria em fase de demonstração entre 2021 e 2030, com previsão de consolidar a instalação de parques e a geração de energia do vento no mar após 2030, para isto foi encorajado o investimento em P&D e inovação inteligente. Em consoante, ao final do ano de 2020 a capacidade instalada de energia eólica da China atingiu 300,15 milhões de kWh, sendo a maior do mundo por doze anos consecutivos, e a eletricidade gerada pelo vento representando 7,5% do consumo energético do país. A inovação chinesa na indústria eólica tem sido responsável por consolidar o setor na exportação de componentes, tendo a produção de turbinas eólicas chinesas ocupado mais de dois terços do mercado global, cimentando a China como maior fabricante de geradores de energia eólica do mundo (GLOBAL TIMES, 2021). Além disso, em 2021 a China conectou mais capacidades de geração eólica *offshore* do que todos os outros países do mundo conseguiram nos cinco anos antes, foram cerca de 17 gWh. Tal feito fez com que Pequim se tornasse o operador de quase metade do total da captação eólica *offshore* do mundo, tendo 26 gWh de um total de 54 gWh globais (VETTER, 2022).

Nesta perspectiva de incentivo e fomento à indústria de energia renovável, principalmente no âmbito da geração, transmissão e distribuição de eletricidade, outras novas tecnologias verdes e inteligentes passaram a ser desenvolvidas com apoio de subsídios do governo. Essas políticas de incentivos têm sido promovidas como parte de dessa grande estratégia nacional para migrar a geração de energia nacional para fontes limpas. Entre essas tecnologias destacam-se as *UHV grids* e as *smart grids*, que são responsáveis por otimizar os processos de interconexão energética, possibilitando a instalação de redes mais eficientes, mais longas e conseqüentemente acarretando em menos perdas ao longo deste processo.

Portanto, a inovação em redes de transmissão e distribuição de energia é bastante relevante para a inclusão gradual da migração da base de geração de um sistema de eletricidade à carvão para um limpo de forma efetiva. Pois, tanto a energia fotovoltaica quanto a eólica são consideradas energias de fluxo, ou seja, são afetadas por fatores ambientais aos quais não se tem controle sobre, como por exemplo a incidência de luz solar ou de vento. Além disso, em geral, a melhor captação de energia solar e eólica acontece em locais distantes ao centro urbanos que possuem a maior demanda (FUSER, 2013). Em outras palavras, a geração de energia solar

fotovoltaica necessita de locais com forte incidência de luz solar e espaço para a instalação das fazendas de PV, o que usualmente acontece nas regiões desérticas, como é o caso do oeste da China. O mesmo ocorre no caso dos parques eólicos, que ficam em regiões ventosas, ao longo da costa marítima, em locais frios ao norte do país ou no alto mar, onde há maior fluxo de vento, o que aumenta a absorção. Todavia, estes locais adequados para a captação de energia solar e eólica tendem a estar localizados longe dos locais mais populosos. No caso da China, a maior demanda energética acontece no leste do país, logo, as linhas de transmissão eficientes fizeram-se necessárias para que se tornasse viável a utilização dessas fontes energéticas de forma ampla no país (HUANG e WANG, 2020).

Por estes motivos, desde de 2004 a China vem desenvolvendo a tecnologia de *UHV grids* (redes de ultra-alta tensão) para vencer esses desafios (HUANG e WANG, 2020). A tecnologia em questão possibilita transmissões de eletricidade de longa distância com baixas perdas de calor, tornando o processo de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica mais eficiente, econômico e rápido. A superioridade tecnológica é ratificada por Shang (2021, p. 1, *tradução nossa*), que afirma que

subir na cadeia de tensão na transmissão de energia é um desafio tecnológico. Em comparação com a [rede] de baixa tensão, a transmissão UHV (1.000 kV para corrente alternada [AC] e  $\pm 800$  kV para corrente contínua [DC] ou superior) pode percorrer uma distância maior, tem maior capacidade e menores perdas e economiza recursos terrestres.

Em janeiro de 2009, a primeira linha de ultra-alta tensão de corrente alternada (UHV-AC na sigla em inglês) iniciou suas operações, cobrindo o percurso desde o sudeste da província de *Shanxi* até *Jingmen* na província de *Hubei*. Entretanto, algumas questões técnicas ainda precisavam ser ajustadas para que a construção de linhas de transmissão de 1000 kV<sup>117</sup> UHV-AC funcionassem plenamente, como por exemplo: o controle de tensão, o isolamento externo, o controle de ambiente eletromagnético, o desenvolvimento e a fabricação de conjuntos completos de equipamentos, a integração de sistemas e a capacidade de experimentos. A partir disso, a China trabalhou para melhorar essas tecnologias, e conseguiu desenvolver conjuntos completos de equipamentos chave para efetivar a transmissão e distribuição via UHV-AC em 2013. Já em 2018, consolidou o projeto de transmissão  $\pm 800$  kV UHV-DC (ultra-alta voltagem de corrente direta/contínua) entre *Xiangjiaba* e *Xangai* (SHANG, 2021).

Deste modo, ao longo deste período o setor conseguiu atingir avanços gerais em tecnologia, equipamentos, padrões e engenharia, culminando na construção da maior rede

---

<sup>117</sup> Refere-se à Kilovolt ou Quilovolt (mil volts) em tradução livre.

elétrica híbrida UHV-AC/DC em 2019. Atualmente existem 11 projetos UHV-AC e 14 UHV-DC em operação, e mais 7 em construção, totalizando cerca de 45.000 km e uma capacidade de 150 GW (HUANG e WANG, 2020). À medida que mais projetos são finalizados, outros surgem com a intenção de construir uma grande rede integrada, ao final de 2019 a China já havia completado 26 linhas de UHV em todas as suas sete redes de eletricidade regionais. Segundo Shang (2021), recentemente o governo chinês anunciou que prevê um investimento de aproximadamente RMB 414 bilhões em 2022 e RMB 587 bilhões em 2025 no setor de UHV e suas indústrias de apoio na China. Além disso, Pequim tem trabalhado conjuntamente com países como Rússia, Índia e Brasil para desenvolver *UHV grids* internacionalmente. Como resultado dessa cooperação, em 2014 a tecnologia de transmissão UHV-DC da China foi empregada pela primeira vez em um projeto estrangeiro, o Projeto de Transmissão UHV-DC de Belo Monte ( $\pm 800\text{kV}$  UHV) no Brasil<sup>118</sup> (BARBOSA, 2020).

Entretanto, a ampliação do uso das redes de ultra-alta tensão somente foi possível com a combinação das *smart grids*, que foram desenvolvidas para realizar a conexão de redes fortes e interconectadas de forma inteligente. O conceito de *smart grid* não é um consenso definido entre especialistas, no entanto, essa tecnologia pode ser entendida como um tipo de nova rede elétrica que combina múltiplas tecnologias como TI, comunicação, computadores, eletrônica de potência avançada, geração de energia renovável e infraestrutura de transmissão e distribuição elétrica (HAN, CHEN, ZHUANG e SHEN, 2017). Baležentis e Štreimikienė (2019) corroboram essas informações baseando-se em algumas propriedades básicas que delineiam as redes inteligentes, a partir do conceito de rede elétrica tradicional. Desta maneira, além do consumo convencional de eletricidade, a *smart grid* proporciona a comunicação bidirecional na rede, ou seja, os consumidores podem devolver informações e eletricidade à rede. O que proporciona a facilitação da aplicação de um sistema de preços mais flexíveis para gerenciar a demanda por eletricidade, possibilitando uma maior independência por parte do consumidor.

Neste sentido, as redes inteligentes destacam-se por aprimorar os aspectos de:

compatibilidade (suportando todos os meios de geração); flexibilidade (recursos energéticos dinâmicos alinhados com infraestruturas otimizadas); eficiência (tecnologias aprimoradas permitem melhor gerenciamento de recursos e eficiência operacional); facilidade de manutenção (novos serviços e produtos); segurança

---

<sup>118</sup> Para maiores informações sobre a implementação de projetos de UHV no Brasil, ler artigo “O IED Chinês em energia elétrica no Brasil: Uma análise da oportunidade de complementaridade entre objetivos de desenvolvimento e investimentos em energia renovável” (CHAGAS, 2022), disponível aqui: <https://my.nea-edicoes.com/catalog/details/store/br/book/978-3-639-61504-3/a-china-como-investidora-na-am%C3%A9rica-do-sul>.

(resiliência e confiabilidade aprimorada; autorreparo); e interoperabilidade (medição inteligente, tecnologias da informação) (BALEŽENTIS; ŠTREIMIKIENĖ, 2019, p. 11, *tradução nossa*).

Não obstante, para atingir tamanho avanço tecnológico foram necessários investimentos, pesquisas e subsídios governamentais. O processo de desenvolvimento de redes energéticas inteligentes iniciou em 2009, totalizando três fases: inicial (2009-2010), construção abrangente (2011-2020) e estágio de otimização (2021-2025). Sendo o projeto desenvolvido através das empresas estatais chinesas *State Grid Corporation of China* (SGCC)<sup>119</sup> e a *China Southern Power Grid Co. Ltd.* (CSG), e abrangendo os campos de geração, transmissão, distribuição, consumo e despacho de energia. Para dimensionar a expansão acelerada dessa tecnologia, ao final de 2014 a SGCC concluiu 305 projetos de redes inteligentes, sendo esta empresa responsável por 80% dos projetos de implementação de *smart grid* no país, os outros e 20% da CSG (HAN, CHEN, ZHUANG e SHEN, 2017).

Em 2019, a *State Grid* anunciou mais um passo na modernização da rede elétrica do país asiático, incorporando a 5G, Inteligência Artificial (IA) e a Internet das Coisas (*Internet of Things*, IoT na sigla em inglês), através do projeto que ficou conhecido como *Ubiquitous Power Internet of Things* (UPIoT na sigla em inglês)<sup>120</sup>. Segundo Jiang, Yuan, Li e Tian (2019, p. 2, *tradução nossa*), a SGCC definiu o conceito de UPIoT como:

a aplicação completa de tecnologias de informação modernas, como internet móvel e inteligência artificial (IA), e tecnologias avançadas de comunicação para alcançar a interconexão e a interação humano-computador em torno de todos os aspectos do sistema de energia e, finalmente, formar um sistema de serviço inteligente com percepção de estado abrangente, processamento eficiente de informações e aplicação conveniente e flexível.

Desde o anúncio do UPIoT, mais de 50 projetos de construção e outros 25 pilotos foram delineados como parte do plano de ação dessa integração da Internet das Coisas ao desenvolvimento de energia renovável. Acredita-se que o uso da 5G, IA e IoT nesse processo proporcionará as seguintes vantagens: sistemas de gerenciamento de energia mais confiáveis e eficientes, incluindo a automação da distribuição de energia, controle preciso de carga, latência ultrabaixa, isolamento de alta segurança e comunicações bidirecionais aprimoradas. Os projetos vêm sendo implementados em duas fases, sendo a primeira finalizada em 2021 e a segunda com previsão de entrega para 2025, todavia, é possível um atraso em sua conclusão devido à pandemia (ASIAN POWER, 2021; IRENA, 2022). Em suma, Jiang, Yuan, Li e Tian (2019) afirmam que o processo de integração energética com a internet é um passo importante para a

<sup>119</sup> Também conhecida como *State Grid* (SG) ou *State Grid Brazil Holding* em sua subsidiária brasileira.

<sup>120</sup> O termo significa “O poder onipresente da Internet das Coisas” em tradução livre para o português.

construção de uma base material energética competitiva mundialmente, assim como para a consolidação de uma nova estratégia para o desenvolvimento da informatização da energia que tem se tornado essencial nesta “nova era” de desenvolvimento econômico e social do país.

Outrossim, no capítulo 5 “Aproveitando o Papel da Inovação como o Principal Impulsionador do Desenvolvimento”, do livro branco Energia na Nova Era da China (2020), esclarece a ideia que esses processos para realizar a informatização do setor energético chinês podem ser ratificados, quando as estratégias para o uso da inovação no desenvolvimento energético verde são analisadas. As estratégias mencionadas incluem: (1) melhorar o design de alto nível para políticas energéticas relacionadas à inovação científica e tecnológica; (2) criar plataformas diversificadas para inovação tecnológica em energia em vários níveis; (3) promover a inovação científica e tecnológica coordenada em domínios chave do setor energético; (4) lançar grandes projetos de energia para atualizar tecnologias e equipamentos de energia; e por fim, (5) apoiar o desenvolvimento de novas tecnologias e novas formas e modelos de negócios (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a).

Dentro dessas estratégias de inovação, destacam-se as políticas de incentivo para inovação no setor de transporte (aqui englobam-se não apenas veículos de passeio particulares, mas também públicos e coletivos). Um dos grandes destaques dessa onda de novas tecnologias de energia chinesas em mobilidade, são os chamados veículos de nova energia (*New Energy Vehicles* - NEVs na sigla em inglês), que tem figurado como uma das principais apostas para a diminuição das emissões de dióxido de carbono. Segundo Kimble e Wang (2013, p. 1, *tradução nossa*), os NEVs tratam-se de “uma classificação que abrange veículos elétricos puros e híbridos” que são movidos a energia gerada de forma limpa. Para os autores, a sacada que os *policy makers* chineses e a indústria automotiva tiveram ao investir no desenvolvimento tecnológico e inovativo é particularmente interessante. Pois apresenta duas soluções diferentes de forma simultânea: permanecer um ator chave no setor automobilístico global, ao mesmo tempo que oferece um recurso para mitigar os efeitos negativos socioambientais causados pelos veículos de motor de combustão interna (*Internal Combustion Engine* - ICE na sigla em inglês).

Neste contexto, o desenvolvimento de NEVs faz parte da estratégia nacional do governo central chinês, tendo como objetivo de longo prazo a substituição completa de veículos movidos a ICE por alternativas elétricas que atendam aos mesmos critérios básicos em relação à velocidade e distância de percurso. Entretanto, para isto alguns desafios tecnológicos e estruturais precisam de atenção, entre eles: novas arquiteturas de produtos (para acomodar as diferentes demandas dos NEVs); novos sistemas de energia (para substituir o ICE por uma

bateria); novos trens de força (para substituir o trem de força tradicional por uma versão elétrica) e um novo sistema de carregamento de veículos (usando energia elétrica em vez de combustível de hidrocarboneto). Em outras palavras, a ambiciosa meta de substituição total implica em desafios para a cadeia de valor e de produção completa do setor automotivo (KIMBLE e WANG, 2013).

Todavia, ao longo da última década as pesquisas demonstraram que as vantagens comparativas proporcionadas pela busca da substituição, (como diminuição nas importações de petróleo, redução nas emissões de CO<sub>2</sub> e aumento na competitividade da indústria no mercado internacional devido ao pioneirismo), sobressaíram-se aos desafios. Cabe destacar que os principais desafios para a popularização do uso de NEVs residem na longevidade da vida das baterias elétricas, que duram aproximadamente 150.000 km ou cerca de 5 anos, e no alto custo da produção dessas baterias, que acarretam em aproximadamente 50% do valor total do custo de fabricação (MASIERO, OGASAVA, JUSSANI e RISSO, 2016). Deste modo, tais dados corroboram com a necessidade da implementação de políticas públicas com subsídios governamentais eficientes para a efetivação da transformação desta indústria crucial para a transição energética.

Em vista disso, a implementação da agenda de eletrificação do setor de transportes vem ocorrendo aos poucos, tendo seus primeiros passos desde os anos 1990, com as primeiras menções em políticas governamentais no 8º Plano Quinquenal (1991-1995). Ao longo das três décadas seguintes, avanços significativos na eletrificação do setor em outros modais de transportes foram feitos, como nos casos de bicicletas, de trens e de ônibus elétricos que passaram a dominar o mercado chinês. Porém, foi apenas nos anos de 2000, que o governo implementou o suporte à P&D para a fabricação de veículos elétricos, iniciando esse incentivo através do “Programa Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento de Alta Tecnologia” em 2001, seguido do “Programa Dez Cidades, Mil Veículos” em 2009 que foi expandido para 25 cidades ao final de 2010, e chegando até a declaração do Conselho de Estado da China listando a indústria de NEVs como um dos sete setores estratégicos para o ano de 2012 (TAO, 2013).

Neste contexto, mesmo com a existência de desafios para a consolidação do setor de NEVs, como resultado dos incentivos governamentais, em meados da década de 2010 a indústria contou com um crescimento bastante significativo.

De acordo com dados da Associação Chinesa de Fabricantes de Automóveis, divulgados pela China Auto Web (2015), as vendas de veículos elétricos aumentaram 324% em 2014 em relação a 2013. A produção atingiu 78.499 unidades, 4,5 vezes superior ao valor daquele ano. Os fabricantes de automóveis no país produziram um total de 48.000 carros elétricos puros e 30.000 híbridos *plug-in*. [Além disso,] de todos



os veículos elétricos vendidos em 2013, 71% eram sedãs, 27% ônibus e 1% caminhões. Segundo a associação, o mercado deve dobrar de tamanho para aproximadamente 200 mil unidades em 2015 (MASIERO *et al*, 2016, p. 5, *tradução nossa*).

Dentro desta perspectiva, Kaja, Stein e Zhang (2021) adicionam que os cinco anos cobertos pelo planejamento central do 14º Plano Quinquenal (2021-2025) serão um período crítico para a formulação de políticas e a adoção de produtos, serviços e práticas que irão moldar a trajetória do mercado de veículos. Pois, o governo chinês elegeu a indústria de NEVs como estratégica emergente para o período supracitado, portanto, a China pretende aumentar o valor agregado coletivo dessas indústrias para mais de 17% do PIB até 2025, bem como atingir a marca de 40% dos veículos vendidos no país sendo elétricos até 2030. Tendo como metas: acelerar a inovação e a aplicação de tecnologias chave e centrais; aumentar a provisão governamental de fatores de produção; crescer o desenvolvimento de *clusters* estratégicos da indústria emergente; incentivar fusões e reorganizações societárias; e prestar apoio financeiro através de fundos de investimento industrial e garantias de financiamento (KAJA, STEIN e ZHANG, 2021; STAUFFER, 2021).

Outrossim, segundo a circular “Novo Plano de Desenvolvimento para NEVs Revelado (2020)” emitida pelo Conselho de Estado da China, projeta-se que a indústria de veículos de nova energia na China deve atingir conquistas inovadoras “em baterias, motores de acionamento, sistemas operacionais de veículos e similares até 2025”, bem como espera-se que as vendas de NEVs atinja 20% do total de carros vendidos até o mesmo prazo. Também se estima que a indústria em questão “deve saltar para o nível avançado internacional nos próximos 15 anos, com o consumo de energia por 100 km caindo para 12 Kwh” (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020b, p.1, *tradução nossa*).

Em suma, observa-se que os próximos anos na China - sobretudo os marcos de 2025, 2030 e 2060 - serão um período crítico na formulação, adoção e implementação de políticas e tecnologias que possuem caráter central para moldar a trajetória econômica, política, social e mercadológica nacional e internacional. Entende-se que o impacto que a indústria chinesa possui no mercado mundial é especialmente relevante nos casos de inovações energéticas inteligentes e verdes, devido ao tamanho de sua absorção de mercado e sua capacidade de exportação. É neste contexto, que surge a importância de analisar as tendências políticas chinesas em cooperação internacional no âmbito da energia, conforme o sétimo capítulo do documento Energia na Nova Era da China (2020).

Por fim, no 7º e último capítulo, “Fortalecendo a Cooperação Internacional em Energia em Todo o Conselho”, do livro branco são apresentados os objetivos e intenções chinesas para

a colaboração internacional em energia. A partir da adoção dos princípios de desenvolvimento verde, da premissa do benefício mútuo e resultados de “ganha-ganha”, o governo chinês apresenta como deseja seguir com seus projetos e investimentos em energia globalmente. Deste modo, os objetivos elencados nesta seção são: (1) abrir ainda mais o setor de energia para o mundo; (2) promover a cooperação energética no âmbito da BRI; (3) participar ativamente na governança energética global; (3) unir forças para enfrentar a mudança climática; e (4) apresentar propostas para gerar sinergia no desenvolvimento sustentável da energia mundial.

Dentro desta perspectiva, são apresentadas nesta seção do livro branco, algumas propostas e sugestões chinesas de medidas sustentáveis em energia que podem ser adotadas pela comunidade internacional. São estas: (1) adotar a transição energética com base no conceito de desenvolvimento verde, sustentável e descarbonizado como pilar de desenvolvimento, a fim de conjuntamente enfrentar a mudança climática e construir um “mundo mais limpo”. (2) Acelerar a recuperação e o crescimento econômico verde através da cooperação multilateral aberta, inclusiva, equilibrada, recíproca e pragmática, para facilitar a inovação transnacional e inter-regional em tecnologias de energia limpa e de baixo carbono. (3) Facilitar conjuntamente o investimento internacional no comércio de energia para proteger a estabilidade do mercado global, a fim de eliminar barreiras ao comércio e investimento no setor. E, por fim, (4) melhorar conjuntamente o acesso à energia em áreas subdesenvolvidas para enfrentar a pobreza energética, a partir da cooperação internacional, sugere-se que o objetivo sustentável seja coletivo, portanto, buscando facilitar e ampliar o acesso aos serviços básicos de energia (eletricidade) de forma verde para todas as nações e regiões (CONSELHO DE ESTADO DA CHINA, 2020a). O que corrobora as políticas, os projetos e os investimentos, que foram apresentados ao longo deste capítulo, na busca ativa em tornar o setor energético sustentável, inteligente e interconectado nacional e internacionalmente.

Neste sentido, o documento Plano de Ação para Pico de Emissões de Dióxido de Carbono Antes de 2030 (2021), discorre sobre as diretrizes e o planejamento geral para atingir os objetivos nacionais e efetivar a transição energética, tecnológica e econômica. Segundo as orientações do documento, “os esforços para atingir o pico das emissões de CO<sub>2</sub> e alcançar a neutralidade de carbono devem ser incorporados à estrutura geral de desenvolvimento econômico e social.” Em outras palavras, a descarbonização, a sustentabilidade e a transição energética devem ser os princípios norteadores e a fundamentação da mentalidade de desenvolvimento em todas as áreas para o país. Isto é, passando a integrar todos os aspectos políticos, econômicos e sociais do padrão de operação e desenvolvimento da China e também

de suas iniciativas internacionais. Sempre prezando pelo equilíbrio entre “desenvolvimento e redução de emissões, entre imperativos gerais e locais, e entre considerações de curto e longo prazo, e esforços coordenados em termos de manutenção do crescimento e reestruturação estáveis” (COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E REFORMA DA CHINA, 2021, p. 1, *tradução nossa*).

Para isto, a seção 2 “Diretrizes de Trabalho” do livro branco, elenca um plano de ação para a efetivação dessa transição. O plano inclui implementar um planejamento abrangente geral para toda a nação e a implementação de políticas sob medida que atinjam todas regiões, campos e indústrias com metas e tarefas bem definidas. Utilizar uma abordagem sistemática, que busque avanços significativos ao entender os efeitos das emissões de CO<sub>2</sub> no desenvolvimento econômico e social, para formular políticas precisas, sistemáticas e coordenadas para atingir os principais problemas em campos e indústrias chave com medidas eficientes, e incentivar regiões com condições favoráveis para assumir a liderança do processo de pico de emissões. Explorar os pontos fortes e as vantagens do governo e do mercado para melhorar o desempenho de ambos em seus respectivos papéis na descarbonização, seja na construção de um sistema energético eficiente, inteligente e verde, seja na liberdade de desempenho do mercado em inovação. Assim como, trabalhar de forma regular e ordenada para reduzir as emissões com segurança tanto no âmbito energético quanto econômico e social, ao passo que se realiza a substituição gradual de fontes fósseis e a promoção da transição suavemente, a fim de evitar efeitos colaterais ou perigos potenciais desse processo, como a insegurança alimentar, apagões, rodízio de energia ou ainda o desemprego (COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E REFORMA DA CHINA, 2021).

Este processo deve ser realizado através de 10 tarefas chaves: (1) efetivar a transição energética verde e de baixo carbono, (2) poupar energia, melhorar a eficiência e a reduzir as emissões de carbono, (3) atingir o pico das emissões de dióxido de carbono na indústria, (4) e no desenvolvimento urbano-rural, (5) promover o transporte verde e de baixo carbono, (6) promover a economia circular para fins de mitigação de carbono, (7) avançar da inovação tecnológica verde e de baixo carbono, (8) consolidar e potencializar o sumidouro de carbono, (9) transformar-se em uma sociedade verde e de baixo carbono, (10) promover o pico de emissões de dióxido de carbono de forma hierárquica e ordenada em todas as regiões do país (COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E REFORMA DA CHINA, 2021).

Observa-se que as tarefas supracitadas corroboram com os passos dados pelo governo chinês em termos de políticas, projetos e investimentos nos campos da energia, inovação e

economia. Em suma, pode-se entender uma tendência governamental em focar no desenvolvimento das indústrias de energia solar e eólica como líderes deste processo de transição energética, devido ao potencial de crescimento e consolidação exponenciais que os setores apresentam. As projeções realizadas indicam um desenvolvimento ainda maior ao passo que essas indústrias passaram a ser integradas ao desenvolvimento tecnológico inteligente, como vem sendo apontado ao longo deste capítulo.

Em consoante, também pode dizer que a modernização do setor de energia da China através de tecnologias inteligentes não somente tem trazido vantagens econômicas - diminuição nos custos de geração, transmissão e distribuição, ganho de mercados e consolidação de liderança global -, mas também políticas - líder da revolução tecnológica verde e da transição energética mundial aumentando a mobilidade política do país asiático - e sociais-ambientais - descarbonização, diminuição da poluição do ar e das águas e melhor qualidade de vida. Isso demonstra que o processo de transição energética da China tem potencial inovador, pois tem buscado medidas transversais, interligadas, interconectadas, padronizadas, eficientes e consistentes, pois não basta apenas criar projetos, realizar investimentos, idealizar pesquisas ou formular políticas ecológicas e verdes, é necessário um movimento geral e abrangente, que faça a conexão de diferentes questões políticas, econômicas, sociais e ambientais para que se consiga atingir um resultado efetivo.

Entende-se ainda que tais medidas integradas, fizeram com que o setor de energia da China ganhasse o espaço, a expertise e a confiança necessária para consolidar novas tecnologias, tanto no âmbito doméstico quanto internacional. O que pode ser corroborado pela rápida expansão e adoção dos projetos de infraestrutura e tecnologia chinesa da BRI e do GEI, que ambos são investimentos realizados em uma lógica de “dentro para fora”. Em conformidade com essas observações, a IEA (2021, p. 58, *tradução nossa*) afirma que nenhuma nova tecnologia energética ou fonte renovável e limpa de forma isolada pode fornecer os avanços necessários para neutralizar as emissões de carbono, seja na China ou em qualquer outro país. Porque

A descarbonização de todo o setor de energia requer a implantação de uma ampla gama de tecnologias, adaptadas às necessidades de partes individuais do setor de energia e às circunstâncias [locais e regionais]. [Logo,] A transição de energia limpa para 2030 pode se basear em uma série de tecnologias disponíveis, bem como em políticas comprovadas, com as maiores contribuições para a redução de emissões no ‘cenário de promessas anunciadas’ inicialmente provenientes de ganhos em eficiência energética, particularmente em processos industriais, aquecimento e resfriamento de ambientes e veículos de estrada.

Deste modo, com base nos argumentos apresentados ao longo desta dissertação, acredita-se no potencial de liderança chinesa no mercado de novas tecnologias de energia inteligentes, sobretudo, na introdução de uma mudança na lógica e mentalidade do mercado de energia em geral. O que impacta direta e indiretamente no posicionamento chinês internacional, agora como ator responsável e preponderante na governança econômica global. Portanto, entende-se que o país asiático tem se utilizado deste momento de transição, revolução e/ou renovação cíclica mundial para posicionar-se rumo ao centro político-econômico global. Especialmente, por estar como um dos principais atores na vanguarda da geração de soluções para o principal desafio enfrentado pela comunidade internacional contemporânea: a redução dos efeitos socioambientais negativos causados pelo desenvolvimento econômico predatório ao longo de todo o último ciclo sistêmico de acumulação.

Em conclusão, o objetivo deste capítulo era demonstrar como a questão energética da China tem se modificado ao longo dos anos, partindo das informações que foram apresentadas no capítulo 3, como quando este recurso de poder se tornou uma condicionante estratégica para o planejamento político-econômico do país, passando pelo período de consolidação e evolução da indústria tanto doméstica quanto internacionalmente, e até a chegada da fase atual em que a transição energética se tornou um imperativo. Para assim, demonstrar como a energia e a transição energética se tornaram questões relevantes e integrantes do pensamento e posicionamento chinês. Ao passo que a China tem tentado se tornar autossuficiente em energia verde, e também busca se alinhar com a nova tendência sustentável global.

Neste sentido, pode-se observar que a escassez e a insustentabilidade do petróleo, bem como do modelo de desenvolvimento ancorado nesta fonte de energia, caracterizam os principais gatilhos para o período de crise do ciclo sistêmico de acumulação anterior. Deste modo, a transição energética se tornou parte indissociável do processo de reestruturação do novo ciclo sistêmico de acumulação de capital. Tendo ambos os processos de crise e reestruturação entrado em curso com a emergência do século XXI, e operado em geral de modo simultâneo. Em outras palavras, à medida que o sistema energético e econômico baseado numa economia petrolífera entrou em declínio, as alternativas trazidas pela transição energética verde se fortaleceram. Sendo assim, a transição energética juntamente com a informatização, caracterizam as principais mudanças na base econômica e produtiva mundial contemporânea. Por fim, sendo a China um dos principais *players* globais do sistema internacional do século XXI, pode-se concluir que o processo de adotar a transição energética como parte do seu novo

padrão de desenvolvimento, é parte fundamental da estratégia do país para atingir o interesse nacional de consolidar sua posição central na governança econômica global.

## 5. CONCLUSÃO

Ao longo desta dissertação, foi apresentada a ideia de que existe um novo ciclo sistêmico de acumulação liderado pela China se desenhando. Sobretudo, após o exponencial crescimento econômico chinês que tornou Pequim na segunda maior economia do mundo, e das mudanças conjunturais da governança econômica global decorrentes da Crise de 2008. Estes dois fatores, aliados a uma significativa reforma político-econômica iniciada na China a partir de 2013, com o objetivo de criar uma nova era de desenvolvimento econômico e social, intensificaram a tese do ressurgimento econômico do país asiático rumo ao centro da governança econômica mundial (ARRIGHI, 1996; 2008).

Em consoante, a emergência da questão da transição energética, como parte dos novos temas e condicionantes das dinâmicas da ordem mundial contemporânea, fortalece a ideia de que estamos vivendo um período de alternância de poder. Neste sentido, entende-se que a transição energética e a informatização de tecnologias estratégicas, passaram a figurar como alternativas para a geração de um novo paradigma técnico-econômico, devido aos crescentes sinais da insustentabilidade do desenvolvimento ancorado no modelo energético fóssil e nos moldes do sistema-mundo capitalista. Principalmente, quando se considerado que a transição traz possíveis soluções para mitigar os efeitos socioambientais negativos do desenvolvimento predatório, ao mesmo tempo que abre novos horizontes para o mercado energético mundial. Desta maneira, esses acontecimentos passaram a fomentar questionamentos sobre qual o novo papel da China nas relações internacionais, e como o crescimento da demanda chinesa por energia pode afetar a segurança energética global.

Em vista disso, essa dissertação buscou entender como a transição energética impacta a posição da China dentro do modelo de ciclos sistêmicos de acumulação proposto por Arrighi (1996; 2008). Em outras palavras, procurou-se trazer luz a relação da transição energética, tecnológica e político-econômica global com o ressurgimento da China, assim como da influência dessa nova condicionante para a distribuição de poder no sistema internacional. Neste sentido, para responder essa inquietação, foram apresentados cinco questionamentos, que estruturaram essa pesquisa do geral ao específico. Iniciando com a questão central deste trabalho, “de que forma o caminho da China rumo ao centro político-econômico global tem sido impactado pela questão da transição energética no período de 2013-2020?” Diante do contexto apresentado, a hipótese inicial desta pesquisa era de que o sistema internacional possui natureza cíclica que se alterna em diferentes ciclos, devido às evoluções tecnológicas e

energéticas, sendo a liderança de cada período obtido por aqueles que detém o controle dessas duas condicionantes – energia e tecnologia.

Em relação aos demais questionamentos, dividiu-se em quatro objetivos específicos, sendo os resultados desses apresentados ao longo dos capítulos respectivamente. Deste modo, no capítulo 2, foram explorados os objetivos específicos um no subcapítulo 2.1 e dois no subcapítulo 2.2. Como resultado, conseguiu-se realizar uma análise da conjuntura sistêmica e estrutural do ordenamento internacional, através da revisão bibliográfica do trabalho de Arrighi (1996; 2008). Ao realizar essa breve recuperação histórica, foi possível entender que os ciclos sistêmicos de acumulação são caracterizados pela sua recorrência alternada em diferentes períodos, a partir de mudanças na base econômica e produtiva do sistema internacional. Neste sentido, pode-se perceber que a primazia mundial alterna entre os principais *players* e o estado de auge e decadência, devido a constante expansão econômica motivada pela acumulação de capital. Logo, ao realizar uma análise dos ciclos sistêmicos de acumulação anteriores, observa-se que o comportamento expansivo e acumulador estatal é um reflexo direto das estruturas e processos da formação e natureza do próprio sistema em que estão inseridos, não apenas determinadas por tendências e conjunturas de ordem econômica, política e/ou social, mas como pilares basilares que constituem o sistema-mundo capitalista.

Em consoante, pode-se entender a China como o poder emergente do ciclo em ascensão. Portanto, podendo-se afirmar que Pequim beneficiou-se da estrutura do sistema e da conjuntura apresentada, de modo mais tímido entre os anos 1970 e 1990, e mais assertiva com a emergência do século XXI. Já em relação às fases do CSA, destaca-se que o movimento do fluxo de capital entre o poder consolidado (EUA) e o emergente (China), comprovam a tese da expansão financeira. Isso fica evidente quando analisado o aumento no número de investimentos estadunidenses na China (entre 1970-2000), principalmente, nos setores manufatureiros, contribuindo para a industrialização e modernização econômica do país, que outrora era apenas uma economia agrícola. Conforme pode ser observado, a implementação dessas políticas de modernização, proporcionaram a Pequim a apropriação deste capital e tecnologia, tornando a China uma potência industrial alguns anos depois.

Ademais, entende-se que como resultado dessa dinâmica, a China conseguiu criar uma nova fonte de acumulação material na esfera produtiva, o que auxiliou a nação chinesa a consolidar sua posição na fase de reestruturação do novo ciclo sistêmico de acumulação. Deste modo, ao adentrar essa fase, o poder emergente passa a criar seu novo paradigma estrutural político e econômico, gestando bases e fundamentos técnico-econômicos que rompem com os



padrões e normas de seu antecessor. No caso chinês, esse novo paradigma pode ser entendido como a transição energética e tecnológica, uma vez que o país asiático tem se voltado às práticas produtivas sustentáveis e verdes. Neste contexto, pode-se entender que a natureza do CSA, a conjuntura, as demandas circunstanciais e principalmente as necessidades domésticas, transformaram a atenção da China para a sustentabilidade e a informatização. Resultando no investimento em um novo paradigma técnico-econômico ancorado no princípio da transição energética e na utilização de novas tecnologias de energia verdes.

No que diz respeito ao subcapítulo 2.2, analisou-se o segundo objetivo específico, através de uma revisão de literatura de autores que se dedicam ao estudo da energia nas relações internacionais. Os resultados encontrados confirmam a existência de uma relação entre a energia e as dinâmicas de poder dentro das relações internacionais e da EPI. Concluiu-se que isso acontece porque há uma ligação estreita entre o modelo econômico capitalista e as fontes de energia, devido ao seu impacto na base econômica produtiva mundial, conforme pode ser visto quando revisitada a relação desses aspectos durante era do petróleo e a *pax* americana. Desta maneira, a partir de uma revisão histórica, constatou-se que o Estado que domina a fonte energética mais importante de um ciclo de poder, também possui o controle do poder político-econômico global (FUSER, 2013; YERGIN, 2009; OLIVEIRA, 2012).

Em adição, pode-se entender que na contemporaneidade a energia é a espinha dorsal da estrutura econômica, política e social do sistema-mundo capitalista, conectando todas as atividades econômicas e meios de produção. Pois, é uma matéria transversal e multidimensional, impactando diversos âmbitos das relações interestatais, desde as questões securitárias e econômicas até as políticas, sociais e ambientais. Sendo assim, em um sistema-mundo capitalista o acesso às fontes energéticas se tornou uma das principais condicionantes para o desenvolvimento econômico, impactando direta e indiretamente as dinâmicas interestatais. Por conseguinte, a energia pode ser compreendida como um recurso de poder, o qual pode ser exercido por meio econômico-financeiro, político-diplomático e/ou militar. Com o intuito de influenciar, pressionar, compelir, determinar ou controlar outros Estados, regiões ou organizações. Tornando-se, uma condicionante determinante da concentração ou distribuição de poder no sistema internacional. Por estes motivos, concluiu-se que o movimento de transição energética da China, é parte de uma Estratégia de Segurança Energética do país, delineada para atingir o seu interesse nacional do desenvolvimento pleno, ao passo que fortalece a sua capacidade de poder projeção global (FUSER, 2013; YERGIN, 2014; 2020; OLIVEIRA, 2012).

No capítulo 3, por sua vez, foi realizada uma revisão bibliográfica e análise documental para entender como a energia se relaciona com o ressurgimento político-econômico da China, de modo a realizar uma recuperação histórica de questões importantes para a formação do sistema político-econômico e do setor energético chinês. Para compreender essa relação, em um primeiro momento, o subcapítulo 3.1, dedicou-se em interpretar os aspectos milenares tradicionais que influenciam no sistema político-econômico do país. Em primeiro lugar, observou-se que existe uma grande ênfase na centralização político-administrativa, na homogeneidade, na estabilidade e na continuidade, fatores que originam do período imperial. Logo, entendeu-se que estes princípios constituem bases organizacionais para a articulação da relação governo-sociedade até a contemporaneidade, sobretudo, em sua percepção de liderança, hierarquia e coletividade (VISENTINI, 2011; MARCHIONATTI, 2012).

Constatou-se que outros dois aspectos milenares que possuem forte influência no sistema político-econômico chinês atual são o confucionismo e o princípio do *tianxia*. Em relação ao primeiro, inferiu-se que essa filosofia possui forte impacto na forma como os chineses se relacionam e se apresentam para o mundo. Tornando essa doutrina a base ética norteadora para o comportamento da sociedade chinesa e a para a formação de seus líderes, transformando a tradição em uma determinante para as práticas de gestão política na China desde o império até a contemporaneidade (WEI, 2020). No que tange ao segundo aspecto, o conceito de *tianxia* e sua influência na atualidade, descobriu-se que a ideia de Mandato dos Céus, constitui a base para a visão de mundo e interpretação da política dos chineses e a sua relação com seus governantes. Sendo um conjunto universal de valores para uma comunidade moral-política e um conceito chave para a interpretação da práxis moral-ética, da identidade cultural e da legitimidade política na China (COSTA LIMA, 2018). Com base nesses princípios, conseguiu-se entender como parte da essência do pensamento político-econômico chinês contemporâneo, os princípios de: projeção de visão de longo prazo, adoção do pacifismo, transversalidade em suas estratégias, preterimento da geoeconomia como ferramenta política e a rápida capacidade de adaptação diante das circunstâncias e da conjuntura, sejam estas favoráveis ou não.

Em um segundo momento, no subcapítulo 3.2, recuperou-se a evolução da questão energética dentro da estratégia nacional, desde o período da fundação da República Popular da China em 1949 até 2012, para entender por que motivo a transição energética surgiu como uma alternativa ao desafio duplo chinês. Para tanto, foi realizado um compilado dos principais acontecimentos históricos econômicos, políticos e energéticos de forma cronológica, assim

desenhando uma espécie de “linha do tempo” do desenvolvimento e da evolução da questão energética na China. Como resultado dessa análise, notou-se que o setor energético na China se desenvolveu e evoluiu ao longo das décadas de forma bastante peculiar, primeiro pela relativa tardia entrada do país no mercado energético, tanto na criação de suas próprias empresas, quanto na internacionalização delas. E segundo, porque, carrega uma interrelação íntima e codependente entre três aspectos: o pensamento filosófico, a formulação e condução do sistema político-econômico e a orientação econômica para o mercado energético. O que criou uma interação singular em que se busca atender demandas estatais e de mercado simultaneamente. Deste modo, compreendeu-se que essa particularidade tradicionalmente tem impactado direta e indiretamente as relações geoeconômicas e o posicionamento internacional da China. Outrossim, a partir do desenho da “linha do tempo” da evolução do setor energético na China, pode-se reconhecer a existência de quatro fases desse processo. Sendo estas: (1) autossuficiência (1950-1992), (2) segurança e eficiência (1993-1999), (3) internacionalização e expansão (2000-2012), e por fim, (4) transição (VOÏTA, 2018; ZHAO, 2001; ZHANG, 2011; SPEED, 2010).

Em um terceiro momento, no subcapítulo 3.3, discute-se sobre como mediante a essa conjuntura (quarta fase de desenvolvimento do setor energético), a transição tem se apresentado como alternativa para o desafio energético duplo de Pequim. Para isso, realizou-se uma revisão bibliográfica e uma análise documental sobre o cenário energético chinês e a situação da matriz energética do país. A partir de dados do relatório “Revisão Estatística da Energia Mundial 2021” elaborado pela British Petroleum, percebeu-se que a China tem um cenário desafiador - alta demanda, escassez de recursos e dependência externa para o suprimento dessa procura. Ao mesmo tempo que é responsável por 24% do consumo energético primário global, sendo quase 80% desta demanda concentrado em fontes fósseis que em sua maioria são oriundas do exterior, e a sua base econômica produtiva ainda possui alta intensidade energética (BRITISH PETROLEUM, 2021).

No entanto, com a análise documental do 13º Plano Quinquenal (2016) e do livro branco Energia na Nova Era da China (2020), constatou-se que a partir de 2013, a liderança política chinesa tem implementado medidas para transformar essa realidade. Desde então, o governo chinês tem iniciado um movimento transversal e multisetorial para mover-se em termos de eficiência, segurança e diversidade energética, de modo a construir um sistema de energia moderno e menos energeticamente intenso. O que foi evidenciado quando os dados de produção e consumo de energia anteriores à implementação do 13º Plano Quinquenal e as estatísticas de

depois deste quinquênio são contrastados. Houve significativos avanços, como a redução da participação de fontes fósseis e um crescimento na indústria de geração, transmissão e distribuição de energia eólica e solar fotovoltaica na matriz energética do país. Assim como no setor de componentes essenciais para a indústria em questão, como é o caso na produção de turbinas eólicas, silício, módulos fotovoltaicos e baterias de lítio. Descobriu-se que no início da década de 2010, essas indústrias eram muito pequenas, mas em 2020, a China já havia conquistado a liderança mundial tanto em número de fazendas e parques construídos, quanto geração, produção, transmissão, bem como na fabricação de componentes essenciais para esse mercado.

Portanto, notou-se um esforço governamental, que transcende o setor de energia, para impelir um novo ímpeto de desenvolvimento no país asiático, com foco no crescimento com qualidade e não apenas quantidade. O país passou a transformar o setor de energia nacional e internacional, sobretudo, através do seu desenvolvimento de novas tecnologias de energia limpa, que tem auxiliado no cumprimento de dois objetivos nacionais chineses com a transição energética. O primeiro, proporcionar o “bem-estar” social, econômico e político à sua população, através da redistribuição de renda, eliminação da pobreza extrema e aumento no poder de compra, o que garante a legitimação popular do Partido, e fortalece o desenvolvimento do país de forma sustentável no longo prazo. E o segundo, a oportunidade econômica de solidificar a sua indústria de energia e atingir a liderança internacional neste crescente mercado, somando ganhos políticos e sociais, mas principalmente econômicos doméstica e internacionalmente.

Deste modo, concluiu-se que a transição energética se tornou não apenas uma alternativa para o desafio energético duplo chinês, mas um imperativo e uma oportunidade para a nação asiática, por três principais razões: a forma peculiar da formulação e condução da político-econômica que impacta na forma em que o país se relaciona com o setor, pelos crescentes desafios nacionais e internacionais que o abastecimento energético e a mudança climática impõe, e pela capacidade chinesa de liderança deste processo de transição, seja esta capacidade em proporcionar a tecnologia, infraestrutura e investimento/conhecimento que o país possui, ou, pela busca chinesa por ganhos econômicos através da conquista desse mercado.

O capítulo 4 e último, fez um esforço para perceber em que medida a consolidação dos projetos de infraestrutura e os investimentos em novas tecnologias de energia verdes impactam o posicionamento internacional chinês contemporâneo, tendo sido esta análise dividida em dois subcapítulos. No subcapítulo 4.1, foi realizada uma revisão de literatura de renomados

acadêmicos chineses, como Yan (2006; 2013; 2014; 2019), Zha (2015; 2016) e Zhang (2012; 2015), sobre economia política e segurança energética chinesa. O intuito era atingir uma melhor compreensão do pensamento chinês contemporâneo, e do seu interesse nacional. Como resultado, verificou-se que o principal objetivo político-econômico chinês na atualidade consiste em desenvolver-se qualitativamente de forma equilibrada e sustentável em termos econômicos, políticos, sociais, securitários e estratégicos no longo prazo. Com o intuito de sobreviver, garantir a sustentação do seu crescimento e atingir o bem-estar social amplo. Ao passo que aumenta suas relações estratégicas, mobilidade política e segurança.

Desta maneira, entendeu-se que o esforço governamental em implementar planos estratégicos e políticas públicas eficientes fazem parte de uma movimentação para manter seus esforços de desenvolvimento, mesmo ao meio de profundas mudanças conjunturais. Tanto no âmbito doméstico com a nova realidade de desaceleração das taxas de crescimento e a migração do mercado de indústria-exportação para consumo interno-serviços. Quanto no internacional, que agora exige a promoção do desenvolvimento abrangente, inovador, coordenado, verde, aberto e compartilhado. À vista disso, compreendeu-se que para atingir o interesse nacional, era necessário que a China construísse um ambiente favorável, tanto interna quanto externamente.

Para tanto, averiguou-se que existe uma movimentação da quinta geração de liderança chinesa para tentar moldar fatores domésticos e internacionais que estão ao seu alcance, a fim de efetivar esse processo. Como equilibrar capacidades estatais políticas, econômicas e militares, construir relações estratégicas cooperativas com seu entorno regional, formular uma política externa que facilite esse processo e tornar-se uma liderança política que consiga dialogar bem com as dualidades que esse caminho apresenta. Isto é, no âmbito interno passando confiança para obter a aprovação popular ao mesmo tempo que estimula a migração da base econômica para o terceiro setor, e no externo se esforçado para ser pragmático com emergentes, a fim de atingir o patamar cooperativo, e assertivo com poderes consolidados, para manter-se firme frente às medidas de oposição e contrabalanço de seu crescimento. Conforme evidenciou-se a partir da adoção das políticas de “novo normal” e da “dupla circulação”, e das táticas de “diplomacia do lobo guerreiro” e de “diplomacia das máscaras/vacinas”. Portanto, constatou-se que o atual estágio de desenvolvimento do país asiático requer um posicionamento internacional que busque oportunidades econômicas para moldar as condições externas e internas de forma alinhada, coordenada e proporcional para atingir o interesse nacional.

Por fim, no subcapítulo 4.2, foi conduzida uma análise dos principais projetos de infraestrutura energética – BRI, MIC 2025 e GEI – e dos investimentos em novas tecnologias de energia verdes - *smart grid*, *UHV grid*, painéis fotovoltaicos, turbinas eólicas e NEVs. E cruzou-se essas informações com as estratégias apresentadas em dois importantes documentos oficiais - Energia na Nova Era da China (2020) e o Plano de Ação para Pico de Emissões de Dióxido de Carbono Antes de 2030 (2021). Em primeiro lugar, observou-se que os três projetos analisados se interseccionam no que diz respeito às novas tecnologias de energia, seja por serem implementadas através do projeto como é o caso da *UHV grid* e das *smart grid* que estão tendo suas primeiras construções internacionais no âmbito da BRI. Seja na expansão dessas mesmas duas tecnologias à medida que o GEI é colocado em prática, ou ainda, seja na da possibilidade do desenvolvimento dessas tecnologias limpas, verdes e inteligentes, a partir dos ganhos em tecnologia, *know-how* e P&D que o MIC 2025 tem proporcionado.

Desta forma, ao analisar as metas dessas iniciativas e o potencial dessas tecnologias desenvolvidas, em contraste com as diretrizes e objetivos delineados nos documentos oficiais, averiguou-se uma forte relação entre as políticas energéticas governamentais, as novas tecnologias verdes e o interesse governamental nesse setor. Tanto em termos de melhorias para o desenvolvimento doméstico, quanto em termos de estratégia de projeção global. Portanto, compreendeu-se que a efetivação desses projetos transnacionais e inter-regionais fazem parte de um interesse geral governamental coordenado para vencer o desafio energético duplo, mudar para um modelo de desenvolvimento mais sustentável no longo prazo e ainda obter ganhos de mercado em uma indústria estratégica emergente. Portanto, verificou-se que a conjectura desses três fatores compõe o que pode ser entendido como a Estratégia de Segurança Energética chinesa atual, sendo então parte fundamental do plano de ação chinês para a consolidação de seu caminho rumo ao centro político-econômico global.

Todavia, cabe destacar que apesar do peso da China neste movimento de transição energética, entendeu-se que esse processo é global e movimentado pela comunidade internacional como um todo. De fato, a China é sim um *player* de impacto e possui capacidade de liderança desse processo de revolução, mas de nenhuma forma está sozinha ou conseguiria desempenhar este papel de forma isolada. Neste caso, observou-se que o diferencial do país asiático está mais ligado em manter um esforço geral, coordenado e transversal em empreender a transição energética, e em como a nação asiática tem foco na efetivação de sua expansão energética verde em cooperação com o mundo em desenvolvimento, conforme observado nas reflexões a seguir.

Desta forma, diante dos argumentos apresentados ao longo dessa recapitulação dos resultados parciais que os capítulos dessa dissertação evidenciaram, algumas observações gerais foram feitas, a fim de responder à questão central dessa pesquisa. Neste sentido, somando o observado pela releitura da teoria de Arrighi com os acontecimentos chineses apresentados durante os capítulos 3 e 4, averiguou-se que durante a fase de reestruturação de um ciclo de poder, cinco fatores se destacaram como gatilho para a emergência de uma nova era: estrutura sistêmica (cíclica), condições domésticas e internacionais favoráveis (conjuntura), novo ímpeto de crescimento (modelo econômico - qualitativo, bem-estar social e sustentabilidade), novos padrões técnico-econômicos (sustentáveis) e a evolução tecnológica (informatização) (ARRIGHI, 1996; YAN, 2006; 2013; PEREZ, 2002).

Observou-se que a estrutura cíclica do sistema internacional, aliada à conjuntura doméstica e internacional que a China se encontrou a partir de meados da década de 2010, cooperaram para o seu ressurgimento econômico. No que tange às condições favoráveis, domesticamente a China atingiu um patamar econômico, político e social elevado proporcionando que a sua liderança possa migrar para um modelo de desenvolvimento focado no crescimento qualitativo. Já no âmbito internacional, os rearranjos estruturais da ordem mundial proporcionaram maior mobilidade política ao país asiático e uma possível atenuação das disparidades de capacidades entre a China e o poder consolidado dos EUA.

Em relação aos padrões técnico-econômicos, observou-se uma tendência global e fortemente presente nas práticas chinesas em modificar a base econômica em direção à sustentabilidade. Para isto, a descarbonização se tornou um imperativo, novas fontes energéticas limpas passaram a ser fomentadas no consumo e nos investimentos, e meios de produção verdes desenvolvidos para possibilitar a transição. Nota-se que nos últimos dez anos, houve um aumento considerável na preocupação da comunidade internacional em fomentar medidas de mitigação dos efeitos negativos causados pela industrialização, e a China passou a atuar na vanguarda deste movimento. Já no caso da evolução tecnológica, visualizou-se um esforço geral e forte no caso chinês, rumo à informatização, tornando a base produtiva inteligente para facilitar a aplicação de medidas de segurança, eficiência, diversificação e baixa intensidade energética. Essa tendência foi observada quando considerado os projetos de infraestrutura, tecnologia e investimentos transnacionais da BRI, MIC 2025 e GEI, citados no capítulo 4.

Em vista disso, considerando os argumentos apresentados, observa-se que a participação ativa da China no processo de transição energética e revolução tecnológica global

acontece como consequência da junção de fatores estruturais – a natureza e o funcionamento do sistema-mundo; e conjunturais - domésticos e internacionais, econômicos e políticos, sociais e ambientais – que ocasionaram a expansão orgânica de seu poder e influência na governança global. Mas, sobretudo, devido a urgência da resolução da crise climática e ambiental se deparar com a oportunidade de ganhos econômicos - liderança de mercado em tecnologia de bens de alto valor agregado e redução de importações -, políticos - relevância no enfrentamento da maior pauta da política global contemporânea e a emergência de uma maior capacidade de mobilidade política doméstica e internacional -, socioambientais – a queda nas emissões de CO<sub>2</sub> e redução nos problemas de saúde e ecologia no país –, e, por fim, securitários – com o aumento da segurança energética, a redução da vulnerabilidade da dependência de bens essenciais externos e a diminuição de chances de apagões por bloqueios do fluxo de petróleo e/ou carvão para o país. Portanto, comprovando a hipótese inicial dessa pesquisa.

Neste sentido, acredita-se que a China se encontra em uma posição relativamente confortável em buscar a transição energética, e deve liderar esse processo mundial, ao passo que coleciona ganhos econômicos - expansão e liderança de mercado. Políticos - melhorar sua imagem ao adotar medidas de desenvolvimento sustentável, ao colaborar ativamente para a solução e possivelmente liderar o processo da principal pauta em discussão na comunidade internacional. E sociais – aumentar a qualidade de vida de sua população e dos ecossistemas em seu país. Ressalta-se, ainda, que houveram significativos avanços chineses no desenvolvimento de novas tecnologias de energia de baixo carbono, o aumento da participação de energia limpa em sua matriz energética e o crescimento de seus projetos internacionais para o fomento de geração de energia limpa. No entanto, é essencial a adoção de medidas rígidas, concretas e efetivas para a diminuição nos números da queima de combustíveis fósseis, sobretudo, para o uso de geração de energia, tanto domesticamente quanto em projetos e plantas implementados internacionalmente para efetivação de uma revolução energética completa no médio e longo prazo.

Em conclusão, acredita-se que “a dinâmica do sistema internacional tem sido resultado das dialéticas relações Estado-poder e mercado-capital.” Portanto, Estados irão agir para a “promoção e defesa de seus setores estratégicos”, pois existe um “entrelaçamento entre territorialidade estatal e processos globais de acumulação capitalistas. Em outras palavras, não é possível compreender o desenvolvimento nacional dissociando-o do complexo processo de deslocamento dos centros decisórios globais, que, por sua vez, interagem com as estratégias de nacionais de inserção internacional, determinando suas respectivas autonomia e lugar nas



configurações (hierárquicas) de poder no mundo” (PAUTASSO, 2019, p. 187). Desta forma, acredita-se no potencial da liderança chinesa neste mercado e no processo de transição energética global, pois essa se mostra como a melhor oportunidade. Outrossim, acredita-se que é importante ressaltar que parte de todo o planejamento para evitar a escassez, o isolamento e o bloqueio de recursos naturais essenciais ao bom funcionamento do país, se mostram como reflexos de uma “dor” passada, ocorrida durante o “século da humilhação”. Portanto, pode-se interpretar que a China deseja nunca mais retornar àquele local subalterno, e com isso busca retomar à posição de força que detinha durante significativa parte do período imperial. Logo, a transição energética demonstrou ser uma das principais ferramentas ou um recurso no processo de atingir os objetivos do país neste novo ciclo sistêmico de acumulação que está em fase de reestruturação. Se outrora o domínio sob o petróleo (desde as reservas até o consumo final) significava poder e primazia, agora a capacidade de geração, transmissão e distribuição de energia limpa pode ser entendida como essa variável central.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA - ANVISA. **Covax Facility**, Brasília, 25 jun. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/paf/coronavirus/vacinas/covax-facility>. Acesso em: 27 abr. 2022.

ARBIX, Glauco; MIRANDA, Zil; TOLEDO, Demétrio; ZANCUL, Eduardo. Made in China 2025 e Industrie 4.0: A difícil transição chinesa do catching up à economia puxada pela inovação. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 143-170, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/DgPg3vCJFB9TJFLwGsYLnDK/?lang=pt>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ARRIGHI, Giovanni. **Adam em Pequim: origens e fundamentos do Século XXI**. São Paulo: Boitempo, 2008.

ARROYO, Gloria Macapagal. Building a green Silk Road. **Central Banking**, 1 jun. 2021. Disponível em: <https://www.centralbanking.com/central-banks/economics/7835251/building-a-green-silk-road>. Acesso em: 30 mar. 2022.

ASIAN POWER. **China to remain global leader in smart grid technology**. 2021. Disponível em: <https://asian-power.com/power-utility/news/china-remain-global-leader-in-smart-grid-technology>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BAJWA, J. S. Defining Elements of Comprehensive National Power. **Claws Journal**, [s. l.], p. 151-162, Verão 2008. Disponível em: [https://archive.claws.in/images/journals\\_doc/1302263399\\_JSBajwa.pdf](https://archive.claws.in/images/journals_doc/1302263399_JSBajwa.pdf). Acesso em: 27 abr. 2022.

BALEŽENTIS, Tomas; ŠTREIMIKIENĖ, Dalia. Sustainability in the Electricity Sector through Advanced Technologies: Energy Mix Transition and Smart Grid Technology in China. **Energies**, v. 12, n. 6, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://www.mdpi.com/1996-1073/12/6/1142/htm>. Acesso em: 6 abr. 2022.

BBC BRASIL. Por que tensão entre China e Taiwan reacende temor de guerra com EUA. **BBC Brasil**, 7 out. 2021. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-58833762>. Acesso em: 3 mar. 2022.

BREYER, Christian; BOGDANOV, Dmitrii; AGHAHOSSEINI, Arman; GULAGI, Ashish; FASIHI, Mahdi. On the techno-economic benefits of a Global Energy Interconnection. **Economics of Energy & Environmental Policy**, [s. l.], ano 1, v. 9, Janeiro 2020. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/338353371\\_On\\_the\\_Techno-economic\\_Benefits\\_of\\_a\\_Global\\_Energy\\_Interconnection](https://www.researchgate.net/publication/338353371_On_the_Techno-economic_Benefits_of_a_Global_Energy_Interconnection). Acesso em: 5 abr. 2022.

BRI PORTAL. The Belt and Road Initiative Special. In: **Office of the Leading Group for Promoting the Belt and Road Initiative**. Pequim, 2022. Disponível em: <https://eng.yidaiyilu.gov.cn/ztindex.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

BRITISH PETROLEUM - **BP Statistical Review 2019**: China's energy market in 2018. Londres, 2019. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2019-china-insights.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

CAMPBELL, Charlie. China Is Bankrolling Green Energy Projects Around the World. **Time**, Xangai, 1 nov. 2019. Disponível em: <https://time.com/5714267/china-green-energy/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

CARRIÇO, Alexandre. Grande Estratégia e o «sonho da China» de Xi Jinping. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 38, p. 23-33, jun. 2013. Disponível em <[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992013000200003&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992013000200003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CHAGAS, Gabriela Ferreira; BIANCO, Matheus. Integração Energética Sino-Russa: Estratégias Compartilhadas, Desafios Comuns. **Cadernos CEDEC Dossiê Simpóri 2021: A (re)estrutura da ordem internacional: um novo mundo em emergência e de emergências**, São Paulo, n. 132, p. 60-77, Mai 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/neiba/article/download/63864/40035>. Acesso em: 4 out. 2021.

CHAGAS, Gabriela Ferreira; UNGARETTI, Carlos Renato. O 14º Plano Quinquenal (2021-2025) da China em Perspectiva Doméstica e Internacional: Economia, inovação e meio-ambiente. **Nebrics**, Porto Alegre, 30 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/o-14o-plano-quinquenal-2021-2025-da-china-em-perspectiva-domestica-e-internacional-economia-inovacao-e-meio-ambiente/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CHAGAS REIS, Gabriela Ferreira. As Advertências da China Sobre a Militarização Japonesa: a história sempre continua a se repetir?. **O Que Dizem Lá?: As influências do Poeta Li Bai, Reação de Pequim à Cúpula da Democracia, a militarização japonesa e ao boicote aos Jogos Olímpicos, e as Declarações de Putin sobre a cooperação sino-russa**, [s. l.], v. 17, p. 12-15, 16 dez. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/wp-content/uploads/2020/09/2.pdf>. Acesso em: 1 fev. 2022.

CHAGAS REIS, Gabriela Ferreira. A reação da China frente às “políticas de dissinização” de Taiwan e o caso da “frenética militarização australiana. **O Que Dizem Lá?: Olimpíadas de Inverno, O tiro pela culatra dos EUA, a reação da China em relação a Taiwan e Austrália, Xi no Fórum Econômico Mundial e pragmatismo frente aos desafios russos**, [s. l.], v. 18, p. 11-14, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/o-que-dizem-la-18-olimpiadas-de-inverno-o-tiro-pela-culatra-dos-eua-a-reacao-da-china-em-relacao-a-taiwan-e-australia-xi-no-forum-economico-mundial-e-pragmatismo-frente-aos-desafios-russos-2/>. Acesso em: 27 jan. 2022.

CHINA COAL. About China Coal. In: **China Coal**. Pequim, 2022. Disponível em: <http://en.chinacoal.com/col/col4743/index.html>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CHINA SHENHUA ENERGY COMPANY. **Company Profile**. Pequim, 2022. Disponível em: <http://www.csec.com/zgshwwEn/gsjj/gsjjList.shtml>. Acesso em: 12 jan. 2022.

CHINA. MINISTRY OF NATIONAL DEFENSE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **China's National Defense in the New Era**. Pequim, 2019. Disponível em:

[http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content\\_4846452.htm](http://eng.mod.gov.cn/publications/2019-07/24/content_4846452.htm). Acesso em: 25 jan. 2021.

CHIU, Dominic. The East Is Green: China's Global Leadership in Renewable Energy. **New Perspectives in Foreign Policy**, Washington, v. 13, p. 3-12, Verão 2017. Disponível em: <https://www.csis.org/east-green-chinas-global-leadership-renewable-energy>. Acesso em: 19 jan. 2022.

COELHO, Penélope. Estados Unidos Gastaram mais de US\$ 2 trilhões Com a Guerra no Afeganistão. **UOL: Aventuras da História**, 17 ago. 2021. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/historia-hoje/estados-unidos-gastaram-mais-de-us-2-trilhoes-com-guerra-no-afeganistao.phtml>. Acesso em: 3 ago. 2021.

COLUMBIA UNIVERSITY WEATHERHEAD EAST ASIA INSTITUTE. China: Timeline of Historical Periods. **Asia For Educators**, 2022A. Disponível em: [http://afe.easia.columbia.edu/timelines/china\\_timeline.htm#timeline-keyevents](http://afe.easia.columbia.edu/timelines/china_timeline.htm#timeline-keyevents). Acesso em: 8 fev. 2022.

COLUMBIA UNIVERISTY WEATHERHEAD EAST ASIA INSTITUTE. China in 1000 CE: The Most advanced Society in the World. **Asia For Educators**, 2022B. Disponível em: <http://afe.easia.columbia.edu/songdynasty-module/>. Acesso em: 2 mar. 2022.

COMISSÃO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO E REFORMA DA CHINA. **Plano de Ação para Pico de Emissões de Dióxido de Carbono Antes de 2030**. Pequim, 27 out. 2020. Disponível em: [https://en.ndrc.gov.cn/policies/202110/t20211027\\_1301020.html](https://en.ndrc.gov.cn/policies/202110/t20211027_1301020.html). Acesso em: 6 abr. 2022.

CONGRESSO NACIONAL DO POVO. **Achieving Rejuvenation is the Dream of the Chinese People**. Pequim, p. 1, 29 nov. 2012. Disponível em: <http://www.npc.gov.cn/englishnpc/c23934/202006/32191c5bbdb04cbab6df01e5077d1c60.shtml>. Acesso em: 2 fev. 2022.

CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **China's Energy Conditions and Policies**. Pequim, 2007. Disponível em: [https://en.ndrc.gov.cn/policyrelease\\_8233/200712/P020191101482236108443.pdf](https://en.ndrc.gov.cn/policyrelease_8233/200712/P020191101482236108443.pdf). Acesso em: 9 set. 2020.

CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **China's Energy Policy 2012**. Pequim, 2012. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2014/09/09/content\\_281474986284499.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284499.htm). Acesso em: 9 set. 2020.

CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **China's Peaceful Development**. Pequim, p. 1, 6 set. 2011. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/archive/white\\_paper/2014/09/09/content\\_281474986284646.htm](http://english.www.gov.cn/archive/white_paper/2014/09/09/content_281474986284646.htm). Acesso em: 2 fev. 2022.

CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **11th Five-Year Plan for National Economic and Social Development**. Pequim, 2006. Disponível em: <https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/11th%20Five->

Year%20Plan%20%282006-2010%29%20for%20National%20Economic%20and%20Social%20Development%20%28EN%29.pdf. Acesso em: 4 mar. 2022.

CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **12th Five-Year Plan for National Economic and Social Development**. Pequim, 2011. Disponível em: <https://policy.asiapacificenergy.org/sites/default/files/12th%20Five-Year%20Plan%20%282011-2015%29%20for%20National%20Economic%20and%20Social%20Development%20%28EN%29.pdf>. Acesso em: 4 mar. 2022.

CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **The 13TH Five-Year Plan: For Economic and Social Development of the People's Republic of China (2016–2020)**. Pequim, 2016.

CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **New Development Plan for NEVs Unveiled**. Pequim, 2020b. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202011/02/content\\_WS5f9ff225c6d0f7257693ece2.html](http://english.www.gov.cn/policies/latestreleases/202011/02/content_WS5f9ff225c6d0f7257693ece2.html). Acesso em: 18 abr. 2022.

CONSELHO DE ESTADO DA CHINA. **Xi declares China a moderately prosperous society in all respects**. Pequim, 1 jul. 2021a. Disponível em: [http://english.www.gov.cn/news/topnews/202107/01/content\\_WS60ddd47ec6d0df57f98dc472.html](http://english.www.gov.cn/news/topnews/202107/01/content_WS60ddd47ec6d0df57f98dc472.html). Acesso em: 1 fev. 2022.

CONSELHO EMPRESARIAL BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. O que é o Acordo de Paris?. **CBDS Sustentável Blog**, 5 dez. 2019. Disponível em: <https://cebds.org/o-que-e-o-acordo-de-paris/#.Ymq5W-jMKUm>. Acesso em: 22 abr. 2022.

CONSELHO PARA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO DA CHINA. **Important Speech of Xi Jinping at Peripheral Diplomacy Work Conference**. Pequim, 30 out. 2013. Disponível em: [http://www.cciced.net/cciceden/NEWSCENTER/LatestEnvironmentalandDevelopmentNews/201310/t20131030\\_82626.html](http://www.cciced.net/cciceden/NEWSCENTER/LatestEnvironmentalandDevelopmentNews/201310/t20131030_82626.html). Acesso em: 1 fev. 2022.

COSTA LIMA, Marcos. A Nova Teoria das Relações Internacionais Chinesa e a Ascensão do País: o conceito de tianxia. *In*: VADELL, Javier (org.). **A Expansão Econômica e Geopolítica da China no Século XXI**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2018. cap. 1, p. 13-41

COUNTRY Analysis Executive Summary: China. **Independent Statistics & Analysis**: U.S. Energy Information Administration, [S. l.], 2020. Disponível em: [https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries\\_long/China/china.pdf](https://www.eia.gov/international/content/analysis/countries_long/China/china.pdf). Acesso em: 1 out. 2020.

DATHEIM, Ricardo. Inovação e Revoluções Industriais: uma apresentação das mudanças tecnológicas determinantes nos séculos XVIII e XIX. **Publicações DECON Textos Didáticos**, Porto Alegre, p. 1-8, 02 2003. Disponível em: <https://lume-re-demonstracao.ufrgs.br/artnoveau/docs/revolucao.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2021.

EMPRESA DE PESQUISA ENERGÉTICA – EPE. O que são combustíveis?. 2021. Disponível em: <https://www.epe.gov.br/pt/abcdenergia/o-que-sao-combustiveis> Acesso em: 12 ago. 2021.

DAVIDSON, Michael R.; KAHRL, Fredrich; KARPLUS, Valerie J. Towards a Political Economy Framework for Wind Power. *In*: ARENT, Douglas. **The Political Economy of Clean Energy Transitions**. Oxford: Oxford University Press, 2017. p. 250-270. Disponível em: <https://oxford.universitypressscholarship.com/view/10.1093/oso/9780198802242.001.0001/oso-9780198802242-chapter-13?print=pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

DEPARTAMENTO DE ESTADO DOS EUA. Informativo: Estratégia dos Estados Unidos para o Indo-Pacífico. Washington, 11 fev. p. 1. 2022. Disponível em: <https://www.state.gov/translations/portuguese/informativo-estrategia-dos-estados-unidos-para-o-indo-pacifico/>. Acesso em: 27 abr. 2022.

BRITISH PETROLEUM ENERGY OUTLOOK. **Energy Outlook 2019: Insights from the Evolving transition scenario – China**. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/energy-outlook/bp-energy-outlook-2019-country-insight-china.pdf>. Acesso em: 1 out. 2020.

FEAVER, Peter. What is grand strategy and why do we need it?. *In*: FEAVER, Peter. **Foreign Policy**. [S. l.], 8 abr. 2009. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2009/04/08/what-is-grand-strategy-and-why-do-we-need-it/>. Acesso em: 19 jan. 2021.

FERCHEN, Matt. Time To Rethink China’s Peaceful Development Policy. **Carnegie Endowment for International Peace**, p.1, 6 nov. 2013. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2013/11/06/time-to-rethink-china-s-peaceful-development-policy-pub-53510>. Acesso em: 2 fev. 2022.

FERRARI, Andrés; BIANCO, Matheus; CHAGAS, Gabriela; UNGARETTI, Carlos Renato. O que dizem lá #03: O Pai do Arroz Híbrido e as Perspectivas da China para as relações com EUA, Ásia e outros parceiros: 18/05 – 31/05/2021. **NEBRICS – O Que Dizem Lá?**, Porto Alegre, v. 3, p. 9-13, 31 maio 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/wp-content/uploads/2021/06/O-que-Dizem-l%C3%A1-03.-China.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

FERRARI, Andrés; BIANCO, Matheus; CHAGAS, Gabriela; UNGARETTI, Carlos Renato. O que dizem lá #04: Relações China-Occidente, a Lei de Sanções Anti-Estrangeiras, pragmatismo regional, Brics e CEEC. 31/05/2021 – 15/06/2021. **NEBRICS - O Que Dizem Lá?**, Porto Alegre, v. 4, p. 1-15, 15 jun. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/wp-content/uploads/2020/09/O-que-Dizem-l%C3%A1-04-Rela%C3%A7%C3%B5es-China-Occidente-a-Lei-de-San%C3%A7%C3%B5es-Anti-Estrangeiras-pragmatismo-regional-Brics-e-CEEC..pdf>. Acesso em: 5 ago. 2021.

FERRARI, Andrés; BIANCO, Matheus; CHAGAS, Gabriela; UNGARETTI, Carlos Renato. O que dizem lá #05: Confucionismo na Política Externa, Respostas de Pequim aos Encontros de Biden com o G7 e Putin e o discurso midiático regional 15/06/2021 – 29/06/2021. **NEBRICS - O Que Dizem Lá?**, Porto Alegre, v. 5, p. 1-15, 29 jun. 2021.

Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/wp-content/uploads/2021/06/O-que-Dizem-la-05-Confucionismo-na-Pol%C3%ADtica-Externa-Respostas-de-Pequim-aos-Encontros-de-Biden-com-o-G7-e-Putin-e-o-discurso-midi%C3%A1tico-regional.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2021.

FERRARI, Andrés; BIANCO, Matheus; CHAGAS, Gabriela; UNGARETTI, Carlos Renato. O que dizem lá #06: Afeganistão, Operação Marco Polo, QUAD, Disputa pela Europa e Convergência China-Rússia 29/06/2021 – 13/07/2021. **NEBRICS - O Que Dizem Lá?**, Porto Alegre, v. 6, p. 1-18, 13 jul. 2021. Disponível em: [https://www.ufrgs.br/nebrics/wp-content/uploads/2020/09/O-que-Dizem-la-06\\_Afeganist%C3%A3o-Opera%C3%A7%C3%A3o-Marco-Polo-QUAD-Disputa-pela-Europa-e-Converg%C3%Aancia-China-Russia.pdf](https://www.ufrgs.br/nebrics/wp-content/uploads/2020/09/O-que-Dizem-la-06_Afeganist%C3%A3o-Opera%C3%A7%C3%A3o-Marco-Polo-QUAD-Disputa-pela-Europa-e-Converg%C3%Aancia-China-Russia.pdf). Acesso em: 5 ago. 2021.

FERRARI, Andrés; BIANCO, Matheus; CHAGAS, Gabriela; UNGARETTI, Carlos Renato. O que dizem lá #07: Xi no Tibet, O Para Raio Chinês contra Ocidente, Reestabelecimento de relações com Austrália e Índia, Tour de Wang Yi no Oriente Médio e a Conjuntura do Afeganistão e Ásia Central 13/07/2021 – 27/07/2021. **NEBRICS - O Que Dizem Lá?**, Porto Alegre, v. 7, p. 1-17, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/nebrics/wp-content/uploads/2020/09/O-que-Dizem-la-07-Xi-no-Tibet-O-Para-Raio-Chin%C3%AAs-contra-Ocidente-Reestabelecimento-de-rela%C3%A7%C3%B5es-com-Austr%C3%A1lia-e-%C3%8Dndia-Tour-de-Wang-Yi-no-Oriente-M%C3%A9dio-e-a-Conjuntura-do-Afeganist%C3%A3o-e-%C3%81sia-Central.pdf>. Acesso em: 5 ago. 2021.

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL. **Mapa dos Projetos da Belt and Road Initiative (BRI)**. 2018. [Figura]. Disponível em: <https://www.weforum.org/agenda/2018/12/what-you-need-to-know-one-belt-one-road/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

FUSER, Igor. **Energia e as Relações Internacionais**. São Paulo: Saraiva, 2013.

GIOVANAZ, Daniel. China x Índia: o que está acontecendo na fronteira e por que a negociação não avança. **Brasil de Fato**, Nova Delhi, p. 1, 25 jun. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/06/25/china-x-india-o-que-esta-acontecendo-na-fronteira-e-por-que-a-negociacao-nao-avanca>. Acesso em: 30 jun. 2021.

GLOBAL ENERGY INTERCONNECTION DEVELOPMENT AND COOPERATION ORGANIZATION - GEIDCO. Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization: An Overview Brochure. **GEIDCO**, Pequim, p. 1-49, 28 abr. 2022. Disponível em: <https://en.geidco.org.cn/overview/brochure/>. Acesso em: 1 abr. 2022.

GLOBAL TIMES. China's installed wind power capacity exceeds 300 mln kW, 1.4 times EU levels and 2.6 times that of US. **Global Times**, 29 nov. 2021. Disponível em: <https://www.globaltimes.cn/page/202111/1240202.shtml>. Acesso em: 7 abr. 2022.

G1. China manda fechar consulado dos EUA em Chengdu em retaliação a Trump. **G1**, Brasil, 24 jul. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2020/07/24/china-fecha-consulado-dos-eua-em-chengdu.ghtml>. Acesso em: 1 fev. 2022.

HAN, Liu; CHEN, Wei; ZHUANG, Bo; SHEN, Hongming. A Review on Development Practice of Smart Grid Technology in China. **IOP Conference Series: Materials Science and Engineering**, 2017. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1757-899X/199/1/012062/pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

HAN, Pi-Chi. Confucian Leadership and the Rising Chinese Economy: Implications for Developing Global Leadership. **The Chinese Economy**, St. Louis, v. 46, n. 2, p. 107-127, Março-Abril 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.2753/CES1097-1475460205>. Acesso em: 1 nov. 2021.

HART, David. The Impact of China's Production Surge on Innovation in the Global Solar Photovoltaics Industry. **Information Technology and Innovation Foundation**, p. 1-40, Outubro 2020. Disponível em: <https://itif.org/sites/default/files/2020-china-solar-industry.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2022.

HISTORY.COM EDITORS. **Cultural Revolution**. 9 nov. 2009. Disponível em: <https://www.history.com/topics/china/cultural-revolution>. Acesso em: 1 nov. 2021.

HUANG, Lei; QIANKUN, Wang. Global Energy Interconnection: A bold initiative for a sustainable energy future. **Horizons: Journal of International Relations and Sustainable Development**, n. 17, p. 268-281, Outono 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.2307/48590579>. Acesso em: 4 abr. 2022.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Overseas Investments by Chinese National Oil Companies: Assessing the drivers and impacts**. Paris, 2011. Disponível em: [https://iea.blob.core.windows.net/assets/9763ca18-32be-4e05-9c10-57322d016715/overseas\\_china.pdf](https://iea.blob.core.windows.net/assets/9763ca18-32be-4e05-9c10-57322d016715/overseas_china.pdf). Acesso em: 16 fev. 2022.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Technology Roadmap: China Wind Energy Development Roadmap 2050**. [S.l.]: OECD/International Energy Agency, 2011. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/8c00f1d3-8054-4e4f-b81f-2b7a23619167/TechnologyRoadmap-ChinaWindEnergyDevelopmentRoadmap2050.pdf>. Acesso em: 7 abr. 2022.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **An Energy Sector Roadmap to Carbon Neutrality in China**. Pequim, 2021. Disponível em: <https://iea.blob.core.windows.net/assets/9448bd6e-670e-4cfd-953c-32e822a80f77/AnenergysectorroadmaptocarbonneutralityinChina.pdf>. Acesso em: 16 fev. 2022.

IRENA. IRENA and China State Grid Pave Way Towards Smart Electrification. **International Renewable Energy Agency**, 21 fev. 2022. Disponível em: <https://irena.org/newsroom/articles/2022/Feb/IRENA-and-China-State-Grid-Pave-Way-Towards-Smart-Electrification>. Acesso em: 6 abr. 2022.

INSTITUTE FOR SECURITY AND DEVELOPMENT POLICY - ISDP. Made in China 2025 Backgrounder.[S.l.], junho 2018. Disponível em: <https://isdpeu.org/content/uploads/2018/06/Made-in-China-Backgrounder.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2022.

JABBOUR, Elias. **Infra-estruturas em Energia e Transportes e Crescimento Econômico na China**: o enfrentamento da crise financeira asiática a partir da expansão de sua demanda interna e a formação de uma economia continental. 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana na Universidade de



São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.eumed.net/libros-gratis/2009b/547/index.htm>. Acesso em: 27 out. 2021.

JAVED, Saad Ahmed; BO, Yu; TAO, Liangyan; DONG, Wenjie. The ‘Dual Circulation’ development model of China: Background and insights. **Rajagiri Management Journal**, p. 1-19, Abr 2021. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/RAMJ-03-2021-0016/full/pdf?title=the-dual-circulation-development-model-of-china-background-and-insights>. Acesso em: 3 mar. 2022.

JIANG, Aihua; YUAN, Huihong; LI, Delong; TIAN, Junyang. Key technologies of ubiquitous power Internet of Things-aided smart grid. **Journal of Renewable and Sustainable Energy**, p. 1-21, 2019. Disponível em: <https://aip.scitation.org/doi/10.1063/1.5121856>. Acesso em: 25 abr. 2022.

KAJA, Ashwin; STEIN, Sean; ZHANG, Tina. China’s 14th Five-Year Plan (2021-2025): Spotlight on New Energy Vehicles (NEVs). **Covington Global Policy Watch**, 10 jun. 2021. Disponível em: <https://www.globalpolicywatch.com/2021/06/chinas-14th-five-year-plan-2021-2025-spotlight-on-new-energy-vehicles-nevs/>. Acesso em: 18 abr. 2022.

KENTON, Will. What Is a Feed-In Tariff (FIT)?. **Investopedia**, p. 1, 24 fev. 2021. Disponível em: <https://www.investopedia.com/terms/f/feed-in-tariff.asp>. Acesso em: 11 abr. 2022.

KIMBLE, Chris; WANG, Hua. China’s new energy vehicles: value and innovation. **Journal of Business Strategy**, [S.l.], n. 34, n. 2, p. 13-20, 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/256456875\\_China%27s\\_new\\_energy\\_vehicles\\_Value\\_and\\_innovation](https://www.researchgate.net/publication/256456875_China%27s_new_energy_vehicles_Value_and_innovation). Acesso em: 18 abr. 2022.

KISSINGER, Henry. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2016. V 1.

KLARE, Michael T. **Resource Wars: the new landscape of global conflict**. New York: Metropolitan Books, Henry and Holt Company, 2001.

KOKOTOWSKI, Christa. **1934: Grande Marcha por Mao na China**. [S.l.], 2015. Disponível em: <https://www.dw.com/pt-br/1934-grande-marcha-por-mao-na-china/a-974718>. Acesso em: 10 fev. 2022.

KORYBKO, Andrew. Comparing the two quads: Why's the new one better than the old?. **CTGN Opinion**, 21 de julho de 2021. Disponível em: <https://news.cgtn.com/news/2021-07-21/Comparing-the-two-quads-Why-s-the-new-one-better-than-the-old--123C8BdQ66A/index.html> Acesso em: 02 ago. 2021.

KOTZ, Ricardo. Global Energy Interconnection: a resposta da China para o aquecimento global. **CEIRI News**, 24 abr. 2018. Disponível em: <https://ceiri.news/global-energy-interconnection-a-resposta-da-china-para-o-aquecimento-global/>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LANDSLAW, Sarah; TSAFOS, Nikos. Beijing Is Winning the Clean Energy Race. **Foreign Policy**, 2 out. 2020. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2020/10/02/china-clean-energy-technology-winning-sell/#>. Acesso em: 19 jan. 2022.

LAM, Long; BRANSTETTER, Lee; AZEVEDO, Inês. A sunny future: expert elicitation of China's solar photovoltaic technologies. **Environmental Research Letters**, v.13, n. 3, p.1-11, mar. 2018. Disponível em: <https://iopscience.iop.org/article/10.1088/1748-9326/aaab70/pdf>. Acesso em: 22 abr. 2022.

LEITE, Alexandre Cesar Cunha. O Atual Momento do Desenvolvimento Chinês: Planejamento Regional, Investimento e Comércio Internacional. *In*: VADELL, Javier. **A Expansão Econômica e Geopolítica da China no Século XXI**. Belo Horizonte: [s. n.], 2018. cap. 9, p. 259-283.

LI, Junfeng; JIANG, Siyu. Global Energy Interconnection: an effective solution to climate challenges. **Global Energy Interconnection Journal**, Pequim, v.2, n. 4, p. 406-408, 2018. Disponível em: <https://www.gei-journal.com/en/upload/files/201805/PERSPECTIV-2.pdf>. Acesso em: 5 abr. 2022.

LIN, Bonny; FUNAIOLE, Matthew; HART, Brian; PRICE, Hannah. **China Is Exploiting the Pandemic to Advance Its Interests, with Mixed Results**. Washington, 30 set. 2021. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/china-exploiting-pandemic-advance-its-interests-mixed-results>. Acesso em: 3 mar. 2022.

LIN, Justin Yifu. Dual Circulation and China's Development. **Frontiers of Economics in China**, Pequim, v. 16, n. 1, p. 30-34, Mar 2021. Disponível em: <https://journal.hep.com.cn/fec/EN/article/downloadArticleFile.do?attachType=PDF&id=29503>. Acesso em: 3 mar. 2022.

LIU, Zhihua. Energy partnership announced for BRI. **China Daily**, Pequim, p. 1, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://www.chinadaily.com.cn/a/201904/25/WS5cc17e4da3104842260b861c.html>. Acesso em: 6 abr. 2022.

LORENZONI, Adelino. Resenha: O Longo Século XX: dinheiro, poder e as origens do nosso tempo. **Sociedade em Debate**, Pelotas, v. 9, n. 4, p. 93-99, 2002. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/download/515/458/1917> Acesso em: 08 set. 2021.

LU, Xi; CHEN, Shi; NIELSEN, Chris, *et al.* Combined solar power and storage as cost-competitive and grid-compatible supply for China's future carbon-neutral electricity system. **Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America (PNAS)**, v. 118, n. 42, p. 1-8, Outubro 2021. Disponível em: <https://www.pnas.org/doi/pdf/10.1073/pnas.2103471118>. Acesso em: 6 abr. 2022.

MARASCIULO, Marília. 5 pilares centrais do pensamento de Confúcio. **Galileu**, 25 jan. 2020. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/01/5-pilares-centrais-do-pensamento-de-confucio.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

MARTIN, Peter. Understanding Chinese "Wolf Warrior Diplomacy". **The National Bureau of Asian Research**, Washington, 22 out. 2021. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/understanding-chinese-wolf-warrior-diplomacy/>. Acesso em: 31 jan. 2022.

MASIERO, Gilmar; OGASAVA, Mario Henrique; JUSSANI, Ailton Conde; RISSO, Marcelo Luiz. Electric Vehicles in China: BYD Strategies and Government Subsidies. **Revista de Administração e Inovação**, v. 13, n. 1, p. 3-11, Mai 2016. Disponível em: <https://www.elsevier.es/es-revista-revista-administracao-e-inovacao-239-pdf-S1809203916300018>. Acesso em: 18 abr. 2022.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DA CHINA. **Infográfico da Estratégia para a Indústria Automobilística no Âmbito do Made in China 2025**. Pequim, 2015. Figura. Disponível em: [https://english.www.gov.cn/policies/infographics/2015/06/02/content\\_281475119391820.htm](https://english.www.gov.cn/policies/infographics/2015/06/02/content_281475119391820.htm). Acesso em: 1 abr. 2022.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA. Carry Forward the Five Principles of Peaceful Coexistence To Build a Better World Through Win-Win Cooperation. **Discurso do Presidente Xi Jinping no Encontro Para Celebrar o 60º Aniversário da Iniciação dos Cinco Princípios da Coexistência Pacífica**, Pequim, 1 jul. 2014. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zyjh\\_665391/201407/t20140701\\_678184.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201407/t20140701_678184.html). Acesso em: 1 mar. 2022.

MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CHINA. **The Belt and Road Initiative: progress, contributions and prospects**. 2022. Disponível em: <https://www.mfa.gov.cn/ce/cegv/eng/zywjyjh/t1675564.htm>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MINISTÉRIO DO COMÉRCIO DA CHINA. **China's Free Trade Agreements**. Pequim, 2021. Disponível em: [http://fta.mofcom.gov.cn/english/fta\\_qianshu.shtml](http://fta.mofcom.gov.cn/english/fta_qianshu.shtml). Acesso em: 28 fev. 2022.

MORENO, Camila. **O Brasil Made in China: para pensar as reconfigurações do capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2015. Disponível em: <https://rosalux.org.br/o-brasil-made-in-china-3/>. Acesso em: 10 fev. 2021.  
MOTTA, Anaís. De Sanções a Ataques, a linha do tempo da guerra comercial entre China e EUA. **IG Economia**. 2018. Disponível em: <https://economia.ig.com.br/2019-06-06/de-sancoes-a-ataques-a-linha-do-tempo-da-guerra-comercial-entre-china-e-eua.html> Acesso em: 3 jun. 2021.

NABUCO, Paula. O Grande Salto Adiante e a Questão da Transição Chinesa. *In*: COLÓQUIO MARX E ENGELS, 6., 2009, Campinas. **Anais[...]**. Campinas, 2009. Disponível em: [https://www.ifch.unicamp.br/formulario\\_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-grande-salto-adiante-e-a-questao-da-transicao-chinesa.pdf](https://www.ifch.unicamp.br/formulario_cemarx/selecao/2009/trabalhos/o-grande-salto-adiante-e-a-questao-da-transicao-chinesa.pdf). Acesso em: 27 out. 2021.

NOGUEIRA, João Pontes; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates**. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005. V. 1.

OLIVEIRA, Alana Camoça Gonçalves de; FERNANDES, Felipe Gusmão Carioni. Soft Power em Tempos de Quarentena: As Estratégias da Diplomacia Chinesa em Meio à Pandemia de Covid-19. **Boletim de Economia e Política Internacional**, v. 27, p. 94-107, Mai/Ago 2020. Disponível em: [http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10333/1/bepi\\_27\\_soft\\_power.pdf](http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10333/1/bepi_27_soft_power.pdf). Acesso em: 1 fev. 2022.

OLIVEIRA, Lucas Kerr. **Energia Como Recurso De Poder na Política Internacional: Geopolítica, Estratégia e o Papel do Centro de Decisão Energética**. 2012. 400 p. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em:

<<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/76222/000892922.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 27 jun. 2020.

PAIXÃO, Fernanda. Entrada da Argentina na Nova Rota da Seda levanta desafios sobre integração regional com China. **Brasil de Fato**, Buenos Aires, 13 fev. 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/02/13/entrada-da-argentina-na-nova-rota-da-seda-levanta-desafios-sobre-integracao-regional-com-china#:~:text=Com%20a%20entrada%20da%20Argentina,Caribe%20e%2010%20da%20Oceania>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PARCERIA do Quad: apoiando valores democráticos no Indo-Pacífico. **Share America**. [S.l.], 12 mar. 2021. Disponível em: <https://share.america.gov/pt-br/parceria-do-quad-apoiando-valores-democraticos-no-indo-pacifico/>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PAUTASSO, Diego. Desenvolvimento e poder global da China: A política made in China 2025. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 183-198, Jul/Dez 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/austral/article/view/88779>. Acesso em: 1 abr. 2022.

PEOPLE'S DAILY. Xi Jinping: China to further friendly relations with neighboring countries. **People's Daily**, Pequim, 26 out. 2013. Disponível em: <http://en.people.cn/90883/8437410.html>. Acesso em: 1 fev. 2022.

PEREZ, Carlota. **Technological Revolutions and Financial Capital: the dynamics of bubbles and golden ages**. Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited, 2002.

QIUSHI. What Is the New Normal in China's Economic Development?. **Qiushi**, Pequim, p. 1, 18 jan. 2016. Disponível em: [http://en.qstheory.cn/2021-07/12/c\\_641469.htm](http://en.qstheory.cn/2021-07/12/c_641469.htm). Acesso em: 3 mar. 2022.

SALVADOR, Susana. China: diplomacia do Lobo Guerreiro na resposta aos ataques dos EUA. **Diário de Notícias**, [S. l.], p. 1, 6 maio 2020. Disponível em: <https://www.dn.pt/edicao-do-dia/06-mai-2020/china-diplomacia-do-lobo-guerreiro-na-resposta-aos-ataques-dos-eua-12154341.html>. Acesso em: 1 fev. 2022.

SERVILHA, Mikael; FERREIRA, Natalia; LELLI, Felipe. A saúde global entre o nacionalismo e a diplomacia da vacina. **Observatório de Política Externa e da Inserção Internacional do Brasil**, [S. l.], p. 1, 10 abr. 2021. Disponível em: <https://opeb.org/2021/04/09/a-saude-global-entre-o-nacionalismo-e-a-diplomacia-da-vacina/>. Acesso em: 3 abr. 2022.

SHANG, Qianming. Ultra-High Voltage System Supercharges Energy Revolution. **China Today**, 26 fev. 2021. Disponível em: [http://www.chinatoday.com.cn/ctenglish/2018/ln/202102/t20210226\\_800237464.html](http://www.chinatoday.com.cn/ctenglish/2018/ln/202102/t20210226_800237464.html). Acesso em: 14 abr. 2022.

SMIL, Vaclav. **Energy Transitions: history, requirements, prospects**. Santa Barbara-CA: Praeger, 2010.

SILVA, Daniel. Revolução Cultural. **História do Mundo**, 20 jan. 2020. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/revolucao-cultural.htm>. Acesso em: 1 nov. 2021.

SILVER, Beverly J.; ARRIGHI, Giovanni. The End of The Long Twentieth Century. *In*: CALHORN, Craig; DERLUGUIAN, Georgi. **Business as Usual: the roots of the global financial meltdown**. Nova York: Social Science Research Council e New York University Press, 2019. cap. 1, p. 54-70.

SOMMA, Isabelle. Rota da Seda: A Primeira Globalização. **Oul: Aventuras na História**, 1 out. 2018. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/historia-rota-seda.phtml>. Acesso em: 22 abr. 2022.

SPEED, Phillip Andrews. The Institutions of Energy Governance in China. [S. l.], 2010. Disponível em: [https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/noteandrewsspeedenergychina\\_1.pdf%0Ahttp://www.ifri.org/downloads/noteandrewsspeedenergychina\\_1.pdf](https://www.ifri.org/sites/default/files/atoms/files/noteandrewsspeedenergychina_1.pdf%0Ahttp://www.ifri.org/downloads/noteandrewsspeedenergychina_1.pdf). Acesso em: 12 jan. 2022.

SPUTNIK BRASIL. Pequim realiza perfuração nas águas disputadas do mar do Sul da China, diz Reuters. 9 abr. 2021. Disponível em: <https://br.sputniknews.com/20210409/pequim-realiza-perfuracao-nas-aguas-disputadas-do-mar-do-sul-da-china-diz-reuters-17296635.html>. Acesso em: 3 mar. 2022.

STATE COUNCIL INFORMATION OFFICE OF THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA. **Energy in China's New Era**. Pequim, Dezembro 2020. Disponível em: <http://www.scio.gov.cn/zfbps/32832/Document/1695135/1695135.htm>. Acesso em: 12 jan. 2022.

STATE-OWNED ASSETS SUPERVISION AND ADMINISTRATION COMMISSION OF THE STATE COUNCIL - SASAC. **About us**. Pequim, 2022. Disponível em: <http://en.sasac.gov.cn/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

STATISTICAL Review of World Energy 2020. **British Petroleum Energy Review**, Londres, ed. 69, 2020. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2020-full-report.pdf>. Acesso em: 6 out. 2020.

STATISTICAL Review of World Energy 2021. Londres, ed. 70, 2021. Disponível em: <https://www.bp.com/content/dam/bp/business-sites/en/global/corporate/pdfs/energy-economics/statistical-review/bp-stats-review-2021-full-report.pdf>. Acesso em: 08 set. 2021.

STAUFFER, Nancy. China's transition to electric vehicles. **MIT Energy Initiative**, 29 abr. 2021. Disponível em: <https://news.mit.edu/2021/chinas-transition-electric-vehicles-0429>. Acesso em: 18 abr. 2022.

TANNUS, Lara. Revolução Cultural Chinesa. **Hoje na História**, 16 mai. 2018. Disponível em: <https://www.fflch.usp.br/605>. Acesso em: 1 nov. 2021.

TAO, Wang. Recharging China's Electric Vehicle Policy. **Carnegie Endowment for International Peace**, 1 ago. 2013. Disponível em: <https://carnegieendowment.org/2013/08/01/recharging-china-s-electric-vehicle-policy-pub-52561>. Acesso em: 18 abr. 2022.

TEIXEIRA JÚNIOR, Augusto W. M. Grande Estratégia e Modernização Militar da China Contemporânea. **Centro de Estudos Estratégicos do Exército**, [s. l.], v. 12, n. 2, p. 09-24, Mar/Mai 2019. Disponível em: <http://www.ebrevistas.eb.mil.br/index.php/CEEEExAE/article/view/2247>. Acesso em: 19 jan. 2021.

TIAN, Guoqiang. Deceleration of China's Economic Growth: Causes and Countermeasures. **Frontiers of Economics in China**, v. 14, ed. 1, p. 3-25, 2019. Disponível em: <http://people.tamu.edu/~gtian/deceleration.pdf>. Acesso em: 3 mar. 2022.

VETTER, David. China Built More Offshore Wind In 2021 Than Every Other Country Built In 5 Years. **Forbes**, p. 1, 26 jan. 2022. Disponível em: <https://www.forbes.com/sites/davidrvetter/2022/01/26/china-built-more-offshore-wind-in-2021-than-every-other-country-built-in-5-years/?sh=3cad4d824634>. Acesso em: 7 abr. 2022.

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Dragão Chinês e o Elefante Indiano**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

WANG, Hui. **China From Empire to Nation-State**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

WEI, Ling. Striving for achievement in a new era: China Debates its Global Role. **The Pacific Review**, [s. l.], p. 1-25, 2020. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/09512748.2020.1728572?scroll=top&needAccess=true&journalCode=rpre20>. Acesso em: 31 jan. 2022.

WU, Kang; NAKANO, Jane. **The Changing Political Economy of Energy in China**. [S. l.]: 2016. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/resrep23129>. Acesso em: 13 ago. 2020.

XI, Jinping. **Carry Forward the Five Principles of Peaceful Coexistence To Build a Better World Through Win-Win Cooperation.**, Pequim, p. 1, 28 jun. 2014. Disponível em: [https://www.fmprc.gov.cn/mfa\\_eng/wjdt\\_665385/zyjh\\_665391/201407/t20140701\\_678184.html](https://www.fmprc.gov.cn/mfa_eng/wjdt_665385/zyjh_665391/201407/t20140701_678184.html). Acesso em: 9 fev. 2022.

XINHUA NET. World Insights: China's green BRI a boost to global climate governance. **Xinhua News**, Pequim, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://english.news.cn/20211015/C99FC984EF800001DD6D135057E0190B/c.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

XINHUA NET. China to boost green development of Belt and Road. Pequim, 28 mar. 2022. Disponível em: <https://english.news.cn/20220328/a8b26901b5d94e62b7222e9a5f15ef14/c.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.

XINHUA NEWS PORTUGUÊS. **Capacidade instalada de energia eólica e solar da China aumenta na China**. Pequim, 21 mar. 2022. Disponível em: [http://portuguese.news.cn/2022-03/21/c\\_1310523495.htm#:~:text=No%20per%C3%ADodo%20de%20janeiro%20a,a%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20de%20Energia](http://portuguese.news.cn/2022-03/21/c_1310523495.htm#:~:text=No%20per%C3%ADodo%20de%20janeiro%20a,a%20Administra%C3%A7%C3%A3o%20Nacional%20de%20Energia). Acesso em: 25 abr. 2022.

XU, David; WANG, Michael; WU, Claudia; CHAN, Kevin. Evolution of the Smart Grid in China. **McKinsey on Smart Grid**, Xangai, p. 18-23, Verão 2010. Disponível em: [https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/dotcom/client\\_service/EPNG/PDFs/McK%20on%20smart%20grids/MoSG\\_China\\_VF.ashx](https://www.mckinsey.com/~media/mckinsey/dotcom/client_service/EPNG/PDFs/McK%20on%20smart%20grids/MoSG_China_VF.ashx). Acesso em: 5 abr. 2022.

YAN, Xuotong. China's New Foreign Policy: Not Conflict But Convergence Of Interests. **Guancha**, Pequim, v. 1, n. 1, p. 46-48, jan. 2014. Disponível em: [https://www.huffpost.com/entry/chinas-new-foreign-policy\\_b\\_4679425?guccounter=1&guce\\_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce\\_referrer\\_sig=AQAAAKVsuriXuNUMXW7gHm2kVG5JRwj8WBi7A8MOFEPXoCn4OM\\_CuaGdp4kErYVYmdKorclN7KxJ28CK2\\_73KupVh-Sno24IZ-JDn0-XwYd3x270d-Xow8jJ4zkTVy3D\\_plK\\_LYNRdsrEOaMKSFC930uFAdK8gn\\_RkSM8uyBJm3wd9XE](https://www.huffpost.com/entry/chinas-new-foreign-policy_b_4679425?guccounter=1&guce_referrer=aHR0cHM6Ly93d3cuZ29vZ2xlLmNvbS8&guce_referrer_sig=AQAAAKVsuriXuNUMXW7gHm2kVG5JRwj8WBi7A8MOFEPXoCn4OM_CuaGdp4kErYVYmdKorclN7KxJ28CK2_73KupVh-Sno24IZ-JDn0-XwYd3x270d-Xow8jJ4zkTVy3D_plK_LYNRdsrEOaMKSFC930uFAdK8gn_RkSM8uyBJm3wd9XE). Acesso em: 27 jun. 2019

YAN, Xuotong. The Shift of the World Centre and its Impact on the Change of the International System. **East Asia**, Pequim, v. 30, n. 3, p. 217-235, jan. 2013. Disponível em: [http://www.imir.tsinghua.edu.cn/publish/iis/7236/20120308004022054904369/2013-11-15\(1\).pdf](http://www.imir.tsinghua.edu.cn/publish/iis/7236/20120308004022054904369/2013-11-15(1).pdf). Acesso em: 09 jun. 2019.

YAN, Xuotong. **Leadership and the Rise of Great Powers**. [S. l.]: Princeton University Press, 2019.

YERGIN, Daniel. **O Petróleo: uma história mundial de conquistas, poder e dinheiro**. 3. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009. v. 1.

YERGIN, Daniel. **A Busca: energia, segurança e reconstrução do mundo moderno**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2011. v. 1.

YERGIN, Daniel. **The New Map: energy, climate, and the clash of nations**. Nova York: Penguin Press, 2020. v. 1.

ZAKARIA, Fareed. **O Mundo Pós-Americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. v. 1.

ZHA, Daojiong. China's Energy Security: Domestic and International Issues. **Survival: Global Politics and Strategy**, Pequim, v. 48, n. 1, p. 179-190, 2006. DOI 10.1080/00396330600594322. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/00396330600594322?scroll=top&needAccess=true>. Acesso em: 11 set. 2020.

ZHA, Daojiong. China's Economic Diplomacy: Focusing on the Asia-Pacific Region. **China Quarterly of International Strategic Studies**, [s. l.], v. 1, n. 1, p. 85-104, 2015. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/abs/10.1142/S2377740015500050>. Acesso em: 13 maio 2021.

ZHA, Daojiong. Debating China's Energy Security: Competing Thoughts and Policy Options. **China Quarterly of International Strategic Studies**, Pequim, v. 2, n. 2, p. 219-238, 2016. DOI 10.1142/S237774001650010X. Disponível em: <https://www.worldscientific.com/doi/pdf/10.1142/S237774001650010X>. Acesso em: 13 mai. 2021.

ZHANG, Wei Wei. **The China Wave: rise of a civilizational state**. Pequim: Wcpc, 2012.

ZHANG, Ruji; FEI, Shengfu; LIN, Jie. **The revolutionary spirit of Daqing**. Renmin meishu chubanshe Abril 1966. Cartaz 53x77 cm. Disponível em: <http://chinese posters.net/posters/e13-664>. Acesso em: 27 out. 2021.

ZHANG, Jian. **China's Energy Security: Prospects, Challenges, and Opportunities**. D.C.: The Brookings Institution, 2011. Disponível em: <https://www.brookings.edu/research/chinas-energy-security-prospects-challenges-and-opportunities/>. Acesso em: 11 out. 2021.

ZHAO, Jimin. **Reform of China's Energy Institutions and Policies: historical evolution and current challenges**. Cambridge, 2001. Disponível em: <http://belfercenter.hks.harvard.edu/files/zhao.pdf>. Acesso em: 1 nov. 2021.

ZHENG, Sarah. **China's Wolf Warrior diplomats battle on Twitter for control of coronavirus narrative**. Pequim, 23 mar. 2020. Disponível em: <https://www.scmp.com/news/china/diplomacy/article/3076384/chinas-wolf-warriors-battle-twitter-control-coronavirus>. Acesso em: 1 fev. 2022.

ZHOU, Guomei. **China propels joint construction of green Silk Road with active efforts**. Pequim, p. 1, 18 jan. 2022. Disponível em: <http://en.people.cn/n3/2022/0118/c90000-9946209.html>. Acesso em: 29 mar. 2022.



**ANEXO A** - Gastos com Defesa em 2002 dos Estados Unidos, China, Japão, Índia, França, Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha em bilhões de dólares (YAN, 2006)

**Table 1** National Defence Expenditure for the United States, China, Japan, India, France, Britain, Russia and Germany in 2002 (Unit: Billion US\$)

	<b>United States</b>	<b>China</b>	<b>Japan</b>	<b>India</b>	<b>France</b>	<b>Britain</b>	<b>Russia</b>	<b>Germany</b>
Exchange rates	335.7	31.1	46.7	12.9	33.6	36.0	11.4	27.7
PPP	335.7	142.9	32.8	66.5	36.8	34.0	55.4	31.0
Average	335.7	87.0	39.75	39.7	35.2	35.0	33.4	29.35

Source: Stockholm International Peace Research Institute, *SIPRI Yearbook 2003: Armaments, Disarmament and International Security*, Translated by The Association for China Arms Control and Disarmament (Beijing: Shijie Zhishi Press, 2004), p.371.

**ANEXO B** – Produto Interno Bruto (PIB) em 2003 dos Estados Unidos, China, Japão, Índia, França, Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha em trilhões de dólares (YAN, 2006)

**Table 2** 2003 GDP for China, Japan, Germany, France, Britain and Russia (Unit: US\$ trillion)

	<b>Japan</b>	<b>China</b>	<b>Germany</b>	<b>India</b>	<b>Britain</b>	<b>France</b>	<b>Russia</b>
Exchange rates	4.32	1.40	2.4	0.6	1.79	1.75	0.43
PPP	3.58	6.43	2.28	3.10	1.60	1.63	1.31
Average	3.95	3.92	2.34	1.85	1.70	1.69	0.87

Source: World Bank GDP Data: <http://www.worldbank.org/data/databytopic/GDP.pdf>; [http://www.worldbank.org/data/databytopic/GDP\\_PPP.pdf](http://www.worldbank.org/data/databytopic/GDP_PPP.pdf).

**ANEXO C** – Estrutura de Poder no Início do Século XXI dos Estados Unidos, China, Japão, Índia, França, Grã-Bretanha, Rússia e Alemanha em trilhões de dólares (YAN, 2006)

**Table 3** Early 21st Century State Power Structure for China, France, Britain, Russia, Japan, Germany and India

	<b>China</b>	<b>France</b>	<b>Britain</b>	<b>Russia</b>	<b>Japan</b>	<b>Germany</b>	<b>India</b>
Military power	Strong	Strong	Strong	Strong	Weak	Weak	Strong
Political power	Strong	Strong	Strong	Strong	Weak	Weak	Weak
Economic power	Strong	Weak	Weak	Weak	Strong	Strong	Weak